

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DIOGO RAMOS

ENTRE PETRÓPOLIS E MONT PÈLERIN

Eugênio Gudin e a interpretação neoliberal do Brasil

BELO HORIZONTE

2026

DIOGO RAMOS

**ENTRE PETRÓPOLIS E MONT PÈLERIN:
Eugênio Gudín e a interpretação neoliberal do Brasil.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em
Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães

Belo Horizonte

2026

320	Ramos, Diogo.
R175e	Entre Petrópolis e Mont Pèlerin [recurso eletrônico] :
2026	Eugênio Gudín e a interpretação neoliberal do Brasil / Diogo Ramos. - 2026.
	1 recurso online (244 f.): pdf.
	Orientador: Juarez Rocha Guimarães.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1. Ciência política - Teses. 2. Gudín, Eugênio, 1886-1986. 3. Neoliberalismo - Teses. 4. Civilização - Teses. 5. Democracia - Teses. I. Guimarães, Juarez R. (Juarez Rocha) II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 13ª/2026 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO DIOGO RAMOS

Realizou-se, no dia 10 de agosto de 2026, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Entre Petrópolis e Mont Plerin: Eugênio Gudín e a interpretação neoliberal do Brasil", elaborada e apresentada por DIOGO RAMOS - número de registro 2022653593, graduado no curso de FILOSOFIA. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Juarez Rocha Guimarães - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Dawisson Elvécio Belém Lopes (DCP/UFMG), Prof. Amaro de Oliveira Fleck (FIL/UFMG), Prof. Jorge Gomes de Souza Chaloub (UFJF), Profª. Vera Alves Cepêda (UFSCAR). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 10 de agosto de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Alves Cepêda, Usuária Externa**, em 12/08/2026, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dawisson Elvecio Belem Lopes, Diretor**, em 12/08/2026, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amaro de Oliveira Fleck, Professor do Magistério Superior**, em 31/08/2026, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Gomes de Souza Chaloub, Usuário Externo**, em 09/09/2026, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5402955** e o código CRC **8F8FF069**.

RESUMO

Apresentamos Eugênio Gudín como um intérprete neoliberal do Brasil, cuja obra articulou economia, política, sociologia e civilização num abrangente diagnóstico do atraso nacional. Ele não deve ser lido apenas como um restrito economista liberal, monetarista ou adversário do desenvolvimentismo, pois, ao descrever o país como marcado pela herança ibérica, baixa produtividade, precariedade sanitária e educacional, imaturidade política e vulnerabilidade à demagogia, Gudín o estava interpretando como uma fronteira incompleta da civilização ocidental. Por meio da reconstrução dos seus escritos econômicos, jornalísticos e políticos, mostramos que sua defesa da moeda estável, sua crítica à inflação, ao nacionalismo, à reforma agrária, ao populismo e à redistribuição, bem como seu apoio à ditadura militar e às instituições de contenção da democracia integram uma abrangente, coerente e longa arquitetura intelectual. Com isso, também reavemos a cronologia do neoliberalismo no Brasil ao demonstrar que o neoliberalismo não surgiu apenas com o Consenso de Washington ou com os institutos liberais dos anos 1980, mas já atuava nas décadas centrais do século vinte, constituindo uma importante força na composição do Brasil contemporâneo.

Palavras-Chave: Eugênio Gudín; Neoliberalismo; Brasil; Civilização; Desenvolvimento; Democracia.

ABSTRACT

We present Eugênio Gudín as a neoliberal interpreter of Brazil, whose work brought together economics, politics, sociology, and civilization into a comprehensive diagnosis of the country. He should not be understood merely as a narrowly defined liberal economist, monetarist, or opponent of developmentalism. Rather, by portraying Brazil as shaped by its Iberian heritage, low productivity, poor sanitary and educational conditions, political immaturity, and vulnerability to demagoguery, Gudín saw the country as an incomplete frontier of Western civilization. Through a reconstruction of his economic, journalistic, and political writings, we show that his defense of monetary stability, his criticism of inflation, nationalism, agrarian reform, populism, and redistribution, as well as his support for the military dictatorship and for institutions designed to constrain democracy, formed part of a broad, coherent, and enduring intellectual architecture. In doing so, we also revise the chronology of neoliberalism in Brazil by demonstrating that it did not emerge only with the Washington Consensus or with the liberal institutes of the 1980s. Rather, it was already active during the middle decades of the twentieth century, constituting an important force in the making of contemporary Brazil.

Keywords: Eugênio Gudín; Neoliberalism; Brazil; Civilization; Development; Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. NEOLIBERALISMO: CONCEITO E HISTÓRIA	11
NEOLIBERALISMO: VÁRIAS DEFINIÇÕES	12
NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO	17
<i>Neoliberalismo como renovação liberal</i>	24
<i>Neoliberalismo como reação antissocialista</i>	27
NEOLIBERALISMO NO BRASIL	29
NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA	38
2. NEOLIBERALISMO E CIVILIZAÇÃO.....	43
OS BÁRBAROS BATEM À PORTA: A DEFESA NEOLIBERAL DA CIVILIZAÇÃO.....	44
<i>A liberdade sitiada de Friedrich Hayek</i>	51
<i>O neoliberalismo pastiche de Henry Maksoud</i>	56
CIVILIZAÇÃO NOS ESCRITOS DE GUDIN	61
<i>O capitalismo como progresso da civilização</i>	62
<i>Hierarquia geopolítica: da Pax Britannica à Pax Americana</i>	64
<i>Ameaça periférica: descolonização, ONU e o choque do petróleo</i>	71
<i>Ameaça interna: a “civilização da impaciência” e a crise espiritual</i>	76
O DIAGNÓSTICO DO ATRASO: O BRASIL ENTRE A NATUREZA E A HISTÓRIA.....	79
<i>A natureza como desafio e o antifatalismo hierárquico</i>	80
<i>A saúde como infraestrutura civilizacional</i>	84
<i>A população “indígena” e o fardo demográfico da assimilação</i>	88
<i>Iberismo e o déficit de autogoverno</i>	94
<i>A educação tout court e a formação de elites</i>	99
CONCLUSÃO	107
3. UM TERAPEUTA E PEDAGOGO NACIONAL	110
UM “MONEY DOCTOR” TROPICAL	113
<i>A constituição da autoridade econômica</i>	114
<i>O “money doctor” como agente financeiro internacional</i>	120
<i>Banco Central: um típico caso de “market encasement”</i>	123
A INFLAÇÃO COMO DISFUNÇÃO BRASILEIRA	126
<i>Luta de classes</i>	128
<i>Doença democrática</i>	129
<i>Desordem social</i>	132
<i>Desculpas inflacionárias</i>	134
<i>Controle de preços como remédio equivocado</i>	138

<i>Gudin no Ministério da Fazenda: um tratamento abortado</i>	139
BAIXA PRODUTIVIDADE COMO PRIMITIVISMO BRASILEIRO	147
<i>Contra a redistribuição</i>	147
<i>Contra a produtividade monetária</i>	149
<i>Contra o industrialismo</i>	150
<i>Contra a reforma agrária</i>	153
<i>Curinga econômico</i>	154
UM PROJETO NEOLIBERAL DE DESENVOLVIMENTO	156
<i>Liberalismo policiado</i>	156
<i>Industrializar a agricultura</i>	160
<i>Investimento em saúde e educação</i>	162
<i>Ciência tropical</i>	164
EMBRAPA COMO REALIZAÇÃO NEOLIBERAL	166
<i>A história da criação da Embrapa</i>	166
<i>Embrapa e a Escola de Chicago</i>	168
<i>Embrapa e Gudin</i>	175
4. UM INTELLECTUAL PÚBLICO	178
UM ECONOMISTA REPUBLICANO	180
PRAGAS DEMAGÓGICAS.....	187
<i>Governos JK, Quadros e Jango</i>	189
<i>A chaga nacionalista</i>	192
IMATURIDADE POLÍTICA.....	195
<i>Outros países latino-americanos</i>	197
<i>Populismo</i>	199
OS MILITARES E O PODER MODERADOR	201
<i>Defesa da Ditadura Militar</i>	207
<i>Os Atos Institucionais</i>	207
<i>A Constituição de 1967 e as eleições indiretas</i>	210
<i>Os ditadores</i>	214
<i>A Campanha contra a Estatização</i>	216
REDEMOCRATIZAÇÃO.....	221
5. CONCLUSÃO	225
BIBLIOGRAFIA	228

INTRODUÇÃO

Eugênio Gudín était un étranger, ou presque. Apesar de ser amplamente reconhecido como um dos clássicos do pensamento econômico brasileiro, ou justamente por isso, Gudín é ainda um desconhecido entre nós.

Sua consagração como economista acabou por obscurecer a amplitude propriamente política, sociológica e civilizacional de sua obra, de modo que, ao ser lido quase exclusivamente como monetarista, liberal ou adversário do desenvolvimentismo, perdeu-se de vista que suas intervenções econômicas estavam inseridas em uma interpretação geral do Brasil: uma teoria do atraso, uma sociologia das elites, uma antropologia moral do povo, uma concepção hierárquica da civilização e uma doutrina tutelar da autoridade política. Assim, na literatura secundária existente a amplitude dos seus escritos é rotineiramente ignorada e apenas detalhes de seu debate sobre teoria econômica são abordados.

Para sanar esta lacuna, nossa tese no presente trabalho é que Eugênio Gudín foi um pensador político e social brasileiro, um intérprete do Brasil. Ele elaborou uma interpretação neoliberal do Brasil fundada no conceito de civilização, na qual o atraso brasileiro não resultava primariamente da dependência externa, da exploração imperialista, da estrutura fundiária ou da dinâmica desigual do capitalismo mundial, mas da insuficiente incorporação do país à civilização ocidental de mercado. O Brasil seria uma fronteira incompleta da civilização marcada pela herança ibérica, pela baixa produtividade, pela precariedade sanitária e educacional de sua população, pela imaturidade política e pela vulnerabilidade à demagogia. Daí o seu programa de desenvolvimento: estabilizar a moeda, elevar a produtividade, formar o elemento humano, abrir a economia ao capital e à técnica estrangeiros, restringir o Estado produtor, combater a redistribuição e tutelar a democracia.

Não é, contudo, à toa que o nome de Gudín não seja lembrado na tradição de ensaístas nacionais, pois escassas são as referências mútuas entre o economista e outras figuras mais familiares, como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e tantos outros

construtores da identidade nacional. Gudin era, pois, um desterrado em sua própria terra, que preferia referências teóricas estrangeiras ao pensamento nacional – como, aliás, todo bom liberal, ele pensava o Brasil a partir do mundo e não o mundo a partir do Brasil.

Mas ele se sentia em casa em Paris e em Petrópolis, e, além dos hobbies pela ópera e pela floricultura, cultivava como pares ideológicos um grupo que gostava de se reunir anualmente aos pés dos Alpes Suíços, mais particularmente na chamada Sociedade Mont Pèlerin. Gudin foi, pois, o patrono dos neoliberais brasileiros, ávido combatente pela liberdade, pela ordem e pela civilização.

Entretanto, não há de se pensá-lo como um excêntrico. Nascido em 1886, dois anos antes da Abolição, e morto exatos cem anos depois, dois anos antes da chamada Constituição Cidadã, ele foi um importante operário na construção do Brasil contemporâneo, pois não só foi um típico membro da alta sociedade carioca ao viver entre presidentes e socialites, como foi também parte ativa da elite dirigente do período republicano. Como pretendemos mostrar, seu neoliberalismo é parte integral e constitutiva da história brasileira, não é enxerto ou ideia fora de lugar.

É verdade que não é usual se associar nossa história ao neoliberalismo, ao menos não nossa história anterior à redemocratização. Porém, ao se atentar à atuação de Gudin e seus aliados na esfera pública nacional em meados do século vinte, pode-se perceber como o neoliberalismo já estava atuante entre nós muito antes da sua vaga no fim do século. Não é bem correto, por isso, dividir a história brasileira em um período “desenvolvimentista” e outro “neoliberal”, de forma dicotômica, como se o neoliberalismo fosse novidade atracada nos portos nacionais num momento de fraqueza, depois do exuberante processo de modernização de meados do século. Como mostraremos, Gudin tem também um projeto de desenvolvimento, e esteve ao menos parcialmente em execução nesse período todo.

O Brasil para Gudin era um imenso sertão, um país selvagem com uma população indígena a ser civilizada. “Civilização”, numa palavra, este era seu projeto de desenvolvimento. Ademais, Gudin não estava só em sua empresa, pois por um lado ele representa bem aquela “utopia autoritária brasileira” (para adotar a expressão do historiador Carlos

Fico), que tanto esforço dedicou a sanar os males da corrupção e do comunismo, e a cultivar um povo ordeiro e trabalhador. Por outro lado, este severo projeto de desenvolvimento não era nenhuma exclusividade nacional, mas uma versão abrazeirada do ideal da “Great Society” tão admirado por seus camaradas neoliberais estrangeiros.

O argumento possui, portanto, duas consequências. A primeira é deslocar Gudin do lugar restrito de economista ortodoxo para o de intérprete neoliberal do Brasil. A segunda é deslocar a cronologia do neoliberalismo brasileiro, mostrando que ele não foi uma importação tardia da redemocratização ou do Consenso de Washington, mas uma corrente intelectual e política já atuante nas décadas centrais do século XX.

A pesquisa se baseia em uma variedade ampla de escritos de Eugênio Gudin: livros, conferências, manuais de economia, artigos acadêmicos, discursos, entrevistas, correspondência e, sobretudo, sua vasta produção jornalística em O Globo. Esses materiais são lidos como partes de uma arquitetura intelectual ampla, coerente e longa, na qual se reiteram categorias, diagnósticos e prescrições, como civilização, produtividade, inflação, demagogia, interesse público e poder moderador e tutelar. Gudin escreveu extensivamente para a imprensa, em determinadas épocas chegando a publicar três colunas semanais, de modo que tais escritos compõem de longe o maior volume de sua produção intelectual. Ainda mais, algo claro nestes textos jornalísticos é que não são meras opiniões episódicas, mas intervenções reiteradas em uma longa e consistente trajetória. Além disso, a tese também mobiliza documentação de arquivos como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC) e do Arquivo Nacional, além de textos de outros neoliberais brasileiros e estrangeiros, situando assim Gudin simultaneamente no debate nacional e na rede transnacional neoliberal.

Mas não é possível falar de Eugênio Gudin e do Brasil sem falar também de neoliberalismo. Por essa razão vamos no primeiro capítulo fazer uma revisão do neoliberalismo e como ele se encaixa na história brasileira. Neste trabalho, neoliberalismo não designa primariamente um período histórico iniciado nos anos 1970, nem apenas um pacote de políticas públicas associado ao Consenso de Washington, mas um movimento político-ideológico transnacional, formado desde as décadas de 1930 e 1940, voltado à

renovação do liberalismo contra o socialismo, o planejamento econômico, a expansão dos direitos sociais e a democratização substantiva da economia.

No segundo capítulo realçaremos o tema da civilização para os neoliberais em geral e para Eugênio Gudín. Como ficará claro, civilização é a categoria que organiza esta visão de mundo: designa a ordem histórica ocidental fundada no mercado, na produtividade, na moeda estável, na ciência, na disciplina, na propriedade privada, na autoridade moral e na impessoalidade do governo. Ao mesmo tempo, funciona como régua hierárquica para classificar povos, regiões, classes e regimes políticos.

No terceiro capítulo entraremos no debate econômico de Gudín. A oposição de Gudín ao desenvolvimentismo cepalino não significava ausência de projeto de desenvolvimento. Seu projeto era outro: não a industrialização planejada e protegida, mas a elevação da produtividade, a formação de capital humano, a modernização econômica incluso agrícola, a estabilidade monetária e a integração ao mercado internacional.

Para concluir no quarto capítulo, para Gudín assim como para outros neoliberais, a democracia dependia de pré-condições civilizacionais, pois, onde faltassem educação, cultura cívica e disciplina econômica, a democracia tenderia à demagogia, à inflação e ao populismo, justificando mecanismos tutelares como eleições indiretas, elites técnicas e intervenção militar. Eugênio Gudín foi, afinal de contas, um dos grandes entusiastas do golpe de 1964 e seus escritos serviram de forte legitimação da ditadura militar.

Enfim, estudar Gudín é compreender uma linguagem neoliberal da modernização brasileira em atuação no Brasil muito antes da redemocratização, do Consenso de Washington ou dos institutos liberais dos anos 1980. Certamente houve mudanças significativas no linguajar neoliberal desde então, mas, como ficará visível ao transcorrer do texto, muitas das políticas públicas apregoadas pelos neoliberais hoje em dia em nada diferem daquelas propostas por Gudín há quase um século.

1. NEOLIBERALISMO: CONCEITO E HISTÓRIA

Antes de tratar diretamente de Eugênio Gudín, é necessário esclarecer o que se entende aqui por neoliberalismo. Esta tarefa também é importante por dela depender a própria possibilidade de situar Gudín em uma tradição intelectual e política que, embora costume ser associada às reformas econômicas do final do século XX, formou-se muito antes, ainda na primeira metade daquele século, em reação ao socialismo, ao planejamento econômico, ao intervencionismo estatal e à expansão dos direitos sociais.

Ao longo das últimas décadas, “neoliberalismo” se tornou uma palavra de usos múltiplos, frequentemente empregada para designar fenômenos bastante distintos: um período histórico iniciado nos anos 1970, um conjunto de políticas públicas de privatização e abertura comercial, uma escola particular de teoria econômica etc. As várias acepções iluminam aspectos relevantes do fenômeno, mas também correm o risco de reduzi-lo a uma de suas manifestações históricas particulares.

No caso brasileiro, essa precisão conceitual é ainda mais importante, dado que se neoliberalismo for entendido apenas como sinônimo das reformas do Consenso de Washington ou dos institutos liberais surgidos na redemocratização, então Gudín aparecerá necessariamente como um “liberal clássico”, um monetarista ortodoxo ou um precursor isolado. Mas, se o neoliberalismo for compreendido, como defenderemos aqui, como um movimento político e intelectual transnacional, formado desde o entreguerras para reconstruir o liberalismo contra as ameaças do coletivismo, torna-se possível perceber que Gudín não estava fora dessa história: ele foi uma de suas expressões brasileiras mais precoces e consistentes.

O objetivo deste capítulo é, portanto, estabelecer a moldura conceitual e histórica da tese. Primeiro, examinaremos algumas das principais definições na literatura contemporânea de neoliberalismo e seus limites. Em seguida, proporemos compreendê-lo como um movimento político-ideológico de renovação liberal, caracterizado menos por uma doutrina única e homogênea do que por uma rede de atores, instituições, diagnósticos e inimigos comuns. Por fim, mostraremos como essa definição permite reconstituir

uma história do neoliberalismo no Brasil anterior aos anos 1980, na qual Eugênio Gudin ocupa posição central.

Essa discussão prepara o terreno para os capítulos seguintes: ao definir o neoliberalismo não como simples defesa do *laissez-faire*, mas como projeto de reconstrução da ordem de mercado, de contenção da democracia social e de proteção institucional da civilização ocidental, poderemos compreender melhor por que a economia de Gudin estava sempre ligada a uma interpretação mais ampla do Brasil: uma teoria do atraso, uma pedagogia da produtividade, uma crítica da democracia e uma defesa tutelar da autoridade.

NEOLIBERALISMO: VÁRIAS DEFINIÇÕES

Desde os anos 2000 têm surgido importantes estudos sobre o neoliberalismo, sob uma variada gama de perspectivas, que muito têm aprimorado o nível das discussões políticas sobre o tema. Esta literatura trata o assunto sob modos muito díspares, mas podemos esboçar ao menos cinco tipos de abordagens mais comuns:

1. como período histórico, geralmente a partir do fim dos anos 1970, de modo a ser visto como sinônimo das principais transformações (principalmente econômicas) pelas quais a sociedade contemporânea passou desde então (globalização, financeirização da economia etc.) e ser contraposto a alguma forma anterior de capitalismo (capitalismo fordista, keynesiano, do Estado de bem-estar, da Guerra Fria etc.) – ver por exemplo Gary Gerstle em **The Rise and Fall of the Neoliberal Order** (2022);
2. como um conjunto específico de teses no interior da teoria econômica, ou mesmo como uma escola econômica, tais como a tese da eficiência do mercado, do agente representativo, ou a sua identificação com a escola de Chicago ou mesmo a neoclássica – um exemplo aqui no Brasil são os excelentes estudos de Ricardo Bielschowsky, tais como **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo** (1988);

3. como um conjunto específico de propostas de políticas públicas, tais como privatização ou abertura comercial, que também ficaram conhecidas como “Consenso de Washington” e foram muito fortes nos anos 1990 devido à atuação de instituições como FMI ou Banco Mundial, mas que nos últimos anos muito se enfraqueceram, ao ponto de muitos hoje declararem um suposto fim do neoliberalismo – ver como exemplo Ostry et al, **Neoliberalism: oversold?** (2016);
4. como um tipo de racionalidade mais propriamente mercantil, mas que teria se expandido a outras esferas sociais e culturais, de modo a formar um novo tipo de governamentalidade ou subjetividade – o exemplo paradigmático é **O Nascimento da Biopolítica** (2008) de Michel Foucault;
5. como um “coletivo de pensamento” emergido na primeira metade do século vinte em torno da Sociedade Mont Pèlerin, de modo a centrar a discussão na exposição das ideias e intenções dos intelectuais e atores políticos (inclusive empresários) em torno desta organização e outras a ela ligada – ver Plehwe e Mirowski, **The Road from Mont Pèlerin** (2009).

Os estudos realizados sob esta última abordagem nos parecem os mais robustos e capazes de lidar com a ampla gama de fenômenos associados ao termo, pois as outras abordagens tendem a tomar muito limitada e isoladamente alguns dos atores, políticas públicas e períodos históricos como referência básica, de modo a acabar dando definições demasiadamente parciais suas.

Por exemplo, na comum tendência de se associar o neoliberalismo ao Consenso de Washington e seu conjunto de políticas públicas, como privatização, abertura comercial, desregulamentação etc. – que certamente foram apregoadas pelos neoliberais da época – não se consegue lidar com o neoliberalismo em outros contextos nos quais tais propostas não estavam em debate. Como já foi extensamente trabalhado em vários estudos (ver particularmente em nossa bibliografia os trabalhos de Jurgen Reinhoudt, Serge Audier, Bernard Walpen, Dieter Plehwe e Quinn Slobodian), e discutiremos a seguir, o próprio termo “neoliberalismo” surgiu no final dos anos 1930, bem antes do chamado Consenso de Washington dos anos 1980/90, para designar um conjunto de atores que em contextos políticos diferentes militaram em defesa de diferentes políticas públicas,

nem sempre apostando explicitamente naquelas que especificamente no final do século vinte ganharam tanta força.

Outro exemplo de parcialidade na abordagem do neoliberalismo é a foucaultiana, que o define como uma forma de “governamentalidade” a expandir a racionalidade mercantil a todas as esferas da existência. Tal tipo de definição certamente é muito adequada para lidar com as propostas de alguns autores neoliberais, particularmente as de Gary Becker, que é um caso paradigmático para Foucault. Contudo, este modo de definir o neoliberalismo tem muita dificuldade em descrever adequadamente outros autores neoliberais, como, por exemplo, Friedrich Hayek, dado seu tão saliente ceticismo conservador (à la Edmund Burke) e a decorrente aversão a toda pretensão de solução de problemas sociais por meio de reformas intencionais preconcebidas – algo que muito conflita com o que nos parece um “racionalismo construtivista” tão saliente no “economicismo” defendido por Becker. No modo como Foucault aborda o assunto, Hayek acaba parecendo estar muito mais próximo daquilo que Foucault entende por liberalismo clássico que do seu neoliberalismo. Isto não é um grande problema para Foucault em si, pois seu interesse é mais o de descrever diversas formas de governamentalidade e não o de fazer uma história geral do neoliberalismo, de modo que o autor faz uma leitura parcial e focada do neoliberalismo delimitada por este seu interesse. O problema maior surge quando seus leitores não se atentam a este detalhe e passam a tratar a discussão foucaultiana como uma teoria geral do neoliberalismo.

Por sua vez, o tipo de abordagem adotado por Dieter Plehwe, Bernard Walpen, Philip Mirowski e Quinn Slobodian, dentre outros, parece-nos o mais capacitado para lidar com a complexidade do tema. O neoliberalismo é tomado nesta perspectiva como um conjunto muito específico de atores emergido nas primeiras décadas do século vinte para renovar o liberalismo e combater as então populares propostas de planificação e socialização da economia. Apesar destes vários atores não necessariamente concordarem entre si sobre os fundamentos teóricos, as políticas públicas e os rumos que a sociedade deveria adotar (ao menos não em detalhe), eles ainda assim se identificavam como liberais e se reconheciam como camaradas numa mesma luta em prol da liberdade, de modo a terem formado uma ampla rede de relações e organizações ao redor da Sociedade Mont Pèlerin, que estes estudiosos do tema chamam de um “coletivo de pensamento”: quer dizer,

ideias e argumentos são centrais para a compreensão do que pretendiam, porém, nenhum deles isoladamente é autoridade incontestada para definir, afinal de contas, o que é o liberalismo ou a posição neoliberal. Só em conjunto isso pode ser determinado.

Segundo esta proposta, é primordial compreender o que de fato cada ator neoliberal está defendendo e tentando realizar no seu contexto específico, mas sem perder de vista a constelação maior na qual se insere. Não por acaso uma das principais tarefas deste tipo de abordagem é mapear quem são tais atores, como se relacionam e se organizam.

Tal tarefa já tem sido amplamente executada em vários países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Contudo muito ainda resta fazer quanto ao resto do mundo. Por isso, no início de 2022 Dieter Plehwe e Quinn Slobodian editaram um livro chamado **Market Civilizations: Neoliberals East and South**, que reúne vários estudiosos do redor do mundo dedicados a traçar tal panorama neoliberal em países tão diversos como Japão, Índia, Turquia, Rússia, China, África do Sul, Austrália, Guatemala, Montenegro, Islândia e Brasil. Algo curioso, porém, é que, enquanto a maioria dos capítulos elabora um panorama histórico do neoliberalismo em cada país, o capítulo dedicado ao Brasil (escrito por James Casas Klausen, professor de relações internacionais na PUC-RJ, e um orientando seu) destoa ao não tentar uma tal história, e em vez foca no entusiasmo pelo libertarianismo tão em voga nestes últimos anos. Há ainda alguns outros bons estudos brasileiros mais ou menos na mesma perspectiva dedicados a abordar o neoliberalismo entre nós, porém todos igualmente interessados em nossa situação política contemporânea. O mais conhecido é o de Camila Rocha, **Menos Marx, Mais Mises** (2021), versado sobre os institutos liberais que emergiram desde a redemocratização.

Por outro lado, apesar de preferirmos esta literatura sobre o neoliberalismo como um “coletivo de pensamento”, não cremos que tal conceito seja o mais adequado para definir o neoliberalismo. Isto porque este conceito de “coletivo de pensamento” (assim como o de “estilo de pensamento”) foi cunhado pelo médico polonês Ludwik Fleck (por exemplo em **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**, 1935) para tratar de história e filosofia da ciência – de modo a atentar-se quase que exclusivamente na função epistemológica de tais grupos/coletivos, e consequentemente negligenciar seu caráter mais propriamente normativo e prático. A razão destes autores terem adotado tal

conceito para lidar com o neoliberalismo parece-me um lapso derivado dos debates sobre a forte presença do neoliberalismo nas ciências sociais contemporâneas, particularmente na ciência econômica.

Para realçar esse problema, é útil comparar este conceito de “coletivo de pensamento” ao conceito alternativo de “comunidade epistêmica”, que também se demonstra limitado e parcial para uma definição do neoliberalismo. Como Peter Haas definiu (ver **Epistemic Communities, Constructivism, and International Environmental Politics**, 2016), a comunidade epistêmica é um conjunto definido de especialistas em algum assunto reconhecidos publicamente como tendo a competência necessária para conduzir determinada política pública. Este é um conceito muito apropriado para lidar com os chamados think tanks, que muito se esforçam a promover tais imagens de rigor e competência técnica e científica para fazer lobby e influenciar políticas públicas. Contudo, isto não parece ser o caso da Sociedade Mont Pèlerin ela própria (instituição central na formação e difusão do neoliberalismo, como discutiremos adiante), dado que ela nunca procurou reconhecimento público ou sequer gestou pesquisas acadêmicas minimamente rigorosas. Aliás, aparentemente Hayek fazia questão não só de evitar que os encontros da Sociedade Mont Pèlerin virassem fóruns de debate sobre questões políticas imediatas, como também impedia que se publicizassem suas discussões ou se emitissem declarações públicas sobre questões correntes, tal como alguns participantes (principalmente empresários) desejavam. Por isso podemos dizer que a Sociedade Mont Pèlerin não era ela própria uma “comunidade epistêmica”, no sentido dado por Haas. De um modo mais geral, por isso também o neoliberalismo não poderia ser visto como uma tal comunidade: seria mais adequado dizer que ele gestou, não só uma, mas várias comunidades epistêmicas, na medida em que a ampla rede de instituições dele surgidas inclui alguns think tanks com tais propósitos específicos.

Do mesmo modo que nos parece inadequado tentar definir o neoliberalismo em geral como *uma* comunidade epistêmica, também nos parece inadequado defini-lo como *um* coletivo de pensamento. Tal conceito, como cunhado por Ludwik Fleck (em quem Dieter Plehwe e Bernard Walpen explicitamente se embasaram e com quem discutem em alguns textos mais programáticos seus), designa um conjunto específico de

pesquisadores dedicados a produzir conhecimento e formas de pensar e compreender a realidade. A tese fundamental de Fleck é a de que o conhecimento e a ciência é sempre um trabalho coletivo (aliás, aparentemente ele foi uma das grandes influências sobre a teoria dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn). Mas “coletivo” aqui deve ser entendido como designando um grupo específico, cujos membros podem ser enumerados e possuem relacionamentos pessoais muito próximos (em contraste, por exemplo, à sociologia do conhecimento de Karl Mannheim que foca em influências mais difusas da sociedade sobre o pensamento). Dieter Plehwe et al aparentemente buscaram em Fleck tal conceito justamente para realçar que o neoliberalismo deveria ser entendido como este trabalho de grupo, em contraste às tendências das outras abordagens que definem o neoliberalismo seja como alguma tendência mais geral da sociedade contemporânea, seja como uma teoria específica de algum autor isolado (só a de Hayek etc.). Mas aqui está o problema: a Sociedade Mont Pèlerin não pode ser definida como um coletivo de pensamento neste sentido pelo simples fato de que ela não produziu conhecimento; ela não se dedica a fazer pesquisa ou sequer possui uma agenda de pesquisa própria. Para ser mais explícito: existem coletivos neoliberais de pensamento, mas tais coletivos são mais propriamente a Escola de Chicago, a de Virgínia ou a de Friburgo, cujos membros desenvolveram no interior de suas universidades projetos de pesquisa coletivos, com estilos partilhados de pensamento, tal como Fleck definia. A Sociedade Mont Pèlerin, ponto de encontro entre os membros dessas múltiplas escolas acadêmicas, contudo, tem ela própria uma finalidade outra que a de mero desenvolvimento científico/epistemológico, de modo que não nos parece ser bem descrita nestes termos.

Por isso, a seguir apresentaremos nossa própria definição do neoliberalismo.

NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Creemos que uma definição mais adequada seria a de que o neoliberalismo é fundamentalmente um “movimento político-ideológico”, a partir dos estudos de alguns antropólogos e cientistas políticos como Ralph Nicholas e Paul Wilkinson (ver seus textos em nossa bibliografia) que definem os movimentos sociais como um esforço coletivo deliberado de promover alguma mudança sociocultural. Por serem deliberados, tais

movimentos não são meras correntes ou tendências sociais quaisquer, mas envolvem algum grau de organização e comprometimento consciente e intencional de seus membros para promover seus objetivos.

Ser o neoliberalismo um movimento político significa que seu caráter é, grosso modo, laico e voltado à transformação do mundo social, em contraposição aos movimentos mais propriamente religiosos, mais focados na conversão espiritual. Isto grosso modo, apesar de alguns dos neoliberais explicitamente associarem o neoliberalismo ao cristianismo, como Alejandro Chafuen (diretor da Atlas Network, um dos principais institutos neoliberais contemporâneos) e Adolpho Lindenberg (um dos fundadores da Tradição, Família e Propriedade). E apesar também do fato de que para os neoliberais certa noção de liberdade ser tida como algo sagrado (que é, segundo os antropólogos, a grande marca da religiosidade). Apesar também da célebre afirmação de Margareth Thatcher de que “a economia é o método; o objetivo é transformar o coração e a alma”.

Ademais, o neoliberalismo é também um movimento ideológico, pois nem todo movimento social chega a formular uma ideologia própria. O neoliberalismo, dado seu caráter altamente intelectualizado, desde seu surgimento na primeira metade do século vinte, sempre esteve muito engajado no que seus próprios membros frequentemente entendem como uma “guerra de ideias” contra seus inimigos declarados (os ditos “coletivistas”). Isto ao ponto de às vezes chegarem a formular uma filosofia da história toda própria, ao ver nela não um progresso rumo ao apocalipse e à redenção (isto é, de plena realização da justiça no mundo), tal qual o movimento comunista – aliás, enquanto movimento político-ideológico o neoliberalismo deveria sempre ser comparado e contrastado ao movimento comunista (ou ao socialista mais geral), como contraparte sua, e a outros movimentos sociais, mais frequentemente tematizados pelas teorias dos movimentos sociais.

Ainda teremos que desenvolver uma teoria da ideologia mais elaborada. Porém, por enquanto trabalhamos com a definição antropológica de Ralph Nicholas (ver nossa bibliografia) da ideologia como uma reelaboração do sistema simbólico da cultura (i.e., como uma transformação cultural) promovida pelos movimentos sociais para não só compreender e explicar o estado de coisas vigente (isto é, como uma “visão de mundo”), mas

também para esclarecer suas insatisfações com tal estado de coisas e definir sua tarefa de transformação da realidade. Quer dizer, a ideologia elabora não só um diagnóstico (e um prognóstico) do caráter doentio e maligno do mundo vigente, como também propõe uma terapia para curar esta maldade.

O objetivo deste tipo de abordagem antropológica não é tanto o de acusar qualquer irracionalidade ou anticientificidade intrínseca à ideologia, mesmo ao tratar das formações religiosas. Em vez, ele se esforça mais em compreender como tais discursos herdaram e transformam os elementos culturais prevaletentes em suas épocas em suas tentativas de explicar suas insatisfações com a realidade existente. Neste sentido, deveríamos mencionar não só o fato destes antropólogos (como Ralph Nicholas) sugerirem que as próprias grandes religiões são elas também derivadas de movimentos sociais originais que se institucionalizaram com o tempo, mas também, como bem notou Bem Jones em **Apocalypse without God** (2022), lembrar algo que o próprio Friedrich Engels percebeu muito bem em alguns de seus textos: como a teologia cristã sacraliza e projeta para o além insatisfações e aspirações “humanas, demasiadamente humanas”, utilizando-se de certas categorias sociais e políticas familiares para pensar a si próprias (como por exemplo ao descrever Deus como um dono de escravos, como um pai ou como um monarca).

Por isso, a ideologia como rearticulação do sistema simbólico da sociedade existente deve ser vista como dela derivada e dependente em múltiplos aspectos: primeiramente, por dela herdar alguns pressupostos e peculiaridades não questionados. Por exemplo, mais especificamente no caso do neoliberalismo, dado seu caráter altamente ocidental e secular, a autoridade da ciência tende a não ser questionada, de modo que os neoliberais a ela apelam como fonte última de legitimidade para suas reivindicações. Isto não significa que aceitam tudo o que é dito em nome da ciência e da razão: muito pelo contrário, os neoliberais muito investem no desenvolvimento de teorias próprias mais adequadas a legitimar e confirmar seus propósitos normativos.

Mas, invariavelmente, enquanto alguns movimentos religiosos, como os atuais movimentos islâmicos, são incapazes de separar política e religião, os neoliberais são incapazes de separar política e ciência. Consequentemente, tanto tendem a reprovar certas

formas de atividade e organização política por supostamente não serem “científicas” e “racionais”, quanto transformam a universidade e a atividade acadêmica num grande laboratório ideológico. Não é à toa, por isso, que boa parte da melhor literatura sobre o neoliberalismo o aborda a partir debates sobre filosofia da ciência e sobre o papel particularmente da ciência econômica na sociedade contemporânea.

Note-se, contudo, que isto não significa que os neoliberais sejam todos “cientificistas” ou “positivistas”, pois alguns deles fizeram muito esforço para questionar certas compreensões e usos da ciência em suas épocas associados ao socialismo. Hayek, por exemplo, partilhava das críticas de Dilthey às tentativas de unificar as metodologias das ciências naturais e humanas, além de ser notório crítico da matematização da economia. Como veremos no terceiro capítulo, Eugênio Gudín fez um movimento semelhante ao criticar as tentativas de planejamento afastando a ciência econômica da engenharia e das ciências exatas, para em vez aproximá-la da medicina.

Ademais, a ideologia deve ser vista como um produto social por ela também atender a vários interesses e demandas sociais. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim para isso parece ser uma boa referência, já que ela se propõe investigar esta relação entre ideias e sociedade, procurando identificar as “correlações” entre diferentes fatores sociais e ideias emergentes, na medida em que tais “correlações” sejam visíveis, ao mesmo tempo em que evita cair numa visão simplista de ter de explicar absolutamente todas as ideias como puras racionalizações de interesses subjacentes – erro do qual a teoria marxista da ideologia frequentemente é acusada.

Aliás, de certo modo a abordagem marxista da ideologia tem certa razão, se distinguirmos interesse individual e interesse de classe: dado que o neoliberalismo se propõe bem explicitamente a legitimar o sistema capitalista, e se aceitarmos que (sob uma perspectiva marxista) o interesse de classe da burguesia seria também a defesa deste sistema, poder-se-ia deduzir que os neoliberais estão defendendo o interesse de classe burguesa. Ainda mais (ainda de acordo com a posição marxista), seria do interesse dos trabalhadores substituir o sistema capitalista pelo socialista, de modo que também seria possível concluir ser o neoliberalismo um encobrimento deste interesse fundamental e, portanto, uma promoção de “falsa consciência”.

Contudo, é necessário destacar o fato dos neoliberais se proporem a defender o sistema capitalista como um todo não significa que necessariamente defendam o interesse particular de nenhum capitalista individual: com isso é possível acomodar o fato de eles algumas vezes contrariarem claros interesses econômicos de poderosos empresários locais (penso como exemplo a abertura comercial dos anos 1990 no Brasil, que prejudicou muitos empresários brasileiros incapazes de competir com os produtos chineses).

Mas isto também significa dizer que o capitalismo que os neoliberais defendem frequentemente é um capitalismo algo idealizado, não necessariamente o “capitalismo realmente existente”, com suas relações incestuosas com o poder governamental e suas características nem sempre condizentes com o gosto neoliberal. Isto se torna relevante nas situações em que os neoliberais entram em choque com outros atores que também se propõem a defender o sistema capitalista, como por exemplo os chamados “liberais da Guerra Fria” (como John F. Kennedy e seu assessor e embaixador aqui no Brasil Lincoln Gordon) que defendiam políticas keynesianas e políticas de bem-estar social explicitamente como uma forma de impedir o avanço do comunismo. Nesta situação, quem estava realmente defendendo o sistema capitalista? Os neoliberais com sua intransigência ou os liberais da Guerra Fria com suas promoções do keynesianismo e do Estado de bem-estar social?

De todo modo, esta relação entre ideologia e interesse é um tema particularmente relevante dado o caráter altamente elitizado do neoliberalismo, o que lhe confere também uma natureza profundamente conservadora: pois, desde sua origem, o neoliberalismo se imaginou defendendo a “civilização” (às vezes por eles chamada de “Great Society”), há muito existente, mas profundamente ameaçada pela ascensão do “coletivismo”, e não como criando uma sociedade propriamente nova ou utópica. O resultado é uma ambiguidade profunda dentro da ideologia neoliberal, que acaba servindo tanto para alegar que o mundo é como ele deveria ser, como também que ele não é como deveria ser (ou ainda, para citar Di Lampedusa, que algo deve mudar para que tudo permaneça como está). Isto permite ao neoliberalismo simultaneamente alegar que a sociedade contemporânea representa um ideal a ser defendido, e que essa mesma sociedade precisa de

uma transformação completa. Políticas públicas neoliberais frequentemente refletem essa tensão entre defender o status quo e procurar mudanças radicais.

Neste sentido, nos parece adequado associar o neoliberalismo àquele movimento conservador descrito por Albert Hirschman em **The Retic of Reaction** (1991) contrário à expansão de direitos sociais ocorrida no século vinte. Em seu livro, Hirschman adota a descrição da história moderna de Alfred Marshall sobre três grandes ondas de expansão de direitos (direitos civis no século dezoito, direitos políticos no século dezenove e finalmente direitos sociais no século vinte), que teriam gerado três movimentos de reação correspondentes, todos empregando um mesmo leque básico de argumentos para combater a expansão de direitos. Apesar de Hirschman não falar explicitamente em neoliberalismo no seu livro, ele toma Friedrich Hayek como o grande exemplo de reacionário intransigente contrário à expansão de direitos sociais. Creio ser adequado expandir esta intuição e descrever o neoliberalismo em geral como esta tentativa de impedir a expansão de direitos sociais, promovida tanto pelo movimento comunista mais revolucionário, como também pela social-democracia mais reformista.

Não há de se pensar, contudo, que as ideologias dos movimentos sociais devam ser necessariamente uniformes, coerentes ou estáticas em algum sentido profundo, pois elas são elaboradas e reelaboradas por diferentes membros de tais movimentos, frequentemente provenientes de diferentes épocas, contextos sociais e mesmo com propósitos diferentes, sem necessariamente concordarem em tudo uns com outros: como os próprios movimentos não são necessariamente homogêneos, também suas ideologias não precisam ser. No caso do neoliberalismo, intelectuais e empresários de diferentes países e ao longo do tempo se engajaram em formular críticas diversas ao que concebiam como “socialismo” e a promover defesas da “liberdade”, sem necessariamente partilharem de alguma definição muito elaborada para além de alguns motivos/tendências/temas gerais. Nos parece por isso secundário (apesar de não necessariamente errado) tentar determinar uma filosofia coerente e articulada universalmente aplicável a todos os neoliberais em todas as épocas: mais proveitoso é reconhecer que, a despeito do caráter possivelmente difuso e heterogêneo de sua ideologia, tais neoliberais se

reconhecem como camaradas numa mesma batalha e se mobilizam e se filiam a organizações afins.

Os contornos do movimento neoliberal também não são necessariamente claros e distintos. Assim como com outros movimentos políticos, para além de alguns casos emblemáticos, há uma multidão de organizações relacionadas e pessoas vagamente simpáticas que são difíceis de serem ditas fazerem ou não parte do movimento. É a mesma situação do debate da Guerra Fria sobre o movimento comunista: os membros dos partidos comunistas são certamente comunistas, mas e as muitas pessoas não filiadas, mas simpáticas? Onde está o limite entre ser e não ser um comunista?

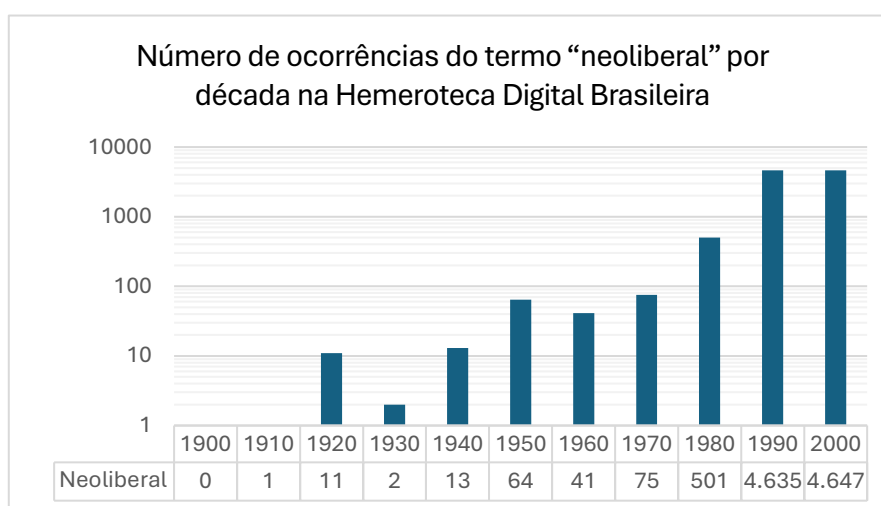
Por isso, a literatura sobre o neoliberalismo como um coletivo de pensamento propõe a afiliação à Sociedade Mont Pèlerin e a organizações a ela associadas como um critério heurístico para guiar suas pesquisas. Este critério é plenamente adequado em épocas em que o neoliberalismo se encontrava restrito a algum nicho heterodoxo da academia e da política (motivo pelo qual também o adotaremos, como ficará claro adiante, ao tratar da história do neoliberalismo do Brasil). Tal critério se torna insuficiente, contudo, para lidar com o neoliberalismo a partir do momento em que ele conseguiu influenciar significativamente a sociedade e transformar sua cultura, difundindo por ela suas ideias e fixando seus objetivos. Na verdade, este é um problema clássico da teoria dos movimentos sociais: quando eles se institucionalizam em ortodoxias hegemônicas, perdem aquilo que no final das contas os constituía como um “movimento”: no sentido newtoniano, o movimento é sempre relativo a outros corpos em direção distinta; se todos se movem por igual, já não há movimento. Por isso, a definição do neoliberalismo como um movimento acaba se tornando limitada para lidar com as dinâmicas culturais de nossa época contemporânea que se desenvolvem de forma conexa, mas relativamente autônoma aos institutos neoliberais (pense-se na multidão de economistas e administradores formados sob os manuais econômicos ortodoxos que incorporam teses neoliberais, mas que não chegam a formar alguma consciência normativa forte de si como combatentes pela liberdade ou o que valha).

NEOLIBERALISMO COMO RENOVAÇÃO LIBERAL

Ademais, podemos ainda elencar uma justificativa linguística para esta definição de neoliberalismo: o uso do termo “neoliberalismo” em nada deveria diferir de outras palavras com o prefixo “neo”. Em “neomarxismo”, “neorealismo”, “neopositivismo” ou em muitos outros empregos seus, este prefixo visa distinguir uma nova variante de um movimento político ou intelectual – fase esta emergida posteriormente a uma outra fase considerada já “clássica” e decadente. Os adeptos de tais variantes se propõem a rejuvenescer os movimentos dos quais fazem parte, frequentemente tentando extirpar o que consideram ser corrupções e influências externas ilegítimas presentes nas vertentes prevalentes. Isso é bem saliente no caso do neoliberalismo, cujos intelectuais fundamentais nos anos 1930 e 1940 enxergavam uma grave crise do liberalismo (e mesmo da civilização, como discutiremos no próximo capítulo) a demandar uma reformulação sua, para assim preservar o que pensavam ser os verdadeiros princípios de uma ordem liberal e combater a ameaça crescente do “coletivismo”.

Às vezes, para afastar a acusação (rotineiramente por parte de simpatizantes neoliberais) de que supostamente nunca teria existido de fato algo chamado neoliberalismo, a literatura sobre o neoliberalismo enfatiza que os próprios neoliberais chegaram a adotar este rótulo para si, ao menos nos anos 1940 e 1950, como por exemplo Milton Friedman em **Neo-Liberalism and its Prospects** (1951) e de Friedrich Hayek em **The Rebirth of Liberalism** (1952). Também Eugênio Gudín aqui no Brasil o usa em vários textos desde pelo menos os anos 1950, como por exemplo ao se descrever numa entrevista: “Uma definição doutrinária sobre o meu pensamento econômico? Acho que sou na Economia um neoliberal. Não aquele liberalismo do laissez-faire, clássico. Mas defendendo um liberalismo mais temperado, e de acordo com a realidade” (Jornal do Brasil, 12/07/1972, p. 7).

Além disso, deve-se salientar que o termo se tornou corrente na própria imprensa brasileira, tendo crescido seu uso de forma exponencial desde os anos 1930:



Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa pelo termo exato delimitado para cada década no banco de dados da Hemeroteca.

Há vários falsos positivos (como as 11 ocorrências dos anos 1920), mas a maior parte dos casos está claramente associada ao movimento em torno da Sociedade Mont Pèlerin. Boa parte das ocorrências nos anos 1950 e 1960, por exemplo, aparece em matérias sobre a Alemanha Ocidental, devido à associação do chamado milagre alemão com as políticas da “economia de mercado social” de Ludwig Erhart.

De qualquer forma, mesmo que não houvesse esse uso corrente do rótulo “neoliberal” para descrever o grupo de intelectuais, políticos e empresários organizados em torno da Sociedade Mont Pèlerin, a adoção ou não deste termo por eles é no final das contas irrelevante, pois é comum que apenas historiadores e outros observadores externos façam esse tipo de distinção entre variantes “neo” ou “clássico” de algum movimento, pois tais historiadores querem com isso organizar e dar sentido às mutações que todo movimento acaba sofrendo ao longo do tempo (os membros de tais movimentos não são necessariamente seus melhores intérpretes).

Dado que a função do prefixo “neo” é distinguir uma nova variante dentro de um movimento mais geral, diríamos que quem fala em “neoliberalismo” está necessariamente a falar também, ao menos implicitamente, de “liberalismo clássico”. Aí há outra armadilha a se tomar cuidado, pois, assim como o liberalismo no século vinte não foi uma coisa única, tendo se transformado significativamente e ocupado diferentes posições políticas neste período, o liberalismo também não o foi no século dezenove. Muitos dos que empregam a expressão “liberalismo clássico” o fazem pressupondo haver naquela época uma homogeneidade prístina e autêntica que teria se corrompido posteriormente (por exemplo com a formação do chamado “liberalismo social” contra o qual os neoliberais lutavam). Mas isto é um erro, pois desde o princípio o uso político do termo “liberal” sempre foi algo polissêmico, variando significativamente não só com o tempo, mas também de país para país (ver por exemplo o detalhado estudo de Jörn Leonhard, **Liberalismus**, 2001, ou o verbete sobre liberalismo de Rudolf Walter em Brunner et al, **Geschichtliche Grundbegriffe**, 1982, Band 3, pp. 741-816). Aquilo que os neoliberais têm em mente quando se pretendem seguidores do “liberalismo clássico” corresponde mais a certos traços e tônica dos escritos de Jean-Baptiste Say, Frederic Bastiat, Richard Cobden ou Herbert Spencer; e nem tanto aos escritos de Germaine de Staël, Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville ou John Stuart Mill. Por isso, apelo à ideia de liberalismo clássico pelos neoliberais acaba sendo um daqueles casos de invenção da tradição a que Eric Hobsbawm e Terence Range dedicaram seus estudos: uma leitura parcial e enviesada do passado destinada a se legitimar no presente.

De um modo mais geral, em última instância o debate redonda na questão sobre o que é o liberalismo. Quanto a isso, nossa proposta segue basicamente a abordagem de Duncan Bell em **What is Liberalism?** (2014) de não propor uma definição filosófica própria sobre o que o liberalismo seria “na verdade”, “na essência”, para além dos muitos usos equívocos que cada liberal faz do termo. Uma definição restritiva do termo nos parece particularmente difícil por não haver uma autoridade intelectual consensual que sirva de critério para delimitar o que o liberalismo seja propriamente – ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o marxismo, que tem nos escritos de Marx sua referência fundamental, ou do cristianismo, com sua Bíblia Sagrada (no caso do catolicismo há ainda a própria Igreja Católica para ditar a interpretação correta a ser feita da Bíblia). No caso do

liberalismo nenhum autor ou documento em particular pode ser tomado como critério inquestionável para definir o que afinal significa ser um “liberal de verdade” (mesmo autores como Adam Smith despertam pouquíssimo interesse exegético dos liberais se comparado ao dos marxistas por Marx ou dos cristãos pela Bíblia).

NEOLIBERALISMO COMO REAÇÃO ANTISOCIALISTA

Após a primeira guerra mundial ficou clara a capacidade estatal de otimizar o desenvolvimento econômico e amenizar alguns dos problemas da economia capitalista, como suas frequentes crises. Por esta razão ganhou voga na opinião pública e acadêmica de então a proposta de se utilizar da envergadura dos Estados nacionais para promover e estabilizar a atividade econômica ou até mesmo substituir a economia de mercado por uma socialista.

Um dos resultados deste contexto é o chamado debate sobre o “cálculo socialista” (para mais detalhes, ver Innset, **Reinventing Liberalism**, 2020, capítulo 2) ocorrido na Europa durante as décadas de 1920 e 1930, quando neoliberais como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek tentavam se contrapor às propostas de administração estatal da economia sugeridas por uma gama diversa de outros economistas – não apenas marxistas ou comunistas, mas também por neoclássicos e outros economistas que nem propriamente de esquerda eram, mas que ainda assim mantinham genuína curiosidade pela promessa do planejamento.

Otto Neurath, por exemplo, então usava como um dos argumentos pelo planejamento estatal o fato da Alemanha ter conseguido acabar com a fome apenas durante a Primeira Guerra Mundial. Como pôde uma emergência como a guerra ter coincidido com uma relativa segurança econômica e bem-estar para sua população? Não era isso uma demonstração prática de que os ciclos de boom e bust, e os constantes desemprego e miséria, tão frequentes nas sociedades modernas poderiam ser drasticamente reduzidos por meio de um emprego organizado dos recursos sociais? Por isso, debatia-se neste contexto como uma economia planejada poderia realizar o cálculo econômico na ausência de elementos como a lei do valor, o dinheiro, os preços de bens de capital e a propriedade privada dos meios de produção. Sua discussão girou em torno da viabilidade do planejamento econômico como alternativa aos mercados de capital para alocar

os meios de produção e se essa abordagem seria mais eficiente e produtiva do que o capitalismo.

Mas este debate nunca foi realmente resolvido, sem ter alterado significativamente as disposições fundamentais dos seus participantes. Contudo, na prática, é como se os socialistas tivessem vencido o “debate” pelo simples fato do êxito industrial soviético nos anos 1930. É como se a realidade dos planos quinquenais da URSS, que haviam transformado um país agrário em uma potência industrial em poucos anos, precisamente quando as economias ocidentais mergulhavam na Grande Depressão, tivesse refutado empiricamente o argumento de Mises acerca da impossibilidade lógica do socialismo.

Ademais, o debate não se restringia a temas recônditos da teoria econômica, mas envolvia o amplo leque de temas políticos e normativos da época. Em particular, um argumento muito empregado pelos críticos do planejamento era o de que ele naturalmente levava ao despotismo estatal; um argumento que se tornaria famoso como a tese da “ladeira escorregadia” na pena de Hayek em **O Caminho da Servidão** (1945).

De todo modo, foi para combater esse descrédito então existente do ideário liberal sobre as virtudes do mercado que um grupo de liberais se reuniu em 1938 em Paris no chamado Colóquio Walter Lippmann (para mais detalhes, ver Reinhoudt e Audier, **The Walter Lippmann Colloquium**, 2018). Lá entre eles se consolidou a ideia de que precisavam desenvolver um esforço conjunto para a defesa do liberalismo; além de ter sido o local onde o termo “neoliberalismo” foi primeiramente sugerido para designá-los. O que exatamente era este liberalismo que defendiam foi objeto de profundas controvérsias entre eles próprios (o próprio rótulo “neoliberal” então adotado não foi consensual), mas ainda assim se reconheciam como camaradas numa mesma luta. Alguns anos depois, sob liderança de Hayek, fundaram a Sociedade Mont Pèlerin, um ponto de encontro para o grupo e futuros simpatizantes continuarem a debater os rumos do mundo.

Uma noção comum nestes círculos neoliberais é a tese de que “ideias têm consequência” e que para defender a liberdade deveriam primariamente desenvolver novas teorias e argumentos capazes de fazer a opinião pública pender para o lado da liberdade e se afastar da tentação “coletivista”, de modo a levar as políticas públicas no seu bojo.

Alguns deles chegam a falar explicitamente numa “guerra de ideias”. Por isso é importante nessa história a adesão de empresários abastados dispostos a financiar a promoção do liberalismo, particularmente com a criação de institutos privados (os chamados think tanks) voltados ao desenvolvimento de teorias, argumentos, propostas de política pública, lobby e ativismo político em prol do regime de mercado e contra tudo o que consideravam “coletivismo”.

Dieter Plehwe em particular vem estudando há muitos anos (ver seus estudos em nossa bibliografia) como ao longo do tempo foi formada uma ampla rede transnacional de think tanks para influenciar não só as políticas públicas, mas também a própria opinião pública e a produção acadêmica em todo o mundo. Um outro estudo recente importante nesta linha é o livro **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism** (2018) de Quinn Slobodian, que mostra como alguns organismos internacionais, como a Liga das Nações, a Corte Europeia de Justiça e a Organização Mundial do Comércio, foram gestadas por alguns desses atores para promover um regime institucional internacional que conseguisse proteger os mercados contra interferências de governos nacionalistas e/ou democráticos.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL

E o que o Brasil tem a ver com essa história, até aqui aparentemente estrangeira? Tudo, pois o mesmo entusiasmo pelo planejamento e a consequente reação liberal também ocorreram em nosso país.

Contudo, uma diferença importante entre o debate europeu sobre cálculo socialista e o debate brasileiro sobre planejamento econômico residia na nossa ênfase na questão do subdesenvolvimento e da industrialização. O debate entre Mises, Hayek, Lange e Dobb focava na viabilidade teórica de sistemas econômicos alternativos em sociedades já industrializadas, sem abordar as especificidades dos países que buscavam se industrializar. Para o debate brasileiro, por outro lado, a questão da industrialização e do “desenvolvimento” era absolutamente central, moldando todos os termos da discussão entre nós por décadas a vir.

Isto foi particularmente notório no debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen sobre a questão do planejamento em 1944-45 (ver Gudin e Simonsen, **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**, 2010). Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, este se tornou um episódio clássico na história do pensamento econômico brasileiro. Simonsen e Gudin eram então assessores econômicos do governo Vargas e publicaram nestes anos uma série de relatórios e cartas públicas sobre o papel do Estado na economia e a necessidade ou não de se induzir a industrialização no país. Enquanto Simonsen é amplamente reconhecido como o pai fundador do desenvolvimentismo no Brasil, Gudin pode ser dito o pai fundador e patrono do neoliberalismo no país – até mesmo dado seu papel fundamental não só na formação entre nós da disciplina de economia (tendo servido de referencial para legiões de economistas nas décadas seguintes), mas também devido à sua significativa e constante presença nos debates políticos brasileiros até os anos 1970. Gudin foi não só amigo de longa data de Hayek, como também o primeiro membro brasileiro da Sociedade Mont Pèlerin, e voz incansável contra o “coletivismo”, “socialismo” e outros inimigos eternos do neoliberalismo.

Roberto Simonsen, apesar de não ser socialista ou mesmo de esquerda (era, na verdade, um importante industrial brasileiro, fundador da Fiesp, Sesc, Senai e outras entidades patronais), via, porém, como muitos à época, com admiração o rápido processo de industrialização da economia russa, induzida pelos seus planos quinquenais. Ainda mais, ele chega a destacar o amplo apoio ao planejamento econômico entre o próprio empresariado brasileiro, citando o endosso do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial no Congresso Brasileiro da Indústria. Por isso, o fato de personagens públicos bem convencionais e “mainstream” como Simonsen estarem considerando seriamente este tipo de proposta forçava liberais como Hayek ou Gudin a contra-argumentar e desenvolver novas teorias e argumentos para convencer a opinião pública de então a não seguir o “caminho da servidão” – para usar a expressão do livro de Hayek, publicado naquele mesmo ano de 1944. Não à toa, Gudin em suas intervenções acusava estas propostas de conduzirem à tirania política, e Roberto Simonsen treplicava dizendo ser o planejamento uma técnica neutra, separada das formas de regime político, que também

as nações democráticas deveriam empregar para não deixar que o sucesso do planejamento virasse um argumento em prol do comunismo.

Assim como no debate europeu sobre o cálculo socialista, essa questão entre nós obviamente também não se resolveu, mas continuou mobilizando economistas e intelectuais desde então. De toda forma, aquele foi um importante debate público também para notorizar entre as elites políticas do país a pessoa de Eugênio Gudín, um intelectual que estava desempenhando importante papel tanto na formação e institucionalização da disciplina de economia no país, e também de representante brasileiro em entidades econômicas internacionais, como Bretton Woods e o FMI. Isso ao ponto de Gudín ter se tornado uma espécie de “oráculo” político e governamental em questões econômicas e financeiras (apud Scalercio, **Eugênio Gudín: inventário de flores e espinhos**, 2012, p. 95).

Gudín não só formou escola, no sentido acadêmico, como também viria a desempenhar importante papel político na chamada República de 1946. Por um lado, ele e seus aliados mais próximos ocuparam os cargos de ministros da fazenda em todos os governos mais à direita da época: o próprio Gudín foi ministro durante o governo Café-Filho, Clemente Mariani foi ministro de Jânio Quadros, Octávio Bulhões foi ministro de Castelo Branco, e poderíamos também elencar Lucas Lopes, ministro de Juscelino Kubitschek, que não só era amigo seu como também viria a se declarar neoliberal nos anos 1960 (vide seu texto **Neoliberalismo Criador “versus” Estatismo Opressor**, 1968, em CPDOC, Illopes-1968-09-30). Na verdade, Gudín conseguiu neste período estabelecer seu diagnóstico sobre a inflação como a explicação hegemônica sobre o assunto.

Por outro lado, Gudín escrevia frequentemente aos jornais brasileiros. Nos anos 1960, seu período de maior atividade na imprensa, ele estava escrevendo três vezes por semana (segundas, quartas e sextas) ao jornal O Globo, opinando sobre os mais diversos tipos de assuntos correntes. É difícil auferir a influência de seus escritos, mas ele compunha um trio de cronistas conservadores juntamente a Nelson Rodrigues e Gustavo Corção.

O economista certamente não estava só em sua fé, pois vários são os autores de textos na imprensa a falar positivamente das ideias neoliberais (não vamos aqui, contudo,

dedicar espaço a um levantamento das ocorrências do termo nos acervos dos jornais da época). Contudo, algo faltante ao neoliberalismo no Brasil foi uma organização ideológica mais robusta. Organizações neoliberais brasileiras até existiam, algumas delas fundadas pelo próprio Gudin, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE FGV-RJ) ou a Associação de Pesquisa Econômica e Social (APEC), mas eram por demais acadêmicas e não tão dedicadas ao proselitismo ideológico para terem algum efeito político mais significativo.

Para isso foi muito importante o papel de dois outros membros brasileiros da Sociedade Mont Pèlerin: Paulo Ayres Filho e Henry Maksoud. O primeiro teve importante papel ao ajudar a fundar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), notório grupo de oposição ao governo Goulart e de apoio à ditadura; enquanto o segundo adquiriu em meados dos anos 1970 a Revista Visão, um dos semanais de maior circulação da época e a transformou em órgão de divulgação das ideias neoliberais no país.

Ao que parece, Paulo Ayres Filho passou por um processo de radicalização ideológica em meados dos anos 1950 em contato com think tanks neoliberais estrangeiros, como a Foundation for Economic Education, que o levaria à militância política. Ayres Filho em particular pensava ser cada vez mais necessário que o empresário assumisse a liderança política das nações. Como ele declarou numa conferência sua:

Entendemos que os destinos da nossa civilização dependem, em grande parte, do comportamento do empresário como condutor, educador e inspirador de grupos humanos; da sua visão quanto ao significado e às interrelações dos grandes problemas da atualidade mundial; e da consciência que tiver do impacto que as suas próprias decisões e ações provocam na sociedade.

A civilização industrial, cujos benefícios materiais todos os povos aspiram, causou uma profunda alteração nas relações sociais pelo mundo afora. ... E nessa civilização industrial é suficiente atentar-se para as profundas transformações que a “unidade social empresa” causou à sociedade, para se concluir da importância decisiva do comportamento do empresário na determinação da natureza política, econômica e social de cada nação.

... Para o bem da própria civilização, de que tanto nos orgulhamos, a doutrina da Administração está se tornando uma fonte preciosa de conhecimentos, conceitos, princípios e técnicas para a liderança da humanidade no sentido do pleno gozo das liberdades que condicionam o seu desenvolvimento intelectual e espiritual.

É a noção de fatos dessa natureza que faz com que o empresário reconheça, cada dia mais e melhor, as pesadas responsabilidades sociais da unidade de

trabalho que dirige, e procure, ansiosamente, compreender o significado real das profundas transformações por que está passando o mundo. Percebe, então, que uma nova era se iniciou na longa e atribulada trajetória da humanidade: a era do desenvolvimento econômico, era que o reclama como líder e não mais simplesmente como patrão. (Paulo Ayres Filho, **O Empresário e sua Responsabilidade Perante a Sociedade**, 1961, CPDOC, paf-pi-1961-03-04)

Não foi à toa que, em concerto com outros empresários e militares, ele ajudaria a fundar o IPÊS, para, de acordo com outro documento seu, “fundamentar uma doutrina liberal de pensamento e ação” adequada ao fato de que “o empresário moderno é o descendente direto do revolucionário burguês que transformou o mundo” e assim combater o processo de socialização em curso (CPDOC, paf-ipes-1961-11-29).

A documentação do IPÊS disponível no acervo do Arquivo Nacional e do CPDOC mostra seu inequívoco caráter neoliberal, contendo inúmeras referências àquele coletivo de pensamento transnacional. Por exemplo, o Notícias do IPÊS de julho de 1964 (ver Arquivo Nacional, BR RJANRIO QL.0.CDI.4, p. 3) lista os livros publicados pelo instituto para divulgação entre o grande público do país naquele ano, contendo obras como **Pleno Emprego, Intervencionismo e Inflação** de Friedrich Hayek, **A Propriedade: fator Imprescindível de Processo** de Alberto Benegas Lynch (importante neoliberal argentino), **A Verdade sobre a Revolução Industrial** de Ludwig von Mises e **Como Lidar com os Comunistas** de Wilhelm Röpke.

Em setembro de 1964 a Revista Fortune chegou a publicar uma matéria intitulada **When Executives Turned Revolutionaries** sobre o golpe daquele ano no Brasil como derivado das atividades do IPÊS:

No final de 1962, a atitude de muitos membros do IPÊS começou a mudar. “A princípio”, diz Ayres, “a ideia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse seu mandato. Sabíamos que todos no resto do mundo seriam contra nós se o destituíssemos.” Mas, à medida que o governo de Goulart se tornava cada vez mais imprudente, ficou evidente que a resistência intelectual não surtiria o efeito desejado com a rapidez necessária. Enquanto o IPÊS continuava seu trabalho de propaganda e educação, membros individuais da organização começaram a buscar formas mais diretas de expressar sua oposição. (CPDOC, paf-pi-1964-09-00, p. 210)

Apesar da matéria estar enfatizando o papel do IPÊS na queda de Jango e no estabelecimento da ditadura subsequente, ela ainda assim o subestima, pois as atividades de

“atacar” ativamente o governo não foram atos individuais independentes de empresários associados ao instituto, como alega Ayres Filho na entrevista, mas eram atividades da sua própria estrutura, que incluía um complexo sistema de elaboração de políticas públicas e lobby no Congresso para fazer oposição institucional ao governo Goulart, de monitoramento e inteligência de movimentos sociais, líderes sindicais, jornalistas e políticos de esquerda (montando um banco de dados que viria a constituir a base do SNI), e de capacitação de lideranças e articulação para a organização e financiamento de protestos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (ver Dreifuss, **1964: a conquista do Estado**, 1981, capítulo VIII).

De qualquer modo, outro curioso texto da época (talvez demasiadamente influenciado pela matéria da Fortune) é o artigo de Norman Bailey, **The Colombian “Black Hand”: a case study of neoliberalism in Latin America** (1965), que se inicia descrevendo o que tinha ocorrido no ano anterior no Brasil como uma “revolução neoliberal” e como o primeiro caso no qual os neoliberais tinham conseguido derrubar um governo incumbente. É digno de nota o fato de alguém na época descrever aqueles episódios como uma “revolução neoliberal”, apesar desta descrição ser um exagero, se comparado ao que viria ocorrer futuramente em outros países como o Chile. Enquanto Augusto Pinochet acabou conferindo um dramático apoio político às reformas dos chamados Chicago Boys, no Brasil (e noutros países como a Argentina) nenhum ditador chegou a ser tão ideologizado. Por isso, é mais correto dizer que os neoliberais brasileiros existiam, mas atuavam como aliados na grande frente conservadora nacional.

Além de Eugênio Gudin e Paulo Ayres Filho, Henry Maksoud foi outro importante membro da Sociedade Mont Pèlerin no Brasil. Rico empresário, adquiriu o Grupo Visão em 1974 e, a partir daí, transformou sua editora e a Revista Visão (então uma das semanais de maior circulação do país) em um veículo para a difusão do pensamento neoliberal. Além de amigo próximo, Maksoud era um discípulo convicto de Hayek. Essa proximidade se refletiu na revista, que regularmente abriu espaço para o pensamento do economista austríaco, chegando a dedicar-lhe a edição inteira de 26 de dezembro de 1977. Maksoud também foi o responsável por articular diversas visitas de Hayek ao Brasil entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980. Ainda mais, diferentemente de Gudin e Ayres Filho, que mantinham certo grau de autonomia intelectual (ainda que este último tenha

deixado poucos escritos), Maksoud simplesmente importou e incorporou fielmente as ideias de Hayek, aplicando-as ao contexto brasileiro sem maiores adaptações. Um dos desdobramentos dessa postura foi sua **Proposta de Constituição para o Brasil** (1988), elaborada pelo empresário durante o processo constituinte daqueles anos e fundamentada no conceito hayekiano de “demarquia”.

A ascensão de Maksoud na imprensa também é importante por coincidir com o declínio da ditadura, decorrente do crescente descontentamento do empresariado nacional com o regime a partir do fim do chamado milagre econômico em 1974. Naquele ano, iniciou-se na imprensa com a participação dos neoliberais brasileiros a chamada “campanha contra a estatização”, que denunciava haver no país um gradual processo de estatização da economia nacional decorrente do aumento das empresas públicas ao longo dos anos. Essa campanha se iniciou com o discurso de Eugênio Gudin ao receber o prêmio “Homem de Visão” conferido por Maksoud em sua revista no final de 1974, e logo se alastrou pela imprensa. O jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, no início de 1975 publicou uma série de matérias intitulada **Os Caminhos da Estatização** (aparentemente uma alusão ao título do famoso livro de Hayek) discutindo o tema.

Apesar destas críticas à política econômica do regime, os membros brasileiros da Sociedade Mont Pèlerin eram e permaneceram sendo fiéis apoiadores seus e viriam a se demonstrar profundamente incomodados com o processo de abertura democrática nos anos seguintes. Eugênio Gudin reclamava na imprensa de que era descabido o governo querer fazer reformas políticas num momento de deterioração econômica. Como ele conclui um dos seus ensaios: “Eleição direta quando o País carece de tudo menos de politicagem importaria em agravar a mistura deletéria dos demagogos e aventureiros que fazem a baixa politicagem prostituindo os direitos humanos em tristes cambalachos e vergonhosas manipulações” (O Globo, 28/11/1983)*. Paulo Ayres Filho, por sua vez,

* Neste e nos demais capítulos do presente trabalho, todos os artigos citados de Gudin no jornal O Globo se encontram sempre na segunda página do Primeiro Caderno, razão pela qual indicaremos como referência a seguir somente as suas datas, sem os correspondentes números de página e nome do caderno.

chegou a redigir em 1978 uma carta alarmada a Figueiredo denunciando que “elementos confessadamente socialistas e marxistas voltaram a ocupar posições dominantes em toda a burocracia governamental” e que o governo deveria reagir para voltar “aos ideais da revolução de março de 1964, ou melhor, o que fazer para salvar a revolução de 1964”. E complementa:

Em primeiro lugar é necessária uma firme, clara e inequívoca declaração do Presidente reafirmando os ideais da revolução de 1964, sem o que corremos o risco de passar a viver, ainda uma vez mais, num estado pré-revolucionário. Já se sentem em todos os setores da vida nacional esse receio. Parece termos voltado a 1963...

Nessa declaração, apoiada por todos os setores das forças armadas e da produção nacional, terão que ser definidos, como verdadeiros artigos de uma constituição, os princípios, os objetivos, os meios, os métodos, as atitudes para o alcance dos ideais da revolução de 1964. (CPDOC, paf-vp-2004-12-20, p.2)

Tais neoliberais brasileiros representam bem aquela aliança existente entre militares e empresariado, de modo que não é de todo descabida a abordagem de René Dreifuss em **1964: a conquista do Estado** (1981) de descrever Gudin e seus aliados como “intelectuais orgânicos” do período. Por isso também não é à toa que tais neoliberais tenham sido tão contrariados com a decisão de Figueiredo de finalmente ceder poder aos civis.

O fim do domínio militar prenunciava uma volta da esquerda ao poder, agora renovada com um projeto de construção de um Estado de bem-estar social no país. Desde o pós-guerra os neoliberais ocidentais combatiam os sistemas públicos de seguridade social dos seus respectivos países – agora era a vez dos nossos conterrâneos fazerem o mesmo. Este tema, que era virtualmente ausente nos escritos dos neoliberais brasileiros, assumiu então uma posição de destaque. Eugênio Gudin, por exemplo, foi acometido de um desespero malthusiano com o crescimento demográfico brasileiro, que segundo ele ameaçava inviabilizar o desenvolvimento nacional ao forçar o aumento de gastos sociais para absorver a multidão descamisada:

O Brasil tem sido um dos países de mais alta taxa de natalidade e crescimento demográfico ... agora, de repente, no meio de uma grave crise política e até menor crise econômica é que o governo, jungido por interesses de partidos políticos, resolveu arrombar os cofres públicos e particulares, para tentar o milagre de absorver em pouco tempo e incorporar à população brasileira os 30 milhões de habitantes. Ainda mais em períodos eleitorais como o atual, em que se gastam

bilhões para tentar absorver com novos empregos uma parte da população excedente. (O Globo, 26/07/1982)

Já Roberto Campos, que nos anos 1970 se descobrira neoliberal, em vários textos atacava a “democratie”, isto é, “a ênfase sobre os direitos e garantias políticas, com des-caso pela defesa do indivíduo contra imposições governamentais no plano econômico, cultural e social” (O Globo, 18/09/1988), enquanto Henry Maksoud empregava as teorias hayekianas para atacar a ideia de justiça social e as propostas de imposto progressivo e sobre grandes fortunas.

Mas se, por um lado, o reestabelecimento do sistema eleitoral pairava como uma nuvem negra sobre o futuro do país, por outro, isto forçava os neoliberais a saírem daquele estado cômodo de desorganização em que se encontravam. Data de então a criação das primeiras organizações políticas brasileiras programaticamente neoliberais, depois do breve esboço do IPÊS, como a criação dos vários institutos liberais, além de partidos políticos como o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Não vamos aqui nos deter na história dos vários institutos liberais (ver a respeito o trabalho de Camila Rocha, **Menos Marx, Mais Mises**, 2021; ver também René Dreifuss, **O Jogo da Direita na Nova República**, 1989), mas a criação de partidos neoliberais se trata de uma importante inovação, imagino que inédita até meados dos anos 1970. No estrangeiro, Margareth Thatcher fez uma verdadeira revolução dentro do Partido Conservador britânico ao afastá-lo do chamado consenso do pós-guerra e conciliá-lo com a filosofia hayekiana, enquanto o presidente francês Giscard d’Estaing promovia uma renovação neoliberal profunda na direita francesa, afastando-a do antigo gaulismo. Aqui no Brasil, em 1977, Cláudio Lembo, presidente e candidato a senador pelo ARENA de São Paulo, já aventava em entrevistas a necessidade renovar seu partido adotando a “ideologia neoliberal, ... capaz de comover principalmente a juventude e a classe média ascendente das grandes cidades brasileiras” (O Globo, 18/04/1977). Segundo o político, o neoliberalismo teria como objetivo manter um “equilíbrio entre ordem e liberdade”, e assim “admite a presença de um Estado ativo que possa intervir em determinados momentos de anarquia social e econômica, para que a lei da causa e efeito, própria de qualquer regime liberal e da própria natureza, se reponha em seu curso normal” (O Globo, 12/06/1977).

Lembo perdeu a eleição para senador em 1978 e com isso as reformas que propunha não surtiram efeito. (Ele viria a perder novamente nas eleições presenciais de 1989 na chapa de Aureliano Chaves, o vice-presidente de Figueiredo que, aliás, era profundamente admirado e elogiado por Eugênio Gudin.) Por isso foi só mesmo com a criação de novos partidos como o PFL e o PSDB que os neoliberais brasileiros conquistariam partidos para chamar de seus.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA

Os anos 1980 são de fato um marco na história do neoliberalismo, pois, se em meados do século vinte seus intelectuais podiam ser tratados como “dinossauros” saudosos de uma causa perdida, tal como fazia Karl Polanyi em **A Grande Transformação** (1944) e mesmo mais recentemente Celso Furtado ao tratar de Gudin (ver Biderman et al, **Conversas com Economistas Brasileiros**, 1996, p. 69 e ss.), no final deste século a situação se inverteu a tal ponto que o neoliberalismo já podia aparecer como uma moderníssima novidade e os socialistas como velhos “dinossauros”. Esse processo, contudo, necessitou não só de uma segunda “grande transformação” social, a reverter aquela anteriormente descrita por Polanyi, como também necessitou uma renovação das bases teóricas e discursivas dos neoliberais – dentre as quais devemos destacar uma certa adesão ao discurso pretensamente democrático promovido pelos norte-americanos ao longo do século vinte.

Vamos mostrar nos capítulos seguintes como velhos neoliberais como Eugênio Gudin ou Friedrich Hayek não eram e não pretendiam ser democratas, como também não tinham qualquer pudor em declarar explicitamente que a democracia não era uma forma de governo adequada à imensa maioria do mundo, incluso o Brasil. No contexto da Guerra Fria essa franqueza antidemocrática não caía bem, mas tais neoliberais se formaram numa época em que o termo ideológico fundamental a legitimar as relações de poder existentes não era “democracia” mas sim “civilização”. Não por acaso, intelectuais como Gudin e Hayek tomavam a Inglaterra do século dezenove, e não os Estados Unidos do século vinte, como o paradigma normativo fundamental a ser seguido.

A ascensão norte-americana deslocou a antiga legitimação da hegemonia colonial europeia, então feita em nome da civilização (e do cristianismo), para pôr no seu lugar a defesa da “democracia”. O movimento neoliberal não passou incólume por este processo, pois aquela franqueza antidemocrática prístina de Hayek ou Gudin se torna mais débil quando olhamos para certos neoliberais norte-americanos durante a Guerra Fria, como por exemplo Milton e Rose Friedman, que em certos textos como **Capitalismo e Liberdade** (1962) tentam associar mercado e democracia – diferentemente de neoliberais como Gudin que tentavam associar mercado e civilização. Se torna praxe entre neoliberais da Escola de Chicago e de Virgínia falar num “mercado político” ou mesmo fazer análises econômicas da democracia e de toda e qualquer instituição sociopolítica, mostrando como também aí os princípios elementares da economia neoclássica vigoram.

Nos debates contemporâneos sobre “democracia” (e mesmo sobre uma suposta “crise da democracia”) normalmente pouco conta se tem de quão recente é nossa compreensão atual do termo, particularmente quanto à sua forte associação com competição eleitoral. É bem provável que Joseph Schumpeter, em **Capitalismo, Socialismo e Democracia** (1942), tenha sido o primeiro a definir explicitamente democracia desta forma, ao apresentá-la como um método de seleção de líderes por meio de eleições, em vez de um sistema no qual o povo de fato governe. O que é muito claro no texto de Schumpeter, entretanto, é a arbitrariedade desta definição sob o ponto de vista da história das ideias, mas que foi feita pelo autor para justificar sua tomada de partido em defesa dos Estados Unidos, e seus aliados mais próximos como a Inglaterra e a França, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Um artifício retórico fundamental de Schumpeter, que seria adotado por toda a ciência política posterior e mesmo contemporânea, é a alegação de que isto se trataria de uma visão “realista” da democracia: é como se alguém redefinisse “unicórneio” para significar o mesmo que “cavalo” e a partir de então se gabasse de ter uma visão “realista” ou “científica” dos unicórneos, ao tratar de cavalos.

Não temos, contudo, espaço aqui para apresentar a profundidade dessa ressignificação do termo democracia, como por exemplo o fato de eleições tradicionalmente serem tidas como mecanismos aristocráticos (isto é, antidemocráticos) de distribuição de

cargos públicos, e como muito do que hoje se entende por “democracia” corresponde ao que anteriormente se entendia por “república” (termo muito mais apropriado para descrever os regimes políticos contemporâneos). Mas o fato é que essa ressignificação serviu como uma luva no contexto das disputas ideológicas da Guerra Fria para justificar a defesa do “mundo livre”, sob tutela norte-americana, contra os discursos socialistas e dos vários movimentos terceiro-mundistas que pretendiam formar tipos de regimes políticos próprios.

O movimento neoliberal por isso acabou se adaptando tanto discursiva quanto praticamente, não só criando partidos próprios para participar do processo eleitoral, como também adotando táticas de militância política anteriormente impensáveis. Por exemplo, Cláudio Lembo, o presidente da ARENA paulista, que queria renovar seu partido adotando ideias neoliberais, em suas entrevistas de 1977 enfatiza não só uma suposta novidade e modernidade do neoliberalismo, como também suas credenciais democráticas. Fernando Henrique Cardoso, que nessa mesma época iniciava sua carreira política pelo MDB se aproximando dos grupos empresariais descontentes com a ditadura, construía sua interpretação do país como dominado por uma tradição “estatista” e “autoritária”, encarnada na figura de Getúlio Vargas, a ser combatida por meio da “abertura” do Estado à sociedade civil. À sua maneira, por exemplo em textos como **O Papel dos Empresários no Processo de Transição** (1983), Fernando Henrique Cardoso usa o termo “liberalização” de modo a praticamente identificar democracia com privatização. Nesta interpretação da história nacional como constituída por um período “desenvolvimentista” ou “varguista”, Celso Furtado aparece de mãos dadas a Antônio Delfim Netto, como se compartilhassem de um mesmo projeto político fundamental, enquanto Eugênio Gudin é convenientemente recalcado. Mas Gudin e Delfim estão muito mais próximos entre si do que estão de Furtado, e o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso pode até se pretender democrático, mas não era uma novidade tão alienígena à história nacional como ele pretendia.

A verdadeira novidade na época foi a adesão, dado o descrédito socialista devido à estagnação e posterior colapso soviético, de parte significativa da esquerda à tese neoliberal de que o planejamento econômico não funciona e que por isso é melhor “deixar o

mercado decidir”. Emergia então a autodenominada “terceira via”, da qual Fernando Henrique Cardoso foi o maior representante aqui no Brasil. Nos países ocidentais esta adesão levava os partidos sociais democratas a adotarem políticas neoliberais – ao ponto de Margaret Thatcher em 2002 declarar que sua maior realização tinha sido “Tony Blair e o Novo Trabalhismo. Nós forçamos nossos oponentes a mudar de ideia”.

Mas o curioso é que os membros da Sociedade Mont Pèlerin eles próprios não tendiam a ver esta época como uma Belle Époque gloriosa na qual sua eterna batalha contra o mal coletivista havia sido finalmente vencida. Muito pelo contrário, muitos deles viveram angustiados por acharem que “o socialismo morreu, mas o estatismo não”, como certa vez declarou o economista neoliberal Antonio Martino. Victoria Curzon-Prize, presidente da Sociedade Mont Pèlerin, declarava: “O inimigo sofreu mutação. Em 1947, os fundadores da nossa Sociedade lutaram contra o comunismo declarado, o planejamento e o keynesianismo radical. Hoje, nossos oponentes são mais evasivos.” Este pavor do “creeping socialism” fazia os neoliberais redobram seus esforços contra o ambientalismo e mesmo contra organismos internacionais como a União Europeia (Margaret Thatcher, por exemplo, foi a mais importante eurocética da época).

Alguns livros recentes, como **Mutant Neoliberalism** (2020), editado por Willian Callison e Zachary Manfredi, ou **Hayek’s Bastards** (2025), de Quinn Slobodian, têm tentado dar sentido a algumas surpreendentes transformações do movimento neoliberal ocorridas desde então, em particular, os seus laços com a demagogia da extrema direita contemporânea. Movimentos recentes como o finado Tea Party ou o Movimento Brasil Livre são herdeiros de mutações como as que, por exemplo, Murray Rothbard propunha em textos como **Right-Wing Populism: a strategy for the paleo movement** (1992) explicitamente contra certa estratégia elitista proposta por Hayek. Enquanto Hayek propunha promover uma conversão intelectual das elites para que estas domassem, via Estado, as massas supostamente socialistas, Rothbard apostava na mobilização das massas contra as elites, pois segundo ele na verdade as massas seriam capitalistas e as elites seriam socialistas. Os escritos recentes de Quinn Slobodian em particular têm enfatizado como muito desta insurgência populista dos últimos anos tem profundas raízes nesta variante “antiglobalista” e “populista” do movimento neoliberal.

Mas, felizmente nosso trabalho a seguir será relativamente simples, pois não teremos que lidar com estas confusões ideológicas contemporâneas. Em vez disso, nos limitaremos a apresentar Eugênio Gudín, um representante da primeira hora do movimento neoliberal, quando suas fileiras se resumiam a um grupelho encastelado nas proximidades do monte Pèlerin a lamentar o avanço da democracia. Apesar de Gudín ser algo antiquado para a ideologia pretensamente democrática contemporânea, por outro lado sua longeva participação na história política nacional, sempre muito coerente e incisiva, representa bem um projeto de país que deixou marcas indeléveis na realidade nacional.

2. NEOLIBERALISMO E CIVILIZAÇÃO

A defesa da civilização é um tema universal nos escritos dos neoliberais, ao menos os da primeira geração, oriundos de uma época na qual civilização e sua crise eram temas recorrentes nos debates políticos e intelectuais. Eugênio Gudín não foge a este padrão, inclusive manteve este como tema saliente em seus escritos mesmo em momentos mais avançados de sua longa vida. Porém, para além da íntima associação do mercado com a civilização, algo comum entre neoliberais, uma característica marcante em Gudín é sua vinculação desta temática a um programa positivo de desenvolvimento nacional. Se, para a maioria dos neoliberais “civilização” se centra numa defesa da ordem de mercado já existente contra a ameaça do coletivismo, em Gudín ela é, ainda mais, como veremos ao longo deste trabalho, um projeto positivo de formação nacional ancorado no sistema de mercado, no aumento da produtividade e de “justiça via preços”.

Mas, ao contrário do neoliberalismo “pastiche” de Henry Maksoud, que apenas tratou de importar as ideias de Hayek para o Brasil, Gudín desenvolveu um conjunto teórico original sobre um amplo leque de temas; conjunto este que permaneceu muito coerente por toda sua longa vida. Entretanto, diríamos que Gudín não chegou a desenvolver um “neoliberalismo tupiniquim” ou mesmo um “neoliberalismo caboclo”, como alguns intérpretes (notoriamente Maria Angélica Borges) chegaram a defender – ao menos nada comparado às tentativas de “indigenizar” o neoliberalismo às culturas locais, tal como feito por alguns neoliberais indianos, japoneses ou turcos, que reconheciam certa dignidade nas culturas milenares dos seus respectivos países (ver Plehwe e Slobodian, **Market Civilizations**, 2022). O neoliberalismo de Eugênio Gudín se pretende universal, pois não enxerga no Brasil nada além de uma fronteira em expansão da civilização europeia. Por outro lado, poderíamos dizer se tratar de um “neoliberalismo brasileiro” naquele sentido dado por Sérgio Buarque de Holanda em **Raízes do Brasil** (1936) quando nos caracterizava como uns “desterrados em nossa própria terra”, por formarmos nossa própria identidade exatamente neste transplante de leis, costumes e valores, e que por isso não conseguia ver no Brasil nada além de uma versão imatura da Europa.

Mas antes de entrarmos no Brasil de Gudín, veremos a seguir como a matriz discursiva dos velhos neoliberais gira em torno desta ideia de civilização, de modo que isto pode servir de chave interpretativa dos seus escritos todos.

OS BÁRBAROS BATEM À PORTA: A DEFESA NEOLIBERAL DA CIVILIZAÇÃO

O fato é que o homem econômico em quem Adam Smith baseou seus argumentos era, como ele próprio, um escocês que preferia trabalhar e poupar a desfrutar da ociosidade. Para o tipo escocês de *homo economicus*, o trabalho era uma virtude, em primeiro lugar, porque o robusto montanhista nórdico amava a liberdade; em segundo lugar, porque não se esquivava do esforço; e, em terceiro e último lugar, porque não era avesso à riqueza, sendo sua propensão à poupança, proverbialmente, uma de suas características mais marcantes.

Não seria, portanto, bastante natural que o homem econômico de Adam Smith fosse tanto uma premissa de sua ciência econômica quanto, indiretamente, mas de fato, a inspiração de seu liberalismo econômico? Se ele tivesse sido criado entre a raça árabe, castigada pelo sol, que prefere o lazer ao trabalho, a segurança no nível mais básico à insegurança da iniciativa e, portanto, a igualdade à liberdade, não o teria levado, de forma bastante consistente, a pregar uma doutrina muito diferente? (William Rappard, Conferência Inaugural da Sociedade Mont Pèlerin, apud Bruce Caldwell, **Mont Pèlerin 1947: transcripts of the founding meeting of the Mont Pèlerin Society**, 2020)

Raça, cultura e civilização são temas centrais nos escritos dos neoliberais. Apesar de não formarem um consenso sobre estes temas, ao menos não no detalhe, praticamente todos eles, pelo menos os da primeira geração, se compreendem fundamentalmente como defensores da civilização e da cultura contra a ameaça do coletivismo e do socialismo, invariavelmente por eles identificados com a barbárie e a regressão civilizacional. Muitos dos seus livros apresentam estes temas logo nas suas primeiras páginas, o que indica sua centralidade em seus projetos, mesmo que às vezes permaneçam largamente pressupostos e pouco desenvolvidos. Aliado a civilização, raça e cultura, colonialismo e direitos humanos são outros temas perpassantes e de suma importância no contexto político e intelectual de meados do século vinte com os quais os neoliberais tiveram que se engajar.

Não é o lugar aqui, contudo, para desenvolver extensivamente como estas temáticas aparecem no conjunto de seus textos, dado que isto já tem sido feito de forma muito

competente por Jessica Whyte em **The Morals of the Market** (2019) e Lars Cornelissen em **Neoliberalism and Race** (2025), e nosso interesse ser mais especificamente Eugênio Gudin. Vamos por isso no que se segue apenas fazer um breve excuro, dando especial atenção à filosofia madura de Friedrich Hayek, devido à sua importância entre os neoliberais mundo afora (e seu discípulo Henry Maksoud), para introduzir a temática nos escritos de Eugênio Gudin aqui no Brasil.

De todo modo, os neoliberais frequentemente desenvolveram diversos argumentos promovendo uma identificação da civilização com o capitalismo, de modo a argumentar que qualquer ameaça a um equivale a uma ameaça ao outro. Eles são certamente os maiores defensores contemporâneos da antiga tese iluminista sobre o efeito pacificador do comércio e sobre a sociedade comercial como a fase mais avançada da civilização. Mas, ao contrário das chamadas teorias do “doux commerce” e dos quatro estágios do desenvolvimento social, defendidas por iluministas escoceses e franceses, os neoliberais passaram a utilizar destes argumentos para com eles poder castigar qualquer ideia de alternativa ao capitalismo.

Só para dar alguns exemplos da importância desta temática na literatura neoliberal:

Walter Lippmann, em **The Good Society** (1937), livro que levou à primeira reunião dos neoliberais no Colóquio Walter Lippmann do ano seguinte, declarava que “o reavivamento da autoridade estava levando a uma regressão espetacular a padrões mais baixos de vida e a um nível mais degradado de civilização” (p. 18), que não era “mera coincidência que o culto de uma civilização dirigida seja acompanhado por um pressentimento geral de que a civilização moderna está condenada” (p. 39) e que o liberalismo seria “uma esperança gerada no coração humano ao longo das longas eras em que os impulsos da civilização, emergindo lentamente e cercados pela barbárie, lutaram para se libertar” (p. 368). O ordoliberal Wilhelm Röpke abre seu livro **Civitas Humana** (1944) descrevendo o “coletivismo” como “perigo mortal que ameaça toda a nossa civilização ocidental”; perigo este que “não apenas roubaria da sociedade aquela estrutura orgânica e o suporte interno que lhe conferem estabilidade, mas, acima de tudo, tiraria da vida do indivíduo justamente aquele propósito essencial que só a liberdade pode conferir” (p. 2). O sentimento de ameaça à civilização está também expresso na **Declaração**

de Princípios da Sociedade Mont Pèlerin (1947), que se inicia dizendo que “os valores centrais da civilização estão em perigo”. Alguns anos mais tarde, Ludwig von Mises repetiria este sentimento em seu livro **Ação Humana** (1949), apelando por sua vez à ciência econômica como baluarte da civilização:

Deve-se enfatizar que o destino da civilização moderna, tal como se desenvolveu pelos povos brancos nos últimos duzentos anos, está inseparavelmente ligado ao destino da ciência econômica. Essa civilização pôde surgir porque os povos eram dominados por ideias que eram a aplicação dos ensinamentos da economia aos problemas de política econômica. Ela perecerá e deverá perecer se as nações continuarem a seguir o caminho que trilharam sob o encanto de doutrinas que rejeitam o pensamento econômico. (p. 10)

Este era um tema recorrente no início do século vinte, particularmente no período em torno da Primeira Guerra Mundial, que viu uma crescente polarização e oposição entre os termos “civilização” e “cultura”, em grande medida devido à animosidade entre alemães e britânicos e franceses. Por isso não é à toa que este tema seja tão relevante nos textos iniciais do neoliberalismo.

Não vamos desenvolver aqui uma história detalhada maior da ideia de civilização e sua crise, mas cabe ressaltar o seguinte (para o que se segue, ver o verbete sobre civilização e cultura de Jörg Fisch para o dicionário de Brunner et al, **Geschichtliche Grundbegriffe**, 1997, Band 7, pp. 679-774): desde a antiguidade romana o adjetivo “civilizado” e correlatos existiam em contraposição a “bárbaro” para designar o caráter mais refinado e pacífico de algum povo ou indivíduo. Intimamente ligado a ele era “cultura”, termo oriundo da agricultura que focava mais na formação e no “cultivo” individual. Outro aspecto curioso desta história é a associação entre civilização e “urbanidade”, como comportamento “civil”, isto é, polido, respeitoso e esclarecido, versus o caráter rústico, violento e ignorante do camponês.

Entretanto, uma inovação importante moderna foi a associação da ideia de ser civilizado com as teorias iluministas da história universal, que postulavam um processo de formação geral da humanidade análogo ao desenvolvimento individual: tanto o homem individual quanto a humanidade como um todo nasceram imaturos e passam por um processo de educação e amadurecimento, com uma crescente sociabilidade, razoabilidade e autonomia. Esta inovação iluminista permitiu estabelecer uma hierarquia única

de desenvolvimento a englobar todos os povos do mundo, fixando os europeus no seu ápice, algo não muito comum até então.

Isso se formou aos poucos em íntima conexão com o debate sobre como compreender os povos ameríndios – povos muito destoantes de tudo o que a literatura clássica e teológica oferecia como descrição do mundo. Como Ronald Meek em **Social Science and the Ignoble Savage** (1976) bem salienta, de início se especulava se os ameríndios eram descendentes de judeus, fenícios ou chineses há muito ilhados em terras remotas devido ao dilúvio bíblico, mas aos poucos se fixou a ideia de que na verdade eles eram representantes da era mais primitiva da humanidade (como Locke famosamente declarou “no começo o mundo inteiro era a América”).

Se, por um lado, os povos caçadores e coletores passaram a ser vistos como a infância da humanidade, a sociedade comercial, paradigmaticamente a europeia, passou a ser vista como sua forma mais madura. A associação entre comércio e civilização é por isso um ponto muito importante neste debate. Desde a antiguidade, mas especialmente com o iluminismo, que o comércio tendia a ser visto como tendo uma função civilizadora e promotora das virtudes morais e cívicas – ao ponto de Albert Hirschman, em **As Paixões e os Interesses** (1997, p. 70), falar em um “republicanismo comercial” ao tratar de Montesquieu. Com Adam Smith essa associação assumiria uma posição central em toda sua teoria social, vendo de forma integrada instituições econômicas, jurídicas, políticas e tecnológicas.

Os neoliberais no século vinte são os continuadores desta vertente do pensamento social moderno, mas agora num novo contexto no qual toda aquela segurança iluminista com a perfectibilidade humana já dava lugar a uma imensa ansiedade. Não há entre os iluministas uma teoria da crise da civilização, ou sobre a necessidade de reforçar seus alicerces para enfrentar as ameaças bárbaras.

Outro ponto importante é a relação entre “civilização” e “cultura”. Até o final do século dezenove e início do vinte tanto “cultura” quanto “civilização” nas várias línguas europeias em larga medida expressavam igualmente este mesmo estado de maturidade e superioridade comum aos povos europeus em seu conjunto. Aos poucos, mas mais fortemente na virada do século dezenove para o vinte, cresceu a tendência de se opor os

dois termos, fazendo com que “cultura” fosse crescentemente associada às disposições internas de um povo, ao seu “espírito” ou caráter particular, enquanto “civilização” passava a ser crescentemente associada a comércio, indústria e leis externas de comportamento e jurisprudência. Em grande medida esta oposição se alimentou da animosidade entre alemães, por um lado, e ingleses, por outro, que passaram a utilizar estes termos para afirmarem suas superioridades de uns contra os outros: os alemães deploavam a dita cultura prosaica e comercial britânica, um espírito civilizado, mas superficial e materialista, enquanto os britânicos acusavam os alemães de terem um caráter obtuso e metafísico, que nada mais fazia do que ocultar sua violência e barbarismo.

Vários são os autores do início do século vinte a fazer uma apologia do “espírito” alemão contra o filistinismo britânico, dentre eles se destaca Werner Sombart, que atraiu profunda animosidade dos neoliberais com seu clássico livro **Comerciantes e Heróis** (1915), um verdadeiro manifesto em defesa da “cultura heroica” e “guerreira” alemã. Veremos adiante como Gudin também dá destaque a este livro, mas de particular interesse é Hayek, pois em **O Caminho da Servidão** (1944) ele chega a caracterizar Sombart como o maior responsável pela aceitação do “socialismo” na Alemanha, e pela promoção da transição “de Marx a Hitler” ocorrida aquele país:

Em seu livro sobre a guerra, esse velho socialista [Sombart] saudou a “guerra alemã”, que considerava o inevitável conflito entre a civilização comercial da Inglaterra e a cultura heroica da Alemanha. Não tem limites o seu desprezo pelas ideias “mercantis” do povo inglês, que havia perdido todo o instinto guerreiro. Nada é mais desprezível aos seus olhos do que a busca generalizada da felicidade individual; e o que ele define como a máxima suprema da moral inglesa, “sê justo para que vivas bem e possas prolongar os teus dias sobre a terra”, é na sua opinião “a mais infame das máximas jamais formuladas por um espírito mercantil”. ...

Para Sombart, as reivindicações individuais são sempre decorrência do espírito mercantil. “As ideias de 1789” – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – são concepções características de sociedade baseadas no comércio, sem outra finalidade que a de garantir certas vantagens ao indivíduo. (p. 170)

O curioso é que todos eles, tanto anglófilos neoliberais quanto “antiburgueses” como Sombart (ou posteriormente Ernst Jünger), enfatizam que a animosidade entre alemães e britânicos não se tratava de mero conflito de interesses devido à ascensão industrial e comercial alemã nas décadas precedentes – isto é, como consequência do

desenvolvimento econômico, tal como argumentavam marxistas, ou mais recentemente Arnaud Orain em **Le Monde Confisqué** (2025) –, mas como algo decorrente de uma profunda diferença espiritual entre as duas potências. De um modo mais geral, nesta guerra de ideias, os neoliberais claramente se põem do lado dos britânicos contra os alemães, não tanto por algum nacionalismo anglo-saxão, mas mais devido à associação da civilização com o comércio e o capitalismo.

O caráter pretensamente universalista, humanitário e cosmopolita desta defesa da civilização, que boa parte dos neoliberais da primeira geração insistem em declarar, contudo, sempre manteve uma ambiguidade inerente, pois sempre esteve mais ou menos conscientemente associado a algum grupo específico, seja um povo contra outro (como os britânicos contra os alemães), seja aos europeus em seu conjunto contra povos de outras regiões, seja mesmo à raça branca contra as demais.

A civilização é, ao mesmo tempo, um ideal normativo universal de paz e esclarecimento, como também uma realização histórica de um grupo particular em oposição a outros – grupo este dotado de alguma virtude ou “gênio” superior a ser, portanto, louvado e explicado. Este juízo sobre a superioridade de alguns povos ou grupos frente a outros é algo generalizado nos neoliberais; as suas explicações para esta superioridade, porém, nunca foi consensual entre eles próprios. Alguns, como Ludwig von Mises e Wilhelm Röpke, insistiam que a raça era inegavelmente um fator muito importante para explicar os vários graus de desenvolvimento dos diferentes povos; a maioria dos neoliberais, contudo, evitava apelar para explicações francamente raciais, dada a associação do racismo com o nazismo. Por exemplo, na sua conferência **Theory and History** (1957), Mises insistia na possibilidade de desenvolver uma teoria científica da raça sem o “amorismo” e “diletantismo” prevalente nas doutrinas nazistas, e sem também entrar em especulações sobre fatores biológicos que requereriam estudos empíricos para os quais não ele estava habilitado. A história, porém, permitia tirar algumas conclusões fatuais sobre raça e virtudes civilizacionais:

Tudo o que pode ser dito sobre questões raciais com base na experiência histórica se resume a dois pontos. Primeiro, as diferenças prevalentes entre os vários estratos biológicos de homens são refletidas nas realizações civilizatórias dos grupos de homens. Segundo, em nossa era as principais conquistas

civilizacionais de algumas subdivisões da raça branca caucasiana são vistas pela imensa maioria dos membros de todas as outras raças como mais desejáveis que as características particulares da civilização produzida pelos membros de suas próprias raças respectivas. (Mises, **Theory and History**, pp. 336-37)

Mises sabia que estava andando num campo minado ao tratar do assunto, mas insistia em abordá-lo, “por amor aos fatos”. A maioria dos neoliberais, entretanto, tendia simplesmente a “mudar de tema”, por assim dizer, tendendo em vez a apelar a explicações culturalistas para os diferentes níveis de desenvolvimento civilizacional. A atitude básica em todos, porém, é sempre a mesma: a de justificar as desigualdades existentes e combater os reclames dos movimentos antirracistas, anticoloniais e socialistas. Mesmo quando negavam explicitamente teorias raciais e preferiam apelar a argumentos culturalistas, o sentido de seus argumentos sempre era de “desproblematizar” as desigualdades em nível global e nacional, e tentavam localizar as causas da miséria sempre em traços internos às próprias populações miseráveis, e não à dominação colonial ou à estrutura do mercado mundial.

Se por um lado as teorias raciais tendiam a ser muito malvistas pela maioria dos neoliberais devido à sua associação com o nazismo, por outro a associação do comércio com a modernidade, com os europeus e mesmo com os britânicos impregnou a todos um forte caráter eurocêntrico que via com muitos maus olhos todos os demais povos e com muito temor o processo de descolonização de meados do século vinte. O resultado foi que os neoliberais desenvolveram diferentes argumentos para alegar que os povos coloniais e as populações nativas eram por demais imaturos para poderem ter autonomia política, e que por isso o processo de descolonização representava uma grave ameaça à civilização. Ademais, a barbárie contra a qual os neoliberais lutavam por isso associava o socialismo tanto às massas democráticas no interior das sociedades civilizadas, quanto aos povos colonizados mundo afora. A barbárie era associada ainda, como mostraremos a seguir ao tratarmos de Hayek e de Gudin, aos “doces bárbaros” da nova esquerda com seus projetos contra a moral vitoriana – os neoliberais são, pois, os grandes defensores do sujeito burguês e sua forma de vida.

Como já dissemos, não vamos aqui fazer uma exposição detalhada disto, até porque tanto Jessica Whyte em **The Morals of the Market** (2019) e Lars Cornelissen em

Neoliberalism and Race (2025) têm feito isto de forma muito competente. Vamos a seguir dar alguma atenção apenas ao caso de Hayek, devido à sua maior influência entre neoliberais, para depois entrar definitivamente em Eugênio Gudín.

A LIBERDADE SITIADA DE FRIEDRICH HAYEK

Ideias semelhantes sobre a civilização estão presentes nos mais diversos textos de Hayek. Contudo, sua teoria tende a associar mais especificamente a civilização à sua concepção de ordem espontânea e ao caráter não planejado e incompreensível da rede de instituições que sustentam a vida em sociedade.

Por exemplo, em **O Uso do Conhecimento na Sociedade** (1945), após citar a frase de Alfred Whitehead de que “a civilização avança ao ampliar o número de operações importantes que podemos realizar sem precisar pensar nelas”, Hayek complementa dizendo que a civilização se fundamenta em “fórmulas, símbolos e regras cujo significado não compreendemos” e “hábitos e instituições que se mostraram bem-sucedidos em suas respectivas esferas” a despeito do seu caráter não planejado (p. 528). A crítica às pretensões de planejamento e design consciente da sociedade é um tema recorrente em todos seus textos e viria a ser desenvolvido ao longo de toda sua vida intelectual. Em sua versão madura, tal crítica se transformaria numa teoria da evolução cultural, como mostraremos adiante.

O autor ainda inicia sua palestra **A Defesa da Nossa Civilização contra o Erro Intelectual** (1968) caracterizando a tarefa coletiva fundamental do movimento neoliberal como um todo como sendo a defesa da “nossa civilização”, para então complementar:

... o que está ameaçado pelas atuais tendências políticas não é apenas a prosperidade econômica, nem apenas nosso conforto ou a taxa de crescimento econômico. É algo muito maior. Isto é o que eu quis que fosse entendido pela frase “nossa civilização”. O homem moderno se orgulha de ter construído essa civilização como se, ao fazê-lo, tivesse executado um plano previamente concebido. Mas o fato é que, se em qualquer ponto do passado o homem tivesse traçado seu futuro com base no conhecimento existente na época e seguido esse plano, não estaríamos onde estamos. Estaríamos não apenas muito mais pobres, não apenas menos sábios, mas também menos gentis, menos morais; na verdade, ainda teríamos que lutar brutalmente uns contra os outros para sobreviver. Devemos o fato de que não apenas nosso conhecimento cresceu, mas também nossa moralidade melhorou – e acredito que ela de fato melhorou, especialmente

no que diz respeito à preocupação com o próximo – não a alguém que planejou esse desenvolvimento, mas ao fato de que, em uma sociedade essencialmente livre, certas tendências prevaleceram por favorecerem uma sociedade pacífica, ordeira e progressista.

Este mesmo tema é retomado logo no início de sua última obra, **The Fatal Conceit** (1988):

Este livro defende que nossa civilização depende, não apenas em sua origem, mas também para sua preservação, daquilo que pode ser descrito com precisão apenas como a ordem estendida da cooperação humana – uma ordem mais comumente, embora de forma algo equivocada, conhecida como capitalismo. Para compreender nossa civilização, é necessário reconhecer que essa ordem estendida não resultou de um projeto ou intenção humana, mas surgiu de forma espontânea: ela emergiu da conformidade não intencional a certas práticas tradicionais e em grande parte morais – muitas das quais os homens tendem a rejeitar, cujo significado geralmente não compreendem, cuja validade não conseguem provar – e que, ainda assim, se difundiram com relativa rapidez por meio de uma seleção evolutiva: o aumento comparativo da população e da riqueza dos grupos que, por acaso, as seguiram. (p. 6)

De um modo geral, a obra madura de Hayek desenvolveu uma longa teoria da evolução cultural pretendendo mostrar como a civilização permite uma relativamente ampla liberdade individual na escolha de finalidades particulares, algo que teria surgido sem planejamento ou previsão, mas que estaria continuamente ameaçado pela pretensão de que saberíamos de fato como esta ordem social funciona e que por isso poderíamos remodelá-la da forma que nos pareça melhor.

Ao retomar esta velha temática conservadora, classicamente formulada por Edmund Burke, Hayek visa argumentar que o socialismo seria uma espécie de “atavismo”, isto é, um instinto primitivo arraigado na alma humana devido aos milênios vivendo em pequenas comunidades tribais, que exigiam uma forte solidariedade e coordenação coletiva para assegurar a sobrevivência, mas que teria perdido a sua razão de ser com o desenvolvimento da sociedade civilizada. Assim, apesar de embasado num instinto arraigado na alma humana, o socialismo seria inviável e tirânico em sociedades complexas e diversas como a moderna, exigindo uma coesão moral e cultural abrangente que não existe mais.

Hayek via nas regras morais tradicionais e em instituições como propriedade privada, família e religião expressões de uma sabedoria evolutiva superior à razão individual, e por isso condenava movimentos que buscavam substituí-las por ideologias racionalistas ou libertárias, classificando tanto Marx quanto Freud como figuras corrosivas da civilização moderna. Como ele diz na sua conferência **As Três Fontes dos Valores Humanos** (1978):

Por meio de seus profundos efeitos sobre a educação, Sigmund Freud provavelmente se tornou o maior destruidor da cultura. Embora, em sua velhice, em *O Mal-Estar na Civilização*, ele próprio pareça ter ficado um tanto perturbado por alguns dos efeitos de seu ensinamento, seu objetivo fundamental – desfazer as repressões adquiridas culturalmente e liberar os impulsos naturais – abriu o ataque mais fatal contra os fundamentos de toda civilização. ... Em 1946, o falecido Dr. G. B. Chisholm [... alegava que] cabia aos psiquiatras libertar a raça humana do “fardo paralisante do bem e do mal” e dos “conceitos perversos de certo e errado” e, assim, decidir seu futuro imediato.

É o fruto dessas sementes que agora estamos colhendo. Esses selvagens [contemporâneos] não domesticados que se apresentam como alienados de algo que jamais aprenderam – e até se propõem a construir uma “contracultura” – são o produto inevitável da educação permissiva que falha em transmitir o legado da cultura e confia nos instintos naturais, que são os instintos do selvagem. (Hayek, em **Lei, Legislação e Liberdade**, p. 507)

É preciso entender por isso que a filosofia de Hayek define a liberdade como “civilidade” (a expressão é de Bholat, **Hayek's ‘Great Society’: on civilization and its savages**, 2010), como uma adesão às estruturas e costumes de responsabilidade que norteiam o comportamento individual, em detrimento da ideia de se fazer absolutamente tudo o que se queira. A liberdade concebida por Hayek poderia ser ainda descrita como uma “liberdade civilizada”, isto é, uma que não é um estado natural, mas sim um produto da civilização, alcançado por meio de restrições autoimpostas – particularmente quando, em vez do comportamento humano ser orientado para finalidades comunitárias, se passou a reconhecer e respeitar as “regras abstratas de justa conduta”:

A transição do pequeno grupo para a comunidade estabelecida e, finalmente, para a sociedade aberta, e com ela para a civilização, deveu-se ao fato de os homens aprenderem a obedecer às mesmas regras abstratas, em vez de serem guiados por instintos inatos para perseguir objetivos comuns percebidos. Os anseios naturais inatos eram adequados para a condição de vida do pequeno grupo, durante o qual o homem desenvolveu a estrutura neural que ainda é

característica do Homo Sapiens. ... Provavelmente seria mais correto equiparar esses instintos “naturais” aos instintos “animais” do que aos instintos caracteristicamente humanos ou bons. De fato, o uso geral de “natural” como termo elogioso está se tornando muito enganoso, porque uma das principais funções das regras aprendidas posteriormente era restringir os instintos inatos ou naturais da maneira necessária para tornar possível a Grande Sociedade [Great Society]. Ainda estamos inclinados a presumir que o que é natural deve ser bom; mas pode estar muito longe de ser bom na Grande Sociedade. O que tornou os homens bons não foi nem a natureza nem a razão, mas a tradição. (**Lei, Legislação e Liberdade**, p. 492)

Para Hayek, o cerne da “nossa civilização” reside em seu individualismo, supostamente uma herança das tradições intelectuais gregas e romanas, e da ética de responsabilidade cristã, que juntas possibilitaram o surgimento da “Great Society” na modernidade. Contudo, o autor expressa uma profunda ambivalência sobre este avanço, vendo-o como uma ordem fundamentalmente contra a natureza, que impõe uma severa disciplina ao reprimir os instintos primitivos, particularmente os de solidariedade humana. Ainda mais, não só esta civilização complexa não nasceu de um plano, como também teria evoluído espontaneamente através de um processo impiedoso de seleção cultural, onde grupos com regras mais eficazes prosperaram. No fim, a questão desta civilização ser normativamente desejável ou não se torna secundária para ele, pois só ela é capaz de sustentar a vasta população mundial por ela própria gestada. Hayek crê que qualquer interferência nas regras fundamentais da sociedade moderna só poderia reduzir esta capacidade adaptativa da civilização e assim causar catástrofes e mais sofrimento.

Por isso, paradoxalmente, a sobrevivência desta mesma ordem espontânea agora parece exigir uma compreensão consciente deste seu traço fundamental, de modo a ser protegida do atavismo socialista que tanto a ameaça. O que antes foi um processo espontâneo agora aparentemente só pode ser preservado por meio da aplicação consciente, se não do planejamento, pelo menos de um “antiplanejamento”.

Este processo civilizatório estaria, contudo, ainda incompleto, pois se por um lado já seriam claras as regras de justa conduta moral, por outro ainda seria necessário muito reforçar os mecanismos de controle do comportamento coletivo nos regimes democráticos, a fim de formar uma “gaiola de ferro da liberdade” (a expressão é de Andrew Gamble, **Hayek: the Iron Cage of Liberty**, 1998) mesmo nos países desenvolvidos.

Daí o projeto fundamental hayekiano de elaboração constitucional para a restrição e regulação da vontade das massas. Como ele diz:

Não há, entretanto, mais razão para acreditar, no caso da maioria, que o fato de desejarem algo em particular seja uma expressão de seu senso de justiça, do que há fundamento para tal crença no caso dos indivíduos. Nestes últimos, sabemos muito bem que seu senso de justiça é frequentemente influenciado pelo desejo por determinados objetos. Mas, enquanto indivíduos, fomos geralmente ensinados a reprimir desejos ilegítimos – embora, por vezes, precisemos ser contidos pela autoridade. A civilização repousa em grande parte no fato de que os indivíduos aprenderam a conter seus desejos por objetos específicos e a submeter-se a regras de conduta justa geralmente reconhecidas. As maiorias [democráticas], contudo, ainda não foram civilizadas dessa maneira, pois não precisam obedecer a regras. (p. 351)

Em **As Novas Nações e o Problema do Poder** (1960), Hayek ainda alega que os “poderes de uma assembleia democrática devem ser limitados, e a única maneira pela qual vejo isso é que eles sejam limitados da mesma forma que na vida privada nos submetemos a regras morais” (p. 820). Para esta finalidade o autor basicamente propõe a criação de um sistema bicameral no qual uma assembleia (chamada de “conselho legislativo”) seria responsável por estabelecer os princípios legais gerais e de longo prazo, enquanto outra (“conselho administrativo”) cuidaria da governança cotidiana dentro desses limites. O conselho legislativo seria constituído por cidadãos já maduros e profissionalmente bem-sucedidos, eleitos de forma escalonada por mandatos longos (15 anos) e se dedicaria exclusivamente ao estabelecimento de normas abstratas. Já o conselho administrativo funcionaria de maneira semelhante aos parlamentos atuais, porém submetido aos princípios estabelecidos pelo órgão legislativo. Esse sistema, reforçado por revisão judicial, teria o efeito de obrigar os regimes políticos a limitarem seus próprios poderes. Assim, este senado forte teria a função de exercer um papel moderador, com poder de veto, impondo limites e regras, mas sem dirigir diretamente as políticas públicas.

A necessidade deste sistema seria particularmente premente no que ele chama de “novas nações” ou às vezes “novas democracias”, países que careceriam de tradições constitucionais consolidadas e de uma moralidade política enraizada. Como ele diz:

Meu objetivo ao apresentar tal esboço não é propor um esquema constitucional para aplicação imediata. Certamente não desejo sugerir que qualquer país com uma tradição constitucional firmemente estabelecida deva substituir sua

constituição por uma nova elaborada nos moldes sugeridos. ... Em primeiro lugar, pouquíssimos países no mundo estão na posição privilegiada de possuir uma forte tradição constitucional. De fato, fora do mundo de língua inglesa, provavelmente apenas os pequenos países do Norte da Europa e a Suíça possuem tais tradições. A maioria dos outros países jamais preservou uma constituição por tempo suficiente para que ela se tornasse uma tradição profundamente enraizada; e, em muitos deles, também falta o pano de fundo de tradições e crenças que, nos países mais afortunados, permitiram o funcionamento de constituições que não explicitavam tudo o que pressupunham – ou que sequer existiam em forma escrita. Isso é ainda mais verdadeiro para os novos países que, sem uma tradição sequer remotamente semelhante ao ideal do Estado de Direito sustentado há muito pelas nações europeias, adotaram destas as instituições da democracia sem os fundamentos de crenças e convicções que essas instituições pressupõem. (**Lei, Legislação e Liberdade**, p. 443-44)

De acordo com Hayek, para que a democracia possa ser transplantada com sucesso para as novas nações, é essencial que os novos regimes incluam, em suas constituições, princípios e tradições não escritos que nas “democracias consolidadas” limitaram por muito tempo de forma implícita os abusos do poder da maioria. Apesar do fracasso frequente da maioria dessas tentativas de implementar a democracia nestes países não invalidar seus fundamentos, isto revela que as instituições ocidentais dependem de pressupostos tácitos (como certos valores e costumes) que nem sempre existem em outros contextos. Nos países nos quais não forem tradicionalmente praticados, tais princípios deveriam ser formalmente incorporados às constituições, tornando explícitos, nos textos constitucionais, os princípios implícitos que sustentam as “instituições representativas ocidentais”.

O ponto crucial aqui é que a constituição modelo concebida por Hayek era excepcionalmente restritiva, limitando ao máximo a influência das massas incivilizadas sobre a legislação. Restrições tão abrangentes eram, em sua visão, necessárias porque as “novas” nações estavam mal preparadas para o governo democrático. Estas populações, por ainda “não estarem acostumadas ao autogoverno”, tinham menos propensão a sustentar a democracia do que a submeter-se a “regimes ditatoriais”.

O NEOLIBERALISMO PASTICHE DE HENRY MAKSOUD

Caberia ainda complementar esta exposição da proposta política de Hayek com os escritos de Henry Maksoud aqui no Brasil, pois, se por um lado Maksoud apenas repete

fielmente as teses de Hayek sem originalidade, por outro lado ele não só as resume de forma clara e condensada, como também o Brasil seria um caso daquilo que ambos chamavam de “novas nações” ou “novas democracias” carentes da tradição de liberal, de modo a demandar o sistema constitucional restritivo clamado por ambos.

Vários são os escritos de Henry Maksoud publicados no final dos anos 1970 e início dos 1980, anos do chamado processo de abertura democrática, que neoliberais como Maksoud viam com muita apreensão (veremos adiante o caso de Eugênio Gudin). Maksoud, um rico empresário sem grande originalidade intelectual, usou dos seus recursos para importar as ideias de Hayek e aplicá-las ao Brasil, de modo que poderia ser descrito como aquilo que o filósofo austríaco chamava de “second-hand dealer in ideas”. Vamos a seguir apresentar sua importação apenas a partir de um de seus vários livros, **Os Poderes do Governo** (1984), dado o caráter repetitivo dos seus escritos.

De qualquer modo, Maksoud repete a tese hayekiana de que o surgimento da sociedade civilizada foi um processo gradual de evolução cultural no qual os seres humanos substituíram as estruturas tribais arcaicas, baseadas em hierarquias rígidas e comandos arbitrários de líderes, por uma ordem espontânea governada por regras abstratas de justa conduta aplicadas universalmente. Esse processo se deu através de um mecanismo de seleção competitiva no qual as sociedades foram gradualmente adotando instituições e normas que se mostraram mais eficazes para permitir a coexistência pacífica e a cooperação entre um número crescente de indivíduos desconhecidos entre si. Como ele diz:

O que distinguiu o ser humano dos outros animais foi um processo de evolução que se completou com a domesticação do selvagem muito antes de se ter qualquer registro histórico sobre a humanidade. Durante o último meio por cento do tempo de existência do Homo Sapiens, ocorreu uma rápida e acelerada evolução cultural, que hoje reconhecemos como o desenvolvimento da civilização. O que tornou possível o progresso da civilização e permitiu à humanidade conhecer a sociedade aberta foi a substituição gradual de uma ordem hierárquica tribal, baseada em comandos arbitrários, por uma ordem espontânea, baseada em um repertório de regras abstratas de justa conduta. Estas regras passaram a ser O balizamento da sociedade, indicando aos homens a forma certa e a errada de ação em diferentes circunstâncias. O jogo regulamentado do mercado passou a substituir a ação, que antes era enquadrada sob uma única voz de comando. A grande vantagem que a humanidade conseguiu com essa mudança foi a de tornar

possível que certas informações, espalhadas entre milhares e milhares de pessoas que não se conhecem e não possuem objetivos em comum, possam ser transmitidas por um sistema autorregulador (cibernético), sob a forma de sinais denominados preços. (Maksoud, **Os Poderes do Governo**, p. 184)

Ademais, a própria instituição da propriedade privada teria sido um alicerce fundamental sobre o qual se ergueu toda a civilização, por ela ter permitido separar riqueza e poder, princípio essencial para a existência da liberdade individual e a expandir o predomínio do mercado com suas regras abstratas e mecanismos distribuídos de processamento de informações e formação de preços.

Maksoud chega a defender que a formação do direito moderno está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo e da civilização. O Estado de Direito autêntico, caracterizado pela divisão de poderes, império da lei e supremacia do direito, fundamentar-se-ia no que ele denomina “leis verdadeiras”: normas gerais, abstratas e prospectivas, aplicáveis igualmente a todos e a um número indeterminado de casos futuros. Estas leis contrastam com atos arbitrários voltados a fins concretos ou medidas retroativas dirigidas a grupos específicos, constituindo assim um sistema no qual regras abstratas de justa conduta substituem comandos discricionários. A separação de poderes surge como complemento essencial a este arcabouço, funcionando como instrumento fundamental para salvaguardar a liberdade individual e prevenir tanto a opressão quanto a arbitrariedade governamental. O sistema idealizado pelos teóricos políticos do século dezoito seria “um governo da lei, e não de homens”, onde todos os órgãos governamentais estariam submetidos às mesmas normas gerais.

Apesar de reconhecer que este ideal de separação de poderes “jamais foi plenamente implementado, nem mesmo nos países considerados mais avançados”, Maksoud vê no seu fortalecimento sua principal proposta política e na sua ameaça o principal problema contemporâneo, pois segundo ele a civilização ocidental encontra-se em processo de “descivilização” devido ao abandono dos princípios liberais clássicos, principalmente a partir do século XIX, quando a emergência do socialismo promoveu o deslocamento da ênfase anterior da liberdade para a nova “supremacia popular” e para o “fetichismo democrático” (ibid., p. 27, 41-44, 77, 127, 165, 255). Este processo degenerativo socialista manifesta-se na corrupção do verdadeiro conceito de lei, substituindo normas gerais e

abstratas por “pseudoleis” discricionárias aprovadas por maiorias eventuais para atender interesses partidários específicos. O “democratismo ilimitado”, como ele chamava, associado ao igualitarismo permitia que governos se tornassem “cada vez mais poderosos e autárquicos”, abandonando sua função primordial de salvaguardar a vida, a liberdade e a propriedade em favor da intervenção econômica generalizada. Assim, sob os pretextos de justiça social e redistribuição de renda, as “democracias ocidentais” degeneraram em “crescente demagogia liberticida”, onde o partidarismo impede a verdadeira separação de poderes e transforma o Estado de Direito em mero sofisma que legitima qualquer disposição aprovada por maioria, independentemente de seu caráter discriminatório ou discricionário.

Como solução para a degeneração democrática, Maksoud segue Hayek ao propor a “demarquia” (ibid., p. 78, 82-93, 244-57): um sistema que efetivamente separa poderes através da eliminação do “partidarismo” no Legislativo. Segundo sua análise, os partidos políticos representam o principal obstáculo à verdadeira separação de poderes, funcionando como “vasos comunicantes” entre Legislativo e Executivo que impedem a elaboração de leis verdadeiras. No modelo constitucional proposto por Maksoud, o Senado seria transformado numa assembleia exclusivamente legislativa, composta por membros eleitos entre coetâneos, sem vinculação partidária, com mandatos longos (quinze anos) e não-renováveis, dedicados exclusivamente à legislação de normas gerais de conduta. O Executivo e a Câmara dos Deputados manteriam estrutura partidária convencional, formando o que Maksoud chama de “Corporação Governamental”, responsável pela administração pública, mas sempre subordinada às leis elaboradas pelo Senado independente. Este arranjo asseguraria que todos os órgãos do governo fiquem subordinados à Lei e não às “necessidades partidárias de manter-se no poder”, realizando finalmente o ideal de “um governo da lei, e não de homens” que os teóricos clássicos da separação de poderes jamais conseguiram implementar plenamente.

Este debate tem importância para Maksoud pois ele via o Brasil como um país preso em um “círculo vicioso” de crises institucionais crônicas, alternando entre regimes autocráticos e períodos de “democracia degenerada” (ibid., p. 49, 78, 86-87, 97-119, 211-46). Para ele, a causa fundamental do atraso nacional era a ausência de um “verdadeiro sistema de governo”, pois desde a Proclamação da República o Brasil vinha se limitado a

transplantar arranjos constitucionais de nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, sem importar o “background político-filosófico” essencial que sustentava tais arranjos: o ideal do Estado de Direito, a liberdade individual e, crucialmente, uma efetiva separação de poderes. Essa falha filosófica teria sido a causa de uma série de constituições “rejeitadas” desde a fundação da República, que, na prática, sempre permitiram a onipotência do Executivo ou, nos períodos de maior “abertura”, a tirania de um Congresso que abandona a produção de leis verdadeiras em favor de “pseudoleis” casuísticas, fruto de acordos partidários.

A maioria dos seus textos data do final dos anos 1970 e primeira metade dos 1980, por isso abundam neles as críticas ao debate político da época, especialmente à abertura partidária e à campanha “Diretas Já”, que ele via como um “casuísmo” demagógico, focado num “mero método de escolha de governantes” que ignorava a necessidade de um debate urgente sobre que forma institucional substantiva deveria ser adotada. Para ele, sem uma constituição explicitamente definida e implementada sobre os princípios do governo limitado, a eleição direta poderia simplesmente levar a uma nova forma de tirania, perpetuando o ciclo de crises que marcava a história do país.

Não é à toa, por isso, que Maksoud, assim como os outros neoliberais brasileiros, viam o processo de redemocratização com muito maus olhos. A força da esquerda com seus reclames redistributivos em particular era por ele tido como sinal de decadência. Como ele declara:

No Brasil, costumam-nos dizer que em 1964 se fez um “movimento revolucionário”, que dura até hoje, quase vinte anos, em razão, principalmente, de um processo de comunização da propriedade em contraposição ao princípio da propriedade exclusiva, privada. Não sei, todavia, se já houve mais ataque à propriedade privada que nestes últimos tempos. Agora mesmo se está pretendendo aprovar uma chamada “lei do uso do solo urbano” que fere mortalmente o princípio. Um órgão ministerial de “assuntos fundiários” foi criado recentemente e os proprietários de terras rurais já sentem ameaças insidiosas ao direito de propriedade. Fala-se numa outra pseudolei sobre terras ao longo da costa marítima ... Há uma crescente ojeriza (representada, por exemplo, por sugestões de pesada tributação progressiva) em relação aos ganhos dos cidadãos privados, ao lucro, aos ganhos de capital e às heranças. Mas não se ouve nenhum intelectual, nenhum político, nenhum candidato, nenhum professor, nenhum líder sindical, nenhum economista, nenhum “presidenciável”, nenhuma autoridade, nenhum padre, nenhum bispo, nenhum coronel, nenhum general e nenhum desses que se

dizem “democratas” a tratar desses direitos humanos fundamentais para a vida de uma sociedade livre. E os demais, que assistem a esse triste espetáculo de omissão coletiva, nem se dão conta disso. Talvez acordem quando chegarmos ao fundo do poço. Neste caso, a saída do buraco será extremamente penosa. (p. 49)

A insistência do autor neste e noutros textos em atacar particularmente propostas de imposto progressivo e sobre grandes heranças deixa forte sensação de que Maksoud nada mais fazia do que legislar em causa própria, dado o tamanho de sua fortuna pessoal, de modo a mais justificar a acusação destas ideias se reduzirem a pura ideologia, a tentativas mal disfarçadas de encobrir interesses personalíssimos com um manto de universalidade e justiça.

Por outro lado, assim como vários outros empresários neoliberais, muito dinheiro gastou neste processo. Em 1974 comprou a Revista Visão, um dos principais semanais da época, e a transformou num veículo de divulgação do neoliberalismo no país. No final dos anos 1980 comprou um horário na antiga TV Bandeirantes e montou um talkshow com o mesmo propósito. Maksoud chegou a escrever um projeto constitucional baseado nas ideias de Hayek e a usar de sua influência para que fosse discutido no Congresso Nacional (ver Maksoud, **Proposta de Constituição para o Brasil**, 1988).

Mas, não à toa, apesar do seu esforço e fortuna, estas ideias tiveram pouca influência no transcurso político da época, já que o caráter francamente antidemocrático não tinha como vingar quando o termo “democracia” estava na ordem do dia. Muito mais inteligente teria sido ressignificá-lo, como fizeram os norte-americanos, para fazê-lo coincidir com seus interesses.

CIVILIZAÇÃO NOS ESCRITOS DE GUDIN

Como mostraremos no restante deste capítulo, para Gudin a civilização não designa simplesmente um ideal vago de aperfeiçoamento humano, nem tampouco um patrimônio nacional particular, mas uma ordem histórica concreta que, embora oferecida como referência universal, foi constituída a partir de uma trajetória específica do Ocidente e que continua a ser por ele conduzida. Em seus escritos, essa ordem aparece sustentada, em primeiro lugar, por uma base precisa: o sistema de livre iniciativa, a ampliação do

capital, a mecanização e a produtividade, isto é, aquilo que ele entende como a fase industrial da civilização moderna. Em segundo lugar, ela se organiza num espaço internacional hierárquico, no qual a primazia britânica e, depois, norte-americana, não é lida sobretudo como dominação arbitrária, mas como liderança funcional na preservação de uma ordem comercial, monetária e estratégica mais ampla. Finalmente, essa civilização possui uma dimensão moral e política mais instável: ela depende de disciplina, autocontenção, respeito às regras, probidade pública, hábitos de trabalho, autoridade social e capacidade de autogoverno, todos bens que Gudin considerava sempre vulneráveis. Daí que a civilização surja, em seus escritos, ao mesmo tempo como ápice histórico do progresso humano e como construção precária, ameaçada externamente por potências e povos situados fora desse padrão de desenvolvimento e, internamente, pela demagogia, pela indisciplina, pelo igualitarismo político e pelas formas modernas de desagregação moral.

O CAPITALISMO COMO PROGRESSO DA CIVILIZAÇÃO

Marcante nos escritos de Gudin é sua identificação explícita do capitalismo com o que ele chama de “fase industrial da civilização”. O capitalismo não seria assim um modo de produção passageiro ou marcado pela exploração e injustiça, como entre os marxistas; seria, em vez, a estrutura tecnológica e material desenvolvida do processo civilizatório. Ainda mais, Gudin chega a alegar que o “capital”, enquanto estoque acumulado de esforço, previdência e técnica, faria parte da experiência civilizacional desde as sociedades antigas. Como ele diz em seu escrito **Capitalismo e sua Evolução** (1936), conferência proferida logo após a chamada Intentona Comunista de 35:

O capital é tão antigo quanto a Civilização e não apareceu com a era industrial; apenas a Máquina e a Indústria, dando novo impulso a todos os elementos da produção e promovendo conseqüentemente o enriquecimento social, fizeram paralelamente aumentar a provisão dos recursos e economias indispensáveis a esse novo ritmo econômico ... É a essa generalização de inversão de capitais, bem como ao seu vulto sempre crescente, que a literatura esquerdista denominou “capitalismo”, procurando dar a essa expressão, não o seu verdadeiro sentido de fator essencial e indispensável ao progresso econômico e ao bem-estar humano, mas sim o sentido maligno de haveres indevidamente acumulados por uns em detrimento de outros. (p. 7-8)

O que os socialistas rotularam pejorativamente como “capitalismo” no século dezenove constitui, segundo ele, apenas uma fase específica: a fase industrial da civilização. Foi nesse período que a sinergia entre a livre iniciativa, a mecanização impulsionada pela Revolução Industrial e o aprofundamento global da divisão do trabalho democratizaram a abundância por meio da produção em massa. Desse modo, o capitalismo não aparece nos textos gudinianos como um regime particular e contingente sujeito à superação revolucionária, mas como a estrutura indispensável do progresso, a engrenagem material que converteu séculos de avanço científico europeu em melhoria efetiva da higiene, do transporte e do padrão de vida geral da humanidade.

Em sua apologia do capitalismo, o autor faz questão de justificar o mercado para além do debate usual na teoria econômica sobre sua eficiência alocativa, reivindicando-o em vez pelas suas credenciais humanitárias. É do excedente produtivo e das engrenagens criadas pela livre empresa, diz ele repetidamente, que nasceu o arcabouço social e tecnológico da vida humana emancipada. Seus exemplos expressos incluem os laboratórios de cientistas vitais para o mundo moderno, como Pasteur, o maquinário e conhecimento técnicos necessários à erradicação de flagelos, à generalização do conforto elementar de refrigeração e calefação em regiões inóspitas, os trilhos que romperam um insuperável determinismo local e viabilizaram a verdadeira miscigenação do escopo material da existência de incontáveis lugares isolados globo terrestre.

Ainda mais, Gudin também associa o mercado e a divisão internacional do trabalho não apenas como arranjos internos de alocação de recursos, mas como os alicerces de uma ordem global pacificada. Seguindo a velha doutrina do doce comércio iluminista e o cosmopolitismo neoliberal, Gudin vê na divisão do trabalho promovida pelo capitalismo a verdadeira força motriz da paz, tornando a guerra e a autarquia anacronismos incivilizados, pois a civilização industrial teria forjado uma teia de interdependência tão profunda entre as nações que tornou o conflito bélico um verdadeiro anacronismo material e moral. A paz, sob essa ótica, não derivaria de uma súbita conversão ética ou de um idealismo abstrato da humanidade, mas das próprias engrenagens objetivas do sistema capitalista. Como ele argumenta em **Para um Mundo Melhor** (1943):

O sentimento do homem moderno ... é de que a guerra é um anacronismo. ... A repulsa do homem moderno pela guerra não é, infelizmente um sintoma de regeneração moral. Ela é o fruto da consciência, que se foi desenvolvendo no século passado e no atual, da interdependência das nações e do fato de que não há nações felizes em um mundo infeliz. Há cento e cinquenta anos que se processa a transformação das pequenas coletividades locais, relativamente independentes e autárquicas em membros especializados de um vasto sistema econômico. ... Essa consciência de interdependência mundial é geneticamente derivada do grande acontecimento que acompanhou a civilização industrial, a partir de meados do século XVIII: a divisão do trabalho (p. 17-18)

Esse processo civilizatório seria mediado e viabilizado por instituições impessoais, notadamente a moeda. Longe de ser apenas um instrumento técnico de troca, a moeda exerce, para Gudin, uma função essencial ao emancipar os indivíduos das relações de dependência pessoal direta e permitir a cooperação em larga escala. Em seus **Princípios de Economia Monetária** (1946, p. 29-30), Gudin afirma que a moeda despersonaliza a economia, criando uma espécie de fundo comum no mercado, o que estimula o espírito de previdência e aumenta a iniciativa. Ao organizar as trocas de maneira impessoal, a moeda exerce, em suas próprias palavras, uma “grande função civilizadora”.

Consequentemente, as tentativas de reverter essa interdependência por meio da autarquia e do nacionalismo econômico são diagnosticadas por Gudin não apenas como erros de política econômica, mas como verdadeiras regressões à barbárie. O fechamento dos mercados, as barreiras tarifárias proibitivas e a busca pela autossuficiência nacional fraturam a solidariedade orgânica da civilização moderna. Para o autor, a prosperidade no mundo contemporâneo é indivisível; tentar isolar uma economia nacional das correntes do comércio global e da divisão do trabalho significa não apenas empobrecer a população, privando-a dos dividendos da produtividade internacional, mas promove também as condições de atrito e escassez que pavimentam o caminho para a guerra. A defesa do livre-comércio e do multilateralismo assume, assim, o contorno de um imperativo normativo de preservação da própria civilização contra o particularismo irracional e pré-capitalista.

HIERARQUIA GEOPOLÍTICA: DA PAX BRITANNICA À PAX AMERICANA

Assim como para alguns outros neoliberais, a Inglaterra é tida por Gudin como o ápice do desenvolvimento civilizacional. O modelo normativo britânico opera em sua obra de

forma multidimensional, pois ultrapassa o mero reconhecimento de seu papel no desenvolvimento do capitalismo industrial, para incluir também um amálgama de progresso material, arquitetura institucional, eficiência administrativa e um conjunto de valores morais como o fair-play e o comedimento.

A Inglaterra é celebrada por Gudin tanto por ter legado ao mundo desenvolvimentos tecnológicos industriais e financeiros, quanto por ter forjado as bases institucionais e jurídicas que sustentam o convívio civilizado e livre. Como ele diz em seu artigo **A Inglaterra, uma Civilização:**

Quem deu à luz a Máquina a Vapor (James Watt), abrindo ao Mundo as portas da Civilização Industrial ... Quem forneceu os trilhos e quem nos ensinou a construir, aqui como em toda parte, as primeiras estradas de ferro que permitiram o intercâmbio interior e a formação da unidade econômica (e política) de grandes países como os Estados Unidos? ... Quem montou e instalou, no Brasil e em tantos outros países, as primeiras fábricas de tecidos, indústria em que até hoje a Inglaterra ainda conserva a primazia? ... Quem nos ensinou a prática e os métodos bancários, para facilitar os negócios, os empreendimentos e o progresso? ... Quem instalou no Brasil a primeira rede de esgotos sanitários ... Quem nos ensinou a operar, com pontualidade e eficiência, uma empresa de navegação ... Quem nos abriu a comunicação com o resto do mundo, através dos primeiros cabos submarinos ... Quem nos supriu o financiamento de que precisávamos, durante o Império e até à Primeira Guerra Mundial? ... E o Futebol?

Tudo isso, dir-se-á, foi movido pelo interesse comercial e financeiro da Inglaterra. Mas o vulto do seu benefício foi mínimo (qualquer economista o sabe) quando comparado ao valor do impulso de desenvolvimento econômico que recebemos.

Ainda mais do que tudo isso: quem deu ao Mundo a primeira Constituição Política? Quem instituiu o “habeas corpus”? Quem nos ensinou (ou antes nos permitiu copiar) o sistema político de democracia parlamentar, de base bipartidária, com que o Império do Brasil atravessou a fase de formação nacional, sem maiores revoluções? E quem deu a contribuição, maior do que a de qualquer outro país, para a formação desse novo gigante da Civilização Ocidental, que são os Estados Unidos, herdeiros e depositários do Progresso e da Democracia, forjados pela Inglaterra no século XIX? ... E afinal, “last but not least”, quem, ao fim de mais de cem anos de “pax britannica”, levantou, em 1940-41, sob o comando do grande Winston Churchill, o mais ilustre cidadão do Mundo, uma trincheira de coragem, de bravura e de inextinguível capacidade de sofrimento, para salvar uma civilização que tanto ajudara a construir? (O Globo, 08/11/1968)

Além dos grandes feitos históricos e jurídicos, a civilização britânica em Gudin se mostra na cotidianidade administrativa e na eficiência dos serviços de utilidade pública. Por isso

ele recorre frequentemente ao clássico exemplo dos correios como o termômetro definitivo para avaliar o estágio civilizatório de um país. Ecoando a tese do economista Gottfried Haberler, Gudin afirma em diversos artigos jornalísticos que o grau de civilização de uma nação se mede pela eficiência do seu serviço postal, relatando admirado sua própria experiência em Londres, onde uma correspondência depositada em uma parte do dia era invariavelmente entregue na manhã seguinte.

Essa admiração é afirmada também na lembrança do autor sobre o período anterior à Primeira Guerra Mundial, pois para ele aquele arranjo internacional representava o funcionamento ideal da civilização ocidental sob a balança inglesa, na qual o espírito de iniciativa mercantil operava sob confiança e estabilidade impessoal. Em um artigo de jornal de meados dos anos setenta, ao analisar o declínio da influência britânica, ele descreve o apogeu civilizacional daquela ordem nos seguintes termos:

A Inglaterra de 1914 era um exemplo de civilização plena e tranquila, implantada numa ilha e defendida pela maior força marítima do mundo. “This country is very powerful” dizia-me em 1914, ao romper da guerra, um ilustre magnata da City. O “Império” britânico mantinha seu esplendor. A City de Londres era o maior centro financeiro do mundo; a Ciência Econômica fora, pode-se dizer, uma criação inglesa; a libra esterlina era a moeda padrão para o resto do mundo... Oxford e Cambridge eram as mais respeitadas universidades da Europa; o “understatement” da linguagem inglesa uma índole de expressão cultural. ... Uma carta posta no Correio até às 5 1/2 da tarde de um dia era entregue na manhã seguinte em qualquer parte da Inglaterra. ... As estradas de ferro, os Bancos, as Companhias de Seguro, a Navegação Mercante, bem como o Carvão, combustível da época, eram negócios ingleses pelo mundo afora. (O Globo, 11/10/1976)

Assim, a Inglaterra consagra-se para Gudin como o lastro referencial daquilo que uma civilização moderna deve ser. A disciplina intrínseca da rotina, o cumprimento rígido dos contratos e dos horários, as salvaguardas jurídicas impessoais, a repulsa às manifestações intempestivas (o “understatement”, isto é, a modéstia ou contenção como “índice cultural”) e o fortalecimento de um intercâmbio cosmopolita compõem a matriz da civilidade anglo-saxã. Esse arranjo exalta o liberalismo não apenas como doutrina econômica de produção e trocas mercantis, mas como uma engrenagem que harmoniza virtudes políticas, morais e administrativas capazes de organizar a ação da humanidade fora das lógicas belicistas e autoritárias.

Por isso também nos seus escritos da Segunda Guerra, como em **Para um Mundo Melhor** (1943), o autor se empenhava em defender os ingleses contra os alemães, utilizando-se para isso de **Mercadores e Heróis** (1915) de Werner Sombart, quanto à sua oposição fundamental entre o espírito mercantil pacífico e as pulsões guerreiras irracionais. Enquanto o economista alemão, no contexto da Primeira Guerra Mundial, exaltara o suposto espírito heroico alemão, voltado ao dever, ao sacrifício e à guerra, e desprezara a cultura mercantil inglesa como filistina, utilitarista e superficial, Gudin inverteu totalmente essa valoração moral. Para o brasileiro, o espírito de comerciante, calcado na livre troca, no respeito às leis e na busca pelo bem-estar, é a própria essência material e ética da civilização moderna. Em contrapartida, a exaltação prussiana do belicismo e do esforço guerreiro não revela virtude superior, mas um atavismo bárbaro, irracional e antieconômico, hostil às exigências de coordenação da sociedade complexa. Apropriando-se da própria caracterização feita por Sombart para condená-la, Gudin diagnostica a insistência alemã na via bélica como uma agressão crônica aos alicerces do mundo civilizado:

Há quase um século entretanto que a Alemanha mantém o mundo em estado intermitente de guerra. ... É um tremendo libelo contra o furor teutonicus a que se referiu Tácito e que o eminente professor da Universidade de Berlim Werner Sombart reconhece como uma das características do genótipo alemão. Um povo que prefere o sangue ao suor (Tácito) e tem o hábito de insultar o próximo para provocar duelos (Bismarck tinha 27 duelos, diz Sir Robert) é positivamente um povo bárbaro, como reconhecia Goethe. (Gudin, **Para um Mundo Melhor**, p. 18-19).

O primitivismo do regime nazista, aos olhos de Gudin, reside na sua recusa da racionalidade comercial em favor de determinismos fundados na ideia de raça e de espaço vital. Para o autor, a ideologia guerreira que justifica o fechamento econômico, a autarquia e a dominação violenta carece de qualquer vocação civilizatória justamente por não admitir validade fora de suas próprias fronteiras biológicas ou culturais. Contrapondo esse viés nacionalista extremado aos ideais liberais forjados pelo Ocidente, Gudin salienta a deficiência normativa da cultura militarista em gerar princípios compartilháveis por toda a humanidade: “Vê-se assim que a ideologia do nacional-socialismo como as demais ideologias alemãs são fundamentalmente alemãs e não universalistas. É o contrário das

ideologias nascidas no solo da França, todas de âmbito, aplicação e sentido universais. É a negação do conceito do universal-humano, tão caro a Goethe” (idem, p. 22-23).

Ao reconfigurar a dicotomia sombartiana, Gudin reafirma uma premissa clássica do neoliberalismo em formação na época: o pacifismo cosmopolita do negociante não é covardia ou degeneração burguesa, mas a base mesma da prosperidade e do direito internacional. A civilização, desse modo, assenta-se sobre o suor do trabalho produtivo e sobre a rede impessoal do mercado, não sobre as paixões destrutivas, românticas e irracionais de projetos que, no fundo, representam a rebelião dos novos bárbaros contra a ordem pacífica do capital.

Gudin chega a defender que tais povos subvertidos pela demagogia heroica como os alemães deveriam sofrer um prolongado processo de desarmamento e controle imposto até cederem à força educadora e à pressão da civilização, sendo tutelada por nações responsáveis e politicamente maduras:

Os alemães não guardarão indefinidamente o privilégio de serem bárbaros. Eles não de acabar cedendo à pressão da civilização. GOETHE, que os conhecia bem, calculara (isso em 1827) em dois séculos o tempo necessário para se operar a transmutação. ... O desarmamento tem de ser imposto à Alemanha pelo único método capaz de torná-lo efetivo, o método da sentinela à vista. Temos de passar as armas, como diz ANDRÉ GROS, das mãos dos bandidos para as da polícia. (idem, p. 29-31)

A vinculação entre paz, comércio e ordem institucional leva Gudin a uma compreensão do papel dos impérios na história. Para o economista, a estabilidade civilizacional no plano internacional não é o resultado natural da igualdade soberana entre as nações, mas depende do exercício de uma hegemonia incontestada e estabilizadora. Gudin, assim como outros neoliberais, não leem o imperialismo inglês como exploração, mas como uma força policial garantidora da lei, da liberdade de comércio e do apaziguamento das paixões belicosas. Segundo ele, a civilização ocidental conheceu apenas duas grandes eras de tranquilidade e fértil: a Pax Romana e a Pax Britannica. Essa visão fundamenta a sua compreensão de que a ordem no mundo requer a liderança de potências capazes de atuar como forças suasórias e civilizadoras, inibindo o caos do particularismo. Em um artigo publicado no início dos anos 1980 sobre as relações comerciais e políticas do bloco soviético, Gudin resume essa sua filosofia da história:

A História tem demonstrado que os períodos de paz para o mundo são paralelos aos períodos de império. A pax romana foi produto do Império Romano. A pax britânica do Império Britânico e da sabedoria de seus estadistas. Não será essa a lição fundamental da experiência? Alcançar no mundo inteiro o grau de civilização e cultura necessário para o reinado da paz; como o haviam sonhado Wilson em Versalhes e Roosevelt ao fundar as Nações Unidas, não é uma utopia. Mas é tarefa por mais de século. (O Globo, 05/04/1982)

Noutro artigo ele ainda enfatizava que “durante esses longos períodos Roma e Inglaterra asseguraram ao Mundo Ocidental, por meios largamente suasórios, uma longa fase de paz e de sossego por meio da assimilação” (O Globo, 12/04/1982). A viabilidade e a própria legitimidade moral dessa estrutura imperial, especialmente a britânica, repousavam no fato de ela se afastar do simples domínio territorial predatório para se tornar a base garantidora de princípios impessoais. Nesse sentido, o império inglês do século dezanove operou, para Gudín, como um estabilizador civilizacional porque subordinava o controle geográfico do chamado liberalismo clássico: o império da lei, o respeito às franquias individuais e, de modo decisivo, a livre troca internacional.

Nos seus textos da Segunda Guerra, Gudín citava com aprovação Walter Lippmann ao avaliar o caráter benevolente e cosmopolita da administração britânica:

O domínio exercido pela Grã-Bretanha sobre um quarto da população do globo e a influência preponderante que ela possuía sobre o continente europeu, graças ao sistema de equilíbrio das forças, não pareciam intoleráveis, porque em matéria de comércio e de direitos dos homens, a Grã-Bretanha praticava os princípios da liberdade. ... Quando a Inglaterra governava brutalmente e recusava aos povos do Império os direitos humanos, ela violava o ideal britânico, em vez de aplicá-lo. ... No domínio econômico, imperava a livre troca. O Império não era um território reservado ao benefício exclusivo dos súditos britânicos. (Gudín, **Para um Mundo Melhor**, 1943, p. 87-88)

A arquitetura imperial é legitimada, assim, como modelo de uma ordem de mercado regulada em nível global. Para Gudín, quando a potência hegemônica atua não em benefício exclusivo seu, mas como mantenedora de um sistema impessoal de trocas para todas as nações, o império se torna o guardião da própria civilização. Ela policia o mundo contra a autarquia e contra os espasmos belicistas, oferecendo o esteio sobre o qual florescem tanto a prosperidade quanto a paz.

Com o esgotamento do Império Britânico após as duas guerras mundiais, a responsabilidade pela manutenção da ordem global e pela defesa da Civilização Ocidental transfere-se, na perspectiva de Gudin, para os Estados Unidos, pois a ascensão norte-americana não constitui um acidente histórico, mas o corolário de uma formação demográfica e civilizacional excepcional (veremos adiante seu contraste dos norte-americanos com os latino-americanos) que os permitia forjar uma nova estrutura internacional estabilizadora, consubstanciada na esperada Pax Americana.

Por isso, o prolongado embate travado durante a Guerra Fria contra a União Soviética é interpretado como um esforço de preservação civilizacional contra o avanço bárbaro e desagregador soviético. Nos seus escritos, ao debater episódios espinhosos da política externa americana, como a ocupação militar no sudeste asiático ou no Caribe, Gudin rechaça categoricamente a denúncia das inclinações econômicas de Washington. Segundo ele, a mobilização de tropas e o dispêndio de recursos americanos nessas guerras periféricas eram pautados exclusivamente pela necessidade de barrar a expansão daquilo que o economista compreendia como uma força bárbara soviética:

... quando os Estados Unidos defendem a Coreia do Sul contra a do Norte ou o Vietnã do Sul contra a do Norte, isso NÃO ENVOLVE O MENOR INTERESSE DE QUALQUER ESPÉCIE, político ou econômico (they have no ax to grind), a não ser A DEFESA DE UMA CIVILIZAÇÃO, CRISTÃ E SOCRÁTICA, CONTRA UMA NOVA FORMA DE VIDA, MARXISTA E TOTALITÁRIA, QUE TENTA SE IMPOR PELA FORÇA E PELA VIOLÊNCIA. (O Globo, 23/06/1969, ênfase no original)

Apropriando-se de reflexões de filósofos como Karl Jaspers, Gudin compreende essa “civilização cristã e socrática” como a herdeira da tradição clássica do pensamento livre somada ao ideal cristão de inviolabilidade e respeito à pessoa humana (O Globo, 12/05/1969). Por ser a guardiã depositária desse legado, impunha-se à política externa de Washington a “tarefa histórica de defender as fronteiras comuns do mundo ocidental, estejam elas onde estiverem, contra o inimigo totalitário comum” (O Globo, 04/06/1965).

Não obstante, essa delegação geopolítica e civilizatória conferida aos Estados Unidos adquire traços trágicos nos textos mais tardios de Gudin, pois, em diversos escritos dos anos 1970 e 1980, ele critica a hesitação das próprias elites norte-americanas, paralisadas pelo complexo mecanismo de pesos e contrapesos de sua política doméstica, pelo

isolacionismo e pela intervenção do Senado, forças que muitas vezes minavam a eficácia necessária para projetar seu poder garantidor da paz mundial. Esse lamento de impotência fica claro quando Gudin conclui que a Pax Americana, fundamentalmente desenhada para estabilizar as sociedades e permitir as transações mercantis, falhou na realização de suas amplas promessas, porque a superpotência não conseguiu, com a mesma sobriedade institucional da antiga Inglaterra, isolar o exercício de sua liderança geopolítica das flutuações e caprichos das injunções de sua política interna (O Globo, 08/11/1982). O resguardo da civilização, assim, seguia refém da frágil maquinaria democrática de seu único grande pilar protetor no mundo contemporâneo.

AMEAÇA PERIFÉRICA: DESCOLONIZAÇÃO, ONU E O CHOQUE DO PETRÓLEO

A desestruturação dos impérios europeus e a consequente reconfiguração da ordem geopolítica no pós-guerra representaram, na visão de Eugênio Gudin, uma das mais agudas ameaças à estabilidade da civilização ocidental, pois, embora o economista brasileiro reconhecesse que a era do colonialismo oitocentista havia chegado ao seu termo histórico e consistia em uma página virada, ele via com profunda suspeita a rápida emancipação das nações africanas e asiáticas em meados do século vinte. Isto porque a autodeterminação política não seria um direito natural ou abstrato que pudesse ser concedido sumariamente a qualquer povo, mas sim, tal como para os demais neoliberais de primeira geração, uma prerrogativa institucional cuja viabilidade dependia de um longo e custoso processo de amadurecimento civilizatório.

A descolonização foi vista por Gudin como um processo conduzido de maneira intempestiva e irresponsável. O retraimento das potências europeias teria deixado o poder nas mãos de populações que ainda não haviam consolidado os alicerces morais, administrativos e técnicos requeridos para a manutenção de um Estado moderno e para o funcionamento da democracia representativa. Em suas reflexões na imprensa, Gudin chegou a elencar o cenário pós-colonial como um dos vários fatores a promover um “declínio do Ocidente” – declínio este reforçado pela “concessão prematura da independência a países, ou quase tribos, da África e da Ásia, inteiramente despreparados para o ‘self-government’”. Contudo, as agitações que prevalecem nessas áreas pouca repercussão têm cá fora, a não ser quando alguma potência ocidental tenta tirar proveito da semianarquia ali

reinante” (O Globo, 12/02/1971). Anos mais tarde, ele reafirmaria a sua tese ao observar que a independência política da maioria das antigas colônias africanas e asiáticas foi incontestavelmente prematura e que a formação e estruturação dessas regiões como nações autônomas seriam irremediavelmente “eivadas de sérias vicissitudes” (O Globo, 03/03/1975).

Sua justificativa para essa desconfiança ancorava-se na convicção de que a civilização operava por meio de uma hierarquia histórica e pedagógica, na qual cabia às nações ocidentais tutelar o desenvolvimento daqueles povos situados em estágios menos avançados. Assim, em vez de avaliar a dominação colonial como exploração estrutural, Gudin tendia a tratá-la como um veículo histórico de difusão da modernidade.

Já no início dos anos 1940 ele antevia as discussões sobre a nova ordem internacional que então se formava, pois não hesitou em formular uma defesa da interferência imperial europeia no restante do globo, argumentando que o isolamento teria condenado essas populações à estagnação: se houvesse “uma completa abstenção dos povos civilizados da Europa de se imiscuírem nos demais continentes, a América ainda estaria em mãos dos índios e a África nas dos negros, ausentes da civilização. Deixo a defesa dessa tese a quem quiser empreendê-la” (Gudin, **Para um Mundo Melhor**, p. 90).

Em face do fim inevitável dos impérios, a alternativa proposta por Gudin não era a emancipação imediata, que em sua leitura resultaria apenas na criação de vácuos de poder, em semianarquia regional e em vulnerabilidade à cooptação pelo bloco comunista. Em vez, a independência deveria seguir um processo gradual gerido pelas potências europeias, no qual elas operariam sob a supervisão de organismos multilaterais até que o estágio civilizatório local estivesse assegurado. Como ele propôs detalhadamente em 1943, as colônias deveriam passar por um período de maturação pautado pela disciplina institucional:

O Estatuto Colonial terá que ser expresso em termos de um duplo mandato, o de garantir aos povos coloniais a proteção de seus interesses e o progresso de sua civilização e o de assumir perante o mundo a obrigação de promover o desenvolvimento das regiões coloniais e de seus recursos naturais e matérias primas em benefício da humanidade. O mandato terminará logo que a colônia tenha atingido, a juízo do Organismo Internacional, o grau de civilização e de progresso que lhe permita a organização de um governo independente e autônomo. (idem, p. 91)

O conceito de civilização atuava, dessa forma, como um dispositivo normativo rígido e como o próprio critério de legitimidade política para o reconhecimento internacional de um Estado, de modo que, na moldura intelectual de Gudin, o direito à soberania nacional e ao autogoverno não derivava da mera vontade das majorias emancipadas, mas da demonstração cabal de que tais povos haviam superado seu primitivismo e internalizado a capacidade administrativa, o respeito às leis e o comportamento impessoal que fundamentavam a ordem da civilização ocidental. A descolonização precoce representava, portanto, a subversão dessa régua evolutiva, uma recusa temerária da tutela necessária para preparar nações imaturas para o convívio nas fronteiras do mercado e da lei.

Em razão disto nos seus escritos mais tardios Gudin demonstra muito descontentamento quanto à situação internacional, chegando a ver um declínio da ordem geopolítica ocidental na própria degradação das instituições internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU). No modo como ele a enxergava, apesar de ter sido concebida originalmente nos moldes do pós-guerra como um órgão encarregado de salvaguardar a paz mundial e atuar como guardião da civilização, a ONU teria sofrido uma trágica inversão de sua missão fundamental. O economista atribui esse desvirtuamento principalmente ao processo de descolonização afro-asiática, pois, ao emancipar povos que ainda não haviam percorrido o longo aprendizado institucional e moral requerido para o autogoverno soberano, o sistema internacional permitiu que a Assembleia da ONU passasse a ser numericamente dominada por recém-criados Estados do Terceiro Mundo. Para o autor, o igualitarismo diplomático que viabilizou tal cenário baseado na lógica de “um país, um voto” representa a negação de uma hierarquia civilizacional objetiva e inescapável.

O MUNDO não pode ser governado pela Uganda, pela Tanzânia, pelo Congo ou pelo Dahomei. Não há como equiparar o valor de um voto de países como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos ao de países africanos que acabam de sair (prematuramente) do regime colonial e que nem sequer conseguiram formar unidades nacionais estáveis. Parodiando Clemenceau, poder-se-ia dizer que o mundo é uma coisa séria demais para ser dirigido por nações incivilizadas.

HÁ DE HAVER uma hierarquia. Se não houver "de jure", haverá de facto. (O Globo, 27/12/1972, ênfase no original)

A suposição legal de que as nações recém-emancipadas possuíssem peso político deliberativo equivalente ao das democracias constitucionais formadas ao longo de séculos feria, na sua análise, o pragmatismo e a razão histórica. Ainda mais, a ausência das tradições de governo e dos pilares culturais entre esses novos Estados teria propiciado uma aliança espúria no fórum das Nações Unidas entre o bloco dos países do Terceiro Mundo e as nações do bloco comunista. Por essa razão o autor chega a cogitar mesmo o fechamento da ONU:

SE O MUNDO FOSSE, “de fato”, representado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tal como sonhada por Franklin Roosevelt, órgão controlador da PAZ e guardião da Civilização, a atual conjuntura política mundial seria na realidade, alarmante. Pela simples razão de que o grupo de países civilizados que, inicialmente a formaram ... hoje se compõe de 20 Nações da Europa, 2 da América do Norte e 26 da América do Sul e Central.

Este grupo está hoje completamente superado em número pelos grupos da África Negra (41), mais a África Árabe (6), mais o Oriente Médio Árabe (11), com o apoio da Europa Comunista (10) e a participação de (19) países Asiáticos. A ALIANÇA COMUNISMO — Terceiro Mundo ou mesmo Terceiro Mundo sozinho, passou a dominar a ONU.

O GENERAL IDI-AMIN, da Uganda (de recentes façanhas) e seus colegas ... mandam mais do que a Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão reunidos. FICA-SE ASSIM A PENSAR se não seria melhor, para o renome do Planeta, fechar a instituição. ... as barbaridades que ali se perpetram contra a Grande Civilização que nasceu há 25 séculos na Grécia e ainda floresce na Europa Ocidental, na América do Norte e em outros países. (O Globo, 19/01/1976, ênfase no original)

Ao prescindir de mecanismos de filtro fundamentados em índices reais de cultura e responsabilidade econômica, a ONU ilustrava os perigos da democracia aritmética transportada do plano doméstico para o tabuleiro internacional, consagrando a capitulação da minoria criadora da civilização ocidental às massas brutas mundo afora.

A reação de Eugênio Gudín aos choques do petróleo promovidos pela OPEP na década de 1970 também ilustra de forma aguda como sua interpretação dos fenômenos políticos e econômicos internacionais era estruturada por uma rígida hierarquia civilizacional, já que, em sua leitura, a ação dos países produtores do Oriente Médio extrapolou as dinâmicas usuais de mercado ou as variações nas relações de troca comerciais, configurando-se como uma autêntica agressão ética e material contra o Ocidente. Para o autor, as nações que detinham as reservas de petróleo aproveitavam-se da prosperidade do

mundo motorizado sem possuírem o mérito histórico pela construção da civilização industrial, recorrendo a práticas de mercado que ele não hesitava em equiparar à pirataria e à chantagem internacional.

O ponto central de sua indignação apoia-se na distinção radical que faz entre a capacidade civilizatória humana e o mero acaso geográfico, pois Gudin argumenta que a vantagem econômica do cartel árabe não derivava da produtividade, da inventividade técnica ou da disciplina do trabalho, valores que ele associava intimamente ao desenvolvimento civilizacional ocidental, mas sim de um puro e fortuito “acidente geológico”. Em um artigo intitulado **A mística da intocabilidade dos acidentes geológicos e geográficos** (O Globo, 10/12/1979), ele descreve esse cenário como uma dolorosa rendição do esforço humano diante das forças do meio físico. Para evidenciar a ilegitimidade da postura da OPEP, ele a contrasta com a conduta das potências no século dezanove: lembra que, na era do carvão, cujas jazidas pertenciam a países de alta civilização como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, jamais se registrou a mais leve ameaça de cartelização do combustível para paralisar as demais economias. Consequentemente, a manobra de contenção de oferta pelos países exportadores é vista como um ato praticado por povos de precária civilização, desprovidos do senso de solidariedade planetária e da ética que deveriam reger a convivência internacional. Adotando as reflexões de intelectuais e políticos estrangeiros, Gudin endossa a definição desse movimento do cartel árabe como um “imperialismo às avessas”:

Esse ponto de vista que venho defendendo há muitos anos recebeu agora o apoio do eminente Senador Fullbright. Seria, como disse Ronald Schiller, uma forma de “imperialismo às avessas”: um punhado de nações pequenas, pouco povoadas e pouco civilizadas se arrogando o direito de pôr à sua mercê a civilização ocidental. ... Em que direito, natural ou político, se firmam os países do Oriente Médio para sentar em cima de um imenso lençol de petróleo, para reduzir a uma semi-impotência econômica os países criadores da civilização ocidental, da qual eles tanto se aproveitam? (O Globo, 26/11/1984)

A incapacidade do Ocidente em reagir energicamente a esse monopólio representava, para Gudin, uma triste prova da fragilidade geopolítica das democracias liberais e da leniência da liderança norte-americana na defesa do seu patrimônio histórico. Evocando seu ideário da ordem assegurada por potências hegemônicas, o autor recorre a um

exercício histórico contrafactual para demonstrar como outrora o mundo civilizado lidaria com tal insubordinação: no artigo **A agressão dos árabes à civilização ocidental** (O Globo, 16/11/1973) ele decreta que, se uma chantagem de proporções similares tivesse ocorrido no século XIX, sob a Pax Britannica, não haveria qualquer dúvida que, “com a esquadra inglesa à frente, as Forças Armadas dos países ocidentais já teriam ocupado todas as regiões petrolíferas do Oriente Médio”. A paralisia diplomática dos anos 1970 era, portanto, lida por Gudin não apenas como uma derrota nas cifras da inflação, mas como uma intolerável capitulação moral do mundo civilizado diante de povos cuja maturidade institucional considerava embrionária.

AMEAÇA INTERNA: A “CIVILIZAÇÃO DA IMPACIÊNCIA” E A CRISE ESPIRITUAL

Mas esta ameaça à civilização não provinha exclusivamente de pressões externas do bloco soviético ou do Terceiro Mundo, pois, assim como para outros neoliberais, Gudin diagnosticou que a maior vulnerabilidade do Ocidente residia dentro das suas próprias fronteiras domésticas, pois tanto a nova esquerda do pós-guerra como mesmo a nova orientação social da Igreja Católica estaria contribuindo para isso.

Em livros como **O Desafio aos Alicerces da Civilização** (1971), Gudin argumenta que, com base na filosofia histórica de Arnold Toynbee, segundo a qual as civilizações morrem quando se mostram incapazes de responder a desafios impostos pela natureza, as conquistas materiais do capitalismo geraram uma profunda crise de valores, pois a prosperidade e a abundância do pós-guerra trouxeram consigo uma erosão da autoridade, uma perda de autoconfiança nas tradições ocidentais e uma crise de natureza eminentemente espiritual. Além da definição de civilização de Toynbee como resposta a desafios, Gudin também usa o conceito de “civilização da impaciência”, cunhado originalmente pelo intelectual e político português Marcelo Caetano, para caracterizar a psicologia do homem moderno. Essa mentalidade seria marcada pela busca frenética pelo consumo imediato e pela exigência de direitos dissociados de deveres, ignorando a necessidade de poupança, de trabalho disciplinado e de acumulação progressiva. Como veremos adiante, no plano macroeconômico, a própria inflação endêmica de meados do século XX era lida por ele como a manifestação material e contábil dessa indisciplina psicológica coletiva.

Um dos principais vetores dessa dissolução civilizatória seria a juventude, instigada por pedagogias permissivas que Gudin ataca em vários textos. Contrapondo-se frontalmente às correntes libertárias, o autor denuncia com veemência Sigmund Freud e as doutrinas modernas voltadas à preservação da personalidade da criança. Isto porque na antropologia conservadora de Gudin o ser humano natural não é bom; ao contrário, a criança traz consigo uma animalidade inata que a civilização tem o dever absoluto de reprimir e disciplinar, de modo que o afrouxamento da severidade educacional e o declínio da autoridade paterna teriam pavimentado o caminho para fenômenos como as revoltas estudantis do Maio de 1968 e o movimento hippie, lidos por ele como o produto de um parasitismo que só viceja à custa da riqueza capitalista que eles mesmos pretendem destruir. Como ele declarou em 1968:

Ao tempo de minha mocidade, antes da disseminação das ideias de Freud, ninguém cuidava da PRESERVAÇÃO DA PERSONALIDADE da criança, no sentido de defendê-la contra a erosão causada pela severidade dos métodos de educação. Hoje, no embate entre o Ego Social e os impulsos instintivos, recebem estes últimos uma primazia, que há 50 anos seria inacreditável. ... A essas teorias, eu opunha o argumento de que a criança, especialmente do sexo masculino, é geneticamente, com licença de Jean-Jacques Rousseau, um animalzinho destruidor e insubordinado. ... Parece-me entretanto que seja qual for o tipo de civilização, há de prevalecer o princípio geral de educação de que a liberdade do indivíduo não pode invadir os limites da ordem social. (O Globo, 14/06/1968, ênfase no original).

Além da pedagogia, outro alicerce basilar que sofreu profunda corrosão seria a própria Igreja Católica. Historicamente vista por Gudin como a grande instituição fiadora da ordem moral e da coesão social, a Igreja teria se perdido de sua missão transcendente com as inovações do Concílio Vaticano II e as encíclicas sociais de Paulo VI, como a *Populorum Progressio*. Ao assumirem um tom de reivindicação igualitária, exigindo direitos sem atentar para as amarras da produtividade econômica, muitos clérigos teriam resvalado para uma demagogia social de tintas marxistas, chegando às vezes a formar o que Gudin chama de uma “Igreja guerrilheira”. O abandono do zelo espiritual em prol do engajamento político terreno tornou esses setores do clero, na visão de Gudin, agentes da mesma civilização da impaciência:

Bem maior repercussão social sobre uma grande parte da Humanidade tem tido, a meu ver, a evolução do pensamento católico, justa, equilibrada e comedida ao tempo de Leão XIII, mas precipitada, agitada e até caótica nos reinados de João XXIII e Paulo VI. A propaganda generalizada do princípio de que “todo homem tem direito a encontrar na Terra tudo quanto lhe é necessário” ..., sem condicionar, desde logo, tal direito a umas tantas possibilidades e deveres, é nitidamente subversiva. Se os padres, como agora acontece, descem dos altares para vir formar partidos políticos nas ruas ou instigar guerrilheiros nas montanhas, a quem vai caber, dora em diante, a missão de suprir a preciosíssima assistência espiritual, de que tanto carecem os homens? (O Globo, 01/08/1969).

Esse quadro de desagregação interna contava com o fomento direto do que Gudin chamava de “intelectuais elitistas da negação”. Pensadores, filósofos e artistas de esquerda, dos quais Herbert Marcuse é tomado como o exemplo máximo, são acusados de insuflar nas novas gerações o psicodrama do desespero. Ao promoverem ataques frontais contra a produtividade, contra a sociedade de consumo e contra o conceito de rentabilidade que fundam a matriz civilizacional do Ocidente, esses intelectuais cultivam uma hostilidade que conduz a um primitivismo niilista, recusando a estrutura da sociedade sem oferecer em troca nenhum projeto executável. A ameaça de colapso engendrada por esses movimentos domésticos reside, na leitura de Gudin, na sua capacidade de paralisar as próprias engrenagens de reprodução material e moral do mundo moderno. Para o autor, a civilização não é uma condição autossustentável; ela exige um esforço contínuo de contenção dos instintos, acumulação de poupança, disciplina no trabalho e transmissão da autoridade entre as gerações. Ao se voltarem contra a sociedade de consumo, a publicidade, a produtividade e a rentabilidade, os intelectuais e a juventude radicalizada não oferecem uma alternativa de organização, mas promovem a destruição radical do sistema econômico para recair naquilo que ele diagnostica como um “anarquismo dionisíaco” (O Globo, 29/06/1970) ou um “primitivismo mal definido” (O Globo, 17/08/1970).

Essa dinâmica de corrosão interna opera por meio do que Gudin classifica como um efeito de demolição. Inspirada pela retórica de figuras como Marcuse, a juventude imbuída de ideias negativas se volta contra a ordem social existente de forma confusa, sem admitir outra saída que não a da sua destruição (ver O Globo, 14/06/1968, 17/06/1968 e 24/06/1968). Ao analisar as manifestações da contracultura e do movimento hippie, Gudin as desqualifica não apenas moralmente, mas sociologicamente, tratando-as como

fenômenos intrinsecamente parasitários que se alimentam da abundância gerada pela própria sociedade capitalista à qual se apegam. O desfecho lógico dessa rejeição do trabalho e da racionalidade seria a falência total da capacidade coordenadora da sociedade. Como Gudin adverte ao criticar o uso de entorpecentes e a fuga das responsabilidades produtivas pelo movimento hippie, é impossível imaginar uma sociedade organizada sob tais premissas, uma vez que a experiência rapidamente culminaria em autodestruição biológica (O Globo, 09/11/1970).

Dessa forma, os inimigos internos ameaçam a Civilização Ocidental ao neutralizar a sua principal defesa: a autoconfiança na racionalidade técnica e na disciplina. Embora possuam um domínio inquestionável sobre os recursos da natureza e as leis da economia, as sociedades afluentes correm o risco de perecer de dentro para fora porque o ativismo de intelectuais, clérigos e estudantes substitui a ética da produtividade e da poupança pelo imediatismo. Sem oferecer qualquer sugestão construtiva para alocar os recursos e administrar o mundo, esses grupos criam um trauma existencial nas sociedades livres, ameaçando o Ocidente não pela força das armas inimigas, mas pela destruição voluntária dos valores, tradições e mecanismos impessoais que tornam a complexa civilização industrial possível.

O DIAGNÓSTICO DO ATRASO: O BRASIL ENTRE A NATUREZA E A HISTÓRIA

Mostraremos a seguir o diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro por Gudin, que forma as bases da sua oposição às teses cepalinas e estruturalistas que dominavam o debate intelectual e econômico latino-americano a partir de meados do século vinte. Enquanto correntes do desenvolvimentismo tendiam a atribuir o atraso nacional a fatores sistêmicos externos, ancorando-se principalmente na tese da deterioração dos termos de troca no comércio internacional, Gudin recusava terminantemente transferir a responsabilidade pela pobreza periférica para as engrenagens do mercado global. Ao contrário, para ele, o fosso que separava o Brasil da prosperidade observada nos países líderes não era fruto do capitalismo mundial, mas reflexo direto da ausência da própria civilização entre nós. A miséria seria consequência assim não do privilégio ou opressão

das nações ricas sobre as pobres, mas do isolamento histórico de populações inteiras frente à técnica, à ciência e à produtividade impulsionadas pelas economias modernas.

Gudin internaliza radicalmente a etiologia da pobreza nacional. O “atraso” brasileiro é entendido como uma defasagem acumulada decorrente de três grandes condicionantes domésticos: primeiramente, a nação teve de enfrentar o desafio de um ambiente físico e geográfico interpretado pelo autor como severamente hostil, em contraste com a generosidade natural encontrada nas nações temperadas; em segundo lugar, o país carregava o fardo de uma herança cultural ibérica, reputada por ele como defeituosa e marcada pelo viés cartorial e absolutista que historicamente impossibilitou o enraizamento das sólidas lições do autogoverno local e das liberdades individuais; por fim, esse arcabouço repousava sobre uma formação demográfica considerada extremamente precária, gerando um passivo humano sem educação, saúde e capacidade produtiva adequadas. Conjugadas, a hostilidade natural, a herança colonial defasada e a indigência sociológica moldaram um território onde a ascensão civilizatória tornava-se uma árdua tarefa compensatória, cuja resolução dependia muito mais do aperfeiçoamento da população do que de correções no comércio internacional.

A NATUREZA COMO DESAFIO E O ANTIFATALISMO HIERÁRQUICO

A interpretação que Gudín faz do Brasil, e mais amplamente da América Latina, é feita por meio de um longo debate sobre o impacto da geografia e do clima no destino das nações. Em seus diagnósticos, o economista frequentemente questiona a tese do determinismo geográfico absoluto, tal como classicamente formulada pelo historiador britânico Henry Thomas Buckle em sua **History of Civilization in England** (1861), segundo a qual as nações tropicais estariam fadadas ao subdesenvolvimento devido às condições do meio físico – em particular ao calor e ao relevo brasileiros.

Gudin rejeita enfaticamente esse fatalismo telúrico, que, segundo sua interpretação, serviria apenas como um imobilizante álibi geográfico para a inação do Estado e para a incapacidade dos governantes. Sem negar o peso considerável que os fatores naturais adversos exercem sobre a economia de um país, ele recusa a noção de que o meio ambiente condene irremediavelmente um povo. Ao contrário, ele adota no seu lugar a perspectiva da filosofia da história de Arnold Toynbee, segundo a qual os obstáculos naturais

deveriam ser encarados como desafios a serem superados pela engenhosidade humana, de modo a ver na civilização não uma dádiva de ambientes hospitaleiros, mas o produto direto da energia humana mobilizada para superar as adversidades impostas pela natureza. Quanto maior a resistência oferecida pelo meio físico, maior e mais disciplinado deverá ser o esforço técnico, moral e institucional exigido da população para erigir um padrão de vida superior. Como ele mesmo sistematizou ao descrever as origens dinâmicas do progresso civilizatório:

Foi quando, há perto de 30 anos, ARNOLD TOYNBEE publicou seu *Study of History*, segundo o qual as condições favoráveis à eclosão e ao desenvolvimento da civilização consistem na capacidade de reação do homem ao desafio da Natureza: “The greater the challenge, the greater the stimulus”. Quando o desafio é fraco, isto é, quando o clima é suave e a terra fértil e dadivosa, o homem não se enrija e não desenvolve a reação criadora capaz de forjar uma civilização. Quando o desafio é por demais rude, seja pelas condições de clima (como no caso dos esquimós) ou de aridez (Saara), o homem é vencido na luta desigual contra a adversidade. É de um lado, NA CONTINGÊNCIA e, de outro, NA POSSIBILIDADE da reação que se encontram as condições propícias à atividade criadora. (Gudin, **Inflação, importação e exportação**, p. 143, ênfase no original)

A natureza impõe a barreira, mas é o homem equipado com engenhosidade, instrução e disciplina quem elabora as respostas civilizacionais. Para o caso brasileiro, isso implicava aceitar as enormes desvantagens tropicais não como uma sentença de morte, mas como a exigência imperativa de um sacrifício formador e de um investimento superior nas capacidades da população.

A recusa do determinismo geográfico por Gudin não significa, contudo, qualquer otimismo ilusório quanto às dotações naturais do país. Muito pelo contrário, o autor é enfático ao diagnosticar que o Brasil é, na sua disposição geográfica, um país pobre por natureza. Gudin dedica-se constantemente a atacar o ufanismo que tratava o território brasileiro como um inesgotável Eldorado. Para o economista, essa crença na riqueza inata da terra era um perigo analítico e político, pois ocultava as severas barreiras estruturais que a geografia impunha à civilização e ao progresso nacional.

Para justificar esta visão de escassez natural, Gudin recorre à comparação, traçando um duro contraste entre a geografia brasileira e as daquelas nações que haviam recebido o que ele chama de “dádivas da Providência”: enquanto as nações prósperas possuíam

terras temperadas, como as imensas planícies do Meio-Oeste americano ou as terras férteis da Ucrânia, o Brasil enfrentava uma realidade física áspera e custosa. O território brasileiro era marcado por uma longa barreira montanhosa paralela ao litoral, por uma imensa malha de rios no Sul que corriam para o interior que não facilitavam o escoamento rumo ao oceano, além de vastas extensões de cerrados ácidos e solos de baixíssima fertilidade natural.

O contraste mais didático utilizado por Gudín para ilustrar essa pobreza ecológica natural é a sua comparação direta entre o Brasil e a Argentina. Em trabalhos como **O Caso das Nações Subdesenvolvidas** (1952), ele argumenta que, embora partilhasse conosco da mesma herança colonial ibérica, a Argentina foi beneficiada por fertilíssimas planícies aluviais, rios amplamente navegáveis e por um clima temperado altamente favorável à saúde humana, de modo a garantir alta produtividade primária e atração de grande imigração europeia. Em contrapartida, o Brasil exigia um esforço e um custo de capital infinitamente superiores apenas para mitigar seus obstáculos naturais de clima e relevo. Essa implacável desmistificação da riqueza natural do Brasil é sintetizada com grande clareza em uma série de artigos publicados pelo autor no jornal O Globo na década de 1960 em que o autor tentava explicar as raízes do subdesenvolvimento:

O Brasil não figura entre os países que receberam da Providência a dádiva de terras férteis e abundantes, como as da planície Argentina, da Ucrânia, do Baixo Danúbio e poucos mais. Se, de um lado, apresenta manchas de terras excelentes, como a terra roxa de São Paulo e do Norte do Paraná, entre o Ivaí e o Paranapanema, tem, de outro lado, enormes extensões de terras de cerrado e de solos de difícil aproveitamento como os da Amazônia. Tem, além disso, grandes extensões montanhosas: Minas Gerais, Serras do Mar e da Mantiqueira. Dizem peritos americanos que as terras com mais de 45 graus de inclinação são impróprias para a Agricultura, porque sujeitas por demais à erosão. Isto é para dizer que o lavrador brasileiro precisa de assistência e técnica agrícola. (O Globo, 03/07/1968)

Ao expor a precariedade das bases físicas do país frente às planícies da Ucrânia ou da Argentina, Gudín afasta a ilusão de que o progresso brasileiro pudesse advir da mera extração passiva dos frutos da terra. Precisamente por ser um país de geografia acidentada, solos limitados e rios invertidos, não se podia dizer haver no Brasil algum privilégio natural. Para o economista, essa pobreza natural originária não impedia a civilização,

mas transferia o ônus do desenvolvimento para a ciência, para o esforço disciplinado e para a assistência técnica exigida pela agricultura tropical.

Aliada ao relevo acidentado e à pobreza dos solos, a variável climática ocupa um lugar importante no diagnóstico de Eugênio Gudín sobre as dificuldades brasileiras. Em uma nítida concessão às teses do determinismo climático e ecoando debates médicos e sanitaristas das primeiras décadas do século vinte, o autor argumenta que o calor excessivo dos trópicos impõe uma restrição biológica real à capacidade de esforço humano, recorrendo algumas vezes aos trabalhos do biólogo Álvaro Osório de Almeida, que sustentava que o clima tropical altera o funcionamento orgânico do indivíduo, reduzindo sua disposição energética em comparação aos habitantes das zonas temperadas. Essa “indolência” não seria, portanto, um traço racial ou moral intrínseco, mas uma resposta fisiológica ao ambiente. Em seu famoso ensaio sobre produtividade, ele detalha essa limitação:

Tratando-se de produtividade, tanto agrícola como industrial, importa não esquecer a questão da capacidade de trabalho do homem nas zonas tropicais. Já vi mais de uma vez citados trabalhos do saudoso biologista ALVARO OSÓRIO DE ALMEIDA, segundo os quais o metabolismo basal, no sentido de intensidade de vida do organismo humano, é de cerca de 25% mais baixo nos países tropicais do que nos climas temperados. É um aspecto dos mais sérios no estudo da produtividade. (Gudín, **Produtividade**, 1954, p. 27)

A essa restrição metabólica somava-se as endemias rurais. O autor identifica em doenças como a malária, a febre amarela e a esquistossomose obstáculos fundamentais que debilitam o organismo nacional e afastam a colaboração do capital estrangeiro, que exigiria um ambiente de ordem sanitária e financeira para operar. Em sua análise histórica, ele aponta que o Brasil só começou a superar essa barreira no início do século, quando o governo Rodrigues Alves conseguiu extinguir a febre amarela e implantar a ordem financeira (em **Notas sobre a economia brasileira desde a Proclamação da República até os nossos dias**, CPDOC eug-73f, p. 90).

A tese de Gudín é que, se a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical, a permanência do Brasil nesse ambiente exige um esforço técnico e sanitário muito superior para alcançar os níveis de produtividade das nações líderes. Para o autor, a natureza tropical não condena o país irremediavelmente, mas impõe a

necessidade imperativa de uma civilização científica. A superação dos obstáculos biológicos e climáticos requer a importação de conhecimentos do exterior e, sobretudo, a criação de uma tecnologia local capaz de lidar com as pragas e solos específicos do país. Assim, o progresso civilizatório em solo brasileiro é definido como uma luta contínua da técnica contra a fisiologia e a geografia tropicais.

A SAÚDE COMO INFRAESTRUTURA CIVILIZACIONAL

Além da produtividade natural restrita, também tem bastante importância para o desenvolvimento nacional a questão sanitária, pois para Gudín, a saúde pública não representa apenas um tópico de assistência social ou bem-estar, mas constitui a base biológica e a infraestrutura indispensável sobre a qual se ergue a produtividade e a própria civilização. Ao fazer isso, Gudín seguia à sua maneira os famosos debates sanitaristas do início do século vinte.

Nas primeiras décadas do século vinte, o movimento sanitarista operou uma profunda reinterpretação da identidade brasileira (ver os excelentes trabalhos de Lima, **Um Sertão Chamado Brasil**, 1999, e Lima e Hochman, **Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina**, 1996, e **Pouca Saúde e Muita Saúde**, 2000). Liderado por intelectuais e médicos como Belisário Penna e Artur Neiva, e cristalizado na famosa denúncia de Miguel Pereira em 1916 de que o Brasil era um “imenso hospital”, o movimento promoveu uma mudança basilar no diagnóstico do país, pois, ao rejeitar o fatalismo racial e os determinismos climáticos absolutos então em voga, que atribuíam à nação uma suposta inferioridade biológica inata, o pensamento médico-higienista passou a argumentar que a improdutividade e a indolência do brasileiro derivavam, na realidade, da disseminação de endemias rurais e do sistemático abandono da população pelas elites políticas. O Jeca-Tatu de Monteiro Lobato e o Macunaíma de Mário de Andrade passavam assim a serem entendidos como produtos da doença, a serem redimidos pelo saneamento de corpos e almas.

Mas essa perspectiva também promoveu uma vigorosa chave de leitura baseada em matrizes dualistas, opondo o litoral, tido como centro da civilização e da modernidade, ao sertão, retratado sem qualquer idealização romântica, como a materialização do atraso nacional. A massa rural e interiorana passou a ser compreendida por meio de suas

ausências: nos relatos das expedições sanitaristas, apontava-se que os brasileiros habitavam o território completamente desamparados de assistência, vivendo sem estradas, sem polícia, sem escolas e sem cuidados médicos. Como diz Belisário Penna em **Saneamento do Brasil** (1923), sanear o Brasil significa povoá-lo, enriquecê-lo e moralizá-lo.

Apesar de se tratar de uma literatura do início do século vinte, Gudín claramente absorveu e manteve este ideário por toda sua longa vida e muitos escritos, utilizando-o como uma de suas principais explicações para o subdesenvolvimento brasileiro. Por exemplo, num artigo do início dos anos 1970, ele diz o seguinte:

Em livro recentemente publicado, o professor Edward Banfield, da Universidade de Harvard, retrata a vida “das classes inferiores da Sociedade” (the lower classes) como vinculada a uma cultura própria, resistente à evolução apesar dos dólares, dos serviços sociais e das exortações. Diz o autor que em uma grande faixa dessas classes, é muito difícil fazer evoluir a mentalidade a que está apegada. O futuro é qualquer coisa de imutável, de fatal e independente de seus esforços. ...

Entre nós a existência dessa classe de pobreza presa à cultura específica a que se refere Banfield é incontestável. Mas é, em sua maioria, o produto das endemias, da subnutrição prolongada e da falta de energia para reagir. As condições ecológicas têm uma boa parte de responsabilidade. No dizer de Toynbee, “quanto maior o desafio, maior a reação”. Nos climas pouco estimulantes passam então a predominar o desânimo e o fatalismo. É a figura de nosso Jeca, de Monteiro Lobato e da mentalidade do “plantando dá”, impenetrável à ambição. (O Globo, 17/07/1972)

Por outro lado, Eugênio Gudín absorve mas também adapta o diagnóstico sanitário da Primeira República, pois, ao incorporar esse legado, Gudín opera uma profunda tradução conceitual: o lamento higienista e moral a respeito das populações interioranas esquecidas é transposto de forma sistemática para a linguagem da ciência econômica, recodificando a endemia e a insalubridade não apenas como tragédias sociais, mas como causas fundamentais da baixa produtividade e do desperdício de capital entre nós. Consequentemente, a saúde pública não é por ele compreendida fundamentalmente como um dever de caridade estatal, mas como a própria infraestrutura indispensável à promoção da produtividade e civilização, já que o trabalhador acometido por verminoses e outras moléstias não teria a energia necessária para responder aos estímulos da economia de mercado nem aos rigores do desenvolvimento.

Gudin interpreta a fragilidade corporal e a letalidade nas zonas rurais pela métrica do que ele chama de investimento humano: todo o dispêndio material feito pelas famílias e pelo poder público na criação de um indivíduo, cobrindo as fases da infância e da juventude, consiste num aporte de capital que exige um tempo de vida adulta prolongado para que a sociedade obtenha o correspondente retorno produtivo; por isso a alta mortalidade precoce nas zonas rurais, causada pela desassistência e por doenças perfeitamente evitáveis, rompe precocemente esse ciclo, constituindo assim um grande entrave ao progresso nacional:

O investimento feito em um indivíduo, no Brasil, para criá-lo, nutri-lo e educá-lo elementarmente, até aos 20 anos, somente se aproveita durante pouco mais de 20 anos, já que a vida média é de 39 anos para as áreas rurais ... contra 65 anos para os Estados Unidos. Mais de 40 por cento dos óbitos no Brasil são causados por agentes infecciosos, contra 18 por cento nos Estados Unidos. ... É essa deficiência na formação humana que constitui nosso calcanhar de Aquiles e que nos valia o apelido de gigante de pés de barro. (Gudin, **Produtividade**, 1954, p. 27-28)

Nesse esquema interpretativo, o saneamento dos corpos e a presença de médicos ou postos de saúde interioranos convertem-se no principal mecanismo corretivo dessa debilidade estrutural. Ao aplicar a métrica do desperdício econômico sobre a mortalidade por agentes infecciosos, Gudin consolida sua tese de que o verdadeiro ponto de partida de qualquer política de desenvolvimento, isto é, de promoção civilizacional, no Brasil deveria ser a garantia da vitalidade orgânica da sua mão de obra. Qualquer planejamento econômico focado apenas em máquinas ou obras urbanas seria irrealista e precário enquanto o principal vetor de produção do país continuasse sendo dizimado antes de conseguir pagar o custo de sua própria formação. A morte precoce e a vida debilitada traduzem, portanto, a face mais dramática do déficit civilizatório brasileiro e o esgotamento prematuro do seu mais caro investimento nacional.

Para sanar o desperdício biológico e econômico do atraso, Gudin concebe a expansão da civilização como um movimento espacial e institucional de “conquista do oeste” brasileiro. Em sua leitura, a civilização ocidental teria chegado ao Brasil pelo mar, fixando-se em uma estreita faixa litorânea, enquanto o vasto interior, o “hinterland”, permaneceria em um estado de profundo abandono e precariedade. A superação dessa fratura

territorial e social não ocorreria pelo mero avanço espontâneo das forças de mercado, mas exigiria uma ação deliberada do Estado, encarregado de atuar como o vetor de uma expansão civilizadora capaz de fornecer a infraestrutura material e humana para a integração da economia nacional. A formulação mais emblemática desse projeto de interiorização da modernidade encontra-se em sua conferência **Capitalismo e sua Evolução** (1936), na qual Gudín sintetiza a geografia civilizacional brasileira e os agentes responsáveis por sua transformação:

O Brasil é um país extensíssimo, em que a civilização só atingiu uma faixa litorânea e que só progressivamente se poderá propagar para o hinterland, à medida que nele penetrarem a estrada de ferro, a polícia, a justiça, o professor e o médico. Enquanto essa penetração pacífica e civilizadora não se realizar, as populações do interior do Brasil permanecerão em estado de civilização apenas embrionária, de pouco superior, por vezes, à das tribos de índios que ainda povoam grandes extensões de nosso território. ... Diga que o homem do interior vive na miséria porque vive sem o apoio da civilização que ainda não chegou até lá; ... diga que ele não tem saúde porque não sabe como combater as infecções; diga que esse conjunto de circunstâncias é o causador da miséria e do abandono em que ele vive, ausente da civilização...” (p. 23-26).

A relação de agentes estabelecida por Gudín delineia um programa abrangente de formação do Estado e da sociedade: a estrada de ferro para romper o isolamento físico e logístico; a polícia e a justiça para instaurar a ordem e garantir a impessoalidade dos contratos; e o professor e o médico para fortalecer e disciplinar o elemento humano. Dando continuidade a essa pregação civilizatória em décadas posteriores, Gudín detalharia de forma mais prática os meios para alcançar esse desenvolvimento no meio rural. No mesmo artigo sobre Banfield dos anos 1970, Gudín demanda ações governamentais contra a miséria no campo, sugerindo o envio da técnica e da higiene juntas da difusão de pequenos postos ou campos de demonstração agrícola pelo interior afora, postos estes que deveriam contar para o atendimento da população local em que se poderia “encontrar eventualmente um enfermeiro e, de tempos a tempos, um médico” (O Globo, 17/07/1972).

A urgência desse trabalho de base em saneamento e saúde fornece também a régua moral pela qual Gudín julgará duramente as prioridades de investimento do Estado brasileiro. O autor condena o que enxerga como a inversão das funções civilizatórias por

governos demagógicos, que optam por aplicar a poupança escassa da nação em grandes obras de fachada e visibilidade eleitoral, enquanto negligenciam as infraestruturas básicas da vida humana. Como veremos noutro capítulo, o ápice desse erro de alocação seria a edificação de Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek. Gudín afirmaria ser de estarrecer que, “em um país onde a miséria se encontra perto e até dentro das grandes cidades, onde a malária e as verminoses ainda infestam vastas regiões”, houvesse um governo com a disposição de dar “prioridade às obras faraônicas de uma nova capital sobre todos esses cruciantes problemas nacionais” (O Globo, 29/07/1959). Na lógica do seu programa civilizatório, o avanço real rumo à modernidade exigiria o sacrifício do espetáculo arquitetônico em favor das fundações profundas, muitas vezes invisíveis aos olhos, como o controle de pragas, o ensino elementar e as redes de esgotos, mas que efetivamente integram os indivíduos isolados aos benefícios e deveres do mercado e da vida socializada.

A POPULAÇÃO “INDÍGENA” E O FARDIO DEMOGRÁFICO DA ASSIMILAÇÃO

Apesar do Brasil ser para Gudín fundamentalmente um país selvagem, um grande sertão a ser desenvolvido (como diz o ditado, o sertão começa onde termina a Avenida Brasil carioca), o autor reconhece significantes diferenças regionais formando um mosaico de tempos históricos e níveis culturais distintos. Para ilustrar essa fratura, o economista recorre frequentemente a uma metáfora geográfica específica, diagnosticando o país como um verdadeiro arquipélago de regiões profundamente heterogêneas. Nessa cartografia civilizacional, as fronteiras internas não são apenas divisões administrativas ou climáticas, mas marcos de transição entre diferentes estágios de maturidade institucional e social. O litoral e, de modo muito particular, o eixo Centro-Sul do país são descritos como os únicos territórios verdadeiramente acoplados aos ritmos da modernidade, enquanto o vasto “hinterland” permanecia à margem da vida econômica organizada.

A dualidade entre essas regiões é expressa por Gudín nos termos de integração ou não à matriz ocidental. Enquanto o Centro-Sul do país teria se beneficiado da herança europeia e das correntes imigratórias que formaram seu mercado, o Norte e o Nordeste careciam dos motores históricos do progresso. Em um de seus artigos para a imprensa na

primeira metade da década de sessenta, o autor explicita essa clivagem ao descrever as assimetrias nacionais para interlocutores estrangeiros:

Comecei por mostrar-lhes que o Brasil é um conjunto (um arquipélago, digamos) de unidades, sob muitos aspectos, heterogêneas. A região Centro-Sul, do sul de Minas e da Guanabara até a fronteira do Rio Grande, expliquei-lhes, pode-se considerar como perfeitamente integrada na civilização ocidental; qualquer europeu pode entender os homens e as coisas nessa região. Já não se pode dizer o mesmo do Nordeste, do Norte ou da fronteira Sul, que é um caso especial. No Nordeste, condições mesológicas desfavoráveis não permitiram a formação da prosperidade que se encontra no Sul nem a imigração e colonização estrangeiras que o clima temperado do planalto propicia ao Brasil Meridional. (O Globo, 22/05/1963)

Consequência direta desse distanciamento seria a estagnação do interior brasileiro em um estágio de evolução histórico e social defasado. O “sertão”, ou, como Gudín prefere, o “hinterland” aparece em sua obra como o reduto de populações desprovidas não só da técnica e da saúde pública necessárias à produtividade, mas também das instituições garantidoras da ordem social e mesmo da experiência cívica a capacitá-las a participar da gestão pública. Como veremos detalhadamente noutro capítulo, Gudín chega a explicar o “populismo” e a irracionalidade da política nacional como consequência destas diferenças no nível civilizacional entre as diferentes regiões brasileiras. Por exemplo, às vésperas do golpe de 1964, Gudín atacava o gaúcho João Goulart declarando que o “Brasil é um arquipélago de regiões heterogêneas. O erro trágico que praticou foi o de entregar o governo, primeiro a um louco dissimulado (vindo de São Paulo, seja dito) e depois a um egresso de suas regiões subcivilizadas” (O Globo, 30/03/1964).

Para definir e classificar o caráter demográfico e cultural do país, Gudín emprega algumas vezes o termo “indígena”. Em seus escritos, a palavra é despida de seu sentido estritamente etnológico, desvinculando-se das populações originárias pré-colombianas. Em vez, indígena passa a funcionar como uma categoria sociológica e civilizacional, utilizada para descrever a condição de contingentes populacionais inteiros que não se encontravam plenamente integrados aos padrões da civilização e da modernidade. Em seu artigo **Produtividade** (1954), Gudín consolida essa reconfiguração conceitual para qualificar a força de trabalho nacional e os elevados custos de absorção dessa camada

social, de modo a enfatizar que o subdesenvolvimento dependia do longo esforço para elevar o modo de vida desses agrupamentos:

O Brasil vê-se ainda a braços com outro sério problema demográfico. É o da parte considerável de sua população, que poderíamos chamar de indígena, assim designando a população rural e mesmo urbana de muitos baixos padrões de saúde, nutrição e educação. A assimilação dessa gente à população produtiva exige do restante mais afortunado da população um esforço e um investimento consideráveis. (p. 28)

Por enxergar a grande massa do povo sob a lente do déficit civilizacional, vale dizer, do “selvagem” improdutivo e ignorante, Gudín rechaçava peremptoriamente as análises econômicas, morais ou pastorais que buscavam explicar a miséria nacional como uma consequência do sistema capitalista ou da desigualdade na apropriação das riquezas produzidas. O subdesenvolvimento era lido estritamente como um problema de defasagem de assimilação à modernidade produtiva.

Décadas mais tarde, Gudín voltaria à questão lamentando que no país vigorava um sentimento de comiseração passional diante dessa realidade e condenava o hábito que “atribui a pobreza, senão miséria, em que vivem milhões de brasileiros a uma má distribuição da renda, quando, na realidade, dela se origina a existência de uma parte considerável da população ... ainda não assimilada pelo ecúmeno econômico e cultural do país” (O Globo, 19/05/1980). Neste sentido, a hierarquia social do Brasil é compreendida menos por lógicas de classes divergentes no interior do capitalismo do que como uma fronteira civilizacional instalada dentro do território nacional: cabe à fração já civilizada o exaustivo e longo encargo de sanear, educar e promover a transmutação antropológica de uma extensa população autônoma que, presa ao status rudimentar, consumia os poucos recursos do investimento nacional antes mesmo de estar capacitada para cooperar com a prosperidade coletiva.

Para evidenciar o profundo peso deste fardo sociológico, Gudín mobiliza frequentemente um exercício de sociologia comparada, contrastando a formação demográfica brasileira e mais amplamente a latino-americana com a dos Estados Unidos. Em seus escritos, o progresso excepcional norte-americano não é atribuído apenas a virtudes institucionais ou a dádivas da natureza, mas fundamenta-se, antes de tudo, no que o

economista compreende como um imenso privilégio demográfico e financeiro: o suposto fato de aquele país ter sido, em suas origens modernas, um “território virtualmente vazio”. Apoiando-se reiteradamente nas teses do seu amigo e colaborador intelectual Jacob Viner (economista neoliberal norte-americano), Gudín argumenta que a América do Norte foi poupada do dispendioso encargo de civilizar uma grande massa autóctone. Como ele diz num de seus textos:

A EXISTÊNCIA ou não de populações autóctones importantes nos territórios das antigas colônias europeias constituiu um fator da maior importância para o desenvolvimento e o futuro dos países do Hemisfério Ocidental e, posteriormente, da Ásia e da África.

JACOB VINER, o grande “scholar” de Princeton e de Chicago, salientava a enorme vantagem que representou para os Estados Unidos a escassez das populações autóctones em seu território. O meio milhão de índios da América do Norte foram tranquilamente recolhidos e protegidos a “reservations” adrede preparadas. Os Estados Unidos não tiveram, como as repúblicas hispano-americanas (salvo, a Argentina, o Uruguai e o Chile), o problema da assimilação de uma população autóctone importante.

VINER SALIENTAVA quão valioso fora o facto de terem sido os Estados Unidos “vazios de população” (empty of population), isto é, isentos do problema de incorporar e assimilar uma população indígena importante. Essa população, quando da formação dos Estados Unidos, era geralmente avaliada em 500.000 nativos. Os europeus colonizadores não os trataram com hostilidade, NEM TENTARAM ESCRAVIZÁ-LOS, COMO ACONTECEU NA AMÉRICA LATINA. Os índios podiam viver à vontade em suas “reservations” (e ainda hoje ali vivem), protegidos pelos colonos contra as doenças e a miséria.

SÓ NA REGIÃO SUL, de culturas tropicais, é que houve importação de negros. E foi daí que se originou a diferença de concepção de vida e de formação demográfica entre o Norte e o Sul, provocadora da guerra de Secessão. (O Globo, 03/03/1975, ênfase no original)

Neste trecho Gudín tenta apresentar a colonização norte-americana como um processo pacífico e benigno, mas num outro texto ele comete o deslize de admitir que “os 500.000 Índios que por lá havia foram liquidados ou afastados em ‘reservations’” (O Globo, 08/11/1965). Apesar de ainda estar subestimando a população indígena dizimada, ao seu modo, Gudín acaba por atribuir a gênese da prosperidade norte-americana a este ato de limpeza étnica, já que teria sido justamente a indisposição norte-americana em incorporar uma população indígena significativa sua grande virtude.

O autor traduz ainda este processo civilizacional em termos econômicos, assinalando que os imigrantes chegavam da Europa tendo tido o seu respectivo custo de investimento humano já integralmente pago pelo Velho Mundo: como ele põe em seu ensaio **Produtividade**, “os imigrantes chegaram ali gratuitamente da Europa, criados, nutridos, e às vezes educados. Não havia o percalço de uma população indígena a ser arrancada de uma situação de quase miséria para um nível de vida compatível com um país civilizado” (p. 28). Em contraste, Gudín diagnostica que o Brasil e os demais países da América Latina tentaram fazer uma tal assimilação, o que resultou num freio estrutural ao seu progresso. Nestas nações, ocorreu o fenômeno inverso ao do privilégio imigratório: o território não foi preenchido por correntes europeias cujo custo de formação já havia sido pago na origem, mas compôs-se a partir de uma base imensamente majoritária de populações autóctones e mestiças, cujos padrões de saúde, instrução e capacidade produtiva se encontravam muito aquém do nível europeu.

Essa disparidade populacional imputou às elites locais, segundo Gudín, um custo de formação sem precedentes. Em seus escritos, a relação histórica entre os setores socialmente dominantes e as massas populares não é lida sob as lentes da exploração do trabalho ou da desigualdade de classes gerada por séculos de escravidão, mas recodificada em termos de um fardo assimétrico e extremamente dispendioso. Ao diagnosticar a instabilidade das democracias latino-americanas, como fez na sua conferência **Les Vicissitudes de la Democratie en Amerique Latine** (1964, CPDOC eug-18, p. 76-77), proferida em Paris com claro objetivo de legitimar o golpe militar de 1964, tese que ele retomaria anos depois na coluna **O problema das populações autóctones** (O Globo, 03/03/1975), Gudín formaliza o tamanho e a natureza dessa tarefa transferida às elites de origem luso-hispânica:

POUCOS SE DÃO conta da decisiva importância dessa questão. Porque a tarefa para a minoria de origem europeia de incorporar e “civilizar” uma população autóctone representa um enorme encargo para a formação de seus recursos humanos e, portanto, para seu desenvolvimento e progresso.

A ABSORÇÃO das populações nativas na formação demográfica do México e dos países da América Andina representa talvez o maior obstáculo a seu desenvolvimento. Cabe ali a uma pequena minoria de origem europeia a imensa tarefa de civilizar e elevar o nível de vida de uma população nativa muito mais numerosa. (O Globo, 03/03/1975, ênfase no original)

Neste enquadramento, a missão de sanear o corpo, educar a mente e fornecer as infraestruturas vitais para que milhões de indivíduos ingressassem no mundo produtivo passa a ser descrita como uma imensa absorção da poupança nacional. Em vez de direcionar os recursos do país primordialmente para o acúmulo e desenvolvimento de maquinário e tecnologia avançada que permitiriam o rápido enriquecimento, a minoria civilizadora se veria forçada a assumir o ônus de realizar aquele investimento biológico, educacional e cultural básico que os norte-americanos mais afortunados receberam do exterior de forma gratuita. Assim, o atraso e as dificuldades no desenvolvimento deixam de ser atribuídos aos vícios da própria elite dirigente ou aos estrangulamentos do capitalismo global, para serem em vez depositados na precariedade do elemento humano interno.

A partir da década de 1970, essa análise estrutural do fardo demográfico converte-se, nos escritos de Gudin, em um agudo pânico de contornos malthusianos, pois o autor passa a tratar o crescimento das populações mais pobres não como um bônus de mão de obra, mas como uma ameaça direta à sobrevivência e à ordem do país. Essa alta taxa de natalidade adquire a feição de uma verdadeira avalanche de indivíduos não assimilados, que avança para sufocar os núcleos urbanos já integrados à civilização ocidental e agrava o esgotamento dos recursos nacionais. A gravidade desse fenômeno residiria no descompasso fundamental entre o aumento populacional e a capacidade de formação de poupança nacional, pois, para Gudin, um país só se constitui e se civiliza plenamente quando dispõe de capital, termo que ele aplica não apenas aos estoques financeiros, mas primordialmente à infraestrutura física e social indispensável à incorporação do elemento humano, como habitação, hospitais, vias de transporte e escolas. Por isso, o crescimento demográfico desregrado estava consumindo toda a escassa poupança nacional apenas para a manutenção de um padrão mínimo de subsistência, inviabilizando a dotação de infraestrutura básica e qualquer investimento no incremento real da produtividade do trabalhador.

O controle da natalidade é erigido por Gudin em seus escritos tardios à condição de imperativo civilizatório, sendo compreendido como a única alternativa racional diante do esgotamento da capacidade de absorção do país e da impossibilidade de estender a infraestrutura urbana de modo instantâneo. Em artigo dos anos 1980, Gudin sintetiza os

efeitos drásticos dessa explosão demográfica e a limitação material do Estado em lidar com ela:

Não menos grave é o monstro da natalidade, abandonado pelos Governos da República, descarregando, sem cessar, uma onda de correntes humanas sobre uma população cujos recursos o país já não tem forças para suportar. Quão diverso seria nosso panorama humano se não víssemos as rotas do país progressivamente invadidas de gente que afluí de todos os lados. E é a isso que Aureliano se refere quando aborda o problema de uma densidade populacional que fez batizar o Brasil de País das favelas. A burrice (perdoem a rudeza de expressão) nacional ainda não conseguiu compreender que para formarmos um país grande e próspero precisamos dispor de três, não somente de dois elementos. Isto é, não só de terra e de massa humana como de capital. Que espécie de capital? Não de dólares, menos ainda de cruzeiros, mas de um sem-número de casas (habitação), escolas, hospitais, vias de comunicação etc. (O Globo, 26/03/1984)

Neste diagnóstico, a miséria e o desamparo não se explicariam fundamentalmente por uma injustiça na distribuição da renda e exploração econômica existentes, mas sim pela multiplicação vertiginosa de indivíduos antes que os recursos econômicos, educacionais e sanitários da nação estivessem consolidados e preparados para absorvê-los. Em outro texto focado nas limitações das políticas de bem-estar social, Gudín reitera a imagem dramática desse cerco demográfico contra o avanço da ordem, afirmando existir “uma avalanche de miseráveis, famintos e maltrapilhos que tentam penetrar nos núcleos urbanos já civilizados. Acresce a ojeriza da população mestiça e negra pelo trabalho e o pendor de todos para viverem às custas dos outros” (O Globo, 02/05/1983). O fardo imposto à pequena parcela civilizada e produtiva atingiria assim, nas últimas décadas do século vinte, o seu limite de sustentabilidade financeira, exigindo que o controle da natalidade se tornasse um mecanismo de defesa urgente, para não deixar que o desenvolvimento nacional fosse definitivamente inviabilizado.

IBERISMO E O DÉFICIT DE AUTOGOVERNO

Há ainda um outro tipo de dificuldade elencada por Gudín para o desenvolvimento brasileiro. Para o economista, a raiz profunda da instabilidade política e do subdesenvolvimento latino-americanos residia igualmente no próprio tipo de legado cultural e institucional centralizado gestado nas colônias latino-americanas pelas potências europeias.

Baseando-se recorrentemente na obra do historiador e diplomata britânico James Bryce, particularmente seu livro **América do Sul: observações e impressões** (1912), a quem tinha como autoridade sobre a incapacidade de importação de modelos institucionais, Gudin traça uma oposição radical entre a formação da América Anglo-Saxônica e a da América Ibérica. Em seus escritos, o desenvolvimento e a estabilidade dos Estados Unidos são apresentados também como o produto histórico de um modelo colonizador guiado por imigrantes europeus que muitas vezes cruzavam o oceano fugindo da opressão em seus países de origem, de modo a portar um ideal de liberdade e a disposição para trabalhar pela própria prosperidade. Associado a isto, argumentava Gudin, ter-se-ia desenvolvido nesta região desde cedo o exercício prático da administração da coisa pública em âmbitos locais, como nos condados e nas assembleias representativas das vilas. O resultado direto desse modelo descentralizado foi a sedimentação do que o Gudin frequentemente chama de tradição do “self-government”.

Em contrapartida, a colonização perpetrada por Portugal e Espanha nos países latino-americanos teria tido um caráter estritamente rapace e submisso, impossibilitando qualquer ensaio de aprendizado cívico pelas populações locais. Diferentemente das colônias no Norte, a América Ibérica teria sido ocupada por prepostos vinculados estritamente aos interesses extrativistas das metrópoles europeias, num modelo de rapina voltado inicialmente aos metais preciosos e às riquezas florestais, estruturado de maneira inteiramente vertical. Esse legado estabeleceu segundo Gudin um quadro onde todo o poder provinha de cima e no qual as populações coloniais jamais foram conclamadas a deliberar sobre seus próprios rumos políticos. Para agravar essa submissão, somava-se a vigilância e o monopólio moral do clero institucional, que, por meio de tribunais e forte censura prévia a ideias heterodoxas, impossibilitava a liberdade intelectual e a circulação de pensamentos que poderiam nutrir a capacidade de avaliação crítica dos habitantes da região.

Para sintetizar o abismo sociológico deixado por essas matrizes coloniais, Gudin aponta diretamente para essa gênese absolutista e clerical como a verdadeira limitação do continente. Em um de seus exaustivos balanços sobre as fontes da nossa miséria histórica e política, o economista consolidou tal interpretação da seguinte forma:

O fato primordial é que a colonização espanhola (Portugal veio depois), ao contrário da colonização inglesa na América do Norte, se caracterizava: (a) pelo espírito de integral lealdade e inteira submissão à Coroa, a qual visava sobretudo a descoberta de metais preciosos e outras riquezas (pau-brasil). Os governos das colônias ibéricas eram simples submissos prepostos da Coroa, sem ter jamais cogitado de qualquer governo autônomo, por limitado que fosse. A Igreja era o outro único ingrediente dessa formação e uma suspeita de heterodoxia era pior do que de deslealdade a pátria-mãe. ... Nós brasileiros temos que compreender que grande parte do nosso atraso e de nossas vicissitudes decorre do precário elemento humano que nos legaram os ancestrais ibéricos. É bom que compreendamos, porque compreender a origem dos próprios males é meio caminho para atingir o grau de civilização e cultura a que aspiramos. (O Globo, 16/11/1981)

Em parte este atraso latino-americano foi decorrência do fato das próprias metrópoles colonizadoras, Portugal e Espanha, já se encontravam estagnadas em relação ao avanço da civilização na Europa, pois Gudín argumenta que, enquanto nações como França e Inglaterra experimentavam intenso florescimento científico e uma crescente liberdade intelectual ao longo dos séculos dezessete e dezoito, a Península Ibérica havia se isolado e o domínio do absolutismo monárquico e o rigor da Inquisição impuseram um bloqueio à modernidade, fazendo com que as matrizes luso-hispânicas perdessem o compasso do progresso civilizatório ocidental. Consequentemente, essa herança foi transferida às colônias, provocando, segundo Gudín, a uma defasagem de duzentos anos. Por isso mesmo, o momento da emancipação política latino-americana, na década de 1820, não representou a fundação de nações prontas a se integrarem automaticamente ao mundo moderno.

Ainda mais, essa defasagem civilizacional ditou o próprio comportamento econômico e administrativo do Brasil contemporâneo, pois Gudín associa a isso duas éticas formadoras de mercado. De um lado, haveria o que ele identifica como o espírito anglo-saxão, voltado para a eficiência, para a livre concorrência e para um modelo de expansão em que o lucro deriva da alta produtividade e do grande volume de vendas a preços menores, beneficiando o consumidor. De outro lado, encontra-se a mentalidade herdada da colonização ibérica, forjada no mercantilismo dos séculos XVI e XVII baseado na intervenção protetora do Estado.

Para Gudín, a sobrevivência atávica desse “espírito lusitano” é uma chave explicativa fundamental para o atraso industrial brasileiro e para o apego crônico ao protecionismo.

Ele diagnostica que os industriais do país, particularmente a burguesia fabril paulista surgida com a substituição de importações, sofrem de um verdadeiro horror à concorrência, preferindo assegurar lucros altos por meio da escassez e da barreira alfandegária do que pelo aprimoramento técnico. Em artigo retrospectivo sobre a evolução do país, Gudin formula essa crítica ao mercado protegido em termos de mentalidade civilizacional:

Há quase meio século venho combatendo a mentalidade estreita e confinada ... de assegurar à indústria nacional a posição monopolista no mercado interno, garantida pela barreira alfandegária e pela lei do similar nacional. Era o ranço da mentalidade lusitana dos séculos XVI e XVII, ao tempo em que o arrojo dos navegantes portugueses realizava a façanha do comércio das especiarias com as Índias, que se caracterizava pelos altos preços e pela escassez, que permitia reputar a mercadoria. Assim foi que se criou a antinomia entre a mentalidade norte-americana de produzir muito para lucrar pelo volume mais do que pelo preço e o espírito lusitano de valorizar a mercadoria pela escassez, lucrando no preço muito mais do que no volume. (Gudin, **Notas sobre a economia brasileira desde a Proclamação da República até os nossos dias**, em Revista Brasileira de Economia, 1972, p. 105-106)

Essa mesma herança cultural permeia a formatação do Estado brasileiro, gerando o que Gudin rotula como uma autêntica “civilização cartorial”. Devido à falta de tradições de autonomia e à desconfiança vertical que caracterizavam a administração ibérica, o Brasil teria desenvolvido uma burocracia sufocante, marcada pela complexidade irrealista de seus textos legais e pela obsessão regulamentar, de modo que, longe de promover a ordem, esse excesso de controles oficiais engendra o parasitismo institucional.

Para o autor, o subdesenvolvimento administrativo brasileiro materializa-se na dependência crônica de licenças estatais e na consequente proliferação de intermediários criados para contornar a própria lentidão da máquina pública. Em uma de suas colunas no jornal O Globo, ao refletir sobre as diferenças de mentalidade nas Américas, ele ataca a ineficiência imposta por essa herança:

Essa [é] a diferença entre a mentalidade anglo-saxônica e a mentalidade ibérica, espécie de civilização cartorial em que os textos de Lei são extensos e complexos. ... Os regulamentos são um grande empecilho ao progresso de nossos países. Deles emanam dois novos obstáculos ao andamento da máquina administrativa: a licença e seu corolário, o despachante, que se tornam, com os

cartórios, uma das indústrias mais lucrativas das sociedades ibero-americanas. (O Globo, 23/08/1976)

Dessa forma, Gudín diagnostica que o país permanece refém de um ethos pré-capitalista. A falta de competitividade das fábricas e a lentidão dos guichês governamentais não seriam falhas passageiras de planejamento, mas sintomas interligados de uma mesma doença formativa. O ranço do iberismo sobrevive, em sua visão, tanto no empresário que foge da produtividade buscando o amparo do Estado quanto no burocrata que transforma a exigência de papéis em uma indústria rentável, paralisando as energias necessárias à modernização da sociedade.

Como consequência desse déficit histórico, Gudín estende sua crítica da herança ibérica para a esfera jurídico-política por meio de um profundo antilegalismo e crítica ao “bacharelismo” por ele visto no país. Ele ataca de maneira contundente o que identifica como uma fascinação quase fetichista dos países latino-americanos pelas leis escritas, em detrimento da “realidade dos costumes”. O economista recorre à ideia de “ilusão gráfica” para ridicularizar a tendência regional de buscar a redenção política na mera alteração de códigos e cartas magnas. Segundo ele, evitar a morosa e difícil transformação civilizacional apostando no simplismo da troca de legislação constituía um grave erro analítico e prático.

Esse apego irracional aos textos legais refletiria assim uma inaptidão básica para compreender a verdadeira gênese da civilização e da ordem civil, pois, deslumbrados pelas conquistas institucionais da América anglo-saxã, os países ibéricos recém-independentes teriam tentado importar as vantagens daquele modelo político através da pura cópia de sua fachada constitucional. Mas isto se tratava de uma “ilusão talismânica”: a crença ingênua de que a simples adoção das palavras e regras da “democracia representativa” no papel iria transferir magicamente para a população local as virtudes cívicas, o hábito do autogoverno e a prudência há muito vivenciadas pelos cidadãos norte-americanos. Contudo, essa engenharia de importação normativa falharia sempre por ignorar o princípio de que as leis permanecem ineficazes ou se corrompem sem o lastro das práticas sociais enraizadas:

A história da América Latina demonstra o erro profundo e pernicioso dos que acreditam que as instituições políticas, sobretudo as da República e da Democracia representativa, têm o dom de conferir, como um talismã, aos que as adotam, as virtudes e a sabedoria necessárias a seu funcionamento. A ilusão de tomar as coisas pelo seu nome é um erro velho, e quase sempre fatal. As instituições são o que os homens delas fazem. ... Quando da Independência, foi fácil redigir constituições modeladas pela dos Estados Unidos. Mas onde a capacidade do povo para o exercício de um governo livre? Que ensinamentos cívicos e que experiência lhe haviam sido propiciados para isso? (O Globo, 03/09/1965)

Toda a instabilidade política e institucional crônica dos povos ao sul confirmaria a sua tese de que a democracia jamais é instaurada unicamente por decretos e tintas no papel. Antes, a viabilidade de uma organização representativa demanda antes a acumulação de um sedimento histórico e cultural propício à disciplina republicana, algo que as metrópoles católicas e mercantilistas ibéricas não propiciaram em suas províncias durante a fase colonial. Por isso, ao avaliar os primórdios da adoção do regime republicano no próprio país, Gudín insiste na constatação de que a retórica legalística desabava sobre a escassez civilizacional brasileira: advertindo contra esta ilusão “gráfica”, sublinhava ele que “não escaparam deste erro nossos Constituintes de 1891, dando-nos uma Constituição inspirada na fórmula americana. Mas é que os costumes, a educação e a tradição são mais fortes que a Lei escrita” (O Globo, 23/09/1976).

A conclusão de Gudín, como veremos a seguir, é que em vez de tentar importar para uma sociedade imatura modelos institucionais britânicos ou norte-americanos era primeiro preciso investir na formação integral dos homens.

A EDUCAÇÃO TOUT COURT E A FORMAÇÃO DE ELITES

Para Eugênio Gudín, a superação do subdesenvolvimento brasileiro dependia de um diagnóstico preciso sobre as verdadeiras carências da nação, mas assim como outros neoliberais da época, em suas análises, o economista argumentava incessantemente que o principal obstáculo ao progresso do país não residia na estrutura da economia mundial ou na escassez de recursos materiais ou financeiros, como a falta de dólares, maquinário e infraestrutura física, mas sim na limitação do que ele definia como o “elemento humano” dos próprios países pobres. Daí seu lema de que a verdadeira superação do

atraso brasileiro relativamente aos países anglo-saxões se daria por um esforço concentrado de investimentos em saúde e educação.

Ainda mais, Gudin tendia a incorporar a mentalidade europeia oitocentista de tratar os diversos povos como possuindo diversos níveis de uma única cultura (a “cultura humana”), de modo a não demonstrar qualquer apreciação da diversidade cultural ou o que valha:

Cultura é a grande herança da humanidade, recebida das civilizações que nos precederam durante alguns milhares de anos. É mais voltada para o alto pensamento humano e para sua originalidade criadora, que constituem a gênese do progresso da civilização, através da curiosidade intelectual, da pesquisa e da procura da verdade. ... A cultura poderia dividir-se em dois ramos: a cultura humanista e a cultura científica. (O Globo, 22/01/1971)

Não há em Gudin qualquer apologia da diversidade cultural, ao contrário do que hoje se soe fazer. Nosso atual conceito de cultura parece ser basicamente uma invenção dos antropólogos ditos relativistas, como Franz Boas e Bronisław Malinowski, no início do século vinte. Tais etnólogos promoveram uma verdadeira revolução darwinista em sua disciplina, quando deixaram de tratar o desenvolvimento humano como uma escala única e hierárquica de crescente complexificação e racionalização, tal como fazia o evolucionismo lamarckiano na biologia, e em vez passaram a tratar dos diferentes povos assim como Darwin tratava as diferentes espécies: passaram a ver os diversos hábitos e simbolismos como meras adaptações locais às diferentes condições locais, de modo a formar lógicas próprias de discurso.

Ao contrário, nos textos de Gudin abundam expressões como “grau de cultura”, “atraso cultural” e similares: “Nós no Brasil não atingimos ainda o nível de riqueza, de capitalização e de cultura indispensáveis a uma incorporação acelerada de nosso vasto território à civilização moderna” (Gudin, **Capitalismo e sua Evolução**, 1936, p. 24). Ou ainda:

Um meu contemporâneo, de saudosa memória, muito conhecido tanto nos meios da sociedade carioca, como nas academias literárias e nos mais altos círculos da magistratura, avaliado que fosse pela quantidade de postos que galgou e de comendas e homenagens que recebeu, teria sido um expoente da cultura brasileira. Quando, na verdade, foi apenas uma pessoa boa, honesta, diligente, autopropulsora e desprovida de qualquer cultura, brasileira ou outra. (O Globo, 09/03/1973)

Mas Gudin não estava sozinho nesta ênfase na “qualidade” da população ao tratar da questão do subdesenvolvimento, pois esta era uma estratégia relativamente comum entre neoliberais para desqualificar as teorias estruturalistas e terceiro-mundistas que costumavam atribuir o subdesenvolvimento às relações de exploração e de divisão do trabalho no âmbito internacional.

Por exemplo, os ordoliberais alemães, como Röpke e Rüstow, por isso insistiam na necessidade de o Estado educar a população para capacitá-la para o mercado. Sem uma educação adequada, inclusive moral e cívica, as pessoas não estariam naturalmente inclinadas a respeitar os contratos e a atuar de forma empreendedora e honesta, tendendo em vez a trapacear, tirar vantagem e promover um verdadeiro estado de natureza hobbesiano, uma guerra de todos contra todos. Como o põe Lars Cornelissen em seu trabalho sobre a questão colonial e racial nos ordoliberais:

Embora tenha abordado o tema em diversas publicações na década de 1950, Röpke refletiu sobre o conceito de desenvolvimento de forma mais sistemática em um artigo reveladoramente intitulado “Unentwickelte Länder” (“Países Subdesenvolvidos”) ... O argumento central deste ensaio era que o desenvolvimento econômico requer que uma série de condições culturais, sociológicas, espirituais e institucionais sejam estabelecidas primeiro. Em outras palavras, a injeção de capital ou a rápida industrialização por si só não são suficientes para estimular um crescimento econômico duradouro e são fúteis na ausência de reformas culturais mais amplas (e, de fato, mais profundas). O que teria que ser estabelecido primeiro, escreveu Röpke, era “o húmus mental-sociológico do qual, no Ocidente, surgiram o espírito empreendedor, o senso de justiça, a civilidade, o senso de responsabilidade, o orgulho do trabalho artesanal [Werktreue], a confiabilidade, a pontualidade, a frugalidade e o impulso de criar” (Röpke, 1965, p. 25). Como esse “húmus” era, aos olhos de Röpke, historicamente indicativo de descendência ocidental, o desenvolvimento de populações “subdesenvolvidas” equivalia, na prática, à sua “ocidentalização”.

Rüstow concordava amplamente com essa visão, argumentando de forma semelhante, em um ensaio de 1958, que a ajuda material por si só seria ineficaz como meio de desenvolvimento. Em suas palavras: “a industrialização do Ocidente foi realizada não apenas por capital e máquinas, mas também foi produto de um cultivo secular da alegria da conquista por meio do trabalho, do orgulho do artesanato, da autodisciplina e da abnegação, do rigor e da exatidão, da ética profissional, de uma genuína afeição pela responsabilidade”.

Ecoando Röpke, ele argumentou que, na ausência dessas atitudes, a ajuda e o investimento estrangeiros seriam em grande parte inúteis, assim como qualquer tentativa de industrialização rápida. De fato, para que tais políticas funcionassem, as populações “subdesenvolvidas” precisariam primeiro atingir o

estágio apropriado de progresso moral e cultural. Mas, como Rüstow afirmou secamente: “Os povos ex-coloniais ainda estão longe de alcançar os pré-requisitos para tal estágio de desenvolvimento” ... Isso também significava, em sua visão, que esses povos ainda não estavam preparados para uma autogestão democrática completa ou irrestrita. (Lars Cornelissen, *Post-War Ordoliberalism, Race and the Politics of Development*, em Biebricher, **The Oxford Handbook of Ordoliberalism**, 2022, p. 465-66)

Esta descrição dos ordoliberais se aplica muito bem a Gudin. A diferença maior é a de que ele não se encontrava na metrópole europeia a tratar de povos estranhos e distantes, mas sim no Brasil, que, apesar de formalmente independente desde o século XIX, ainda carregava consigo fortes heranças coloniais.

Outro autor neoliberal importante quanto a isso, ainda hoje considerado um dos principais teóricos neoliberais do desenvolvimento, foi Peter Bauer, economista ligado à British Colonial Office que muito esforço dedicou para defender a política colonial britânica e a responsabilizar o despreparo das populações colonizadas por sua pobreza (ver Cornelissen, **Neoliberalism and Race**, capítulo 2). Bauer foi muito elogiado por Gudin em alguns textos seus (por exemplo, **Inflação, importação e exportação**, p. 235).

De todo modo, Gudin também combatia a ilusão de que o mero auxílio financeiro ou mesmo a mera importação de bens de capital e a instalação de fábricas gerariam automaticamente a riqueza nacional, combatendo-a por sua tese central de que o verdadeiro ponto de estrangulamento da economia brasileira era a escassez de gente capaz. Segundo ele, o capital físico é estéril se não for operado por quadros humanos adequadamente formados. No seu ensaio **Orientação e Programação de Desenvolvimento Econômico** (1956), ele sintetiza essa ideia ao citar relatórios internacionais para afirmar que o maior capital de uma nação industrialmente desenvolvida não consiste no seu equipamento físico e sim no corpo de conhecimentos hauridos das pesquisas e das experiências, bem como na capacidade da população para usar esses conhecimentos com eficiência. Ainda mais, o próprio histórico econômico do Brasil, marcado por surtos e ciclos de expansão efêmeros, ilustrava o preço dessa deficiência crônica em “capital humano”. Ele escreveu:

O maior empecilho ao nosso progresso tem sido a incapacidade dos governos em compreender o imperativo do sacrifício parcial dos objetivos imediatos

em proveito dos enormes benefícios que, a mais longo prazo, decorrerão da formação de gente capaz de forjar o progresso do país em todos os ramos de uma moderna civilização. O Brasil tem tido surtos de desenvolvimento com o açúcar, a borracha, o algodão e o café. Qualquer desses surtos poderia, em outras circunstâncias, ter dado lugar a um processo vigoroso de desenvolvimento econômico. Entretanto, tantas vezes o avião decolava como de novo caía na pista, sem conseguir a arrancada. Sempre falhou porque não tinha gente capaz. (p. 27)

Para dar fundamentação a esse raciocínio, Gudín mobilizava frequentemente a história da reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial, traçando um duro contraste entre a pobreza estrutural brasileira e a rápida recuperação das nações derrotadas no conflito. Em repetidas colunas na imprensa ao longo das décadas seguintes, ele evocava invariavelmente os casos da Alemanha e do Japão como provas incontestes de sua teoria do desenvolvimento. Esses países tiveram sua infraestrutura física, sua marinha mercante, suas indústrias e suas cidades reduzidas a escombros e cinzas pelos bombardeios. No entanto, apesar da destruição material, havia sobrevivido o elemento decisivo para a recuperação: o alemão e o japonês.

Ele manteve esta posição por toda sua vida. Num texto de 1980, Gudín reitera essa constatação ao atacar a desatenção das autoridades nacionais para com a formação de quadros, fustigando a incúria dos governos que não conferiram a devida importância ao fato espetacular de que os derrotados da guerra tornaram-se as nações mais prósperas do mundo graças, exclusivamente, segundo Gudín, ao valor e à capacidade de seu cabedal humano (O Globo, 27/10/1980). Em outra passagem, direcionando sua crítica aos países do Terceiro Mundo que buscavam o auxílio de nações ricas para se desenvolver, ele assinalava de modo categórico que a prosperidade provinha fundamentalmente da gente que os habita, sendo a ajuda material puramente subsidiária (O Globo, 10/09/1979). No fim de sua vida, ao ser indagado sobre os requisitos para construir o país, Gudín repetiria sua convicção de que o capital de uma nação é o homem e que, por conseguinte, era ali que se devia investir de maneira prioritária (O Globo, 13/08/1984).

Por isso, para Gudín, a superação do subdesenvolvimento brasileiro não residia na aplicação de soluções “tecnocráticas” e imediatistas voltadas apenas para o aumento quantitativo da produção nacional. No final da década de 1950, período marcado pelas ambições industriais do governo de Juscelino Kubitschek, ele direcionou duras críticas à

noção então em voga de uma “educação para o desenvolvimento”. O economista via nessa formulação pedagógica uma perspectiva demasiadamente restrita do ensino, cujo propósito seria limitar a formação dos indivíduos ao treinamento de mão de obra e quadros técnicos destinados a cumprir as cotas do planejamento estatal. Por exemplo, ao discutir as carências educacionais do país no final dos anos 1950, Gudín alertou que suas insistentes demandas por profissionais qualificados não significava adesão a essa mentalidade utilitária então prevalente no plano de metas de JK (O Globo, 15/07/1959). Ele rechaçou as premissas daquilo que ironicamente chamava de “dinastia de metas”, afirmando que o verdadeiro progresso material seria impossível sem uma base muito mais abrangente, exigindo, acima de tudo, a “educação tout court” e a educação política da população.

Em vez de subordinar a escola aos ditames econômicos de curto prazo do governo, Gudín defendia a educação geral como a alavanca fundamental do progresso. Esse conceito abrangia uma elevação generalizada do “nível sociocultural” da nação, englobando a cultura geral, a instrução científica e o amadurecimento das instituições. O aspecto civilizatório e moral era o alicerce absoluto de seu programa educacional, concebido como uma verdadeira disciplina do caráter e dos costumes públicos. Para o autor, os ganhos de produtividade e a assimilação da civilização ocidental exigiam virtudes que a escola tinha a obrigação de cultivar, a começar pela recusa da demagogia e pelo exercício de responsabilidades coletivas que transcendessem o mero sucesso material. Uma nação só alcançaria a modernidade sólida se primeiro capacitasse o seu povo em termos morais e cívicos.

Gudín alegava, contudo, que a primazia desse investimento esbarrava diretamente na dinâmica demagógica da política nacional. Como o amadurecimento cultural e cívico de um povo é um processo silencioso que exige paciência e o sacrifício de metas de curto prazo, ele não atende às urgências eleitoreiras de governantes ávidos por notoriedade imediata. Em outro artigo da era JK, Gudín evoca as lições do sanitarista Saturnino de Brito para comparar o investimento educacional à construção de redes de esgoto: por operarem escondidos dos olhos do público, ambos são constantemente negligenciados pelos governos (O Globo, 28/09/1959).

Essa crítica às concepções demasiadamente restritivas de desenvolvimento e a primazia conferida ao ensino na forja das elites e da juventude encontram sua síntese no ensaio **O Conceito de Lippmann**:

O nosso subdesenvolvimento decorre, sobretudo, de nossa incapacidade de compreender que o mais rendoso dos investimentos é o que tem por objeto o elemento humano, geralmente designado por Educação. Os resultados não são imediatos nem dão ensejo a inaugurações. Mas são de alta rentabilidade. Não uma educação para desenvolvimento como está na moda, mas uma educação em geral, inclusive educação moral, isto é, formação de caráter. Os índices de uma civilização não consistem simplesmente em dólares per capita nem em quilowatts e toneladas-quilômetro. Uma mocidade educada nos princípios do horror à mentira e do culto ao patriotismo (que consiste em sobrepor o interesse do país ao seu próprio) vale muito mais do que usinas e ferrovias, porque ela é facilmente capaz de construí-las. (O Globo, 10/01/1961)

Para o economista, a escola não deve ser concebida como uma mera esteira de produção de trabalhadores treinados para operar o maquinário industrial ou preencher as planilhas do planejamento estatal. Antes da simples capacitação técnica, a educação formal possui o dever civilizacional de forjar o caráter, a disciplina e os valores cívicos, sem os quais a sociedade se degeneraria em anarquia ou corrupção. A civilização, sob essa ótica, exige um esforço pedagógico contínuo capaz de instilar nos indivíduos a responsabilidade, a probidade pública e o que o autor define como o verdadeiro patriotismo: a disposição permanente de subordinar as ambições pessoais e as conveniências de grupo aos interesses duradouros da nação.

Por outro lado, apesar de criticar o foco demasiadamente restrito do programa de “educação para o desenvolvimento”, Gudín reconhecia haver uma carência imposta pelo subdesenvolvimento de quadros técnicos e profissionais, de modo a também enfatizar a necessidade de reforçar a formação especializada. Diante da escassez de profissionais qualificados em todos os escalões, o economista defendia uma solução drástica para a elevação do “elemento humano” brasileiro: a importação em larga escala de professores e técnicos estrangeiros de alto nível, aliada ao envio sistemático de milhares de estudantes brasileiros para aprender nos grandes centros universitários da Europa e dos Estados Unidos. Em seus escritos, Gudín rechaçava qualquer nacionalismo ou xenofobia que interpretasse a absorção do saber externo como submissão; a necessidade de

formar quadros humanos competentes tornava o intercâmbio de cérebros uma imposição do progresso.

Também quanto a isso, autor argumentava ainda que o Brasil não precisava e nem deveria tentar inventar um modelo civilizatório próprio, pois em sua visão, a civilização, com seu cabedal científico, tecnológico e institucional, já havia sido plenamente forjada pela Europa ao longo dos últimos quatro séculos. O desafio das nações da América Latina consistia muito mais em assimilar pragmática e eficientemente esse patrimônio histórico, o que dependia criticamente da formação de uma elite intelectual e técnica nacional capaz de dominar e aplicar o conhecimento moderno à realidade do país.

O paradigma histórico utilizado repetidamente por Gudín para justificar essa estratégia era o Japão. Ele apontava que o país asiático, mesmo desprovido de riquezas naturais comparáveis às brasileiras, priorizara de maneira absoluta o investimento na educação e a assimilação tecnológica ocidental, enviando seus jovens ao exterior e contratando especialistas. No mesmo ensaio sobre Lippmann anteriormente citado, Gudín resumiu essa via de inserção civilizatória: “Os países da América Latina não precisam criar uma civilização. Ela já foi criada pela Europa nos últimos quatro séculos. Cabe-nos é assimilar essa civilização. E para isso não há melhor modelo do que o japonês, mandando milhares de estudantes aprender no estrangeiro e importando professores às centenas” (p. 94).

Essa mesma prescrição foi martelada recorrentemente em seus artigos de imprensa. Em sua coluna intitulada **A Minha Plataforma** (O Globo, 11/10/1960), ele declarou que a principal causa do nosso subdesenvolvimento residia na enorme escassez de homens capazes para os misteres do desenvolvimento econômico, desde o engenheiro e o administrador até o operário habilitado. Gudín insistia que a política nacional adotasse métodos de importação maciça de cérebros para as diversas áreas da engenharia e da técnica industrial. Para o economista, o elitismo técnico e a formação de quadros dirigentes dotados de mentalidade pragmática eram as ferramentas incontornáveis para a civilização do país.

Esse clamor pela qualificação técnica refletia a insatisfação crônica de Gudín com a herança educacional e política do Brasil, marcada, em sua visão, pelo vício do

“bacharelismo”, que ele atribuía à tradição luso-brasileira de priorizar a formação retórica, o beletismo e a obtenção de títulos formais divorciados das necessidades materiais e produtivas do país. Em seus textos, a proliferação de diplomas teóricos aparecia não como um avanço cultural, mas como uma hipertrofia estéril que alimentava as burocracias parasitárias, o cartorialismo e, invariavelmente, a demagogia política.

Gudin ainda defendia que a universidade deveria deixar de ser um mero instrumento de prestígio ou um distribuidor indiscriminado de títulos, para em vez começar a produzir “homens de ação”, especialistas aptos a diagnosticar gargalos econômicos e administrar a técnica. Diante de uma nação subdesenvolvida com uma escassez de engenheiros, químicos, agrônomos e operários habilitados, o país não podia dar-se ao luxo de perpetuar o culto ao diploma em áreas de “pura teoria” que não contribuíam diretamente para o aumento da produtividade. A alternativa defendida por ele era o fomento urgente de escolas de formação prático-profissional. Essas escolas deveriam treinar os executores reais do progresso nacional. O tom exasperado dessa pregação antiformalista pode ser lido em seu artigo **O Ensino Profissional**, no qual Gudín lamenta a situação precária do treinamento prático no Brasil:

Onde os homens preparados para executar? Onde os técnicos profissionais de tão relevante utilidade, do tipo das escolas francesas de “Arts et Métiers” (não confundir com os nossos liceus de artes e ofícios), onde saem engenheiros práticos, com sólida instrução de matemática elementar, boa base de física e química, instrução prática de máquinas e de eletricidade, escorreitos no desenho, hábeis na montagem e conservação das instalações? Nós que ainda não temos grande indústria de máquinas (1936), precisamos muito mais de quem tenha aprendido a montá-las, conservá-las e fazê-las funcionar do que de quem seja capaz de sobre elas dissertar. Carecemos de profissionais em todos os setores; temos doutores demais. (O Globo, 09/01/1978)

CONCLUSÃO

Como já deve ter ficado claro neste capítulo e será reforçado nos seguintes, o termo civilização é de uso frequente e não se trata de mero adorno retórico ou de sinônimo difuso e inocente para o crescimento econômico. Na verdade, ele opera como conceito estruturante que unifica e dá sentido a toda teoria econômica, sociologia política, diagnóstico histórico e posicionamento geopolítico de Gudín e vários outros neoliberais. Longe de

ser um ideal abstrato, a civilização fornece a métrica normativa pela qual eles julgam governos, instituições, leis, culturas e mesmo populações.

No plano estritamente econômico, como veremos no próximo capítulo, essa centralidade na obra de Gudin se manifesta na elevação do mercado e da produtividade a imperativos morais, pois para o autor o capitalismo de livre-iniciativa não é defendido apenas por sua eficiência alocativa, mas é compreendido como a própria fase industrial da civilização. Em contrapartida, desvios macroeconômicos como a inflação endêmica e o gigantismo estatal nunca são tratados por ele apenas como ineficiências administrativas, pois os problemas econômicos são invariavelmente vistos como patologias que corrompem a moralidade pública, destroem a confiabilidade dos contratos, recompensam especulações improdutivas e instigam a luta de classes.

Na esfera mais imediatamente política e institucional, como também mostraremos detalhadamente, a civilização atua como filtro último para a legitimidade dos regimes, inclusive ao ponto de Gudin utilizar o nível de maturidade civilizacional para avaliar a viabilidade da democracia em diferentes sociedades. A democracia é tratada por Gudin como uma conquista tardia, exigindo um longo preparo em educação, cultura e responsabilidade cívica para se viabilizar. É, como veremos, inclusive com base nesta lógica que Gudin justifica suas críticas ao populismo, seu ceticismo em relação ao sufrágio universal e defesa de eleições indiretas, além da sua invocação das Forças Armadas como poder moderador.

Do ponto de vista sociológico e desenvolvimentista, a civilização orienta todo o seu diagnóstico sobre o atraso nacional. Ao contrário de Celso Furtado e outros, Gudin internaliza as causas do subdesenvolvimento, afastando o foco das relações internacionais de dependência ou da estrutura latifundiária herdada da escravidão. O atraso é recodificado como um déficit civilizatório acumulado nas mazelas da colonização ibérica e, fundamentalmente, na precariedade do “elemento humano”; em contrapartida, o desenvolvimento é concebido como uma obra heroica e gradual de incorporação de populações atrasadas e espaços vazios à esfera produtiva.

Por fim, no tabuleiro das relações internacionais e da geopolítica, a civilização marca a linha de frente do pensamento gudiniano durante tanto a Segunda Guerra Mundial

quanto a Guerra Fria. O Ocidente não é para ele um mero recorte geográfico, mas a encarnação da ordem comercial, do Estado de direito e do patrimônio cultural clássico e cristão, de modo que qualquer movimento que ameaçasse essa ordem arquitetada inicialmente pela Grã-Bretanha e posteriormente liderada pelos Estados Unidos era interpretado como uma força bárbara: seja a ameaça totalitária do comunismo soviético, o nacionalismo econômico, o boicote petrolífero do cartel árabe, ou mesmo o protagonismo internacional crescente das antigas colônias recém-independentes.

3. UM TERAPEUTA E PEDAGOGO NACIONAL

No capítulo anterior, argumentamos que a noção de civilização ocupa lugar estruturante no pensamento de Eugênio Gudin, pois ela não funciona apenas como ornamento retórico ou como sinônimo genérico de progresso, mas como a matriz normativa a partir da qual o economista interpreta o mundo moderno, a posição do Ocidente, o atraso brasileiro, a hierarquia entre povos, a função das elites e os limites da democracia. Para Gudin, civilizar significava integrar populações e territórios a uma ordem fundada na disciplina, na produtividade, na impessoalidade dos contratos, na estabilidade da moeda, na autoridade da ciência e na economia de mercado. A civilização era, portanto, simultaneamente uma herança histórica, uma ordem moral e um programa de formação nacional. Agora examinaremos a tradução econômica dessa visão civilizacional.

A economia de Gudin não pode ser compreendida de forma restrita, como um domínio técnico separado de sua interpretação social e política do Brasil, pois, ao contrário, ela constitui a forma prática e operacional de seu projeto de civilização. A defesa da moeda estável, da austeridade, da produtividade, do investimento em saúde e educação, da abertura ao capital estrangeiro, da pesquisa agrícola e da limitação da ação produtiva do Estado integra uma mesma arquitetura intelectual: a tentativa de formar, no Brasil, as condições institucionais e humanas de uma sociedade de mercado disciplinada.

Ainda mais, Gudin não foi apenas um economista liberal preocupado com preços, câmbio, crédito e orçamento: ele se apresentou publicamente como uma espécie de médico da economia nacional, encarregado de diagnosticar as patologias do corpo social brasileiro e de prescrever amargos remédios. A inflação, seu tema econômico mais persistente, era descrita não apenas como um desequilíbrio monetário, mas como uma doença moral e institucional, expressão da impaciência coletiva, da demagogia política, da irresponsabilidade fiscal e da incapacidade da sociedade brasileira de submeter seus desejos às condições reais da produção.

É nesse sentido que a figura do “money doctor” se torna útil para compreender a atuação de Gudin. A historiografia econômica emprega esse termo para designar especialistas que, desde o século XIX, atuaram como médicos financeiros de países em crise,

diagnosticando desordens monetárias, prescrevendo austeridade e servindo como intermediários entre governos nacionais e mercados internacionais de capitais. Gudin não foi um consultor estrangeiro contratado para reformar a economia brasileira, como usualmente era o caso dos “money doctors”, mas desempenhou, domesticamente, o mesmo papel: construiu sua autoridade como técnico capaz de falar em nome das leis objetivas da economia, combateu o amadorismo político e empresarial, apresentou a inflação como patologia nacional, defendeu a disciplina monetária e atuou como fiador da credibilidade do país diante das instituições financeiras internacionais. A figura do “money doctor tropical” permite apreender uma dimensão central da economia política gudiniana: a associação entre autoridade técnica, diagnóstico patológico, terapêutica austera e inserção internacional disciplinada, já que, como os “money doctors” clássicos, Gudin acreditava que a confiança externa dependia de ordem fiscal, estabilidade monetária, respeito ao capital estrangeiro e instituições capazes de proteger a moeda contra a pressão dos políticos. Entretanto, diferentemente dos consultores estrangeiros que intervinham em países periféricos a partir de fora, Gudin formulou esse diagnóstico como membro da própria elite dirigente brasileira, transformando-se em médico interno de uma nação que julgava ainda subcivilizada.

O capítulo está organizado em quatro momentos principais. O primeiro reconstrói a constituição da autoridade econômica de Gudin. Mostraremos como ele procurou legitimar a figura do economista contra políticos profissionais, bacharéis, empresários e banqueiros, reivindicando para a ciência econômica uma função análoga à medicina: diagnosticar corretamente as doenças do organismo social e indicar o tratamento adequado. Essa autoridade estava ligada a uma concepção moral da economia, na qual inflação, déficit, protecionismo, salários “artificiais” e desperdício estatal eram sintomas de indisciplina social e de imaturidade política.

O segundo movimento examina a inflação como patologia central do Brasil gudiniano. Para Gudin, a inflação não era apenas aumento de preços, mas uma forma de desordem social: destruía contratos, punia a poupança, premiava especuladores, desorganizava investimentos, estimulava o conflito social, a luta de classes e expressava a incapacidade da democracia de resistir à demagogia distributiva. Por essa razão, sua terapêutica monetária exigia austeridade, contenção salarial, restrição ao crédito, equilíbrio fiscal e

instituições capazes de blindar a moeda das pressões eleitorais. A defesa de um Banco Central autônomo e de uma política monetária disciplinada aparece, nesse contexto, como parte de um esforço mais amplo de proteger a ordem de mercado contra a política de massas.

O terceiro movimento aborda a noção de produtividade como núcleo positivo do projeto gudiniano de desenvolvimento. A oposição de Gudin ao Estado empreendedor, à reforma agrária, ao protecionismo e à redistribuição não significava ausência de um programa para o país. Ao contrário, ele defendia um projeto próprio de desenvolvimento, baseado na elevação da produtividade, na formação do “elemento humano”, no investimento em saúde e educação, na abertura ao capital estrangeiro, na modernização agrícola e na pesquisa científica voltada às condições tropicais. Com isso, mostraremos que a economia gudiniana era inseparável de sua sociologia do atraso e de sua filosofia da civilização. A moeda estável, a produtividade, o capital estrangeiro, a ciência agrícola e a educação técnica não eram simples instrumentos econômicos; eram mecanismos de disciplinamento e formação nacional.

O exame da produtividade conduzirá, ao final do capítulo, a uma discussão sobre a Embrapa. Apesar de aparentemente a instituição não ter tido influência direta de Gudin, sua fundação nos anos 1970 materializou uma solução institucional que ele sugeria há décadas. Ainda mais, ela foi formulada sob o vocabulário explícito do capital humano, da inovação induzida e da pesquisa agrícola como bem difuso da Escola de Chicago, de modo que é possível defender que a Embrapa pôs em prática uma forma de intervenção estatal de desenvolvimento tipicamente neoliberal: um Estado ativo na construção das condições técnicas do mercado, porém avesso à planificação global, ao estatismo produtivo e à redistribuição.

Assim, a economia era, para Gudin, também uma pedagogia da realidade: ensinava à sociedade os limites da escassez, punia ilusões redistributivas, premiava a eficiência e submetia a vontade política às condições objetivas da produção. Como veremos no capítulo seguinte, essa pedagogia econômica tinha consequências políticas diretas: se a sociedade brasileira era incapaz de aceitar espontaneamente tal disciplina, caberia a

instituições tutoras (técnicos, elites e, em última instância, militares) impô-la em nome do bem comum.

UM “MONEY DOCTOR” TROPICAL

A figura histórica do “money doctor” emergiu entre meados do século dezenove e o século vinte para descrever especialistas econômicos, frequentemente oriundos de nações desenvolvidas ou de centros financeiros globais, que eram convidados por países em desenvolvimento para solucionar crises macroeconômicas agudas, como hiperinflação, colapsos cambiais ou crises de endividamento (ver Bacon et al., **Money Doctors from the 1800s to the Present**, 2022, p. 3). O termo apoia-se fundamentalmente em uma analogia médica: a nação acometida por crises econômicas é vista como um paciente sofrendo de uma disfunção patológica, enquanto o especialista atua como o médico responsável por diagnosticar a doença e prescrever a terapia corretiva.

O papel dos “money doctors” transcendia a mera formulação de diagnósticos acadêmicos, pois eles invariavelmente atuavam como intermediários indispensáveis entre as autoridades governamentais locais e os mercados de capitais internacionais. Segundo a historiografia econômica, o “money doctor” operava como um corretor de confiança que falava a “linguagem de preços do investidor” e negociava o acesso a empréstimos internacionais em troca da adoção de reformas ortodoxas pelos governos locais (ver Flandreau, **Money Doctors: The Experience of International Financial Advising 1850-2000**, 2003, pp. 3-4). A terapia prescrita invariavelmente envolvia rigorosa austeridade fiscal e monetária, sustentada por uma visão moralizadora na qual “os pecadores deviam sofrer para conquistar sua redenção” (Flandreau, **Crises and punishment**, 2003, p. 13). Exigia-se também um redesenho institucional, como a fundação de bancos centrais independentes, cujo objetivo era isolar as autoridades monetárias das pressões do debate político e democrático interno.

Embora Eugênio Gudin fosse brasileiro, sua atuação pública, seus escritos e sua inserção institucional no Brasil podem ser integralmente compreendidos sob a ótica de um “money doctor” de caráter interno, por vários motivos: ao longo de sua trajetória, Gudin

internalizou a autoridade, a retórica, as redes transnacionais e a função econômica que a literatura associa a esses especialistas estrangeiros; ele também operou publicamente como o médico clínico da economia nacional, utilizando ativamente a analogia patológica para desqualificar o debate político ordinário e justificar a necessidade de terapias macroeconômicas amargas e impopulares. A ciência econômica não seria um receituário arbitrário, mas uma prática análoga à medicina que exigiria treinamento técnico para isolar os fatos das paixões políticas. Como mostraremos ao longo deste capítulo, ao assumir publicamente esse papel, Gudin procurava não apenas diagnosticar a inflação e o subdesenvolvimento como doenças internas ao corpo social brasileiro, mas também atuar como o fiador da credibilidade do país junto ao exterior e como o principal articulador da blindagem das instituições financeiras nacionais. A autoridade de Gudin como intérprete da economia nacional se baseou do mesmo modo que os especialistas descritos pela literatura internacional: na premissa de que a cura para a nação exige rigorosos sacrifícios moralizadores e a subordinação da política doméstica à racionalidade dos mercados.

A CONSTITUIÇÃO DA AUTORIDADE ECONÔMICA

Gudin desempenhou, contudo, um árduo trabalho institucional de fundar a autoridade do economista numa época em que praticamente inexistiam os ditos cientistas da economia no solo nacional. Mas, por isso mesmo, a construção da economia como um campo de conhecimento especializado foi, para Gudin, muito mais do que um esforço acadêmico, tratou-se na verdade de um projeto deliberado para deslocar e redefinir o eixo de autoridade na República brasileira, pois, diante do que diagnosticava como uma administração histórica marcada pela improvisação e por amadores no comando do Estado, Gudin atuou para legitimar a figura do economista como o único ator capacitado a conduzir a nação de forma objetiva, impessoal e disciplinada. A ciência econômica operava, em sua visão, não como uma profissão puramente descritiva ou neutra, mas como uma verdadeira missão saneadora da sociedade.

Para consolidar esta nova autoridade técnica do economista, Gudin empreende uma crítica impiedosa e sistemática contra os três perfis de liderança que tradicionalmente pautavam o Estado e o debate no Brasil. Em primeiro lugar, ele deslegitima o político

profissional, invariavelmente apresentado como um agente refém da demagogia e dos interesses eleitorais de curto prazo, propenso a ceder à pressão das massas. O governante, argumenta ele, sofre fatalmente da limitação imposta por cálculos de urna, o que inviabiliza sacrifícios prolongados. Por necessidade da sua própria sobrevivência no poder, os governantes habituem-se a eleger o caminho do desperdício e a “sobreporem o interesse regional e eleitoreiro aos reclamos do progresso nacional” (O Globo, 05/02/1962). Ademais, o sistema partidário impõe um pesado entrave com o chamado “political management ... [no qual o] Estado é dirigido pelo partido no poder e esse partido não pode dispensar o apoio de seu eleitorado, nem faltar-lhe repetidamente” (Gudin, **A Rendição da Guarda**, 1949, p. 36).

Em segundo lugar, a autoridade econômica de Gudin tem ainda como alvo o próprio empresariado. Ainda que empenhado na defesa intransigente do sistema de livre iniciativa, Gudin procurou sempre distanciar o diagnóstico macroeconômico dos interesses imediatos das ditas classes produtoras, frequentemente caracterizadas em sua obra como cegas pelo desejo de reservas de mercado, pela “inflação lucrativa” e pela visão de curto prazo, de modo que a simples vivência comercial não ofereceria o cabedal científico para comandar a coletividade:

As questões econômicas ainda são, entre nós, debatidas e decididas pelas chamadas “classes produtoras”. Como se o simples exercício de atividade econômica tivesse a virtude de infiltrar nos que a praticam os conhecimentos de ordem científica e técnica indispensáveis à compreensão dos fenômenos econômicos. (Gudin, **Três Livros sobre Desenvolvimento Econômico**, 1958, p. 185)

Gudin argumenta que a vivência pura e pragmática de mercado, por si só, é estéril para a real compreensão desses fatos profundos. A pretensão de que empresários dominariam o entendimento do sistema econômico pelo simples fato de atuarem nele é atacada por Gudin inclusive usando a sua própria trajetória profissional como prova da insuficiência do puro empirismo sem estudo sistemático:

Exerci durante quase 30 anos atividades de engenheiro, de comércio e de indústria e confesso que daí não retirei cabedal algum de conhecimento dos fenômenos econômicos, que só mais tarde os livros e o estudo de muitos anos me trouxeram. (Gudin, **A Formação do Economista**, 1956, p. 61)

Por essa mesma razão, Gudin reserva igual sarcasmo aos rentistas, alertando ser absurdo que, do fato de que banqueiros lidam com moeda, a sociedade conclua “que eles estão habilitados a dirigir a Economia do país”, ignorando o funcionamento integrado do sistema bancário no plano macroeconômico (idem).

Sobretudo, porém, outro alvo comum da sua cruzada retórica foi o bacharel em direito, que era tomado por Gudin como a encarnação do atraso administrativo do Brasil e do fetiche na criação de decretos para lidar com todos os males. Ele investe frequentemente contra o que denominava de “ilusão gráfica”, atacando a ideia de que reformar os textos constitucionais pudesse reverter automaticamente séculos de letargia institucional e carência moral dos países latino-americanos. Em sua visão antilegalista, não bastava alterar as instituições copiadas do estrangeiro, pois, como costumava repetir, “são os homens e não os textos que constroem as nações”.

O economista ascenderia assim sobre a autoridade burocrática, portando fatos em vez de meros diplomas, do mesmo modo que ascenderia sobre empresários iletrados.

Em contrapartida a essa miopia atribuída a políticos, empresários e bacharéis, Gudin destaca a figura do economista, que, com seu treinamento teórico formal, daria uma visão analítica superior capaz de fazê-lo transcender os “números nominais” e as “ilusões contáveis” que fascinam os atores políticos e sociais cotidianos.

Uma vez que inflação, lucros e expansões nominais são apenas distorções que ocultam a verdade basilar da escassez de recursos, o imperativo de analisar os fatos por trás de seu “véu monetário” justificava o papel social do economista. Enquanto o comerciante persegue o rendimento imediato e o político distribui direitos fictícios amparados em simples papel-moeda, os cientistas econômicos conseguem enxergar as duras engrenagens da produtividade física, da composição dos custos e dos limitadores reais do desenvolvimento, apresentando-se, portanto, como a única e lúcida defensora da realidade diante de uma sociedade entorpecida pela impaciência e pela inflação:

Em primeiro lugar, importa que o economista esteja sempre atento a ver como se passam as coisas atrás do véu monetário que encobre as transações e em descortinar o que está, de fato, acontecendo em termos reais de mercadorias e serviços – ou mesmo mais – em termos de satisfações e sacrifícios, isto é, de utilidade e desutilidade. (Gudin, **Princípios de Economia Monetária**, 1954, p. 32)

Por outro lado, algo surpreendente na construção da autoridade do economista gudini-ano reside no fato de que a sua defesa da ciência econômica e de seus princípios universais vinha acompanhada, assim como em Hayek, de uma profunda rejeição do pedantismo estatístico e da modelagem matemática, dado que a tentativa de resolver os complexos problemas do desenvolvimento nacional sob a ficção da exatidão absoluta seria intelectualmente estéril e politicamente perigosa numa sociedade moldada por imprevisibilidades institucionais e paixões humanas diversas. Ele certa vez chegou a declarar, numa palestra para estudantes, que a “mentalidade quantitativa em questões econômicas está, creio, prevalecendo em maior medida do que deveria” e que a “interpretação correta dos números é muitas vezes mais importante do que os próprios números. Portanto, deixemos os números de lado [nesta palestra] e tentemos analisar os fatos por trás do seu véu monetário” (CPDOC, eug-pi-gudin-1940-07-17). Anos mais tarde, Gudin ainda advertiria severamente contra os malefícios do formalismo matemático descolado da realidade social, repudiando a tendência “dos que pretendem resolver problemas econômicos com o invariável recurso à matemática, como se se tratasse de Ciências Físicas ou de Astronomia” (Gudin, **A Formação do Economista**, 1956, p. 62). Ao contrário, a verdadeira vocação da economia exigia o distanciamento da ilusão de que modelos algébricos ou projeções estatísticas poderiam substituir o exame cru dos fatos e das deficiências de um país. Assim, diferentemente da estabilidade fria do cálculo na engenharia, a intervenção pública orientada pela economia exigia “uma grande capacidade de discernimento, de critério e de perspicácia para formar diagnóstico seguro e indicar tratamento adequado em cada caso específico” (idem, p. 57).

Esse rechaço do formalismo matemático pode ser compreendido pelo fato de que a medicina é o modelo científico perseguido por Gudin. Esta estreita analogia médica é a metáfora fundadora do seu discurso econômico, pois, ao invés de conceber a economia como uma disciplina exata passível de ser condensada num manual rígido de normas, ele moldou todo o seu raciocínio público interpretando o país como um corpo suscetível de desenvolvimento, mas também de patologias que exigiam avaliação cautelosa e tratamento adequado. O economista surgia assim como a autoridade da sabedoria e da prudência, que deveria ter ao mesmo tempo um rigoroso conhecimento empírico e

científico da sociedade, sem, contudo, decair numa arrogância racionalista a ditar de forma voluntarista planos mirabolantes.

A metáfora médica servia assim também para limitar o poder do economista, dado que, assim como em tratamentos médicos, em última instância o saber de nada adianta se o paciente não demonstra força de vontade para seguir seus conselhos: “Procedida a análise, feito o diagnóstico, vem então a terapêutica cuja execução prática no plano macroeconômico, já escapa, as mais das vezes, à ação do economista” (idem, p. 57); e já que, em “Economia, como em Medicina, não se podem prever, com segurança quantitativa, as reações do paciente”, o essencial é, “primeiro, FAZER O DIAGNÓSTICO CERTO ..., INDICAR AS SOLUÇÕES APROPRIADAS E TER A ENERGIA PARA EXECULÁ-LAS NA MEDIDA DO POSSÍVEL” (O Globo, 30/10/1958, ênfase no original).

Por outro lado, esta analogia entre a atuação do economista e a do médico é feita constantemente pelo autor para interditar o debate a palpiteiros, bacharéis e demagogos, que ele enxergava dominar os altos centros de decisão da República:

Ninguém chamaria para tratar da saúde de um filho, um pseudomédico que nunca tivesse estudado anatomia, fisiologia, patologia, etc. Mas para dirigir a economia do país não se hesita em chamar pessoas que nunca viram uma faculdade ou um livro de Economia. (Gudin, **A Formação do Economista**, 1956, p. 62)

Sob essa lógica, discordar das limitações impostas pela sua ortodoxia macroeconômica não era exercer uma escolha política legítima, mas recair na curandeiria e charlatanismo. A atuação responsável e legítima daquele que orienta os rumos da nação consistiria não na execução voluntarista de panaceias ou na formulação de previsões e planos fechados para um longo decênio, mas num acompanhamento rigoroso e contínuo diante de intercorrências irremediavelmente incertas:

Política econômica é como medicina; o médico acompanha o doente, dia a dia ou semana a semana, tomando-lhe o pulso, a pressão arterial, o diagrama cardíaco, analisando os líquidos orgânicos, etc., e orientando e alterando o tratamento de acordo com a evolução do organismo. O médico que entregasse à família uma “projeção” do desenvolvimento da moléstia e conseqüente tratamento para o período de um ano, estaria preparando as maiores decepções para essa pobre família, para ele próprio e – mais ainda – para o paciente (Gudin, **Orientação e Programação de Desenvolvimento Econômico**, 1956, p. 42).

O exercício prático da economia assumia assim o caráter do saber prático terapêutico, onde o especialista usaria o seu instrumental acadêmico estritamente como ferramentas intelectuais e empíricas, ao qual o país deveria se submeter pacientemente para tratar de suas inflamações conjunturais.

A metáfora clínica é particularmente evidente na forma como Gudin diagnosticava os problemas macroeconômicos do país, em especial a inflação, já que a desordem monetária nunca era por ele tratada apenas como um desvio contábil ou uma escolha de política pública entre outras possíveis, mas sim fortemente patologizada como uma doença invasiva que corrompia o corpo social. Em seus artigos para a imprensa, Gudin descrevia a inflação ora como uma “pletora econômica” que exigia que o formulador de políticas tratasse de “despletorizar o sistema” (O Globo, 06/03/1967), ora como uma “praga insidiosa e autopropulsora” (O Globo, 26/07/1976), ora como um vírus altamente resistente:

Só quem nunca lidou com a inflação desconhece as armas e processos de agressão, de resistência e de perversidade desse flagelo social. ... Biologicamente encarada, deve ser um desses “vírus” que por si rondam à capa do gênero humano. Vírus que, uma vez penetrando no organismo da economia, adquire tamanha capacidade de resistência à extirpação. Pela simples razão de que é autopropulsor. (O Globo, 04/06/1973)

Consequentemente, a adoção da linguagem médica servia a um propósito normativo e político central em sua obra: a justificação incondicional da austeridade. Se a economia nacional estava gravemente doente, as medidas de contração de crédito, elevação de juros e corte de gastos públicos não deveriam ser vistas como escolhas ideológicas arbitrárias, mas como uma medicação intensa, amarga, mas necessária para salvar o paciente.

Por isso também, em alguns textos Gudin reconhecia o caráter penoso de seu tratamento e assim argumentava pela necessidade de se obter resultados rápidos para que fosse eficaz:

O combate a uma inflação intensa como a nossa requer a aplicação de medidas que afetam substancialmente a economia do País, exigindo de alguns de seus setores sacrifícios de natureza e intensidade que não podem ser suportados por muito tempo. O processo se assemelha ao do organismo humano em que a

medicação intensa, sendo violenta, deve ser de resultados prontos; o organismo não a suporta por muito tempo. (O Globo, 23/01/1967)

Desse modo, o economista rejeitava frontalmente as promessas de soluções indolores oferecidas por governos de inclinação desenvolvimentista ou populista, sempre tratados como ignorantes ou charlatões. Ele afirmava categoricamente que ninguém havia descoberto um método indolor para debelar a inflação e citava figuras históricas de estabilização financeira no Brasil, como Joaquim Murinho (“o salvador das finanças brasileiras no princípio deste século”), para ilustrar a necessidade de processos drásticos (O Globo, 02/04/1965). Mas por essa mesma razão, a insatisfação popular e as reações contrárias dos setores empresariais afetados pelo aperto monetário eram diagnosticadas por Gudin como reações previsíveis ao tratamento; elas eram, pois, um mero “*jus esperneandi*” decorrente do fim da sensação artificial de “euforia” que a superabundância de dinheiro causava nos grupos beneficiados (O Globo 02/05/1964).

Ao posicionar-se publicamente como o médico da nação, Gudin procurava afastar o formulador de políticas econômicas das pressões imediatas do debate democrático. A analogia clínica permitia-lhe deslegitimar a interferência de “amadores” que, segundo ele, saíam incólumes após terem arruinado a economia nacional, em contraposição ao que ocorria aos médicos criminalmente processados:

Há em Economia, como em Medicina, muito amador que não sabe o que diz. Mas com uma grande diferença: é que na Medicina quem “pratica” o amadorismo acaba na cadeia por exercício ilegal da profissão, quando não por responsabilidade pela morte de alguém; ao passo que quem arruína a economia de um país não só escapa das algemas como acaba gabando-se, impunemente, dos despautérios que praticou. Porque no caso da medicina os efeitos se concentram sobre um indivíduo, enquanto que no da economia o sofrimento se reparte por milhões. (O Globo, 06/06/1962)

A economia era assim apresentada como uma esfera de conhecimento técnico superior, cuja terapêutica corretiva, por mais impopular que fosse no curto prazo, deveria ser aplicada com o máximo rigor pelo bem do organismo nacional.

O “MONEY DOCTOR” COMO AGENTE FINANCEIRO INTERNACIONAL

Mas outra característica definidora da figura histórica do “money doctor” é a sua atuação como intermediário entre governos locais e os mercados de capitais internacionais,

utilizando o seu prestígio técnico para traduzir a necessidade de reformas ortodoxas domésticas em credibilidade e financiamento externo.

Eugênio Gudin desempenhou precisamente esse papel no Brasil, pois ele estava profundamente inserido nas redes transnacionais que formularam e promoveram essa arquitetura institucional no século vinte e foi uma figura fundamental na articulação do Brasil com o novo ordenamento financeiro global, tendo atuado como membro da delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods em 1944. Não é à toa, por isso, que Gudin sempre atuou para defender as instituições econômicas mundiais. Por exemplo, para ele, instituições como o Fundo Monetário Internacional não representavam imposições neocoloniais, mas instâncias civilizatórias criadas para garantir a disciplina e a ordem macroeconômica que os governos locais frequentemente negligenciavam em favor de conveniências políticas:

Se há organismo internacional que tenha sido instituído com fé e dedicação, por cerca de uma centena de nações, em 1944, esse foi o “Fundo Monetário Internacional” em conferência realizada na atmosfera tranquila e pacífica do único hotel da floresta de Bretton Woods. Como membro da delegação brasileira, muitas foram as madrugadas em que trabalhei até às três horas na Comissão Especial presidida pelo grande líder Edward Bernstein. A organização visava à instituição da ordem monetária e da estabilidade cambial. (O Globo, 22/08/1983)

Essa inserção de Gudin em circuitos globais consolidou-se também por meio de sua integração ao movimento neoliberal internacional, já que o economista brasileiro cultivou laços de amizade intelectual direta com figuras proeminentes da ortodoxia, como Gottfried Haberler e Jacob Viner, e tornou-se um dos primeiros membros latino-americanos da Sociedade Mont Pèlerin. A convivência com essa rede internacional reforçava sua convicção de que a racionalidade mercantil exigia proteção institucional rigorosa contra as ingerências da política de massas e da demagogia nacionalista.

Este papel de intermediador e integrador internacional foi também muito evidente durante o seu breve mandato como Ministro da Fazenda (1954-1955) no governo Café Filho. Naquela época, o país enfrentava uma severa crise no balanço de pagamentos e aguda escassez de divisas estrangeiras, motivo pelo qual, recorrendo à sua reputação junto à comunidade financeira internacional, Gudin atuou como o fiador da solvência nacional.

Em seu discurso de transmissão do cargo, proferido em abril de 1955, ele resumiu a gravidade da situação e as operações de socorro que conseguiu articular com o exterior:

O Governo que assumiu o poder em 24 de agosto próximo passado recebeu uma trágica herança, em matéria econômica e financeira. ... As dívidas de pronto vencimento em dólares montavam a mais de 300 milhões, e as caixas estavam vazias. Realizei com um grupo de bancos americanos um empréstimo de 200 milhões a prazo de 5 anos, com garantia de nosso ouro. Os outros 100 milhões vamos pagando dentro das possibilidades. E para que a crise de aperturas de setembro passado não se repita com a mesma gravidade, obtivemos recentemente do Export-Import Bank um crédito de emergência de 75 milhões, que entrego, felizmente, intacto a Vossa Excelência. (Gudin, **Situação Econômico-Financeira do Brasil**, 1955, CPDOC eug-3f, p. 3-4)

Para garantir esses recursos e restaurar a confiança estrangeira, a contrapartida imposta por Gudin na economia doméstica baseou-se na implementação de uma severa política de austeridade monetária e de contenção de crédito (ver Colffield, **Liberais Clássicos no Ministério da Fazenda**, 2023). Mas, além da estabilização macroeconômica em face da crise, Gudin também atuou como um articulador institucional para destravar a entrada direta de capital e tecnologia no Brasil, contornando os bloqueios legais então vigentes, por meio principalmente da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), editada no início de 1955, que autorizava a emissão de licenças de importação para bens de capital sem cobertura cambial, de modo a permitir que empresas multinacionais instalassem fábricas no país enviando diretamente seu maquinário. Décadas depois, em entrevista concedida ao CPDOC, Gudin reivindicou o desenho dessa política que marcou a internacionalização da economia nacional:

Eu reclamo a autoria, não as glórias, da entrada de capital estrangeiro no Brasil, pela portaria nº 113, em que eu estabelecia o seguinte: o estrangeiro que trouxesse máquinas, poderia entrar e instalar-se aqui para produzir e trabalhar. Não lhe dava nenhum favor, nem isenção de direitos nem nada. Apenas eu não o impedia de entrar, como estavam fazendo até então. O Brasil precisava tanto de colaboração, de máquinas, que não podia recusar. (Gudin, **Entrevista ao CPDOC**, 1979, p. 220)

A atuação prática de Gudin como gestor refletia a sua concepção teórica, reiterada ao longo de várias décadas, de que o fluxo de capitais internacionais é estritamente condicionado ao ambiente institucional e político do país receptor. Em um relatório de 1948 para o governo federal sobre a política de investimentos, o economista já estipulava que

a atração de capital produtivo dependia do cumprimento pelo Estado de regras claras, tais como a estabilidade cambial, a garantia de livre entrada e saída de capitais, um regime tributário previsível e a ausência de um ambiente de hostilidade nacionalista (CPDOC, eug-pi-gudin-1948-01-09). Em um artigo de 1965, ele insistiu nesse diagnóstico ao apontar que o capitalista estrangeiro, detendo a liberdade de escolher seu destino global, recusa-se a assumir os riscos de um país que não lhe oferece um clima de confiança (O Globo, 16/07/1965).

Como corolário dessa visão, o autor empenhou-se ativamente em combater a argumentação que avaliava o investimento estrangeiro de forma negativa em razão do impacto contábil das remessas de lucros sobre o balanço de pagamentos, argumentando em vez que o efeito de enriquecimento deveria ser o critério para avaliar o real saldo da presença externa no país. Na sua formulação, o aporte internacional não deveria ser julgado por suas remessas financeiras, mas sim pelo incremento material resultante de suas atividades econômicas:

O objetivo legítimo do empreendedor, nacional ou estrangeiro, é lucrar, trabalhando honestamente. Mas das atividades do empreendedor, visando ao lucro, decorrem automaticamente, benefícios para o país e para a sua renda nacional, em termos de salários, de ordenados, de compra de matérias-primas, de transportes, de energia etc.; esse é que é o mecanismo do sistema de iniciativa privada.

Não podemos pedir ao capital estrangeiro (salvo o da Aliança Para o Progresso, do trigo, das fundações etc.) que venha para aqui com o objetivo de nos ajudar. O objetivo não é nem pode ser esse. A contribuição para o incremento da renda nacional do país é a decorrência natural do empreendimento. No fim, o benefício do empreendedor é o lucro, e o benefício do país, muito maior do que esse lucro, são os rendimentos dos fatores de produção utilizados. (O Globo, 30/03/1962)

BANCO CENTRAL: UM TÍPICO CASO DE “MARKET ENCASEMENT”

Ademais, o perfil histórico do “money doctor” não se limitava ao diagnóstico econômico e à negociação de empréstimos, mas exigia também o desenho de instituições capazes de isolar a política monetária das pressões políticas e eleitorais domésticas. Não era, por isso, uma novidade ou exclusividade do movimento neoliberal nascente aquela estratégia de “market encasement” (blindagem do mercado) tão bem realçada por Quinn Slobodian em **Globalists: the end of Empire and the Birth of Neoliberalism** (2018).

Entre nós, a defesa desse isolamento institucional manifestou-se de forma particularmente aguda na longa controvérsia de Eugênio Gudin e Octávio Bulhões sobre a fundação de um banco central no Brasil (para o que se segue, ver Lourenço-Filho e Marcondes, **Pensando o Banco Central antes de 1964**, 2025). Desde os anos 1930, em diálogo com o famoso e clássico “money doctor” britânico Sir Otto Niemeyer, Gudin absorveu a premissa de que as autoridades monetárias deveriam ser absolutamente imunes à influência dos políticos. A partir deste diálogo com Niemeyer, Gudin consolidou para si a premissa de que a credibilidade de um banco central dependia de sua absoluta separação do poder executivo, pois a presença do governo na diretoria da instituição a privaria da confiança geral, tornando a influência política um perigo fatal para o seu sucesso institucional.

Gudin insistiria neste ponto por toda sua vida. Por exemplo, em uma palestra proferida em 1940 o economista já havia ilustrado esse conflito institucional de forma didática, indagando qual seria a posição dramática dos diretores de um Banco Central que, ao diagnosticarem a necessidade técnica de adotar uma política de restrição de crédito, fossem sumariamente instados pelas autoridades governamentais a aumentar a emissão de papel-moeda (CPDOC, eug-pi-gudin-1940-07-17). Ou ainda, em seu clássico tratado de economia monetária, ele abre a seção sobre o banco central da seguinte forma:

Seja dito de início que banco central não é panaceia capaz de pôr termo às vicissitudes monetárias de países cujos padrões de incapacidade ... os mantêm em estado de desregramento monetário crônico.

Um banco central criado nesse clima, com diretores nomeados por critérios políticos, incapazes de resistir à pressão inflacionária do Governo e às solicitações de redesconto para bancos corroídos, só serve para desmoralizar a instituição. ...

Não tem banco central quem quer, e sim quem já atingiu um padrão mínimo de ordem financeira e administrativa, capaz de permitir o seu funcionamento eficaz. (Gudin, **Princípios de Economia Monetária**, p. 363)

Por isso, apesar de concordarem sobre a urgente necessidade de controlar a emissão de moeda, Gudin e Bulhões adotaram uma postura institucional gradualista. Eles reconheciam as limitações práticas do sistema financeiro nacional e o perigo de concentrar a autoridade monetária definitiva em uma instituição como o Banco do Brasil, que também exercia as funções conflitantes de banco de fomento e crédito comercial. Essa cautela

convergiu em 1945, com atuação direta de Bulhões no Congresso Federal, para a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), autarquia concebida por Bulhões para atuar como um embrião provisório e preparatório do futuro banco central.

Durante a década de 1950, mesmo diante de variados projetos legislativos para a formalização do banco central, Gudin manteve um firme ceticismo e opôs-se à sua criação imediata, por ver uma proeminente incompatibilidade estrutural entre uma autoridade monetária independente e um regime político democrático caracterizado por déficits orçamentários contínuos. Para Gudin, a imaturidade do sistema político brasileiro tornava improvável a aprovação de uma instituição verdadeiramente protegida contra o que ele pensava ser uma influência excessiva dos políticos de hora. Em seus escritos, o economista argumentava que o embate entre as necessidades técnicas e as conveniências políticas seria inevitável e destrutivo:

O primeiro dever do Banco Central seria o de estancar quaisquer novas emissões. Teríamos, pois, de início, a colisão entre Governo e Banco Central... É que não pode ter Banco Central quem quer e sim quem já atingiu um padrão mínimo de ordem financeira e administrativa, capaz de permitir o seu funcionamento e eficaz. (Gudin, **Alguns Aspectos do Problema do Banco Central**, 1954, pp. 8-9)

O impasse institucional que Gudin e Bulhões apontavam foi resolvido, na visão deles, apenas com o golpe de 1964, pois o regime instaurado pelos militares forneceu a blindagem que eles consideravam indispensável para isolar a gestão macroeconômica da demagogia eleitoral e da voracidade fiscal. Sob a condução direta de Bulhões, nomeado Ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, a reforma bancária de 1964 finalmente instituiu o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Aliás, Gudin chegou a ser convidado por Castelo Branco para compor o CMN, mas recusou o convite enviando a seguinte carta ao novo ditador:

Permita-me, Senhor Presidente, uma palavra de explicação, para que não se diga ou para que V.Excia. não pense, que eu não quize colaborar com seu Governo.

A verdade é que a nomeação para o Conselho Monetário me obrigaria a abandonar várias outras atividades a que estou ligado. Se eu julgasse que no Conselho poderia prestar valioso serviço ao país não teria hesitado em aceitar o posto. Na realidade, porém, digo-o com a maior sinceridade, minha presença no

Conselho é perfeitamente dispensável, porque o meu querido amigo e seu ministro Otávio Bulhões é competentíssimo e está, neste particular, muito bem assessorado. Creio mesmo que minha permanência fora do campo governamental possa talvez ser mais útil ao país.

Receba Vossa Excelência a segurança de minha mais respeitosa e súbita consideração. (CPDOC, eug-cor-1965-04-06)

De qualquer modo, Gudin celebrou a reforma promovida por Bulhões, classificando-a como excelente, já que o arranjo institucional concebido pelo ministro e amigo atendia às exigências históricas da dupla: estabelecia mandatos fixos para o presidente e os diretores do novo banco e, crucialmente, subordinava as emissões de papel-moeda às decisões normativas do CMN, com o fim expresso de impedir o financiamento do tesouro nacional pela autoridade monetária (Lourenço-Filho e Marcondes, **Pensando o Banco Central antes de 1964**, 2025, p. 20). Ao saudar a instalação definitiva da autarquia na imprensa, Gudin reforçou que a viabilidade do banco dependia do fim da indisciplina fiscal que o regime ditatorial prometia erradicar:

A instalação do Banco Central neste momento é oportuna e auspiciosa. Oportuna, porque a inflação está, todos o esperam, em sua fase final; de sorte que o banco não vai iniciar sua vida emitindo papel-moeda para satisfazer a voracidade do Tesouro... (O Globo, 23/04/1965)

A INFLAÇÃO COMO DISFUNÇÃO BRASILEIRA

No cerne de seu pensamento macroeconômico, Eugênio Gudin alinha-se estritamente aos princípios da teoria monetária clássica ao definir a natureza e a função do dinheiro. Para o autor, a moeda é destituída de valor intrínseco, pois seria fundamentalmente um “direito de haver”, ou seja, um título de reivindicação social sobre os bens e serviços reais produzidos pela economia. Consequentemente, a validade e o poder de compra desse dinheiro dependem de forma absoluta de uma contrapartida na existência física e material da produção nacional. Como ele sintetiza em um de seus ensaios:

O que a moeda exprime é simplesmente um direito de haver. É um vale de aceitação geral e incondicional em todo o país, pelo qual se confere ao portador o “direito de haver” as mercadorias ou serviços de sua livre escolha. (Gudin, **Inflação, Importação e Exportação**, 1959, pp. 13-14)

A partir dessa premissa, Gudin formula a sua definição da inflação: trata-se do descompasso direto e inevitável entre a emissão monetária e a base produtiva da economia. O processo inflacionário é deflagrado sempre que o governo cria e injeta na sociedade uma quantidade de “direitos de haver” superior ao volume físico de mercadorias e serviços efetivamente disponíveis no mercado. Para ilustrar a mecânica da alta generalizada de preços decorrente dessa assimetria, o economista recorria frequentemente à metáfora de um leilão frenético, no qual um excesso de liquidez disputa uma oferta rígida de bens. Em uma conferência de 1962, ele explicou a engrenagem desse embate:

O indivíduo que recebe uma nota de papel moeda recebe portanto um DIREITO DE HAVER. Mas para que ele possa exercer esse direito é PRECISO QUE AS MERCADORIAS EXISTAM NA PROPORÇÃO DA QUANTIDADE DAS NOTAS EMITIDAS. Se assim não for, o excesso de notas de papel moeda em relação às mercadorias existentes fará com que, na disputa entre os portadores das notas para a aquisição das mercadorias insuficientes, o número de notas, isto é a quantidade de moeda a dar por cada mercadoria terá forçosamente de aumentar. Em outras palavras, OS PREÇOS SUBIRÃO. O caso é perfeitamente análogo ao de um leilão, no qual haja muitos licitantes e uma quantidade limitada de objetos à venda. (Gudin, **Injustiças, Distorções e Dano Social da Inflação**, 1962, CPDOC eug-pi-gudin-1962-10-25)

Para atestar a validade inquestionável dessa lei econômica, Gudin ancorava-se na autoridade de teóricos ortodoxos e da rede transnacional neoliberal, mobilizando de forma reiterada os ensinamentos do economista Gottfried Haberler. Por meio do monetarismo, Gudin refutava qualquer interpretação do fenômeno inflacionário que não colocasse a expansão dos meios de pagamento como seu vetor principal. Amparado na tese de Haberler de que não existe registro na história mundial de uma inflação prolongada que não tenha sido causada ou viabilizada pelo aumento na quantidade de dinheiro, o economista consolidou em seus manuais a relação de causalidade incontornável da desordem monetária:

A moeda só vale pelas mercadorias e serviços que ela pode comprar. Se se aumenta a quantidade de moeda sem aumento paralelo dessas mercadorias e serviços, o único resultado é o de aumentar a procura sem aumento da oferta, isto é, o de alta de preços. (Gudin, **Princípios de Economia Monetária**, 1954, p. 24)

LUTA DE CLASSES

Contudo, a concepção de Eugênio Gudín sobre a inflação ultrapassava o mero desajuste contábil ou o aumento uniforme do nível geral de preços, pois segundo ela a essência perniciosa do processo inflacionário residia na sua assimetria: a inflação não eleva todos os preços e salários simultaneamente; ao contrário, a nova injeção monetária entra no sistema econômico de forma sequencial e desigual, criando distorções temporais que funcionam como um violento mecanismo de transferência de riqueza.

O autor explicava que os grupos que recebem o fluxo da nova moeda em primeira mão (como o governo, empreiteiras de obras públicas ou industriais favorecidos por crédito subsidiado) beneficiam-se enormemente, pois adquirem bens e serviços aos preços antigos, antes que estes se ajustem à nova realidade monetária. Em contrapartida, os últimos a receberem o dinheiro depreciado, notadamente os assalariados, os poupadores e o setor agrícola, sofrem o ônus de comprar em um mercado já encarecido. Ao descrever a mecânica dessa expropriação, ele assinalou:

O mal da inflação reside exatamente na circunstância de que ela não se comporta assim [de forma homogênea], isto é, de que os preços de mercadorias, serviços e salários não sobem nem igualmente, nem simultaneamente; uns sobem mais, outros sobem menos. Uns sobem primeiro, outros sobem depois. ... Os primeiros vendem caro e ainda compram barato; os segundos ainda vendem barato e já compram caro. São estes últimos os prejudicados. (Gudin, **Inflação, Importação e Exportação**, 1959, pp. 19-20)

Em virtude desse caráter espoliativo, Gudín subverteu e recodificou o vocabulário marxista para formular uma de suas teses políticas mais marcantes: a inflação não seria um efeito colateral do desenvolvimento, mas a forma mais cruel de “luta de classes”. O fenômeno inflacionário constituiria uma guerra distributiva na qual setores organizados com acesso ao Estado utilizam a emissão de moeda para confiscar o poder de compra das parcelas desorganizadas da sociedade. Para ele, a inflação era intrinsecamente um conflito social movido pela tentativa coercitiva de um setor da sociedade tomar para si uma fatia maior do bolo produtivo em detrimento dos outros:

Uma das formas mais usuais para explicar o fenômeno da inflação é a do processo em que um setor econômico, seja ele Governo, empreendedores ou salarizados, PROCURA ARRANCAR DOS DEMAIS setores uma parte ... de sua renda

real. ... Esta forma de descrever o processo inflacionário em termos da distribuição da renda real, isto é, do poder de compra real de umas classes em relação a outras, explica perfeitamente COMO A INFLAÇÃO PROVOCA E ACIRRA A LUTA DE CLASSES.

Surgem então as pretensões mais esdrúxulas e as manifestações de ganância mais desenfreadas, de umas classes em relação às outras. ...

A INFLAÇÃO É POIS O REGIME DA LUTA DE CLASSES, que estamos presenciando. O dano social não se limita ao prejuízo material de dezenas ou centenas de milhões de cruzeiros por dia, de que se desfalca a produção do país. Estende-se à própria ordem social e política. (O Globo, 11/11/1960, ênfase no original)

Essa expropriação funcionava como uma “poupança forçada” e de uma tributação invisível, pois a desvalorização do dinheiro equivalia a um imposto não legislado que recaía implacavelmente sobre a maioria dos cidadãos, especialmente aqueles que mantinham depósitos bancários ou rendimentos fixos. De acordo com o argumento de Gudin, a simples impressão de notas não cria riqueza real, mas apenas impõe uma privação artificial ao consumo das massas para financiar as extravagâncias governamentais ou os negócios da minoria que contraía empréstimos.

A desordem monetária, na teoria gudiniana, é, portanto, julgada de forma severa não apenas por sua ineficiência alocativa, mas porque corrompe a justiça das trocas, enriquecendo parasitariamente uma elite de devedores, especuladores e empreiteiros do Estado, enquanto penaliza invariavelmente a sociedade trabalhadora e poupadora.

DOENÇA DEMOCRÁTICA

Ele via a inflação crônica como a prova cabal da imaturidade política do país e da incapacidade das democracias de massas de se autogovernarem com racionalidade, pois as pressões do sufrágio universal acovardavam os governantes, que preferiam a demagogia de curto prazo à disciplina exigida para a estabilidade de longo prazo. A inflação, portanto, não era um acidente de percurso do desenvolvimento, mas a consequência institucional do despreparo cívico:

Não lhes vou infligir qualquer longa dissertação sobre a Inflação. Direi apenas que é uma praga quase universal, que causa aos países por ela atacados malefícios tanto maiores quanto menos capazes são os seus governos. Nas grandes nações, a inflação intensa e persistente só se verifica por ocasião de guerras ou de grandes comoções intestinas ... Nos países subdesenvolvidos ela é, na

realidade, um fenômeno de origem política, porque é um produto genético da incapacidade e do despreparo dos governantes.

Os sofrimentos e as vicissitudes de toda ordem por que tendes passado, nestes últimos dez anos resultam da péssima escolha dos governantes levados ao poder nesse período pelas eleições diretas de sufrágio universal e voto secreto, regime cuja prática exige um grau de educação política e de educação geral que o país ainda não está perto de atingir. (Gudin, **Perspectivas da Inflação Brasileira**, 1967, p. 1-2)

Diante desse quadro, erradicar a inflação representava, na concepção gudiniana, o teste definitivo da civilização, da disciplina moral e da coragem cívica de uma nação. O verdadeiro homem de Estado era aquele que assumia a estabilização como um dever patriótico supremo, estando disposto a enfrentar o ódio público, as vaias e o isolamento político para preservar a ordem social e a saúde da moeda. Ao evocar as figuras históricas da Primeira República, Gudin resumia o ônus que a racionalidade econômica impunha aos governantes:

RECONHEÇO PERFEITAMENTE que a tarefa é rude e impopular. ... MAS GOVERNAR SÓ É AGRADÁVEL para os inconscientes. O Presidente Geisel é altamente consciente. Campos Salles e Murtinho, varões de Plutarco ... saíram do Governo debaixo de vaia. Mas não se passaram muitos anos para que o país lhes rendesse o preito de merecida gratidão. (O Globo, 31/01/1977, ênfase no original)

Por isso, para Eugênio Gudin, as raízes da inflação nos países subdesenvolvidos são inteiramente políticas. O economista refutava a ideia de que a alta contínua dos preços fosse um destino inelutável ou uma falha inerente ao mercado, diagnosticando-a, em vez disso, como o produto genético da incapacidade e do despreparo de governantes e governados. O acionamento da máquina impressora de moeda derivava da indisciplina estatal e do populismo, impulsionando fundamentalmente por três fatores: os déficits governamentais, a demagogia salarial e a expansão indiscriminada do crédito.

O primeiro grande motor inflacionário identificado por Gudin era o desperdício de recursos em empreendimentos estatais ineficientes e na construção de obras públicas monumentais. Em muitos textos ele criticava duramente a cobertura governamental dos déficits crônicos de ferrovias e autarquias, bem como o financiamento de projetos que considerava faraônicos. A construção de Brasília figurava como o exemplo máximo de um planejamento sobreposto a uma economia que não dispunha de poupança prévia para financiá-lo. O desequilíbrio gerado por esses gastos forçava o Estado a emitir

moeda para honrar seus compromissos orçamentários, fenômeno que ele sintetizou em uma conferência na década de 1960:

... a inflação nada mais é do que o resultado do embate entre dinheiro demais e mercadorias de menos, causado pela faculdade que tem o Governo de emitir papel-moeda não só para fazer obras totalmente improdutivas, como as de uma nova Capital, como para cobrir o enorme desperdício expresso nos déficits de autarquias e empresas estatais, ou para elevar salários desordenadamente em objetivos políticos. (Gudin, **Perspectivas da Inflação Brasileira**, p. 2)

O segundo fator causador da inflação, considerado por Gudin como o mais pernicioso de todos, era a concessão governamental de aumentos nominais de salários desvinculados de ganhos reais de produtividade, que Gudin via como a essência da demagogia populista. Essa política era por ele frequentemente associada à figura de João Goulart, que, enquanto Ministro do Trabalho em 1954, havia dobrado o salário-mínimo por decreto. Para o economista, a promessa de erradicar a pobreza por meio de canetadas salariais era uma ilusão perigosa que apenas alimentava uma espiral contínua de preços. Ao contrário dos rombos públicos ou da frouxidão do crédito, que poderiam ser revertidos por políticas de austeridade, a inflação gerada por reajustes salariais possuía um caráter definitivo no sistema econômico:

Pode-se dizer que das três a terceira modalidade, o aumento excessivo dos salários, é a pior. Porque emissões de moeda resultantes de despesas excessivas da União podem ser corrigidas ... expansão de crédito ... também pode ser corrigida ... Mas o aumento de salários É IRREVERSÍVEL; não pode ser corrigido. Daí a distinção que se faz entre “inflação de demanda” ... e “inflação de custos” no caso dos salários. (Gudin, **Injustiças, Distorções e Dano Social da Inflação**, 1962, CPDOC eug-pi-gudin-1962-10-25)

Por fim, o terceiro vetor da desordem monetária apontado por Gudin era a expansão excessiva e frequentemente subsidiada do crédito, pois segundo sua compreensão da evolução econômica brasileira de meados do século vinte o sistema bancário, tanto privado quanto estatal, vinha injetando liquidez na economia em um ritmo vastamente superior ao do crescimento da produção nacional. Ele denunciava de modo particular a distribuição indiscriminada de recursos pelo Banco do Brasil para setores favorecidos da indústria e da agricultura, alertando que tais subsídios funcionavam na prática como mecanismos de emissão primária e eufemismos para encobrir o déficit público. Diante

disso, o controle rigoroso dos empréstimos tornava-se uma condição inegociável para qualquer política de estabilização, exigindo que o formulador de políticas enfrentasse a resistência do meio empresarial viciado no dinheiro fácil:

NÃO é possível um programa de combate eficiente à inflação sem o controle da expansão do crédito bancário. Um dos maiores fatores da inflação, que nos aflige há dez anos, tem sido o da expansão excessiva do crédito pelo sistema bancário do País. (O Globo, 28/11/1958)

Veremos adiante como ele tentou lidar com estes problemas em sua passagem pelo ministério da fazenda.

DESORDEM SOCIAL

Ainda mais, para Gudin a inflação não se limitava a um mecanismo de transferência injusta de renda, pois ela atuava também como uma força ativa de destruição da própria ordem social, ao prejudicar o cálculo econômico racional, o espírito de poupança e o planejamento a longo prazo, subvertendo a alocação de recursos nacionais, punindo o esforço produtivo autêntico e recompensando o imediatismo e a especulação.

O primeiro efeito deletério desse processo era a fuga do capital das atividades produtivas para refúgios especulativos, pois a desvalorização contínua da moeda corrente induzia os agentes econômicos a abandonarem investimentos de longa maturação e alta utilidade social, como a instalação de infraestrutura ou manufaturas. Em vez disso, a racionalidade defensiva direcionava a poupança privada para a aquisição de ativos imobiliários, como terrenos e edifícios de luxo, transformando a economia no que ele denominava de o paraíso dos intermediários e dos incorporadores.

Mesmo que essas repetidas farsas [de aumentos salariais] não tivessem sérias repercussões sobre toda a economia do País, BASTARIA A PRÓPRIA INSTABILIDADE do poder de compra real do operário para condená-las. Mas é que a cada elevação do SALÁRIO NOMINAL CORRESPONDE UMA NOVA ONDA DE ALTA GERAL DE PREÇOS (em fevereiro de 1959, após a vigência do novo salário-mínimo, a alta foi de 10% em um mês).

Ninguém pode mais prever ou orçar despesas neste País. Uma obra orçada em um milhão sai por dois ou por três. Rebentam os orçamentos privados, como os estaduais ou federais, e dos três, só o Federal dispõe da guitarra, para fabricar papel-moeda.

E o dano sofrido pela Economia Nacional não se limita aos percalços dos preços. Vai muito além, porque dá lugar a uma GRAVE DISTORÇÃO dos investimentos, que fogem das aplicações de base, proveitosas para o País (aço, energia elétrica, petróleo etc.), para as especulativas de “incorporações” imobiliárias, compra e venda de terrenos etc. (O Globo, 30/09/1960, ênfase no original)

Além de distorcer a direção dos novos investimentos, a inflação também prejudica as empresas ao criar “lucros fictícios” no papel. Como a contabilidade usa valores antigos para calcular custos, o aumento de preços faz parecer que a empresa lucrou mais do que de fato, de modo que o governo acaba cobrando impostos sobre esse lucro inexistente (ver Gudin, **Perspectivas da Inflação Brasileira**, 1967, pp. 4-5). A tributação e a subsequente distribuição de dividendos sobre esses lucros fictícios significavam, na prática, que as empresas estavam consumindo o próprio capital produtivo em vez de rentabilizá-lo. Ao tributar o desgaste do maquinário e o capital de giro como se fossem excedentes de caixa, o regime inflacionário impulsionava o endividamento bancário das empresas para manter suas operações, elevando a demanda por crédito e minando silenciosamente as bases materiais da produção nacional (O Globo, 02/09/1968).

Além da fuga de capitais para o setor imobiliário e da tributação sobre lucros irreais, Gudin argumenta que a inflação destrói a ordem produtiva ao corroer os alicerces institucionais e morais do próprio sistema capitalista: o contrato monetário e o espírito de poupança, pois o desenvolvimento econômico sustentável depende de previsibilidade e do cálculo a longo prazo, elementos que a instabilidade da moeda aniquila. Ao substituir a ética do trabalho e da eficiência técnica pela busca de proteção contra a desvalorização do dinheiro, a inflação instaura uma cultura de ganho imediato que corrompe a conduta econômica da sociedade. O mercado produtivo cede espaço para o que o economista chama de paraíso da especulação:

A inflação destrói esse grande instrumento da atividade econômica, que é o contrato em termos monetários. Destrói o espírito de poupança. Cria uma atmosfera de lucro fácil. Faz desaparecer o estímulo à produtividade, que descai apreciavelmente nos períodos inflacionários. Ela é o paraíso dos intermediários, dos incorporadores e dos especuladores, o que tudo contribui para solapar a estrutura moral da sociedade e estimular o culto do imediatismo. (Gudin, **Princípios de Economia Monetária**, 1954, pp. 6-7)

Essa atmosfera de lucro fácil e a fuga para o mercado imobiliário possuíam consequências macroeconômicas diretas para a industrialização do país. Gudin apontava que o desvio da poupança nacional para a construção civil suntuária privava projetos de infraestrutura vital do financiamento necessário. Ele exemplificou essa distorção assinalando que os recursos desperdiçados na construção de arranha-céus nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo teriam sido mais do que suficientes para capitalizar indústrias de base essenciais para o desenvolvimento nacional, como as siderúrgicas Cosipa e Usiminas (idem, p. 23).

Ademais, no nível microeconômico do comércio cotidiano, a inflação destruía a ordem produtiva ao confundir os referenciais de preço. O exemplo por ele tratado era como a desordem monetária empurrava o comerciante comum para a falência ao criar uma deformação entre o custo de aquisição no passado e o custo necessário para repor o estoque no presente: o comerciante periga ir à falência se ele perder a noção do preço real, vendendo os produtos baseando-se no que pagou ao adquiri-lo (custo histórico) e não nos novos preços correntes (O Globo, 03/02/1969). Portanto, a destruição da ordem produtiva não se limitava à retração de investimentos industriais, mas estendia-se à desorganização da atividade comercial diária, à supressão do incentivo à eficiência e à degradação ética da poupança, convertendo a economia num sistema focado unicamente na defesa contra a corrosão inflacionária.

DESCULPAS INFLACIONÁRIAS

Uma das posições mais consistentes de Eugênio Gudin no debate acadêmico e político foi a sua defesa da validade universal das leis econômicas, visão universalista esta que fundamentou o seu repúdio contundente à teoria da inflação estrutural, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e por economistas desenvolvimentistas como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Algo típico entre neoliberais, Gudin rejeitava frontalmente a premissa de que os países subdesenvolvidos necessitavam de uma teoria econômica própria. Contrariando as teses que buscavam fundar uma economia específica para a América Latina, Gudin argumentava que as regras fundamentais de formação de preços, moeda e crédito aplicavam-se de forma idêntica em qualquer parte do globo, diferenciando-se apenas

nos dados concretos de cada realidade. Em 1952, ele sintetizou essa convicção em um ensaio clássico:

Em alguns desses setores tem até por vezes surgido a opinião de que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos reclamaria uma nova teoria econômica, que se afastaria em vários pontos da teoria econômica geral, tornada obsoleta. Há nisso, a meu ver, um evidente equívoco. Para usar de feliz expressão de um de nossos distintos colegas: as equações são as mesmas; apenas os parâmetros variam. (Gudin, **O Caso das Nações Subdesenvolvidas**, 1952, pp. 53-54)

Gudin ironizava ainda o que considerava uma mania de originalidade desses pensadores, insistindo que o fenômeno inflacionário não possuía particularidades geográficas ou históricas que alterassem sua natureza estritamente monetária. Para ele, a expansão descontrolada dos meios de pagamento geraria os mesmos efeitos em qualquer sistema:

Também foi muito feliz o ministro [Roberto Campos durante sessão na Câmara dos Deputados] na crítica do que ele chamou de “mania da originalidade a outrance”, segundo a qual as leis que regem os fenômenos econômicos – oferta e procura, classificações, teorias quantitativas etc. – no Brasil são diferentes das que se aplicam ao resto do mundo. Isso foi uma “saída” inventada pela CEPAL para desculpar os maus governos da América Latina. Excesso de dinheiro e salários exagerados dão lugar à inflação aqui, como na China ou no Afeganistão. (O Globo, 07/06/1965)

Assim, as teses cepalinas não constituíam um avanço científico, mas operava como um alibi ideológico, pois Gudin as acusava de servirem primariamente para absolver os governantes latino-americanos de sua irresponsabilidade fiscal e demagogia política. Ao culpar a estrutura econômica ou as relações de troca internacionais, a responsabilidade pela desordem financeira das decisões governamentais internas era transferida para fatores supostamente incontroláveis:

É, portanto, lamentável assinalar que, por maiores e mais flagrantes que sejam os erros praticados pelos governos da América Latina, as apreciações da CEPAL procurem invariavelmente atribuir sua origem e culpa a uma variedade de bodes expiatórios cada qual menos aceitável. Dentre esses bodes expiatórios figura a tese de que a inflação na América Latina não é culpa dos governos e sim de caráter “estrutural”. (O Globo, 20/12/1963)

Do ponto de vista analítico, Gudín argumentava que os cepalinos cometiam um erro confundindo causa e efeito, pois as supostas causas estruturais da inflação apontadas pela CEPAL (como a inelasticidade da oferta de alimentos, a rigidez produtiva e os estrangulamentos no balanço de pagamentos) seriam na verdade as consequências diretas das distorções provocadas pela própria inflação e pelas políticas estatais de controle de preços. Ao tentarem mascarar a alta dos preços por meio de congelamentos e tabelamentos alfandegários, os governos desestimulavam a produção e as exportações, criando assim a escassez que depois utilizariam para justificar a tese cepalina:

O erro de atribuir a inflação a causas “estruturais” ou à “rigidez da estrutura”, decorre, outras vezes, da confusão entre causa e efeito, que se verifica em alguns escritos cepalinos.

O que se dá é que, acossados pela inflação, passam os governos a:

1 — procurar dominar os preços não pela redução da demanda, mas pelo controle policial (COFAPs), com o resultado de fazer “cair a produção” nos setores de preços congelados e agravar a sua alta;

2 — recusar adequado reajustamento de tarifas aos serviços de utilidade pública, criando sérios “pontos de estrangulamento”;

3 — prender o câmbio, com o efeito de reduzir as exportações, dando lugar ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao “estrangulamento” das importações.

O certo seria controlar a inflação; se isso é impossível deixar que os preços se acomodem à quantidade acrescida de dinheiro. Mas nunca criar as “distorções e estrangulamentos” que passam depois a ser tomados como causa da inflação! (O Globo, 02/09/1961)

Eugênio Gudín também combateu de forma incisiva outra tese, frequentemente associada tanto à CEPAL quanto a formuladores de políticas como Juscelino Kubitschek, de que a inflação seria um subproduto aceitável, ou mesmo um instrumento necessário, para acelerar o crescimento econômico. Para o economista, a ideia de que a expansão monetária pudesse financiar a acumulação de capital e o progresso material não passava de uma fraude analítica, pois isto não tinha ocorrido com as potências industriais, que se enriqueceram sem a degradação de suas moedas. Ele tratava a crença latino-americana no desenvolvimento via inflação com profundo sarcasmo, classificando-a como uma invenção “indígena” e desprovida de evidência científica:

O desenvolvimento econômico feito com a inflação é uma descoberta indígena. “Nunca existiu, de meu conhecimento”, escreve o citado economista H.

Singer, “um exemplo do êxito de desenvolvimento econômico combinado com a inflação ... Não houve inflação na Inglaterra em seu período de desenvolvimento econômico de 1789-1914; não houve inflação no processo de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos; não houve inflação no desenvolvimento econômico do Japão; não houve inflação no processo de desenvolvimento econômico da União Soviética”. É preciso vir à América do Sul para aprender que o melhor meio de promover o desenvolvimento econômico de um país é pintar papel-moeda. (Gudin, **Inflação, Crédito e Desenvolvimento**, 1956, pp. 75-76)

O fundamento teórico de sua crítica repousava no conceito de “hiperemprego”. Gudin explicava que a capacidade de expansão de uma economia é estritamente limitada pela disponibilidade física de seus fatores de produção, como o capital, a infraestrutura e a mão de obra especializada, de modo que quando um governo tenta forçar a economia a crescer além desses limites reais através da injeção de liquidez, ele não gera nova riqueza, mas apenas provoca uma disputa desenfreada pelos escassos recursos existentes. Por isso, uma vez atingido o pleno emprego dos fatores produtivos, a demanda artificial apenas impulsiona uma alta generalizada dos preços e dos custos de produção. Nesse sentido, ele diagnosticava que o problema brasileiro não era a falta de ocupação, mas a tentativa de realizar obras e investimentos além da capacidade material da nação:

A inflação não resulta do pleno emprego, isto é, da utilização, tão completa quanto possível, dos fatores de produção do país. Ela resulta é do que eu chamei de burrice, ou seja, de tentar fazer mais do que é possível com os fatores de produção de que o país dispõe. Eu não digo “fazer mais” e sim “tentar fazer mais”. Porque é claro que ninguém pode realizar mais do que o permitem os fatores de produção, a mão-de-obra comum e especializada, transporte, energia, know-how, etc. ... A inflação resulta da tentativa vã e estúpida de fazer mais do que é possível. (idem, pp. 78-79)

Com este argumento, Gudin direcionou ataques diretos ao Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O esforço governamental para acelerar a industrialização foi interpretado pelo economista não como um planejamento racional, mas como uma perigosa ilusão baseada na superimposição de projetos a um sistema econômico desprovido de poupança real equivalente. Ainda mais, a propaganda governamental de que a inflação seria o sacrifício temporário exigido à geração presente em prol do progresso futuro era, para ele, inteiramente falsa, pois, longe de alavancar a produção, o planejamento inflacionário apenas desorganizava os orçamentos e distorcia a alocação de recursos.

A expansão do parque industrial brasileiro na época teria ocorrido, segundo ele, a despeito da inflação, e não graças a ela:

Uma das maiores baleias espalhadas durante o Governo Kubitschek, fácil da ser impingida porque, se bem que falsa, era plausível para o homem da rua, é a da Inflação como UM MEIO E UM SACRIFÍCIO PARA PROVER OS RECURSOS NECESSÁRIOS ÀS METAS. De verdade não há nisso um vintém; é tudo mentira. ... A história, portanto, da inflação tornada necessária como um sacrifício exigido do povo em favor das obras públicas não passa de uma fantasmagoria. (O Globo, 01/06/1961, ênfase no original)

CONTROLE DE PREÇOS COMO REMÉDIO EQUIVOCADO

Como consequência direta de sua definição estritamente monetária da inflação, Eugênio Gudín rejeitava de forma incisiva qualquer tentativa do Estado de conter a alta do custo de vida por meio de tabelamentos ou congelamentos de preços, pois, tentar frear a inflação proibindo o reajuste de preços equivalia a atacar os sintomas da doença enquanto se ignorava a sua causa fundamental: a injeção descontrolada de moeda no sistema econômico.

Em seus escritos, especialmente entre o final da década de 1950 e o início da de 1960, Gudín classificou a criação de agências de controle, como a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), como uma atitude de pura demagogia e mistificação governamental. O Estado operava um contrassenso ao imprimir dinheiro e, simultaneamente, tentar proibir pela repressão policial a desvalorização lógica desse mesmo dinheiro:

A inflação de papel-moeda e de crédito (CAUSA), que há vinte anos nos persegue, traz fatalmente em seu bojo duas consequências (SINTOMAS): A ALTA DOS PREÇOS INTERNOS E A DEPRECIACÃO CAMBIAL. ... o que se tem feito é investir ridiculamente contra os sintomas. ... Quanto à alta dos preços, criou-se uma organização estatal, a COFAP, CUJA MISSÃO É IMPEDIR QUE SE MANIFESTEM OS SINTOMAS da inflação monetária desbragadamente praticada pelo Governo, que criou e mantém a dita COFAP. E como a ignorância governamental, quanto muito grande, não vai tão longe que não compreenda isso tão bem como o leitor ou como eu, o procedimento do Governo não pode ser classificado senão como uma MISTIFICAÇÃO. (O Globo, 01/12/1959, ênfase no original)

Gudín apelava ainda a uma distinção entre a inflação aberta e a “inflação reprimida”, argumentando que a segunda era ainda mais danosa à ordem econômica, pois, ao tentar

fixar preços artificialmente abaixo do nível de equilíbrio ditado pela quantidade de moeda em circulação, o governo inevitavelmente desestimulava a produção e afugentava os produtores, substituindo o dinamismo do mercado pela escassez generalizada (O Globo, 23/04/1969). Assim, o controle policial de preços era visto por ele como causa da queda da produção e dos estrangulamentos de oferta que os cepalinos usavam para justificar suas teses sobre as causas da inflação (O Globo, 02/09/1961).

No plano microeconômico, Gudin argumentava ainda que o tabelamento governamental subvertia a lógica de incentivos do sistema capitalista ao punir a eficiência técnica. Ao tentar fixar preços com base em cálculos burocráticos de custos médios do setor produtivo, o Estado ignorava a variação do custo entre diferentes empresas, de modo a acabar penalizando as empresas mais eficientes, punindo o produtor de alta produtividade e acomodando a ineficiência dos produtores de custos mais elevados (Gudin, **O antilucro, grande erro**, 1969). Desse modo, a tentativa de planificar e controlar os preços substituía a verdade impessoal e racional do mercado por um arbítrio institucional que invariavelmente desorganizava a economia nacional.

GUDIN NO MINISTÉRIO DA FAZENDA: UM TRATAMENTO ABORTADO

Gudin era qualquer coisa menos um estranho ao poder quando assumiu o Ministério da Fazenda durante o governo Café Filho em 1954 e 1955. Membro da elite carioca, vivia nos círculos sociais de presidentes e governadores do período republicano brasileiro. Ele já havia contribuído como notório assessor econômico para as políticas econômicas de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Ademais, foi uma figura fundamental na formulação da estrutura institucional do sistema de política econômica nacional, como na criação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) em 1945, criado como órgão intermediário para preparar o sistema financeiro nacional para um futuro banco central. Além disso, desde aquela época ocupou vários importantes postos de representante brasileiro em órgãos e acordos econômicos internacionais, como Bretton Woods, GATT, Banco Mundial e FMI. Isso para não falar no seu papel fundamental tanto de intelectual público quanto de educador e formulador de agenda econômica. Sua presença muito influenciou a circulação e debates sobre políticas públicas no período.

O período de Gudin como ministro de Café Filho, contudo, marcou a primeira vez em que ele assumiu um cargo de comando com liberdade decisória para implementar suas ideias. E suas ideias ele seguiu, pois tentou combater a inflação, que considerava o problema nacional mais urgente, adotando medidas prescritas pelo seu diagnóstico, mesmo que elas contrariassem claros interesses de muitos dos mais poderosos grupos políticos.

Esse momento é um dos primeiros e mais significativos experimentos de política econômica neoliberal no país. E pode-se dizer que esta também foi a primeira vez que houve uma política econômica articulada e coerente no país, pois Gudin alçou às presidências dos principais órgãos implementadores de políticas econômicas da época, o Banco do Brasil e a SUMOC, dois colaboradores próximos seus que seguiram suas orientações. Anteriormente, era relativamente comum o presidente do Banco do Brasil adotar medidas contrárias às preferidas pela SUMOC ou mesmo o ministro da fazenda.

No entanto, as políticas adotadas por Gudin causaram ampla insatisfação. Não apenas a esquerda e os trabalhadores, mas também a comunidade empresarial brasileira protestou contra várias medidas de sua gestão. Como resultado, Gudin permaneceu no cargo por apenas sete meses. Seu sucessor, José Maria Whitaker, rapidamente reverteu algumas das principais medidas implementadas por ele, levando a inflação (o principal foco de Gudin) a retornar aos níveis anteriores à sua administração. Assim, pode-se afirmar que esse primeiro experimento neoliberal no país foi, em grande medida, um fracasso.

Por outro lado, o diagnóstico de Gudin sobre as causas da inflação brasileira continuou exercendo uma profunda influência sobre economistas e governos de orientação conservadora no país. Esse impacto foi evidente durante o breve governo de Jânio Quadros, em 1961, que adotou políticas econômicas alinhadas às ideias de Gudin. Da mesma forma, o primeiro governo militar, liderado por Castelo Branco entre 1964 e 1967, também incorporou medidas semelhantes, embora com uma abordagem mais gradualista.

Não é coincidência que os ministros da fazenda de ambos os governos tenham sido Clemente Mariani e Octávio Bulhões, os dois principais colaboradores próximos de Gudin. Durante a breve passagem de Gudin pelo Ministério da Fazenda, Mariani e Bulhões

desempenharam papéis-chave na condução da política econômica, ocupando, respectivamente, as presidências do Banco do Brasil e da SUMOC. Esses dois órgãos eram centrais para a execução das políticas econômicas na época, uma vez que, antes da criação do Banco Central do Brasil em 1964, a responsabilidade pela gestão das políticas monetárias do país recaía sobre a SUMOC e o Banco do Brasil, além do próprio Ministério da Fazenda.

Em agosto de 1954, após o suicídio de Getúlio Vargas, João Café Filho assumiu a presidência do Brasil e nomeou Eugênio Gudin como Ministro da Fazenda. Em um pronunciamento transmitido pela rádio nacional em 14 de setembro de 1954, o presidente detalhou a grave situação política e econômica, particularmente devido não só aos déficits orçamentários, à política de valorização do preço do café que reduzia as receitas cambiais e ao expressivo aumento de 100% no salário mínimo promovido recentemente por João Goulart (então ministro do trabalho do governo Vargas), mas também devido à grande expansão dos empréstimos bancários que o sistema financeiro privado vinha promovendo ao longo dos anos anteriores. Entre 1950 e 1953, enquanto a produção nacional cresceu a uma taxa anual de 5%, o total de empréstimos à produção tinha aumentado 41% e a assistência aos bancos, 62%. As emissões de moeda fiduciária por sua vez cresceram 12% ao ano no mesmo período, atingindo um pico em agosto de 1954. Como se tratava de um governo de transição, Café Filho concluía seu discurso declarando que “nada posso prometer senão o firme propósito de manter uma linha de austeridade e poupança, e uma inabalável orientação de probidade no trato dos problemas ligados ao uso dos dinheiros públicos”.

O diagnóstico feito no discurso era na verdade de autoria de Gudin e sua equipe. O que chama a atenção nele, além da típica responsabilização dos déficits orçamentários e políticas “demagógicas” (como o aumento dos salários), é sua responsabilização dos bancos privados. Gudin, o maior dos economistas monetaristas do Brasil, diagnosticou que uma parte significativa da expansão monetária vinha ocorrendo devido ao aumento expressivo no uso do programa de redescontos do Banco do Brasil (carteira de crédito a prover liquidez para os bancos privados) e observou que isto estava forçando novas emissões de moeda. Por isso sua gestão foi marcada tanto pela tomada de medidas

impopulares, quanto por medidas de restrição de crédito e aumentos de impostos que desagradaram também boa parte do empresariado brasileiro.

Além do corte de gastos públicos e congelamento do salário-mínimo, sua estratégia central focava em restringir a expansão excessiva do crédito. Isso foi implementado por meio de uma série de “instruções” controversas da SUMOC: a Instrução 105 limitava taxas de juros para depósitos bancários com prazo de 18 meses ou mais, variando de 3% a 7% para eliminar a “concorrência desleal” de bancos menos sólidos que ofereciam taxas elevadas e para preparar-se para um aumento das reservas bancárias. A Instrução 106 estabeleceu tetos qualitativos e quantitativos para créditos bancários e aumentaram as taxas de redesconto, com a taxa mais alta (10%) para notas promissórias e taxas mais baixas para títulos do governo (3%) e títulos agrícolas (5%) para restringir o uso excessivo de redescontos e conter os empréstimos especulativos em favor de atividades produtivas. Instrução 108 aumentou drasticamente os depósitos obrigatórios que os bancos deviam manter no Banco do Brasil, de 4% para 14% sobre depósitos à vista e de 3% para 7% sobre depósitos a prazo, para qualquer aumento em relação ao saldo de 31 de outubro, com o objetivo de conter diretamente a expansão excessiva dos meios de pagamento através do sistema bancário.

Gudin também presidiu reuniões da SUMOC que decidiram pela liquidação extrajudicial de alguns bancos paulistas (Banco Nacional Interamericano e Banco Imobiliário Brasileiro) por irregularidades e imobilização de depósitos.

Em paralelo, o governo buscou uma agenda internacional para restaurar a confiança estrangeira, atrair investimentos e renegociar acordos comerciais. Entre as principais iniciativas, destacaram-se uma missão diplomática aos Estados Unidos que visou atrair novos empréstimos e investimentos, a participação na Conferência Econômica do Rio que reuniu ministros da fazenda de todo o continente, e a amplamente elogiada Instrução 113 da SUMOC, que facilitou a importação de equipamentos industriais como investimento estrangeiro. Uma parte crucial da estratégia de Gudin era reverter o clima de desconfiança em relação aos investidores estrangeiros criado durante o segundo governo Vargas e garantir capital estrangeiro para estabilizar a balança de pagamentos.

Gudin buscou aproximar particularmente o Brasil dos Estados Unidos. Declarações de diplomatas em Nova York indicavam otimismo com a “nova tendência” do Brasil em incentivar capitais estrangeiros sob a gestão de Gudin (O Globo, 30/08/1954 e 11/10/1954). Acompanhado por aliados como Alexandre Kafka e Walter Blomeyer, Gudin viajou aos Estados Unidos para participar da reunião anual do FMI e do Banco Mundial e para se encontrar com banqueiros e investidores americanos. A missão negociou com sucesso uma prorrogação de três meses para um empréstimo e garantiu um novo empréstimo privado. A revista Time elogiou o desempenho de Gudin, observando que “o economista perspicaz ... também se mostrou um bom político”.

Contudo, o governo americano reagiu de forma morna, preferindo que Gudin buscasse investimentos privados no país em vez de fornecer novos empréstimos estatais. Como resultado, Gudin criticou os EUA pela sua aparente preferência por doações (como o Plano Marshall para a Europa) em vez de empréstimos para países em desenvolvimento, afirmando: “De certa forma, chega-se a pensar que os Estados Unidos têm mais jeito para dar do que para emprestar”.

Por outro lado, a Instrução SUMOC 113 (de janeiro de 1955) foi uma das políticas mais bem-sucedidas e duradouras do mandato de Gudin. Ela autorizou o Departamento de Comércio Exterior (CACEX) a emitir “licenças de importação sem cobertura cambial” para investimentos estrangeiros na forma de equipamentos industriais. A medida foi amplamente celebrada pelos setores industrial e comercial como uma ferramenta vital para a modernização da indústria brasileira em um período de grave escassez de divisas. A Associação Comercial Paulista (SPA) a classificou como uma “modificação total na orientação do governo em relação à aplicação de capital estrangeiro no Brasil”. Essa diretriz tornou-se um pilar da política de industrialização e foi amplamente utilizada pelo governo de Juscelino Kubitschek nos anos seguintes.

Apesar destes relativos sucessos, as medidas de combate à inflação foram as mais polêmicas (para o que se segue, ver o relato detalhado de Colffield, **Liberais Clássicos no Ministério da Fazenda**, 2022). Talvez o mais surpreendente descontentamento com suas medidas, no entanto, tenha vindo das associações empresariais brasileiras que achavam que sua tentativa de regular e até mesmo restringir as atividades de

empréstimos dos bancos privados prejudicaria a atividade econômica, estrangulando o crédito e prejudicando a produção. O Sindicato de Bancos, por exemplo, convocou uma reunião com 59 instituições onde a grande maioria se opôs às Instruções 105 e 106, argumentando que elas prejudicariam suas instituições. Os banqueiros de São Paulo enviaram um telegrama a Gudin afirmando que as medidas “perturbariam a normalidade das transações legítimas na agricultura, na indústria e no comércio, além de não atingirem os fins a que se destinam”. O jornal de oposição Última Hora, por sua vez, previu que as políticas causariam uma forte retração do crédito, “estrangulando o comércio, a indústria e a agricultura”, e que “a usura voltará a reinar”. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo classificou as medidas como “desastrosas”, “excessivas e abruptas”. Ele argumentou que aumentar as taxas de redesconto enquanto se reduziam as taxas de depósito era contraditório e que as medidas indiscriminadas de restrição de crédito não resolveriam as dificuldades do Brasil, mas poderiam “agravá-las se as forças deflacionárias desencadeadas ... resultarem no desestímulo dos setores produtivos nacionais”.

Para ser justo, o empresariado nacional não estava em oposição a Gudin ou ao seu foco geral de combate à inflação, mas achava aquelas medidas específicas muito drásticas. Além disso, havia outras medidas positivas adotadas por Gudin e sua equipe, particularmente a Instrução 113, que foram muito bem-vindas.

Contudo, outro fator a prejudicar sua posição foram as suas modificações nas taxas de câmbio de café. Visando contribuir para seu programa fiscal, Gudin acabou provocando a ira dos exportadores com o chamado “confisco cambial”. Gudin se recusou a permitir a desvalorização plena do câmbio para os exportadores de café, argumentando que seria inflacionário e oneroso fiscalmente. Isto levou a um conflito com os exportadores, particularmente de São Paulo. Como explica Pinheiro Neto:

No que diz respeito à política cafeeira, poucas foram as modificações implementadas em relação ao regime determinado pela Instrução 99 do Governo Vargas. Por meio desta Instrução, tentou-se reduzir o preço mínimo que havia sido fixado em junho de 1954, permitindo-se a venda de 20% das cambiais no mercado livre, o que resultava na prática em bonificações oscilantes conforme as flutuações daquele mercado. Através da Instrução 109 (novembro de 1954), fixou-se a bonificação para o café, enquanto que a Instrução 112 (janeiro de 1955)

fixava, em nível mais elevado, as bonificações para os demais produtos de exportação, incluindo o cacau e o algodão. A implementação desta Instrução seria o “estopim” para a manifestação de descontentamento da cafeicultura com o chamado “confisco cambial”, qual seja, a compra das cambiais de café a uma taxa menor que a do mercado livre. O governo tentaria remediar a situação através da Instrução 114 de fevereiro de 1955, que equiparava a bonificação do café à dos produtos da segunda categoria de exportação, nos termos da Instrução 112. Todavia, a insatisfação do setor tinha raízes mais profundas que meros paliativos não conseguiriam atingir e teria uma influência decisiva na articulação política que determinaria a queda de Gudin. (Pinho Neto, **O Interregno Café Filho**, in Abreu, **A Ordem do Progresso**, p. 156)

A insatisfação política com Gudin veio de várias formas. No congresso federal, membros do Senado e da Câmara dos Deputados convocaram o Ministro Gudin para prestar esclarecimentos sobre as políticas adotadas. A equipe econômica manteve-se firme, argumentando que o impacto da restrição de crédito era necessário para evitar a crise social maior da hiperinflação. Aparentemente também houve um incidente físico entre Gudin e o Ministro Presidente do Tribunal de Contas, Mário Bittencourt Sampaio. Gudin teria insinuado em certa entrevista que este teria se beneficiado no processo de compra de navios petroleiros, o que teria levado a uma tentativa de agressão por Sampaio. Gudin negou ter sido atingido, mas confirmou a tentativa. O caso gerou inquérito policial e grande repercussão na imprensa naquele final de ano (ver por exemplo, *O Globo*, 20/12/1954, 27/12/1954).

Em janeiro de 1955, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma reportagem alegando que o assessor de Gudin, Alexandre Kafka, era o mentor de uma conspiração para acabar com o monopólio estatal do petróleo no Brasil em troca de um crédito de US\$ 500 milhões da Standard Oil. Gudin teve de vir a público desmentir boatos sobre este “sufocamento” do petróleo brasileiro (*O Globo*, 31/01/1955). Essas acusações de “entreguismo” vindas de nacionalistas já tinham ganhado força desde quando ele impediu investimentos brasileiros na extração de petróleo em campos bolivianos, alegando escassez aguda de dólares. Ele defendeu essa decisão posteriormente (*O Globo*, 05/01/1959), afirmando que o país não tinha condições de arriscar divisas.

Aparentemente Gudin também provocou uma crise entre o governo federal e o estadual de São Paulo em fins de 1954. O estopim teria sido certa afirmação sua de que o governo de São Paulo seria perdulário e um dos maiores responsáveis pela situação financeira

caótica do país. Os comentários, somados ao fato de o Governador de São Paulo, Lucas Garcez, não ter sido consultado sobre a nomeação de Gudin, levaram a um rompimento político entre o governo paulista e o governo federal.

Por essas e outras não deve causar surpresa que a queda de Gudin tenha vindo de São Paulo. Gudin chegou a participar das articulações iniciais para aproximar do governo federal do novo governador de São Paulo, Jânio Quadros, no início de 1955. Mas, dadas as polêmicas geradas e o fato das eleições se aproximarem, não foi surpresa que Café Filho tenha escolhido fazer uma reforma ministerial em abril de 1955, após apenas um semestre de governo, e firmado um acordo envolvendo a cessão aos paulistas de ministérios e outros importantes cargos, particularmente a presidência do Banco do Brasil. Como resultado, Gudin discordou das mudanças e pediu exoneração, deflagrando uma última crise no governo (ver O Globo, 11/04/1955).

José Maria Whitaker, um banqueiro próximo a Jânio e aos exportadores de café paulistas, acabaria assumindo o posto de Gudin e revertendo algumas de suas políticas. Como diz Pinho Neto: “Whitaker reagiria rapidamente, ordenando ao Banco do Brasil que colocasse à disposição dos bancos ... todos os recursos necessários ... Whitaker assinou a Instrução 116 da Sumoc, que simplesmente revogava as instruções 106 e 108 ... o que seria o ‘tiro de misericórdia’ no plano de estabilização de Gudin” (in Abreu, **Ordem e Progresso**, p. 158).

De modo geral, parece claro que Gudin demonstrou inépcia política ao não montar uma plataforma de apoio que o protegesse, de modo que muitas de suas medidas desagradaram praticamente todos os principais grupos políticos e tornaram insustentável sua permanência no cargo. Seu diagnóstico da inflação, porém, se tornaria dominante entre os economistas conservadores brasileiros, todos muito próximos a ele, que, aliás, viriam a ocupar todos os ministérios econômicos dos governos de direita nos anos seguintes. Seu diagnóstico sobre as causas da inflação brasileira viria também, não por acaso, a muito influenciar o primeiro plano econômico da ditadura militar (PAEG). O texto oficial identifica explicitamente “as três causas tradicionais da inflação brasileira: os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações de salários” (apud Abreu, **Ordem e Progresso**, p. 215).

BAIXA PRODUTIVIDADE COMO PRIMITIVISMO BRASILEIRO

Se a inflação era uma doença crônica no país, por outro lado sua baixa produtividade era sinal de sua imaturidade. No cerne de sua visão social e econômica, Eugênio Gudin sustentava que o padrão de vida de uma nação é estritamente determinado por sua produtividade física, ou seja, pelo volume real de bens e serviços gerado por trabalhador.

Alinhado à teoria econômica clássica, o autor postulava que a remuneração do trabalho correspondia de forma natural à sua produtividade marginal, de modo que qualquer tentativa de elevar o padrão de vida da população independentemente do aumento da eficiência produtiva estaria fadada ao fracasso, pois esbarraria na limitação material da economia nacional. Em uma conferência de 1943, o economista resumiu essa relação direta entre o avanço técnico, o salário real e a prosperidade da sociedade:

Quanto mais perfeito for o aparelhamento mecânico da Indústria, maior será a PRODUTIVIDADE técnica do operário. ... E como o salário é igual à PRODUTIVIDADE MARGINAL (noção corrente em economia), o salário do segundo operário será muito mais elevado do que o do primeiro. ... Elevar salários sem aumento de produtividade importa simplesmente em aumentar o preço de todas as coisas e, portanto, em anular na realidade o valor da elevação concedida. O salário “real” é a medida da produtividade, seja ela industrial ou agrícola. E o padrão de vida dos povos é tanto mais elevado quanto maior a sua produtividade. (Gudin, **Preços dos Produtos Primários e dos Produtos Industriais - Efeitos de sua Disparidade nas Trocas Internas e Externas**, CPDOC eug-pi-gudin-1943-00-00, ênfase no original)

CONTRA A REDISTRIBUIÇÃO

Esse conceito de produtividade era mobilizado por Gudin como o principal antídoto teórico contra as demandas redistributivas socialistas, populistas e mesmo do pensamento social católico.

Gudin combatia ferozmente o que classificava como demagogia populista: a crença de que os governos poderiam erradicar a miséria e garantir o bem-estar social por meio de leis de salário-mínimo e aumentos nominais de remuneração. Para ele, elevar salários por decreto, sem contrapartida na produção, constituía uma ilusão perigosa: como não se pode distribuir aquilo que não foi fisicamente produzido, o único resultado prático dessas intervenções governamentais era a deflagração da espiral inflacionária, a qual

terminava por corroer o poder de compra e anular a aparente vantagem concedida ao trabalhador. Em seus artigos na imprensa, Gudin frequentemente ironizava a tentativa estatal de contornar a escassez material pela via legislativa: “Nossa Constituição garante a todos um salário-mínimo que assegure habitação, alimentação, vestuário, recreio, etc. É uma forma de acabar com a miséria por decreto. Mas infelizmente o único meio de exterminar a miséria é produzir, isto é, aumentar a produtividade. O mais é poesia salarial” (O Globo, 19/03/1965).

Por isso, o autêntico progresso social no sistema capitalista não se alcançaria por meio da manipulação de valores monetários, mas sim pela lógica intrínseca da eficiência técnica a reduzir os custos físicos de produção e conseqüentemente promover uma melhora efetiva do padrão de vida geral da população. Ao inovar e aumentar a sua produtividade técnica, o empreendedor conseguiria oferecer produtos melhores e a preços mais baixos, gerando o que Gudin denominava de “lucro social, isto é, o benefício auferido pela comunidade” (O Globo, 23/11/1959). Por meio desse mecanismo de redução de custos e preços, os frutos do avanço tecnológico seriam transmitidos organicamente aos consumidores e aos trabalhadores em geral, garantindo assim um poder de compra real e sustentável.

Para o economista, a pobreza endêmica do Brasil não era o resultado da exploração de classes, da dependência estrutural ou de uma concentração injusta de renda, mas sim uma consequência direta da insuficiência da produção nacional resultante de seu caráter relativamente primitivo. Deslocando a culpa da esfera distributiva para a esfera produtiva, ele argumentava incansavelmente que o cidadão brasileiro, seja na indústria ou no campo, era pobre pela simples e única razão de que produzia pouco: “a origem da pobreza e da miséria no Brasil está muitíssimo mais na carência da produção do que na injustiça da distribuição. Falta o que distribuir” (O Globo, 05/01/1968).

Com essa premissa, Gudin atacava diretamente a retórica que enquadrava o problema da miséria sob a ótica dos direitos sociais básicos. Ao responder aos clamores de setores progressistas e do clero, que exigiam reformas econômicas para garantir uma subsistência mínima compatível com dignidade humana, o autor insistia que a escassez material da nação tornava a igualdade de resultados matematicamente impossível. O

tamanho da riqueza nacional simplesmente não comportava as exigências de um discurso humanista dissociado do cálculo econômico:

Tem-se generalizado por demais no seio de nosso Clero o clamor ... por um sistema econômico em que caiba a cada um, ao menos, “um padrão de vida compatível com a dignidade humana”. Mas a questão NÃO É, INFELIZMENTE, DE DIGNIDADE HUMANA: É DE PRODUTIVIDADE; a saber que, mesmo reduzida ao mínimo a desigualdade compatível com o funcionamento de qualquer sistema, o tamanho do “bolo” não é suficiente para dar a todos e a cada um uma fatia correspondente àquele padrão. A origem da miséria... é a mesma e uma só: BAIXA PRODUTIVIDADE. (O Globo, 09/02/1966, ênfase no original)

Consequentemente, Gudin estabelecia uma ordem cronológica e lógica inegociável para o desenvolvimento social: a criação da riqueza deve preceder imperativamente a sua distribuição. Ele considerava um contrassenso econômico tentar dividir o que não havia sido previamente gerado, e, ademais, alertava que as políticas focadas no igualitarismo prematuro e no confisco de rendas destruiriam a capacidade de poupança das elites – o único estrato que ele considerava capaz de financiar os investimentos necessários para o genuíno aumento da capacidade produtiva (O Globo, 29/06/1970). Rejeitando as soluções imediatistas de expropriação, ele assim resumia sua receita estrutural para o progresso social: “o problema econômico e social do Brasil NÃO SE RESOLVE TIRANDO DE UMA DÚZIA DE RICOS PARA DISTRIBUIR PELOS POBRES E SIM AUMENTANDO a produtividade e a renda bruta do povo brasileiro para que o quinhão de cada permita um melhor padrão de vida” (O Globo, 05/07/1963, ênfase no original).

CONTRA A PRODUTIVIDADE MONETÁRIA

Ainda para defender o sistema de iniciativa privada, Gudin associou o tema da produtividade à patologia inflacionária fazendo, com base explícita nos escritos de Octávio Bulhões, uma distinção conceitual e moral entre duas formas de geração de lucros no sistema capitalista: a produtividade técnica (ou física) e a produtividade monetária. A produtividade técnica derivava da genuína eficiência produtiva, alcançada por meio da redução de custos operacionais, do progresso tecnológico e do aumento do volume de vendas. Em contrapartida, a produtividade monetária consistia em lucros ilusórios ou artificiais gerados não pela melhoria da produção, mas por fatores externos, como a inflação, a especulação, a escassez ocasional ou a exploração de posições de monopólio.

Para o autor, essa separação possuía um valor social fundamental, pois determinava o real impacto da atividade empresarial sobre o bem-estar da sociedade. Ele resumia a questão afirmando que a produtividade técnica significava um padrão de vida elevado, enquanto a produtividade puramente monetária significava um padrão de vida baixo (Gudin, **Inflação, Importação e Exportação**, 1959, p. 107). Enquanto o lucro técnico beneficiava o público, o lucro amparado em distorções de mercado representava uma espoliação do poder de compra popular. Em uma resenha, ele sintetizou essa assimetria de efeitos:

A distinção tem importância capital, não só do ponto de vista econômico como social. A produtividade técnica permite a redução dos preços de venda e consequente extensão a grupos sociais cada vez mais amplos da possibilidade de aquisição do produto, contribuindo, assim, para a melhoria do padrão de vida da população. A produtividade pecuniária [monetária] é o lucro fácil, graças a preços altos, com o desinteresse pela redução dos custos de produção, contribuindo, assim, para a baixa do padrão de vida da comunidade. (Gudin, **Resenha de Bulhões, Orientação e Controle da Economia**, 1947, pp. 117-119)

CONTRA O INDUSTRIALISMO

Gudin também usou esta distinção como uma arma crítica contra o modelo de industrialização via substituição de importações então vigente no Brasil. Ele argumentava que o Estado brasileiro, ao impor altíssimas barreiras alfandegárias para blindar o mercado interno, havia fomentado a criação do que ele denominava de “indústria preguiçosa”, que prosperava não por sua competência técnica, mas pela garantia de monopólios domésticos que a dispensavam de realizar qualquer esforço para reduzir seus custos e aprimorar sua eficiência.

Quanto a isso, um ponto muito contestado por Gudin foi a teoria da deterioração secular dos termos de troca, desenvolvida por Raúl Prebisch e Hans Singer no final dos anos 1940, que constituía um dos pilares centrais do argumento cepalino para a industrialização substitutiva de importações. Esta tese postulava uma tendência histórica de longo prazo à piora da relação de preços entre produtos primários e produtos industrializados, derivando da apropriação desigual dos frutos do progresso técnico: enquanto os países centrais retinham seus ganhos de produtividade através de salários rígidos e estruturas oligopolistas, os países periféricos eram forçados a transferir seus próprios ganhos

através da queda de preços em mercados competitivos. Gudin dedicou considerável esforço intelectual a refutar esta tese, mobilizando tanto críticas metodológicas e empíricas quanto argumentos teóricos alternativos.

As críticas metodológicas e empíricas de Gudin eram minuciosas (para o que se segue, ver CPDOC, eug-pi-gudin-1960-08-05). Ele apontava para o problema fundamental da escolha dos chamados anos-base de comparação para determinar se houve de fato um declínio dos rendimentos, alegando que, a depender dos anos adotados como referência, os próprios dados históricos contradiziam esta tese. Havia ainda uma “incomensurabilidade” fundamental em comparações de muito longo prazo: “não há nenhum sentido em comparar preços de 1876 com preços de 1947, porque os produtos industriais de 1947 eram totalmente diversos dos de 1876”. O erro mais grave identificado por Gudin, contudo, residiria na construção das séries estatísticas: Prebisch e Singer “cochilaram ao se basearem em algarismos das estatísticas inglesas, os quais tomavam os preços de exportação FOB e os de importação CIF, quer dizer, que incluíam o frete no que era importado e não no exportado”. Como os fretes marítimos haviam caído aproximadamente 50% entre 1876 e 1913, a aparente piora de 16% nos termos de troca “reduz-se na realidade a 2%, portanto desprezível”.

A crítica teórica de Gudin por sua vez deslocava o foco das relações de troca entre mercadorias para o padrão de vida real da população produtora. Como ele argumentava,

o que importa em matéria de progresso econômico não é a relação dos valores de troca entre mercadorias e sim a melhoria do padrão de vida da população produtora. Pode, por exemplo, o café estar agora cotado a 33 cents em vez de 53 como há seis anos atrás, mas, se eu hoje produzo 50 em vez de 20 arrobas por mil pés de café, é claro que meu padrão de vida é muito superior (CPDOC, eug-pi-gudin-1960-08-05, pp. 2-3).

Por isso a variável verdadeiramente relevante seria a produtividade: em vez de focar nas variações dos preços internacionais, sobre os quais países pequenos tinham pouco controle, deveriam concentrar-se no aumento da produtividade interna. Enquanto os cepalinos defendiam políticas indutoras da industrialização como estratégia para superar a dependência econômica e a deterioração dos termos de troca, Gudin não via uma tal necessidade, e, ainda mais, acusava seus efeitos deletérios e injustos.

Gudin reiterava com frequência que não se opunha à industrialização em si, apontando que tal acusação provinha de má-fé ou incompreensão de seus adversários. O que ele rejeitava, na verdade, era o sistema protecionista que penalizava o consumidor nacional em prol de lucros estritamente monetários e impedia que as empresas se tornassem globalmente competitivas:

Isto não quer absolutamente dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil predominantemente agrícola. ... Eu sou contrário é a essa indústria preguiçosa, que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado (com a Light e Jorge Street) no caminho da industrialização não exportamos sequer um só produto industrial. Porque só se exporta o que se produz bem. (Gudin, **Inflação, Importação e Exportação**, 1959, pp. 22-23)

Para reforçar esta oposição ao protecionismo, Gudin também atacava veementemente certo consenso desenvolvimentista, frequentemente associado à CEPAL, que equacionava automaticamente a industrialização à riqueza e a agricultura ao atraso inerente, pois, para ele, a verdadeira métrica da prosperidade de uma nação era a sua produtividade, independentemente do setor de atuação. Para demonstrar a falsidade da premissa de que a produção primária estaria condenada à pobreza, ele mobilizava exemplos de nações e regiões estritamente voltadas à agropecuária, como Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca e mesmo o estado norte-americano de Iowa, que ostentavam altíssimos padrões de vida:

Não há dúvida que a Nova Zelândia, a Austrália, a Dinamarca, a Argentina, o Estado de Iowa se inscreveram entre os mais ricos países do mundo ... na base de produção puramente agrícola. Agricultura não é sinônimo de pobreza, nem Indústria sinônimo de riqueza. Pobreza é sinônimo de baixa produtividade, seja ela agrícola ou industrial. (idem, pp. 44-45)

Por causa disto, Gudin considerava ser um erro fatal no processo de desenvolvimento brasileiro a tentativa de forçar a transferência de mão de obra do campo para os centros urbanos sem que houvesse um aumento prévio e correspondente na eficiência do setor primário.

CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

A centralidade da produtividade no pensamento econômico de Eugênio Gudín também se manifestou de forma contundente em sua oposição às propostas de reforma agrária que ganharam força no debate público brasileiro de meados do século vinte.

No modo como ele compreendia, a miséria do trabalhador rural não derivava da estrutura de propriedade da terra, da exploração de classe ou da desigualdade inerente aos latifúndios, mas exclusivamente do fato de que o homem do campo produzia muito pouco. Consequentemente, Gudín classificava os projetos de redistribuição fundiária como peças de demagogia política que ignoravam a raiz do subdesenvolvimento, argumentando que a simples alteração jurídica do título de propriedade não iria multiplicar a produção física das colheitas.

Em seus escritos, Gudín argumentava que a reforma agrária representava uma tentativa equivocada de solucionar um problema de carência produtiva por meio de um mecanismo estritamente distributivo, já que seria um erro acreditar que a substituição de grandes proprietários por pequenos agricultores descapitalizados pudesse gerar o aumento de oferta de alimentos necessário para abastecer o país. Para ilustrar o que considerava um contrassenso econômico, ele apontava que entregar a terra não alterava as condições materiais e humanas da produção:

Mas por mais que tente não consigo, nem de longe, entender como, de que forma, por que modo, a reforma agrária resolve o problema de nosso desenvolvimento. Como é que a simples mudança de proprietário da terra importa no milagre de aumentar consideravelmente a produção?! Porque o nosso mal ... é a escassez da produção; somos pobres porque produzimos pouco. ... Como é, Deus do céu, que a simples substituição de um proprietário de precária capacidade produtiva (em média), como os atuais, por outro indubitavelmente ainda mais precário, pode dar lugar ao aumento da produção?! ... O problema não consiste em dar ao homem do campo um pedaço de terra ONDE ELE POSSA MORRER DE FOME OU VERMINOSE NO QUE É SEU. O problema consiste em melhorar o seu padrão de vida e não o seu padrão de morte. (O Globo, 05/08/1963, ênfase no original)

A partir desse diagnóstico, Gudín estabeleceu uma rigorosa hierarquia de necessidades estruturais para o meio rural, na qual a posse da terra figurava como o último e menos importante dos fatores. Noutro artigo ele insiste que

... o problema agrário, no sentido da melhoria do padrão de vida econômica e social da população rural brasileira, depende: primeiro, da saúde, segundo, da educação, terceiro, dos transportes e comunicações, quarto, da provisão de ensino e técnica agrícola, quinto, do crédito agrícola. Só depois de tudo isto é que viria a propriedade da terra, o mais fácil de ser resolvido” (O Globo, 03/07/1964).

A inversão dessa ordem resultaria no fracasso absoluto de qualquer política de assentamento, pois se o Estado entregasse parcelas de terra a camponeses doentes, analfabetos, desprovidos de sementes selecionadas, fertilizantes defensivos e crédito supervisionado, a consequência inevitável seria a incapacidade absoluta de produzir, forçando o assentado a vender a propriedade ou a perecer nela em condições de subsistência.

Por essa mesma lógica de eficiência produtiva, Gudin rejeitava (no mesmo artigo de O Globo, 03/07/1964) o modelo do minifúndio, argumentando que a excessiva fragmentação da propriedade rural era incompatível com a mecanização e a moderna organização da agricultura. Em sua visão, não era possível aplicar a tecnologia avançada e obter economia de escala em parcelas diminutas de terra, motivo pelo qual a proliferação de pequenas propriedades de subsistência representava um retrocesso técnico que impedia a industrialização do setor primário.

Assim, a verdadeira reforma no campo defendida por Gudin não passava pela expropriação legal, mas pela transformação tecnológica patrocinada pelo Estado. Em vez de focar na redistribuição de terras, ele exortava os governantes a investirem na construção de institutos agronômicos, na criação de campos de demonstração e experimentação, na montagem de centros de instrução primária e na difusão do crédito atrelado à assistência técnica direta ao produtor. O progresso rural, na sua formulação, era uma questão de superar as deficiências formativas e biológicas do trabalhador e dotá-lo de ciência aplicada, consolidando a premissa de que a expansão da riqueza física nacional deveria anteceder e substituir as demandas políticas por igualdade distributiva.

CURINGA ECONÔMICO

A visão de Eugênio Gudin sobre o papel do setor primário no desenvolvimento nacional completava-se com a sua concepção estratégica do comércio internacional, pois a exportação de produtos agrícolas operaria como um “curinga” da economia brasileira.

Essa metáfora ilustrava a ideia de que a geração de divisas estrangeiras por meio de vendas externas conferia ao país a flexibilidade e a liberdade para escolher no mercado global exatamente os bens de capital, as máquinas e as tecnologias industriais de que carecia, sem as amarras da produção local forçada.

Em oposição à mentalidade autárquica, Gudin argumentava que exportar bens primários não significava subordinação ou transferência de riqueza para o estrangeiro, mas constituía uma forma altamente eficiente de produção indireta para o mercado interno. Num artigo comentando certa conferência Octávio Bulhões, Gudin diz que “exportar não é produzir para os outros (para o exterior) e sim produzir para o próprio país: quem não pode produzir ‘diretamente’ petróleo e trigo, pode fazê-lo ‘indiretamente’, através do comércio internacional, produzindo café, soja ou carne” (O Globo, 31/08/1973). Essa tese sobre a liberdade alocativa propiciada pela balança comercial ele já tinha apresentado em seu famoso ensaio **Inflação, Importação e Exportação**:

As atividades econômicas da exportação são especialmente vantajosas para o país... no caso do produto exportado, A ESCOLHA DO QUE SE IMPORTA EM TROCA DELE É INTEIRAMENTE LIVRE. ... Foi aliás para restituir às nossas exportações os predicados de curinga ... que ... organizei o chamado “Clube de Haia”... (Gudin, **Inflação, Importação e Exportação**, 1959, pp. 161-165, ênfase no original)

Fundamentado nessa lógica, Gudin combatia as bases do modelo de industrialização por substituição de importações quando este impunha o fechamento indiscriminado da economia, algo por ele severamente castigado como “espírito mercantilista” e “horror à importação”, que erroneamente acreditava ser necessário produzir tudo num só país (O Globo, 27/09/1965). A tentativa estatal de forçar a produção local de todos os itens, amparada por barreiras alfandegárias proibitivas, resultava na criação de uma “indústria de economia fechada”, dado que essa estrutura protecionista produzia a custos elevados, penalizava o consumidor nacional com preços altos e gerava manufaturas que o mercado externo rejeitaria de plano por sua falta de competitividade (O Globo, 26/08/1964).

Por consequência, Gudin enxergava a expansão das exportações agropastoris não como um atestado de atraso ou uma condenação à pobreza primária, mas como a condição

insubstituível para financiar o verdadeiro progresso material. Diante dos estrangulamentos cambiais que o Brasil frequentemente enfrentava, ele resumia o imperativo macroeconômico do país no dilema de “exportar ou regredir” (O Globo, 29/06/1959). Para ele, o desenvolvimento econômico real não se fazia com a mera acumulação de saldos monetários, mas com o provimento contínuo de maquinaria e equipamento, cuja aquisição só poderia ser garantida por um setor primário altamente produtivo e voltado para o comércio global.

UM PROJETO NEOLIBERAL DE DESENVOLVIMENTO

Em suma, a busca pela produtividade operava nos escritos de Eugênio Gudin não apenas como um indicador econômico, mas como o pilar central de seu projeto de desenvolvimento civilizatório para o Brasil. Em contraposição às propostas focadas na planificação estatal global ou nas demandas populistas por redistribuição de renda, a verdadeira meta estrutural a ser perseguida pelo país era, segundo o economista, o fomento irrestrito à eficiência do sistema produtivo.

Como veremos a seguir, nesse modelo orientado para o mercado, o papel do Estado precisava ser rigorosamente disciplinado e reconfigurado. O poder público não deveria atuar como um produtor direto de bens mercantis ou como um distribuidor artificial de riquezas, mas possuía a obrigação incontornável de fornecer a infraestrutura educacional, científica e monetária que o setor privado jamais poderia construir sozinho. Apenas com a garantia prévia dessa estabilidade macroeconômica e do investimento no elemento humano, a iniciativa privada poderia atingir o grau de produtividade necessário para elevar o padrão de vida de toda a sociedade.

LIBERALISMO POLICIADO

Uma compreensão mínima do pensamento econômico de Eugênio Gudin exige o afastamento da comum formulação que o associa (e o neoliberalismo em geral) à defesa de um mercado totalmente desregulado ou ao pretenso “liberalismo clássico” do século dezenove. Ao longo de sua trajetória intelectual, Gudin rechaçou explicitamente a doutrina do *laissez-faire*, pois, segundo ele, a crescente complexidade do sistema

capitalista moderno tornava obsoleta a crença de que as forças de mercado tenderiam ao equilíbrio de forma automática e pacífica sem qualquer ordenamento institucional rigoroso.

Em um ensaio escrito em 1943 no contexto de reorganização da ordem econômica global durante a Segunda Guerra Mundial, Gudin delineou as fronteiras de sua premissa teórica quanto a isso ao propor a adoção de um “liberalismo policiado”, argumentando que a verdadeira economia de mercado exigia uma autoridade estatal forte o suficiente para coibir os desvios e abusos gerados por um capitalismo sem freios:

O novo conceito de liberalismo a que aqui nos referimos não é o liberalismo do “laissez-faire” de HERBERT SPENCER e de STUART MILL; não é o liberalismo que assegura a liberdade de uns homens explorarem o trabalho de outros homens; não é o liberalismo de licença que sanciona os abusos praticados por um capitalismo sem polícia. ... O cego “laissez-faire” que deu poderes arbitrários a “trusts” e a “trade unions” o “laissez-faire” confuso que, com medo da abundância, cerceou o direito de trabalhar e dar emprego, debilitando a estrutura econômica, esse estúpido “laissez-faire” tem de ser substituído pelo “laissez-faire” da visão dos economistas, um sistema dentro do qual o Estado age conscientemente através de instituições destinadas a proteger o direito de cada homem a produzir e a cooperar na produção daquilo que a procura indica. (Gudin, **A Rendição da Guarda**, 1943, pp. 42, 52-53)

A concepção gudiniana alinhava-se, assim, ao esforço internacional de redefinição institucional da ordem capitalista levado a cabo pelos intelectuais que formariam a Sociedade Mont Pèlerin, rede da qual ele próprio faria parte mais tarde. Nesse emergente paradigma neoliberal global, a viabilidade do sistema de preços não pressupunha a ausência do Estado, mas sim a criação de instituições desenhadas para “blindar” o mercado. Do mesmo modo que para outros neoliberais na época, para Gudin, a liberdade não sobreviveria a si mesma se não houvesse regulação; cabia ao poder público impedir que a liberdade fosse utilizada para matar a própria liberdade, estabelecendo o que ele denominava de um imperativo código de comportamento econômico.

Consequentemente, o “liberalismo policiado” exigia uma atuação estatal ativa, voltada estritamente para a manutenção das regras do jogo e para a repressão a práticas que subvertessem a eficiência da livre concorrência. Em uma conferência sobre planejamento econômico proferida em 1951, o autor enfatizou isso esclarecendo que a defesa

da iniciativa privada não significava convivência com a irresponsabilidade civil, frisando que o pleno funcionamento do capitalismo dependia imperativamente do poder de polícia do Estado, agindo assim na “repressão aos monopólios, às fraudes, ao abuso de patentes, à publicidade mentirosa, bem como fiscalização do sistema bancário e de seguros” (CPDOC, eug-pi-gudin-0000-00-00-10, p. 38).

Ao contrário de outros neoliberais que ao longo das décadas nos Estados Unidos passariam a ser mais críticos da legislação antitruste, Gudin manteria essa premissa até o fim de sua vida pública. Por exemplo, décadas mais tarde, ele voltou a alertar que a defesa que fazia da racionalidade do mercado jamais deveria ser interpretada como tolerância para com os abusos do poder econômico privado, rechaçando categoricamente a formação de cartéis, a promoção artificial da escassez e as manobras de enriquecimento ilícito (Gudin, **O antilucro, grave erro**, 1969). O mercado era, pois, um artifício civilizacional frágil que demandava a constante tutela jurídica de um Estado imparcial e disciplinador.

O Estado possuía deveres robustos e indispensáveis, mas com um limite estrito quanto à sua natureza: o governo deveria atuar como um facilitador e garantidor da ordem econômica, jamais como um produtor direto de bens mercantis. Gudin recorria frequentemente a uma metáfora esportiva para ilustrar essa separação de funções, argumentando que nas democracias capitalistas cabia ao Estado estabelecer as regras do jogo, mas não jogá-lo. Embora rejeitasse o planejamento macroeconômico global e o controle estatal sobre os preços, ele defendia que o poder público não poderia ser indiferente ao desenvolvimento nacional, devendo agir ativamente para estimular a iniciativa privada. O economista sumarizou essa distinção estrutural entre o fomento legítimo e a intervenção indevida:

Mas a Economia Liberal ou a Democracia Econômica não importam em “laissez-faire”, no sentido de ausência de Governo ou de desinteresse do Estado pela ordem econômica. O seu princípio cardinal é de que o Estado deve, em princípio e por todos os meios, evitar interferir no campo da economia privada. O Estado pode facilitar, estimular, premiar. Pode, nas fases de depressão, promover a realização de um programa de obras públicas, destinado à impulsionar a atividade econômica. Mas o Estado não deve fabricar, não deve plantar, não deve comerciar, porque a economia privada dispõe para isso de uma grande superioridade de elementos. (CPDOC, eug-pi-gudin-1951-03-02, p. 38)

A oposição de Gudin ao chamado capitalismo de Estado e à criação indiscriminada de empresas públicas baseava-se na premissa de que a máquina estatal era estruturalmente incapaz de gerir negócios com eficiência. Para ele, a ausência da busca pelo lucro (a “cenoura”) e do risco de falência (a “varinha”) privava a administração governamental dos incentivos básicos que induziam à eficiência econômica. Sem o imperativo de reduzir custos, as empresas estatais inevitavelmente sucumbiriam ao clientelismo eleitoral, à letargia burocrática e à diluição de responsabilidades. Portanto, a figura do governante não deveria se imiscuir na gestão empresarial, devendo focar exclusivamente na remoção dos obstáculos que travavam o setor produtivo:

O homem de Estado não se confunde com o empreendedor. Sua tarefa primordial ... é a de criar as “condições necessárias e favoráveis” à eclosão e expansão das iniciativas dos empreendedores. E a primeira dessas “condições” é a de reduzir ao mínimo os coeficientes de incerteza ... Cabe ainda ao homem de Estado remover ... os chamados “pontos de estrangulamento” do sistema econômico. Como empreender se não há energia elétrica suficiente? Como produzir se não há transporte satisfatório ...? (O Globo, 22/11/1960)

Desse modo, em vez de atuar como proprietário de fábricas ou comerciante de mercadorias, o Estado deveria concentrar seus recursos escassos na provisão da infraestrutura material e cultural que a iniciativa privada jamais conseguiria financiar ou coordenar sozinha. Na formulação gudiniana, as funções indelegáveis do governo incluíam a garantia da disciplina monetária, o fornecimento de serviços de utilidade pública (como transporte e energia) e, de forma central, o investimento maciço no “elemento humano” e na ciência aplicada, condições fundamentais para a superação do subdesenvolvimento.

Em seu famoso debate com Roberto Simonsen, ele enumerou de forma exaustiva as esferas que caberiam legitimamente ao planejamento estatal:

É, a meu ver, função privativa do Estado planejar: a saúde e a educação; a moeda, o crédito, as finanças públicas, o regime tributário; as obras públicas; os serviços de utilidade pública, com execução por concessão ou delegação, especialmente os de transportes, comunicações e energia hidroelétrica; a política de fomento à produção industrial, agrícola e mineira; a defesa e segurança nacionais; a organização do serviço público civil; a imigração, a legislação e o seguro sociais; as medidas de proteção ao solo, de fiscalização de gêneros alimentícios, de combate aos abusos do capitalismo etc., etc. Tudo, em suma, que é necessário fazer e que não cabe à iniciativa privada. Ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão

de favores, indo até a garantia de juros ou à subvenção, se necessário – mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais. Ampare igualmente a lavoura, com assistência técnica, distribuição de sementes, facilidade de aquisição de máquinas e de adubos, combate às pragas etc., mas não participe diretamente da atividade agrícola... (Gudin, **Rumos de Política Econômica**, 1945, in *Controvérsia sobre o Planejamento*, p. 189)

Essa demarcação de responsabilidades evidencia que o projeto civilizatório de Gudin dependia vitalmente de um Estado atuante e tecnicamente capacitado. A prosperidade do mercado não despontaria de forma espontânea em uma nação subdesenvolvida, mas exigiria que o poder público controlasse firmemente o valor da moeda, pavimentasse as estradas, curasse e educasse a população, e financiasse a pesquisa agrônômica elementar, estabelecendo o alicerce sobre o qual o capitalismo poderia florescer e operar com a máxima produtividade.

INDUSTRIALIZAR A AGRICULTURA

A visão de Eugênio Gudin sobre a modernização do Brasil contrapunha-se frontalmente à estratégia desenvolvimentista de aceleração industrial antecipada, pois para ele o desenvolvimento econômico sustentável exigia o respeito a uma rigorosa sequência cronológica e estrutural na qual a elevação da produtividade agrícola precisava anteceder a formação do parque fabril.

Essa ordenação não decorria de um mero apego ao agrarismo por parte de Gudin, mas de uma constatação demográfica e produtiva sobre a necessidade da liberação de mão de obra do campo para as cidades: se essa transferência populacional ocorresse sem que a agricultura tivesse passado por uma modernização tecnológica prévia, o resultado seria um esvaziamento do meio rural, inchando os centros urbanos e levando a uma deterioração no abastecimento de alimentos. Essa escassez de gêneros alimentícios, por sua vez, provocaria a alta generalizada do custo de vida e alimentaria diretamente a espiral inflacionária.

Em um ensaio de 1956, o economista diagnosticou precisamente esse erro no modelo brasileiro de crescimento promovido pelas políticas de substituição de importações:

O progresso consiste em melhorar a produtividade agrícola, de modo a obter uma produção acrescida com menor utilização de mão-de-obra, liberando

fatores de produção que se tornam disponíveis para a indústria ou para os serviços chamados terciários... O erro do nosso processo de desenvolvimento tem justamente consistido em promover a industrialização, independentemente da melhoria da produtividade agrícola e consequente liberação dos fatores de produção. A mão-de-obra da Indústria tem sido suprida pela migração das regiões agrícolas para as cidades ou para os centros industriais, em detrimento da produção agrícola. (Gudin, **Orientação e Programação do Desenvolvimento Econômico**, 1956, p. 29)

Diante desse quadro, Gudin argumentava publicamente que era indispensável, “como diz Roberto Campos, industrializar a agricultura para poder industrializar a indústria” (O Globo, 05/04/1960). Ainda mais, o fracasso dos governos em observar essa precedência explicava o fato de a produção real de alimentos na década de 1940 ter crescido em um ritmo vastamente inferior às demandas da nova população urbana, convertendo o encarecimento da comida em um poderoso fator de carestia e instabilidade macroeconômica.

Esta prioridade conferida por Gudin à modernização do setor primário não se confundia com uma recusa ao avanço industrial, mas Gudin tinha que se defender insistentemente contra as acusações de que almejava manter o Brasil eternamente estagnado em uma condição primária. Gudin sublinhava isto argumentando que a nação não possuía uma “vocação agrícola”. Na verdade, no modo como compreendia, o Brasil não tinha nem uma vocação agrária, nem uma industrial, pois não tinha as imensas e férteis planícies argentinas ou ucranianas, nem a larga população indiana:

Há um caso em que a política da industrialização se justifica integralmente: é o dos países superpovoados, em que se verifica, positivamente, a existência de desemprego disfarçado, como na Índia e no Egito. Nesse caso, o valor da mão-de-obra pode quase ser desprezado no cálculo das vantagens comparativas. Exagerando, dir-se-ia que a mão-de-obra é de graça.

Há, de outro lado, o caso oposto, dos países excepcionalmente bem-dotados para a produção agrícola, como a Argentina, a Ucrânia ou as planícies do baixo Danúbio. Porque aí as desvantagens congênicas do tipo de economia são largamente superadas pela grande vantagem comparativa da produção agrícola a custos reais muito baixos (Gudin, **O Caso das Nações Subdesenvolvidas**, p. 64).

O Brasil, contudo, não se encontra em nenhum dos dois extremos, pois de acordo com o autor nem é um país superpovoado, nem sequer bem-dotado em termos naturais. Para ele a geografia brasileira impunha severos obstáculos ao desenvolvimento agrário

espontâneo, já que nos faltava as vastas planícies férteis encontradas em países como a Argentina ou os Estados Unidos. Por exemplo, no famoso ensaio sobre produtividade, ao rebater as contínuas acusações de que suas formulações macroeconômicas desejavam inviabilizar o avanço tecnológico e manter o Brasil estagnado em uma condição primária, ele foi explícito ao negar qualquer vocação puramente rural para a nação:

Isto não quer absolutamente dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil predominantemente agrícola. Nem o Brasil é um país talhado por Deus para a Agricultura. Pobre de férteis planícies agrícolas e dotado de alguns elementos para a Indústria, não pode ser um país de vocação unicamente agrícola. (Gudin, **Produtividade**, 1954, pp. 22-23)

Ele argumentava que a expansão econômica sustentável exigia uma sequência estrutural rigorosa, na qual a modernização do campo deveria anteceder, ou no mínimo acompanhar de perto, a formação do parque fabril, a fim de evitar que o rápido crescimento urbano gerasse um desabastecimento crônico de alimentos e a consequente carestia que alimentava a inflação. A saída para o país não era fugir da sua condição agrária, mas transformá-la tecnologicamente:

Mas para que a industrialização seja profícua é indispensável, como diz Roberto Campos, industrializar a agricultura para poder industrializar a indústria. Em outras palavras, promover a MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA, DE MODO A LIBERAR A MÃO-DE-OBRA agrícola necessária à indústria. (O Globo, 05/04/1960, ênfase no original)

Desse modo, a insistência de Gudin para que o governo focasse os investimentos e a ciência na agricultura baseava-se em uma estratégia para evitar a inflação e libertar a mão de obra. O objetivo final de seu projeto não era a imposição de um país exclusivamente agrário, mas a edificação de uma economia mista, fundamentada no comércio internacional, em que a consolidação de uma agricultura altamente eficiente servisse de pilar para uma indústria igualmente produtiva e competitiva.

INVESTIMENTO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Além de forjar novas técnicas produtivas agrícolas, outro elemento necessário para garantir o desenvolvimento econômico para Gudin era o investimento na qualificação do “elemento humano”. O economista assim internalizava o subdesenvolvimento brasileiro

primariamente como um déficit de formação humana e de capacidade técnica, e não apenas como uma escassez de maquinário ou de financiamento.

Para ilustrar essa premissa, ele recorria frequentemente aos exemplos de reconstrução da Alemanha e do Japão após a Segunda Guerra Mundial, argumentando que a destruição da infraestrutura física dessas nações foi superada porque o seu capital humano permaneceu intacto:

A noção de que o desenvolvimento econômico de um país é FUNÇÃO, MAIS DO QUE TUDO, DA CAPACIDADE DE SUA GENTE, E QUE UM PAÍS É AQUILO QUE A SUA GENTE O FAZ... não parece ter penetrado no círculo das cogitações desenvolvimentistas do atual Governo do Brasil. Os casos da Alemanha, da Holanda e também da França... aí estão... A Alemanha foi arrasada pela guerra quase ao nível do chão. FICARAM OS HOMENS. ... reconstruíram o que hoje é o país mais próspero da Europa. (O Globo, 18/12/1959, ênfase no original)

Por isso, para elevar a produtividade nacional, Gudin defendia que o Estado deveria priorizar investimentos de longo prazo em saúde e, acima de tudo, em educação e treinamento técnico. Ele criticava duramente os governos que negligenciavam a instrução pública em favor de obras monumentais e politicamente visíveis, como a construção de Brasília, pontuando que o ensino constituía o investimento de maior rentabilidade material para a sociedade, ainda que não rendesse dividendos eleitorais imediatos para os políticos (O Globo, 10/01/1961).

De forma mais específica, Gudin identificava a formação de uma elite técnica e administrativa como o gargalo crítico para a modernização do país, de modo que, para contornar essa carência de quadros capacitados, ele exortava o Estado a adotar um programa maciço de intercâmbio científico, importando especialistas estrangeiros e enviando estudantes brasileiros ao exterior para absorver o conhecimento tecnológico necessário para organizar a produção nacional:

A principal causa de nosso subdesenvolvimento reside na enorme escassez, em todos os escalões, de homens capazes e preparados para a tarefa de aumentar a produtividade nacional, desde o engenheiro, o empreendedor e o administrador de alto gabarito até o operário habilitado. A nossa principal meta deve, portanto, ser a da “formação de quadros” humanos. Para isso precisamos, a exemplo do que fizeram, antes de nós, outros países, então subdesenvolvidos, importar técnicos e professores às centenas e mandar ao estrangeiro estudantes

aos milhares, tanto no campo das ciências como especialmente nos vários ramos da engenharia e da técnica industrial. (O Globo, 11/10/1961)

CIÊNCIA TROPICAL

Contudo, Gudín reconhecia uma diferença estrutural fundamental entre as vias de modernização entre os setores agrícola e industrial, pois, enquanto a elevação da produtividade industrial poderia consistir basicamente na importação de maquinários e no transplante de engenharia consolidada nos países desenvolvidos, o avanço tecnológico na agricultura esbarrava na especificidade climática, pedológica e biológica do Brasil. As sementes, os defensivos e os métodos de cultivo de clima temperado não poderiam ser simplesmente replicados nos trópicos, o que obrigava o país a formular uma ciência endógena e intensiva, em uma visão que antecipava o modelo institucional de pesquisa agrônoma que décadas mais tarde pautaria a criação da Embrapa:

A produtividade industrial é, sob certos aspectos, mais fácil de atingir do que a produtividade agrícola. Porque, ao passo que a técnica de uma indústria pode ser quase integralmente transplantada de um para outro país, podendo, portanto, a indústria brasileira se beneficiar de todos os melhoramentos técnicos da indústria estrangeira, não há na Agricultura uma tecnologia desenvolvida de culturas tropicais que possa ser transplantada maciçamente. Os problemas de produtividade agrícola, não raro de uma grande complexidade técnica, têm que ser resolvidos por meio de pesquisas científicas e experimentais realizadas por nós próprios. (Gudín, **Produtividade**, 1954, p. 26)

O autor constatava que o maquinário industrial e a engenharia fabril desenvolvidos nos países avançados do hemisfério norte poderiam ser facilmente importados, copiados e instalados no Brasil, enquanto a agricultura esbarrava de forma incontornável na especificidade ecológica dos trópicos. Sementes, fertilizantes, defensivos e métodos de cultivo desenvolvidos para climas temperados não poderiam ser simplesmente transplantados para os solos brasileiros, o que inviabilizava a mera cópia tecnológica no campo.

Longe de adotar um otimismo agrário que visse o território nacional como naturalmente fértil e abençoado, Gudín identificava a geografia brasileira como um ambiente hostil que requeria intensa correção científica. Por isso, em vários textos Gudín exortava o Estado a assumir o papel de provedor da infraestrutura técnica e científica agrícola:

Furtado observa – e aí com toda a razão – que o homem do campo, o trabalhador rural, tem sido no Brasil o grande abandonado. Apenas ele restringe os efeitos desse abandono ao trabalhador rural e não à economia agrícola do País em geral. Não lhe ocorre que é a baixíssima produtividade agrícola e pecuária, com raras exceções no País inteiro, que responde, mais do que qualquer outro fator, pela pobreza de nossa vida rural. E essa baixa produtividade é o produto da incapacidade dos governos. Pela simples razão de que, ao passo que a produtividade industrial pode ser literalmente copiada do estrangeiro, A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA HÁ DE SER O PRODUTO DO ESFORÇO E DA PESQUISA “LOCAL”. E essa pesquisa não pode correr por conta do particular. Se nos Estados Unidos o agricultor médio produz, hoje, gêneros alimentícios e fibras PARA 27 PESSOAS, CONTRA 4 A 5 PESSOAS há um século atrás, isso se deve ÀS PESQUISAS, À TÉCNICA E À ASSISTÊNCIA propiciadas ao lavrador pelo governo americano, através de seu eficiente Ministério da Agricultura; e não à revolução, como prega Furtado. (O Globo, 22/04/1963, ênfase no original)

Não à toa, Gudín se mostrava bem interessado nos debates correntes sobre as alternativas para a expansão agrícola nacional. Por exemplo, numa de suas colunas, ele comenta uma conferência de um agrônomo que enfatizava pela necessidade de vultosos investimentos em fertilizantes:

É que já chegamos ao fim do aproveitamento das terras naturalmente férteis dos Estados do Rio, de São Paulo, de Minas e do Paraná. Não é que não nos sobrem terras virgens em outros Estados, mas que não dispomos mais de terras naturalmente ricas, próprias para a Agricultura. As terras da imensa região amazônica, além de quase inabordáveis, não são ricas para a lavoura. Tampouco é a enorme região do chamado “cerrado”, que ocupa uma área considerável do centro do País.

Mas o esgotamento das boas terras dos Estados do Centro-Sul não lhes tirou as preciosas qualidades de estrutura física, de profundidade, de permeabilidade, de topografia favorável e de precipitação pluviométrica. De outro lado, o produto de sua passada exploração deixou um precioso legado de riqueza em termos de estradas de ferro e de rodagem, de cidades e de núcleos de civilização. ...

No Centro-Sul, toda a atenção deve ser voltada para a recuperação nacional do planalto paulista, do chamado Norte Velho no Paraná e de áreas no Triângulo Mineiro. Mas o futuro agrícola deste país, prosseguiu dizendo o conferencista, está no aproveitamento dos campos de cerrado. Esses campos, até hoje usados apenas como pastagens naturais muito pobres, estendem-se por vastas regiões nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, cobrindo uma área superior a sete vezes a superfície total do Estado de São Paulo – cerca de seis vezes toda a área atualmente cultivada no País. De um modo geral, são topograficamente bem conformados e apresentam um solo de qualidades físicas satisfatórias, permeáveis e com boa drenagem, tanto superficial quanto interna. Situam-se em zonas de suficiente precipitação pluviométrica. Grandes extensões estão relativamente próximas de portos do mar e dos mais importantes

centros de população, sendo bem servidas por estradas de ferro e de rodagem. Muitas são cortadas pelas redes elétricas que ligam as usinas do Paranapanema, do Tietê e do rio Grande. Para serem aproveitadas, só lhes falta o mínimo de substâncias químicas, indispensável ao desenvolvimento das culturas úteis ao homem. (O Globo, 23/07/1965)

EMBRAPA COMO REALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Cabe aqui fazer um comentário sobre a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como realização deste projeto neoliberal de desenvolvimento, pois, apesar de Gudin aparentemente não ter tido influência direta sobre sua criação, ela realiza muito bem o programa gudiniano de desenvolvimento pela produtividade agrícola. Na verdade, a documentação sobre sua criação mostra uma influência direta dos economistas vinculados à Escola de Chicago, de modo que não deve surpreender esta confluência com as propostas de Gudin. Também como ficará claro adiante, e por mais surpreendente que isto possa parecer, o fato é que alguns neoliberais também justificam a criação de estatais como a Embrapa destinadas ao fomento econômico. (Para repetir mais uma vez um ponto já repetidamente enfatizado pela literatura: o neoliberalismo não deve ser visto como uma defesa ingênua de “laissez-faire”, mas de um Estado forte promotor do mercado, o que em alguns casos pode justificar a criação de estatais para este propósito.)

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA EMBRAPA

Mas nos acostumamos hoje a tratar o Brasil como uma grande potência agrícola mundial, sem perceber que em grande medida isto é resultado do desenvolvimento tecnológico ocorrido nos anos 1970, em boa parte devido à criação da Embrapa. Em contraste, neste período de meados do século vinte, quando Gudin desenvolvia seu pensamento, não só nosso grande produto de exportação era apenas o café, como o Brasil ainda era receptor de ajuda alimentar. Por isso, por mais estranho que possa nos parecer hoje, Gudin enfatizava a pobreza natural brasileira e defendia que não tínhamos qualquer vocação agrária (ao menos nada comparado com a Argentina ou Ucrânia). Justamente daí também sua insistência no investimento para o aumento da produtividade agrícola.

Mas Gudin não estava sozinho nesta sua preocupação. Na verdade, no final da década de 1960 e início dos anos 1970 este já era um tema tão premente que o próprio governo brasileiro também via urgência no assunto. O modelo tradicional de crescimento extensivo da agricultura nacional, baseado historicamente na incorporação de terras virgens e baratas, chegava então a um limite, dada a ampla ocupação das terras do centro-sul e litoral brasileiro. Com a rápida urbanização do país, a crescente demanda interna por alimentos tornou-se um desafio preocupante para o governo militar, que via na escassez de alimentos e na consequente inflação como perigosos ingredientes para convulsões sociais e instabilidade política (apud Alves e Pastore, **A Reforma do Sistema Brasileiro de Pesquisa Agrícola**, 1975, p. 114-16). Por isso o aumento da produção agrícola a custos decrescentes naturalmente passou a ser visto como um objetivo macroeconômico incontornável.

Ainda mais, até então as políticas públicas de extensão rural assumiam que o problema produtivo residia na mera transmissão de conhecimento aos lavradores, pois se presumia que as técnicas desenvolvidas em países de clima temperado seriam adequadas para resolver este problema. Foi contra esta pressuposição que um grupo de economistas brasileiros, muitos dos quais com formação direta em Chicago, mas liderados por Eliseu Alves e José Pastore, atuaram diagnosticando que essas tecnologias importadas estavam fracassando nos solos tropicais ácidos do Brasil ao serem aplicadas pelos programas de extensão rural tradicional (particularmente pela Fundação Rockfeller). No modo como estes economistas diagnosticavam, o estrangulamento da agricultura nacional não derivava de uma falha de educação ou comunicação com o agricultor, mas da ausência de uma ciência agrônoma endógena. Eliseu Alves resumiu a mudança de paradigma que justificaria a fundação da Embrapa em 1973:

A pergunta feita na época era muito simples: por que a agricultura brasileira, a despeito de todos os programas de crédito rural subsidiados e de um bom programa de Extensão Rural, não ia para frente? ... E nós descobrimos que o grande problema da agricultura brasileira não era a falta de potencial. Potencial existia, mas não havia ciência capaz de gerar tecnologia de acordo com aquilo de que nós precisávamos. E, para isso, necessitávamos de uma instituição que fosse capaz de focar ciência de alto nível voltada para a resolução de problemas concretos da agricultura brasileira. (Duarte, **Prosa com Eliseu**, 2018, pp. 81-82)

Munidos desse diagnóstico, os formuladores do novo modelo conseguiram o indispensável apoio político de altos postos do regime militar, notadamente do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, e do Ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima. A fundamentação do projeto encontrou ressonância na equipe econômica do governo, visto que a formação acadêmica dos ministros lhes conferiu a sensibilidade necessária para valorizar a formação de capital humano e priorizar a liberação dos vultosos recursos exigidos para a criação da autarquia (ver Gorgulho, **José Pastore conta a história da Embrapa que ninguém contou**, 2025).

A estratégia institucional de atuação da recém-criada Embrapa estruturou-se em torno de ações que romperam com o padrão anterior de pesquisa pública: o primeiro e fundamental pilar foi um investimento maciço na qualificação científica de seus quadros baseado no envio de milhares de jovens pesquisadores brasileiros para a obtenção de mestrados e doutorados em universidades de ponta nos Estados Unidos e na Europa (Duarte, **Prosa com Eliseu**, 2018, pp. 118-119). O segundo pilar consistiu na substituição da pesquisa acadêmica “generalista” por um modelo focado na resolução direta de gargalos produtivos mediante a criação de centros nacionais de pesquisa dedicados a lavouras específicas como a soja e o milho (Alves e Pastore, **A Reforma do Sistema Brasileiro de Pesquisa Agrícola**, 1975, p. 126). Por fim, o terceiro pilar direcionou grande parte do esforço tecnológico para a conquista do Cerrado, que já há alguns anos era visto como uma imensa região potencial, mas cujos solos altamente ácidos tornavam inviável a agricultura em larga escala; por isso a instituição se concentrou no desenvolvimento técnicas de correção química e melhoramento genético vegetal, algo que transformaria de forma definitiva o interior do país (Duarte, **Prosa com Eliseu**, 2018, p. 108).

EMBRAPA E A ESCOLA DE CHICAGO

Embora tenha sido instituída como uma autarquia estatal de grande porte, a criação e o desenho operacional da Embrapa podem ser compreendidos como a materialização de um projeto institucional de bases neoliberais, pois, longe de representar um modelo estatizante tradicional no qual o Estado atua como produtor direto, a empresa foi concebida sob influência direta de teorias neoliberais que postulavam a tese de que o funcionamento ótimo e competitivo do mercado demanda um poder público ativo,

focado exclusivamente na provisão da infraestrutura científica e tecnológica numa situação que a iniciativa privada não teria capacidade ou incentivo para financiar sozinha.

Para justificar essa intervenção pública massiva, os formuladores do modelo da Embrapa apoiaram-se diretamente nas teorias econômicas da Escola de Chicago, particularmente do vencedor do prêmio Nobel, Theodore Schultz (um dos grandes teóricos do capital humano, ao lado de Gary Becker e Richard Posner), e de alguns discípulos seus.

Para Schultz, a estagnação da agricultura em países subdesenvolvidos não decorria da irracionalidade, da falta de esforço ou de uma barreira cultural dos camponeses, tal como a literatura sobre agricultura tradicional usualmente alegava, mas do fato de que os fatores tradicionais de produção haviam esgotado sua rentabilidade. O autor justifica isso em sua obra seminal **Transforming Traditional Agriculture** (1964) apelando a duas análises antropológicas dos nativos de Panachel (Guatemala) e de Senapur (Índia), que segundo ele mostravam como tais populações eram “trabalhadores esforçados, econômicos e perspicazes na venda de suas colheitas, no aluguel de terras e na compra de coisas” (p. 34), operando uma “economia monetária organizada em domicílios individuais como unidades de consumo e produção, com um mercado fortemente desenvolvido que tende a ser perfeitamente competitivo”, “o indígena é ‘acima de tudo um empreendedor, um homem de negócios’, sempre buscando novas maneiras de ganhar dinheiro” (p. 42-43). Schultz até chega a notar de passagem que a comunidade indígena por ele analisada “não é uma economia de subsistência isolada, mas está fortemente integrada a uma economia de mercado maior” (p. 35), de modo a não surpreender que seus membros se comportassem como os agentes racionais previstos nos modelos de Chicago; mas ele não faz qualquer questão de verificar se o mesmo ocorreria em outras comunidades não tão integradas a mercados locais. Sua tese geral é que, em economias de mercado, todos, inclusive os mais pobres, são agentes racionais.

É desta forma que Schultz questionava a visão predominante entre economistas acerca dos camponeses e das populações tradicionais como atores irracionais, presos a tradições e culturas avessas ao desenvolvimento econômico. Em contraposição, ele formulou a célebre tese de que os agricultores em economias tradicionais são, na verdade, “eficientes, mas pobres”. Eles seriam agentes econômicos “racionais”, isto é,

“empreendedores de ajuste fino” que já otimizam perfeitamente os recursos e as tecnologias das quais dispõem, de modo a gerar um “equilíbrio estático” pouco produtivo, quando os fatores de produção tradicionais já atingiram seu ponto de retorno marginal zero, não havendo, portanto, incentivo para investir mais do mesmo.

A superação dessa estagnação, segundo a teoria do capital humano por ele desenvolvida, exigia a introdução de novos insumos de alta rentabilidade e, de forma indissociável, o investimento massivo nas capacidades adquiridas das pessoas no campo, uma vez que a adoção de tecnologias modernas demanda novas habilidades e conhecimentos que os recursos locais não permitiam.

Ademais, Schultz diagnosticou ainda uma falha estrutural de mercado na produção dessa nova tecnologia agrícola, já que empresas privadas voltadas para o lucro não teriam incentivos suficientes para investir em pesquisa agrônômica básica por não poderem patentear ou capturar financeiramente todos os benefícios sociais difusos de suas descobertas. Consequentemente, uma abordagem baseada puramente no mercado privado seria insuficiente, tornando-se papel imperativo do Estado (ou outros agentes sem fins lucrativos, como a Fundação Rockefeller) intervir para “socializar” os custos da pesquisa:

É por causa desses dois atributos que se torna necessário “socializar” a maior parte da pesquisa básica e parte da pesquisa aplicada ou de desenvolvimento. Se a pesquisa básica dependesse inteiramente de empresas privadas em busca de lucro, muito pouco seria investido nela, porque tais empresas não conseguem capturar todos os produtos de valor que um estabelecimento científico produz. Os gastos das empresas privadas seriam inferiores ao ótimo porque os custos marginais não se igualariam aos retornos marginais, já que muitos dos retornos não estão disponíveis para a empresa, mas se difundem amplamente – alguns beneficiando outras empresas e outros os consumidores. Mesmo que as empresas privadas tenham acesso a forte proteção por patentes, elas não conseguem capturar todos os retornos que decorrem da pesquisa. (Schultz, **Transforming Traditional Agriculture**, 1964, p. 149-50)

Os arquitetos da Embrapa, notadamente os pesquisadores Eliseu Alves e José Pastore, utilizaram explicitamente as teorias de Schultz sobre capital humano e a necessidade de socializar a pesquisa básica para justificar a criação da nova autarquia junto ao governo militar. Mas, além desta justificativa teórica para a “socialização” dos custos de

pesquisa, a Embrapa também adotou uma lógica gerencial estritamente pautada no modelo de mercado, desenhada de forma deliberada contra a letargia da burocracia do serviço público.

Quanto a isso foi fundamental a influência dos trabalhos de Yujiro Hayami e Vernon Ruttan (este último, um antigo aluno de Schultz) sobre “inovação induzida” e tecnologia agrícola. Em livros como **Agricultural Development** (1971), os autores questionavam a tendência de se tratar a tecnologia como uma variável exógena à economia, argumentando em vez que a mudança tecnológica é uma resposta endógena às alterações na oferta de recursos e nos preços relativos dos fatores de produção presentes nos mercados locais; conseqüentemente, em economias onde a terra é abundante e o trabalho escasso, como nos Estados Unidos do século dezenove, os preços induziram o desenvolvimento de tecnologias mecânicas (poupadoras de trabalho), enquanto em nações com escassez de terra e mão de obra abundante, como o Japão, a inovação foi direcionada para tecnologias biológicas e químicas (poupadoras de terra), notadamente variedades de sementes altamente responsivas a fertilizantes.

Ainda mais, os autores defendiam que esse modelo devia ser estendido ao setor público, pois não apenas as empresas privadas, mas também as instituições públicas de pesquisa e seus cientistas deveriam responder a esses mesmos sinais de mercado e direcionar seus esforços para aliviar as restrições impostas pelos fatores de produção mais inelásticos. Como é típico entre os autores da Escola de Chicago, Hayami e Ruttan apresentam isso como se fosse apenas uma descrição de um “modelo teórico”, não como uma proposta normativa:

Nossa hipótese é que a mudança tecnológica é guiada por um caminho eficiente pelos sinais de preço no mercado, desde que os preços reflitam eficientemente as mudanças na demanda e na oferta de produtos e fatores e que exista uma interação efetiva entre agricultores, instituições públicas de pesquisa e empresas privadas de fornecimento agrícola. Os agricultores são induzidos, pelas mudanças nos preços relativos, a buscar alternativas técnicas que preservem os fatores de produção cada vez mais escassos. Eles pressionam as instituições públicas de pesquisa a desenvolverem novas tecnologias e exigem que as empresas de fornecimento agrícola disponibilizem insumos técnicos modernos que substituam os fatores mais escassos. Cientistas e gestores de ciência perspicazes respondem disponibilizando novas possibilidades técnicas e novos insumos que permitem aos agricultores substituir, de forma lucrativa, os fatores cada vez mais

escassos pelos fatores cada vez mais abundantes, guiando assim a demanda dos agricultores por redução de custos unitários em uma direção socialmente ótima. ... Considerando organizações agrícolas eficazes e um sistema de estações experimentais orientado para a missão ou para o cliente, o modelo competitivo de comportamento empresarial pode ser utilmente estendido para explicar a resposta dos administradores de estações experimentais e dos cientistas pesquisadores às oportunidades econômicas. (Hayami e Ruttan, **Agricultural Development**, p. 88)

A Embrapa foi desenhada precisamente para ser essa instituição “perceptiva” nos moldes sugeridos por Hayami e Ruttan. Sua organização em centros de pesquisa por produto (soja, milho) ou bioma (cerrado, semiárido) foi a solução institucional para facilitar essa interface e garantir que a pesquisa pública estivesse sintonizada com as demandas do mercado. Na prática, a teoria da inovação induzida serviu como guia de reformas e a principal ferramenta de legitimação da Embrapa. Tanto é que os próprios Alves e Pastores enfatizam bastante esta conexão em alguns textos seus. Um exemplo disso é **Uma Nova Abordagem para a Pesquisa Agrícola no Brasil** (1975), que apresenta a justificativa teórica e histórica para a criação da Embrapa, estruturada explicitamente pela teoria da inovação induzida de Hayami e Ruttan. (Aliás, Pastore chega a mencionar que também o então Ministro da Agricultura Cirne Lima se mostrava bem entusiasmado com as teorias de Hayami e Ruttan.)

Por isso, um novo modelo organizacional foi projetado para tornar a Embrapa mais sensível às condições econômicas da agricultura. Seu objetivo era gerar tecnologias que pudessem se cristalizar em sistemas de produção atrativos para os agricultores e capazes de competir com os métodos existentes, algo que enquanto tal exigia que as propostas de pesquisa fossem submetidas a um “teste econômico”. Os pesquisadores deveriam primariamente verificar se os índices de produtividade física propostos eram economicamente viáveis. As pesquisas seriam também concentradas em alguns produtos e sistemas chave de relevância econômica para o país, evitando assim a dispersão anterior de esforços.

Isto exigia um completo remodelamento do processo de pesquisa científica na área agrícola, que até então seguia o que os autores descrevem como uma espécie de modelo “liberal laissez-faire” de pesquisa:

As grandes transformações sofridas pelas ciências agrárias na Europa nos séculos XVIII e XIX tiveram profundos desdobramentos no cenário brasileiro. Como se sabe, as ciências agrárias da época incorporam os princípios do liberalismo que, na área científica, veio dar uma filosofia propugnante da livre escolha com um consequente culto ao individualismo. Os temas e a metodologia da pesquisa seguiam exclusivamente a sensibilidade do pesquisador que podiam ou não estar relacionadas com as necessidades dos agricultores. Tal estilo de pesquisar foi dominando toda a comunidade científica do mundo europeu desenvolvido, estendendo-se também para os Estados Unidos. Essa ênfase na decisão individual foi-se gerando, aos poucos, um “modelo difuso” de realização de pesquisa, no qual as atividades científicas eram altamente diversificadas e procuravam cobrir um grande número de produtos agrícolas e tecnologias.

... tal modelo, para ter sucesso, apresenta dois severos requisitos: (1) de um lado, ele exige uma abundância de recursos humanos e financeiros; (2) e de outro, exige uma massa crítica de agricultores capazes de sinalizar aos pesquisadores as necessidades de sua atividade. (Alves e Pastore, **Uma Nova Abordagem para a Pesquisa Agrícola no Brasil**, p. 242-43)

No Brasil, segundo os dois, a escassez de meios, a indiferença política e a fraca interface entre pesquisador, agricultor e gestor produziram uma dispersão ineficiente de esforços, poucos “arquitetos de pesquisa” e um sistema de recompensas acadêmicas que desestimulou trabalho interdisciplinar e útil ao produtor, além de empurrar os pesquisadores à burocracia das universidades e organizações das quais faziam parte. Para se contrapor a isso, a Embrapa introduziu uma lógica empresarial como um novo método de pesquisa agrícola: objetivos delimitados, maior risco e responsabilização individual, incentivos meritocráticos e competição por talentos. A definição dos problemas de pesquisa deixou de ser ditada principalmente pelo interesse ou pela área de especialização específica do cientista. Agora, recomendava-se que os tópicos de pesquisa fossem definidos em um nível mais agregado, partindo dos problemas dos agricultores. O ponto inicial de abordagem do trabalho da Embrapa são os sistemas de produção atualmente em uso, que são analisados para identificar gargalos atualmente limitando a produtividade.

Constituída como uma empresa pública regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vez de funcionários concursados, a instituição obteve autonomia para contratar profissionais com salários competitivos em nível internacional, adotar avaliações de desempenho rigorosas e demitir funcionários ineficientes. Esse arranjo institucional blindou a pesquisa agrônômica das indicações políticas e do clientelismo, instaurando uma meritocracia voltada para a eficiência corporativa. Como dizem Alves e Pastore:

... entende-se grande parte da reação inicial dos pesquisadores à ideia da “pesquisa empresariada” ou, em outras palavras, à ideia de empresa de pesquisa de como toda empresa passa a ter objetivos claros e muita incerteza: as decisões passam a ser tomadas dentro de um clima de risco, onde aumentar a eficiência e produzir novas ideias para os agricultores passa a ser mais importante do que simplesmente administrar uma repartição pública segundo os códigos e as regras.

A estrutura de empresa traz, assim, mais direcionamento e mais risco. Em uma situação de risco, a responsabilidade passa a ser delegada e “as pessoas passam a ser mais importantes do que os cargos” que ocupam ... Esse tipo de estrutura passa a exigir maior competência profissional e só fica na empresa aquele que realmente contribui para a tarefa geral de produzir conhecimentos úteis para os agricultores ... tornando indesejável o sistema de subterfúgios ou de “promoções burocráticas”. (idem, pp. 245-246)

Não é por acaso que Alves e Pastore concluem este trabalho dizendo que a Embrapa “constitui hoje um dos mais importantes experimentos sociais até então realizados ... [constituindo] uma forma institucional de teste da hipótese de inovação induzida no setor agrícola, sintetizando em seu trabalho inúmeros elementos daquele modelo” (idem, p. 254).

Mas mais do que uma mera ferramenta analítica, essa teoria também cumpriu uma função política fundamental: ela permitia que as prioridades de pesquisa da Embrapa fossem enquadradas não como escolhas arbitrárias de políticas públicas, mas como respostas técnicas e eficientes a demandas objetivas da economia nacional. Isso blindava a agenda de pesquisa e a instituição de debates sobre se deveria priorizar a agricultura familiar em detrimento do agronegócio de exportação, por exemplo.

Por isso, desde o início, a liderança da Embrapa adotou uma postura pragmática para garantir sua autonomia administrativa, cultivando aliados poderosos e promovendo uma longa campanha na imprensa para se proteger de interferências políticas (ver Tadepalli, **The Science Policy Behind Brazil's Agricultural Triumph**, 2025). Por exemplo, ao contrário da antiga Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que foi extinta após seus dirigentes apoiarem Lula na eleição de 1989, a Embrapa sempre se manteve relativamente neutra, mas amistosa a quaisquer grupos políticos que estivessem no poder (nas últimas décadas de governos petistas ela tem incorporado a temática da sustentabilidade e inclusão social). Desde o início ela foi estrategicamente

estabelecida fora do sistema universitário também para evitar a associação com movimentos de oposição ao regime militar e minimizar interferências partidárias.

Para reforçar sua blindagem frente ao governo, a Embrapa sempre teve como prioridade o investimento pesado em campanhas de divulgação na imprensa, sempre apresentando o crescimento dos índices de produtividade agrícola como conquistas nacionais (ver Duarte, **Prosa com Eliseu**, 2018, pp. 99 e ss.). A instituição não apenas treinou profissionais em marketing para divulgar suas pesquisas, mas também obrigava cientistas a darem entrevistas e lançava campanhas publicitárias de impacto na TV, como a que associava a pesquisa agropecuária à comida barata nas cidades. A mensagem era direta: ao mostrar resultados concretos para o orçamento do cidadão comum, a autarquia tornava-se politicamente intocável. Como resumiu Alves, a publicidade era uma ferramenta de sobrevivência; sem essa visibilidade pública constante e o esforço para se manter indispensável aos olhos do governo e da sociedade, a instituição dificilmente teria prosperado.

EMBRAPA E GUDIN

No plano político e macrossocial, o sucesso institucional da Embrapa consolidou uma solução preferida dos neoliberais para questão da pobreza rural, fortemente abafando as demandas por reforma agrária. Em vez de enfrentar o problema por meio da redistribuição e alteração da posse da terra, a formulação subjacente ao projeto definiu a miséria no campo como um mero déficit de tecnologia e de capital humano. Ademais, como as inovações biológicas e químicas geradas por essa pesquisa induzida exigiam uso intensivo de capital, escala produtiva e maquinário para diluir custos operacionais, o modelo intrinsecamente favoreceu o grande agronegócio capitalizado e voltado à exportação, deixando estruturalmente à margem dessa nova produtividade os pequenos agricultores descapitalizados.

Embora Eugênio Gudin não tenha participado da fundação da Embrapa (ao menos não encontramos referência a ele nos escritos de Pastore e Alves), suas formulações econômicas e institucionais elaboradas entre as décadas de 1940 e 1960 são uma espécie de precursor doutrinário para a criação da autarquia, pois, nada obstante, a arquitetura da Embrapa bem se adequa às propostas gudinianas para o desenvolvimento nacional,

materializando suas premissas sobre a especificidade climática da agricultura, a primazia do capital humano, a função do Estado como provedor de ciência e a supremacia da produtividade técnica sobre a redistribuição fundiária.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, embora Eugênio Gudín e os teóricos do capital humano e da inovação induzida (Theodore Schultz, Yujiro Hayami, Vernon Ruttan, além de José Pastore e Eliseu Alves) convergissem na defesa de políticas públicas focadas na pesquisa agrônômica pública e na rejeição à reforma agrária redistributiva, seus pressupostos teóricos partiam de matrizes analíticas bem distintas.

Uma diferença teórica encontra-se na formalização do papel do Estado e na mecânica do avanço tecnológico, pois Gudín justificava a necessidade de o Estado financiar a pesquisa agrícola de forma pragmática, baseando-se na impossibilidade biológica de se importar tecnologia de clima temperado e em sua visão de um “liberalismo policiado”, no qual o governo atua apenas como facilitador da infraestrutura para o mercado. Schultz, Hayami e Ruttan, e, conseqüentemente, Alves e Pastore diferem ao ancorar a intervenção estatal na teoria neoclássica das falhas de mercado e dos bens públicos: o Estado deve intervir porque a pesquisa biológica não permite aos empreendedores se apropriarem exclusivamente dos lucros de suas descobertas.

Poderíamos ainda incluir que, enquanto Gudín tratava a necessidade de uma ciência tropical como uma peculiaridade geográfica, Hayami e Ruttan desenvolveram uma teoria geral do avanço tecnológico como uma variável endógena da economia. Na teoria da inovação induzida, a própria direção da tecnologia em geral e a criação de instituições de pesquisa como a Embrapa respondem matematicamente aos cambiantes sinais de preços relativos dos fatores de produção ditados pela economia, convertendo a tecnologia e as instituições em respostas dinâmicas à escassez de recursos. Os dois economistas desenvolveram assim uma teoria geral sobre diferentes trajetórias de desenvolvimento tecnológico que Gudín não chegou a cogitar.

Mas a diferença mais fundamental entre eles reside nas suas respectivas concepções sobre o comportamento do produtor rural e a natureza do subdesenvolvimento. Gudín tendia a enxergar o atraso agrícola brasileiro sob uma ótica civilizatória e macrossocial, diagnosticando-o primariamente como um déficit do “elemento humano” – uma

carência de elites técnicas, educação e capacidade administrativa, frequentemente agravada pela demagogia política. Em contrapartida, Schultz adotou os modelos do agente racional e formulou a hipótese do camponês “pobre, mas eficiente”, com isto querendo alegar que os agricultores tradicionais (o que inclui não só o campesinato europeu como também os muitos povos indígenas mundo afora) seriam agentes estritamente racionais e maximizadores de sua “utilidade marginal”, tanto quanto qualquer empresário urbano.

Nisto nos parece residir a principal diferença entre a retórica de Gudin e o neoliberalismo da ortodoxia econômica contemporânea: com a universalização (literalmente, sem exceção) do modelo de agente racional promovida pelo seu “imperialismo econômico”, estes novos neoliberais podiam se esquivar do ranço antidemocrático explícito dos antigos discursos culturalistas e civilizatórios, tão salientes em neoliberais da velha guarda como Gudin. Nada obstante, na prática seus objetivos continuam sendo os mesmos de defender a ordem de mercado contra as tentativas de redistribuição e controle público da sociedade propostos pela esquerda.

Este é um traço bem destacado por Lars Cornelissen ao analisar o posicionamento destes economistas da Escola de Chicago durante os debates sobre direitos civis em meados do século vinte: mesmo quando tentavam se distanciar do racismo explícito com suas teses sobre a cegueira racial do mercado (“colorblind markets”), sua função continuava sendo a de desempenhar “o papel daquilo que Stuart Hall poderia ter chamado de antiantirracismo”, de modo que “o antirracismo e o radicalismo negro desempenharam um papel semelhante ao que o anticolonialismo desempenhou para os primeiros neoliberais: o de um adversário estratégico, um contraponto intelectual contra o qual definiam suas próprias prioridades, argumentos e análises” (Cornelissen, **Neoliberalism and Race**, 2025, p. 118).

4. UM INTELLECTUAL PÚBLICO

Nos capítulos anteriores, argumentamos que a noção de civilização fornece a matriz normativa do pensamento de Eugênio Gudín e que sua economia política deve ser compreendida como parte desse projeto civilizatório. Para Gudín, civilizar o Brasil significava disciplinar a moeda, elevar a produtividade, formar o “elemento humano”, abrir a economia ao capital e à técnica, combater a inflação, limitar o estatismo produtivo e criar as condições institucionais para o funcionamento de uma sociedade de mercado. Resta agora examinar a dimensão mais imediatamente política desse projeto.

Sustentaremos que as intervenções políticas de Gudín não devem ser lidas como meros comentários conjunturais de um economista conservador ou cronista de jornal. Apesar de ser bem verdade que boa parte de sua reflexão política foi elaborada na imprensa, respondendo a crises, governos, eleições, greves, escândalos e disputas constitucionais, a forma fragmentária da crônica não deve obscurecer a coerência da arquitetura intelectual nela expressada, pois ao longo de décadas, Gudín esboçou uma verdadeira teoria política prática, ainda que pouco sistemática, fundada em algumas oposições recorrentes: interesse público contra interesses de classe, estadista contra demagogo, consumidor e contribuinte contra corporativismo, autoridade técnica contra improvisação política, república contra populismo, civilização contra subversão.

O ponto de partida dessa teoria política é sua concepção da economia, que poderíamos chamar de “republicana” ao seu modo, pois Gudín compreendia o economista como servidor do interesse público, isto é, como especialista capaz de enxergar, para além das paixões eleitorais e dos interesses setoriais, as condições reais do enriquecimento nacional, que seria um objetivo comum. Nesse sentido, sua defesa da estabilidade monetária, da austeridade fiscal, da produtividade e da concorrência não era apresentada apenas como preferência doutrinária liberal, mas como defesa da própria coisa pública contra a captura do Estado por facções. Sindicatos, empresários protegidos, políticos regionais, burocracias estatais, nacionalistas, “pelegos”, funcionários públicos e governos inflacionistas aparecem em seus textos como grupos que procuram transferir para

a coletividade os custos de seus privilégios particulares. A república gudiniana é, antes de tudo, uma ordem ameaçada pela apropriação privada do Estado.

Contudo, esse “republicanismo”, se assim podemos chamar, é explicitamente antidemocrático, pois o interesse público não se confunde com a vontade popular nem com a decisão majoritária. Ao contrário, uma das teses centrais de sua reflexão política é que o eleitorado brasileiro, por sua baixa formação educacional e cívica, era particularmente vulnerável à demagogia, dado que a democracia, em uma sociedade que ele julgava ainda subcivilizada, tenderia a converter-se em populismo, inflação, irresponsabilidade fiscal, greves políticas, nacionalismo econômico e corrosão da autoridade. Por isso, sua defesa da república se volta frequentemente contra a democracia eleitoral. A soberania popular, quando exercida sem os filtros da educação, da técnica e da autoridade, aparece em seus textos menos como fundamento da liberdade do que como ameaça à ordem civilizada.

Daí a importância, em seu pensamento, da ideia de tutela. Se o Brasil ainda não possuía as condições culturais e políticas necessárias ao autogoverno democrático, a vida pública deveria ser protegida por instituições capazes de filtrar a vontade imediata das massas e impor à sociedade a disciplina que ela não era capaz de aceitar espontaneamente. Essa função tutelar caberia, em diferentes níveis, aos economistas, às elites administrativas, ao Executivo forte, às eleições indiretas e, em momentos de crise, às Forças Armadas. É nesse contexto que se deve compreender sua defesa da doutrina do Poder Moderador militar. Para Gudin, os militares não eram apenas agentes repressivos contra a esquerda ou contra o comunismo; eram apresentados como herdeiros funcionais de uma tradição constitucional brasileira encarregada de preservar a unidade da nação, conter a demagogia e restaurar a ordem quando a política civil se mostrasse incapaz de fazê-lo.

Assim, o apoio de Gudin ao golpe de 1964 e à ditadura militar não constitui um desvio accidental e incoerente em uma trajetória “liberal”, nem mera reação circunstancial ao governo João Goulart. Ele decorre de uma visão política mais ampla, na qual a democracia só é legítima quando compatível com a ordem econômica, a autoridade estatal, a estabilidade monetária e o nível civilizacional da população. Quando essas condições

faltam, a suspensão parcial ou temporária da democracia pode aparecer, em sua argumentação, como meio de salvar a própria república.

O capítulo acompanha essa arquitetura política em quatro movimentos. Primeiro, examinamos a noção gudiniana de interesse público, mostrando como ela se constrói a partir da defesa do consumidor, do contribuinte e da produtividade contra os interesses organizados que capturam o Estado. Em seguida, analisamos suas críticas ao nacionalismo, ao estatismo e aos grandes símbolos do desenvolvimentismo brasileiro, como a Petrobrás e Brasília, que para ele exemplificavam a subordinação do interesse nacional à demagogia e ao desperdício. Por terceiro, reconstruiremos seu diagnóstico da imaturidade política brasileira e latino-americana, com destaque para sua crítica ao populismo, ao sufrágio direto e à democracia. No quarto momento, examinamos sua defesa das Forças Armadas como Poder Moderador, seu apoio à ditadura militar, sua adesão aos Atos Institucionais, sua defesa das eleições indiretas, sua participação na campanha contra a estatização. E por fim mostramos seu ceticismo diante da redemocratização.

UM ECONOMISTA REPUBLICANO

Há um longo debate na literatura sobre a natureza do “republicanismo” moderno e suas relações com o “liberalismo”, que, contudo, não temos condições de entrar aqui (gostamos particularmente da abordagem de Craig, **Republicanism versus Liberalism**, 2023, além do verbete de Wolfgang Mager sobre “república” em Brunner et al, **Geschichtliche Grundbegriffe**, Band 5, pp. 549-651); mas o fato é que Gudín justificava, como veremos adiante, sua dedicação à ciência econômica como derivada de sua preocupação com o país enquanto nação e como povo, e não por qualquer inclinação pessoal pela curiosidade ou rigor científicos. Por isso, o seu esforço de estabelecimento da ciência econômica no país como disciplina rigorosa teve o propósito consciente de construir uma nova autoridade a deslocar outras figuras mais usuais no cenário político brasileiro.

Nas primeiras décadas do século vinte o debate nacional tendia a ser ocupado pelos chamados “bacharéis”, formados principalmente em direito, além de médicos sanitaristas também frequentemente reconhecidos como os mais competentes para lidar

adequadamente com as questões nacionais. A ascensão de figuras como Eugênio Gudin e tantos outros em meados do século vinte, porém, consolidou uma nova autoridade intelectual no debate público: os economistas, pretensos profundos conhecedores dos mecanismos de mercado e suas leis objetivas de produção e circulação de riquezas. Essa mudança foi profunda e duradoura, pois à medida que os economistas ganhavam prestígio e influência os chamados “fatos econômicos” passaram a permear e orientar crescentemente o discurso legitimatório do Estado. Conceitos como inflação, eficiência produtiva, equilíbrio fiscal e mesmo a racionalidade de mercado tornaram-se, nas mãos desses intelectuais, ferramentas poderosas de persuasão política.

A pretensão de rigor científico dos economistas nunca foi desinteressada. Gudin, por exemplo, descreve seu interesse pelo estudo da economia explicitamente como tendo um propósito republicano, não por mera curiosidade intelectual. Longe do estudo aparecer como fim em si mesmo, para Gudin ele é antes um instrumento indispensável para a ação política competente que se destina a elevar o bem-estar nacional. Por isso, seus debates sobre detalhes de teoria econômica são inseparáveis de uma justificativa moral e pública da ação do Estado e da função do economista na sociedade.

Tanto é que Gudin descreve sua própria trajetória intelectual não como fruto de uma “inclinação natural”, mas como uma resposta a uma imperativa necessidade nacional. Por exemplo, em sua aula inaugural dos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, em 1956, ele articula explicitamente sua compreensão desta motivação cívica sua:

O que me encaminhou para a rota difícil, complexa e não raro árida, do estudo de Ciências Econômicas foi um sentido de espírito público e de dever cívico muito mais do que de vocação. Porque eu sentia, há 30 anos atrás, quando comecei a enveredar por este ramo de conhecimentos humanos, que era preciso que alguns brasileiros se dedicassem seriamente ao estudo de uma matéria que tão grande influência e tantas repercussões podia ter sobre o padrão de vida, ainda tão lamentavelmente baixo, do povo brasileiro. Foi esse sentimento de solidariedade humana que me orientou para os estudos econômicos. (Gudin, **A Formação do Economista**, 1956)

Essa visão do economista como um servidor do interesse público é reforçada pelo autor pela invocação de autoridades intelectuais que compartilham dessa perspectiva ética.

Para legitimar essa postura, ele cita o exemplo de Alfred Marshall, notando que o economista britânico também declarara ter se voltado para a economia não por gosto inato, mas para procurar minorar a miséria do povo inglês de seu tempo.

Como vimos noutro capítulo, Gudin ainda compara a ciência econômica à medicina para sublinhar que o conhecimento econômico exige julgamento clínico e prudente aplicação, não receitas mecânicas. Essa metáfora legitima a autoridade técnica e ao mesmo tempo limita o papel do economista: identificar problemas e propor “terapias”, cuja execução política muitas vezes extrapola o seu ofício. Especialistas são assim necessários para diagnosticar e orientar políticas, com base na percepção dos “fatos econômicos”, e que as soluções exigem disciplina, prudência e conhecimento acumulado. Essa analogia também serve para justificar a necessidade de estadistas capazes de compreender e aplicar as prescrições técnicas, mesmo quando estas são impopulares ou amargas, pois, assim como um paciente não deve ignorar os conselhos terapêuticos por serem desagradáveis, a nação não deve rejeitar as medidas de saneamento econômico (como a austeridade fiscal ou o controle monetário) por serem politicamente custosas. Tal qual a voz da razão submetida à fraqueza ou força da vontade, o economista detém a verdade do diagnóstico, mas depende da vontade política para efetivar a cura.

Esse tipo de atitude de Gudin ainda hoje é bem comum entre economistas que se apresentam na mídia e esfera pública: os economistas no mais das vezes são tratados não como funcionários de empresas (por exemplo, do setor financeiro), isto é, como representantes de interesses privados, mas como especialistas capazes de reconhecer com maior perspicácia os custos e as consequências de diversas medidas públicas possíveis, de modo a poder indicar os meios adequados para alcançarmos objetivos supostamente comuns.

Essa visão do economista como promotor do bem comum, vale dizer, do interesse público, está na base de toda a argumentação de Gudin. Veremos a seguir como ele elabora isso em seus escritos para a imprensa.

Mas então o que seria o interesse público? Gudin tem uma compreensão bem típica do liberalismo econômico ao associá-lo ao aumento da produtividade e ao comércio. Para ele isso significa: maximização da produção e eficiência econômica para aumentar o

“padrão de vida”, estabilidade monetária (isto é, “justiça via preços”) mesmo gerando desemprego temporário, defesa do consumidor contra monopólios e preços abusivos, abertura comercial aceitando o capital estrangeiro, preservação do tesouro público contra o saque de grupos corporativos e políticos, eficiência nos gastos públicos, dizer a verdade ao povo em vez de fazer demagogia. O que enriquece a nação como um todo é o interesse público, independentemente de quem seja o dono do capital ou de quais grupos de pressão sejam contrariados.

Mas também por isso suas defesas do interesse público frequentemente são contrapostas ao que Gudin chama de “luta de classes” ou “interesses de classe”, isto é, a promoção pelo Estado de interesses de grupos particulares em detrimento de outros grupos. No seu modo de ver, o Estado está constantemente sob ataque de grupos autointeressados muito dispostos a prejudicar a população e o país em geral.

Essa oposição é tal que Gudin chega mesmo ao ponto de defender que o interesse público não poderia ser visto como a mera soma dos interesses privados:

O conjunto dos interesses dos grupos econômicos não é a síntese do interesse público em geral, nem mesmo do interesse econômico da nação. Porque o interesse econômico nacional está no aumento da produtividade técnica estimulado pela livre concorrência, enquanto que o interesse dos negociantes reunidos em conciliábulos é o da defesa das situações adquiridas e da manutenção do “status-quo”, através da fixação de quantidades e de preços baseados nos custos de produção dos menos capazes... (Gudin, **A Rendição da Guarda**, p. 36)

Outra peculiaridade sua é que Gudin frequentes vezes identifica o interesse público com o interesse nacional, sem, contudo, deixar que isso justifique qualquer protecionismo. Por exemplo, ao discutir a questão do capital estrangeiro, num artigo para O Globo de 12/01/1962 (**Capital Estrangeiro e Interesse Nacional**), ele argumenta que recusar investimentos estrangeiros em infraestrutura ou mineração, “por xenofobia”, é ferir o interesse nacional. Se o capital estrangeiro aumenta a renda nacional, cria empregos e traz impostos, ele serve ao interesse público brasileiro. Se o capital estrangeiro ajuda a aumentar essa renda e traz tecnologia, então abrir o país ao capital estrangeiro é defender o interesse nacional.

O aumento da produtividade como interesse público significaria assim um benefício generalizado para a sociedade, enquanto os “interesses de classe” promoveriam um jogo de soma zero, no qual alguns se beneficiam em detrimento de outros.

Mas isto também significa para ele que o interesse público é o que ele chama de “interesse do consumidor”, isto é, o interesse da coletividade anônima e desorganizada (às vezes também identificada por ele com os “contribuintes” ou mesmo a “classe média”) contra todos os grupos organizados. De modo geral, os escritos de Gudin não são meras defesas de mercados livres, mas uma cruzada moral para proteger o interesse público contra estes interesses setoriais.

Não que haja uma contradição necessária entre interesses privados e público, pois ele chega a reconhecer que pode haver uma coincidência de interesses, mas caberia ao poder público ter a sabedoria de distinguir as duas coisas. Num artigo seu de 1959, Gudin oferece sua definição mais clara sobre o assunto ao comentar um banquete oferecido pela indústria automobilística ao governo:

Os interesses de classe podem ou não coincidir com o interesse público. Que as associações e os sindicatos de classe defendam seus interesses, é perfeitamente normal. Para isso é que elas foram criadas. Ao poder público porém cabe distinguir se esses interesses COINCIDEM OU NÃO com o interesse público. (O Globo, 06/07/1959, ênfase no original)

Sua República, entretanto, está constantemente acossada sob ataque de diversas “facções”, como corporações, sindicatos, oligarquias regionais, políticos demagógicos etc.

Estes diversos grupos incluem sindicatos de trabalhadores que procuram elevar salários acima da produtividade, gerando inflação e prejudicando a sociedade como um todo. Isso tendia, contudo, a ocorrer mais nos EUA onde os sindicatos eram mais organizados (ver O Globo, 21/09/1959). No Brasil, o aumento de salários não era tanto uma conquista da pressão organizada da classe operária, mas sim uma concessão de políticos demagogos (como o aumento de 100% no salário-mínimo por Goulart durante a presidência de Vargas, ou o posterior de 60% por JK) que usam a classe trabalhadora para fins eleitorais, gerando inflação que corroía o próprio salário dos trabalhadores.

A crítica de Gudin ao sindicalismo brasileiro tem de ser compreendida contra o pano de fundo da estrutura corporativa formada desde os anos 1930, tal como Luís Werneck

Vianna discutiu em **Liberalismo e Sindicato no Brasil** (1978), como uma forma de incorporação das classes trabalhadoras à estrutura estatal e que fazia dos sindicatos órgãos reconhecidos, financiados e tutelados, articulados à Justiça do Trabalho, ao imposto sindical e à legislação social. Gudin, contudo, não criticava essa estrutura em nome da autonomia operária ou do pluralismo sindical como Vianna tende a associar ao “anticorporativismo”. Ao contrário, sua crítica dirigia-se ao fato de que tais sindicatos, uma vez convertidos em instrumentos da demagogia populista, pressionavam o orçamento público, alimentavam aumentos salariais desvinculados da produtividade e contribuíam para a inflação. Para ele, o problema dos sindicatos brasileiros não era apenas sua eventual força reivindicativa, mas o fato de funcionarem como engrenagens de uma política populista na forma de “pelegos”: lideranças sem representatividade real, sustentadas pelo aparelho estatal, pressionavam por aumentos salariais e benefícios aos seus associados, transferindo seus custos para a inflação e para o conjunto da sociedade.

De todo modo, nos seus escritos para O Globo são frequentes os ataques de Gudin aos sindicatos laborais, cujas reivindicações são sempre tratadas como exigências de privilégios. Por exemplo, em **Carta Aberta ao Presidente** (O Globo, 17/09/1962), ele afirma que o governo arranca recursos de toda a população (o interesse geral) para cobrir déficits gerados por “grupos privilegiados”, como ferroviários, marítimos, que gozam de vantagens injustificadas. Para ele, o interesse nacional é não permitir que uma minoria viva à custa da inflação paga pela maioria.

Mas também atacam o interesse público os grupos industriais que usam de sua influência para obter tarifas alfandegárias de 100% e assim tornar produtos (como automóveis) inacessíveis à população. Em **Os Índios da Aldeia** (O Globo, 24/01/1966), ele elogia o governo Castelo Branco por defender o “interesse nacional” contra empresários que buscam lucros através de protecionismo e monopólios, em vez de eficiência.

Na disputa entre trabalhadores e empresários, Gudin identifica ainda uma terceira categoria, a classe média, que ele considera a maior vítima do jogo de interesses entre as classes organizadas e o governo inflacionista. Em **Inflação e Taxas de Juros Reais** (O Globo, 16/03/1959), ele argumenta que a inflação funciona como um mecanismo que

“rouba” o poupador (os “indefesos”, geralmente classe média e operários de colarinho) para beneficiar os “felizardos tomadores de empréstimos” (geralmente a classe empresarial). Frequentemente Gudin tenta argumentar que não é o trabalhador quem é prejudicado em favor do capital, mas sim a classe média que fica “esmagada” entre os dois.

Outros pecadores contumazes nos escritos de Gudin são os governantes e funcionários da máquina administrativa que desperdiçam dinheiro do contribuinte, pagando salários altíssimos e outros privilégios, ou mesmo acobertam irregularidades e déficits que invariavelmente redundam na expansão monetária.

Mas, de um modo geral, os inimigos públicos para Gudin são todos aqueles que promovem políticas redistributivas, tanto sindicalistas que promovem aumentos de salários, quanto empresários que procuram proteções especiais do Estado para se proteger da competição, funcionários públicos e mesmo políticos com seus gastos demagógicos para agradar o eleitorado.

Por isso, a inflação é concebida por Gudin como uma forma de “luta de classes” e mesmo de política redistributiva. Ela é, para ele, um fenômeno fundamentalmente político causado pelas disputas de recursos: como o aumento de preços no processo inflacionário não se dá de forma homogênea, aqueles que se antecipam no aumento de preços acabam por se enriquecer, enquanto os que demoram a aumentar preços se empobrecem.

Por outro lado, é curioso que para Gudin o interesse público seja o do consumidor, mas não o do eleitorado. Ele entende que o verdadeiro interesse público exige, muitas vezes, que o governante sacrifique sua popularidade imediata para garantir a saúde econômica futura da nação. Por isso, o economista distingue claramente entre o político que atende à sua “clientela eleitoral” e o estadista que atende à nação. O verdadeiro estadista é aquele que tem a coragem de sacrificar sua popularidade imediata em favor de medidas duras exigidas pelo interesse futuro do país.

Por exemplo, em **As Piranhas e a Democracia** (O Globo, 19/03/1962), ele descreve como os deputados agem em função de “interesses privados dos eleitores e não de deveres para com a Nação”, citando a aprovação de verbas e nomeações que beneficiam poucos, mas arruinam o Tesouro. Ele ainda defende que “é dever primordial do Governo

sacrificar, quando necessário, sua popularidade àquilo que ele sabe ser o bem do País” (O Globo, 11/04/1977) e por isso critica governos que, por medo de perder votos ou apoio, não combatem a inflação ou concedem aumentos salariais excessivos. Ele cita repetidamente (por ex., O Globo, 25/11/1974 e 31/01/1977) os presidentes Campos Salles e Castelo Branco e o ministro Joaquim Murinho como modelos de defensores do interesse nacional: eles cortaram gastos, restringiram crédito e saíram do governo “debaixo de vaia”, mas salvaram as finanças do país.

PRAGAS DEMAGÓGICAS

Se tornaram temas recorrentes nos escritos de Gudin dois dos maiores símbolos do desenvolvimento estatal brasileiro de meados do século vinte: a consolidação do monopólio da Petrobrás e a construção de Brasília. Em ambos os casos, Gudin mobilizou argumentos sobre alocação de recursos escassos e eficiência produtiva para desqualificar o que considerava serem projetos motivados por demagogia política e irracionalidade econômica.

Gudin alegava que nos anos 1950 de início não era oposto à existência de uma empresa estatal para exploração do petróleo, mas só ao regime de monopólio e à exclusão do capital estrangeiro. Em 1959 ele chegou a publicar um artigo intitulado **História de Petróleo Mal Contada** (O Globo, 05/01/1959) tendo de se explicar, declarando-se radicalmente contrário, não à Petrobrás, mas ao seu monopólio. A participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração do petróleo seria uma necessidade imposta pela escassez de capitais nacionais e recusar esse investimento resultava apenas em retardar o desenvolvimento nacional. Com o passar dos anos, contudo, a crítica de Gudin à estatal tornou-se mais acerbada, focando na sua gestão interna e na sua utilização política. A Petrobrás passou a ser descrita por ele como um exemplo de ineficiência administrativa e privilégio corporativo para seus funcionários.

Além da ineficiência, durante o governo Goulart Gudin atacava a politização da empresa. Ele acusou a estatal de ter sido transformada em instrumento de agitação política e

suporte para greves ilegais, descrevendo-a como um foco de propaganda ideológica e esteio da corrupção que desviava recursos para atividades subversivas.

Mesmo após o golpe de 1964, a crítica de Gudin à Petrobrás continuou, agora focada no gigantismo estatal que ele via como ameaça à iniciativa privada. Em meados da década de 1970, ele classificou a empresa, juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce, como “Leviatãs” ou “impérios econômicos” autônomos que não dependiam mais do Estado para sua capitalização e que expandiam suas atividades criando subsidiárias em detrimento do setor privado. Para Gudin, o crescimento desses impérios estatais representava uma distorção econômica que não só tendia a conduzir o Estado à onipotência política, mas também acabava por retardar o desenvolvimento do país.

A construção de Brasília foi o outro grande alvo das suas críticas na imprensa, que ele atribuía à “irracionalidade” do desenvolvimentismo juscelinista. Seu argumento central era baseado no custo de oportunidade: num país pobre e com escassez de capital, o investimento maciço na construção de uma nova capital administrativa representava um desvio de recursos que deveriam ser aplicados em setores produtivos ou na formação de capital humano. Gudin classificou a obra como um “crime de lesa-pátria” e uma “loucura”, atribuindo a ela a causa primária da desorganização financeira e inflacionária do período de Juscelino. Em seus escritos, contestou a tese governamental de que a nova capital serviria como polo de desenvolvimento ou foco de irradiação de riqueza. Para ele, cidades administrativas não geram riqueza, mas a consomem.

A obra seria uma “construção de uma floresta de palácios no deserto de Brasília, a qual absorveu centenas de bilhões e continuará a ser por muito tempo um enorme dreno para a economia nacional” (O Globo, 15/04/1964), dado que já existiam instalações adequadas no Rio de Janeiro (O Globo, 17/07/1961). Tais recursos teriam sido muito mais proveitosos se aplicados em educação e saúde (O Globo, 06/05/1964). O problema do Brasil não seria a localização física do governo, mas a qualificação dos homens que o exerciam. O custo dessa empreitada, segundo sua análise, foi coberto através da emissão de papel-moeda, gerando inflação que penalizava toda a população.

Gudin também ridicularizava a justificativa geopolítica da mudança da capital para o interior, argumentando que a civilização brasileira, assim como a norte-americana, era

fruto do contato com o mar e o comércio exterior e era equivocado de repente criar um foco de civilização isolado no planalto central, argumentando em vez que a civilização se propaga por “contiguidade progressiva” a partir do litoral (O Globo, 18/07/1960). O economista claramente concordava com o projeto de desenvolver o interior do país (ele chega em alguns textos sobre Brasília a reconhecer a utilidade da construção de estradas), mas não via razão para a transferência da capital. Como ele diz, “expliquei [para um professor estrangeiro] o melhor que pude a ideia de marcha para o Oeste e da penetração do ‘hinterland’. Mas o ilustre professor insistiu em saber por que esse projeto importava na mudança da capital. Tratei de mudar de assunto” (O Globo, 19/09/1960).

Em alguns textos (como O Globo, 19/02/1962) Gudin ironiza JK chamando-o de “Creator Brasilienis”, movido pela ânsia do espetacular e da propaganda política em detrimento da racionalidade administrativa.

Poderia o Governo francês deixar Paris e construir nova capital no Saara. Não há dúvida de que o faria e que ao fim de vinte anos ali estaria uma nova e maravilhosa cidade, À CUSTA DA ABSORÇÃO DE ENORMES RECURSOS QUE, MELHOR EMPREGADOS, TERIAM DADO GRANDE IMPULSO À ECONOMIA FRANCESA. (O Globo, 04/04/1960, ênfase no original)

Mais tarde ainda diria que a ideia de deslocar a capital para desenvolver uma região é esdrúxula, pois, “se assim fosse, a capital dos Estados Unidos estaria no Nebraska ou na Califórnia e a capital da Rússia em Irkutsk” (O Globo, 03/04/1967).

GOVERNOS JK, QUADROS E JANGO

A análise de Eugênio Gudin sobre o período entre 1956 e 1964 é marcada por uma hostilidade crescente em relação aos presidentes que ocuparam o poder, cujas administrações ele considerava caracterizadas pela demagogia, irresponsabilidade administrativa e corrupção. Gudin atacava frequentemente tanto Juscelino Kubitschek quanto João Goulart, embora reservasse qualificações distintas para cada um: o primeiro era considerado um “playboy” irresponsável, enquanto o segundo era visto como um néscio com ambições ditatoriais.

Em relação ao governo de Juscelino Kubitschek, Gudin dedicou-se a desmontar a retórica desenvolvimentista. No artigo **Porque Fracassou a Mágica** (O Globo, 13/07/1959),

ele classifica o slogan “cinquenta anos em cinco” como um “bluff”. Gudín argumenta que JK não agiu necessariamente de má-fé, mas por ignorância, por “não ter tomado consciência da realidade”. Para o economista, não se pode criar recursos do nada; as metas de JK resultaram inevitavelmente em déficits, insolvência cambial e descapitalização do país. Em textos posteriores, Gudín intensificou os ataques pessoais, atribuindo a JK características como “bom-papismo, jovialidade e irresponsabilidade”, chegando a afirmar que ele era “geneticamente irresponsável” (O Globo, 03/04/1961).

A crítica de Gudín estendia-se à base política de sustentação do governo. Ele acusava JK de ter “arrendado” ministérios importantes, como os da Agricultura, Trabalho e Previdência, ao “peleguismo primário” e à politicagem em troca de apoio no Congresso, o que teria levado à perda da autoridade moral do governo (O Globo, 19/10/1959 e 21/12/1959). A inflação do período era associada por Gudín a aumentos “demagógicos” do salário-mínimo acima da produtividade, vistos como uma necessidade política de agradar eleitores (O Globo, 21/09/1959). Além da gestão econômica, Gudín também levantou suspeitas sobre a moralidade administrativa, afirmando em 1964 que JK vinha sendo acusado de “enriquecimento ilícito” e “negociatas” desde os tempos da Pampulha, com “indícios veementes de sua veracidade” (O Globo, 13/04/1964).

Quanto a Jânio Quadros, a postura inicial de Gudín foi de apoio, vendo nele a esperança de ordem e moralidade administrativa, representada pelo símbolo da “vassoura” para limpar a corrupção e o cinismo governamental (O Globo, 25/07/1960). No entanto, o apoio rapidamente se transformou em crítica devido à excentricidade do presidente, à sua política externa independente e, finalmente, à sua renúncia, que abriu caminho para a posse de João Goulart (O Globo, 23/07/1962).

Se a crítica a JK focava na irresponsabilidade, a oposição a João Goulart tinha um tom de repúdio visceral. Gudín descrevia Goulart como uma figura sinistra, perigosa e moralmente desqualificada, um inimigo ativo da nação empenhado na destruição da ordem social e econômica. Goulart não seria um líder democrático, mas um aspirante a ditador nos moldes do peronismo, que buscava implantar uma “República Sindical” no país. Em dezembro de 1963, comparou-o a Juan Perón, afirmando nunca ter visto um governo “empenhado com afinco... na tarefa de DESTRUIR O PAÍS” (O Globo, 23/12/1963, ênfase

no original). A descrição pessoal de Goulart reforçava essa visão: um “caudilho, produto primário da pecuária fronteiriça, misto de desespero, de ignorância, de malícia... e de ambição desmedida” (O Globo, 18/05/1964).

Os ataques de Gudin eram especialmente fortes ao caráter e à moralidade de Goulart. Em artigo intitulado **Mau Brasileiro** (O Globo, 04/10/1963), acusou o presidente de relegar o interesse do país a segundo plano para salvar seu prestígio populista, atitude que “só um mau-brasileiro, desprovido de amor a seu país, é capaz de fazer”. Gudin também levantou questões sobre o enriquecimento pessoal de Goulart, acusando-o de multiplicar seus haveres latifundiários desde a entrada na política e relatando um episódio de 1954 em que Goulart, então devedor do Banco do Brasil, teria usado influência política para obter novos empréstimos (O Globo, 13/04/1964). O estilo político do presidente foi descrito como um “capoeira” utilizando-se de “rasteira e navalha” (O Globo, 21/10/1963).

A capacidade intelectual de Goulart era frequentemente desprezada nos escritos de Gudin. Em outubro de 1963, no artigo **Um Caso Teratológico**, Gudin escreveu: “jamais encontrei um político tão desvinculado do interesse público, tão primário, tão ignorante e... tão ardiloso”. Ele definia o presidente como “medularmente ignorante” (O Globo, 21/10/1963). Em outra ocasião, ao analisar uma entrevista presidencial, afirmou que Goulart funcionava apenas como porta-voz de assessores comunistas, não possuindo capacidade própria para formular os conceitos apresentados (O Globo, 25/11/1963).

Goulart era ainda um agente do caos que utilizava a inflação e as greves como instrumentos políticos. Ele acusou o presidente de gastar bilhões dos cofres públicos para sustentar um “dispositivo sindical” destinado a promover greves políticas e insurreições com o objetivo de ameaçar o Congresso (O Globo, 22/07/1963). Em retrospectiva, Gudin resumiu o governo Goulart classificando-o como “o empreiteiro da demolição nacional” (O Globo, 18/05/1964).

A caracterização mais grave feita por Gudin foi a de que o governo Goulart agia como uma força de ocupação inimiga, dedicada a arruinar o país, comparável à ocupação alemã na França entre 1940 e 1944, chefiada por alguém que apenas “finge de

Presidente da República”. Às vésperas do golpe de 1964, Gudin utilizou a crise na Petrobrás para conclamar a intervenção de outros poderes:

Explodido o escândalo [na Petrobrás] que a Nação já pressentia, esperava a opinião do País que mesmo um Governo de Ocupação desse uma elementar demonstração de interesse pela causa pública, demitindo os administradores corruptos e varrendo a politicagem que depredara a empresa. O que se viu, entretanto, foi a substituição do general-presidente da companhia, que levantara as acusações, e sua substituição por outro general que não tem feito senão prestigiar a baderna sindicalista, de parceria com o Sr. Leonel Brizola, cunhado do presidente e principal instrumento da onda subversiva que ameaça o País. Até quando seguirá impunemente esse Governo de Ocupação cuspindo seu descaso e seu desprezo pela civilização, pelas instituições, pela economia e pela cultura que os brasileiros haviam conseguido construir com tanto esforço e sacrifício, só o Congresso e as Forças Armadas poderão dizer. (O Globo, 03/02/1964)

Ou ainda durante os conturbados dias do golpe:

Confirmou-se plenamente o juízo emitido por um grupo de deputados franceses de que o Brasil é um curioso país em que o Governo prega a subversão e a Oposição defende a legalidade e a ordem. ... O Brasil é um arquipélago de regiões heterogêneas. O erro trágico que praticou foi o de entregar o governo, primeiro a um louco dissimulado (vindo de São Paulo, seja dito) e depois a um egresso de suas regiões subcivilizadas. O Sr. João Goulart já não se contenta agora em desmoralizar o Brasil civilizado; achincalha e tripudia. (O Globo, 02/04/1964)

A CHAGA NACIONALISTA

O nacionalismo é tratado por Gudin quase invariavelmente como uma patologia política, frequentemente associada por ele ao atraso, à xenofobia e à irracionalidade. Ele entretanto cuida para distinguir o que considera o verdadeiro patriotismo promotor do interesse nacional da chaga nacionalista por ele tão criticada. O primeiro é descrito como “amor ao país, o desejo de vê-lo progredir e a defesa da independência política”, enquanto o segundo seria uma “hipertrofia da ideia de nação” com um sentimento nocivo de hostilidade ao capital estrangeiro que só atrasa o desenvolvimento. Citando de Gaulle, diz que o “Patriotismo é amor... e nacionalismo é ódio” (O Globo, 11/08/1969). O nacionalismo brasileiro não passaria de um “solipsismo” xenófobo, fundamentado em um complexo de perseguição e na “inveja de primo pobre” em relação às nações desenvolvidas.

Por isso, Gudin combate vigorosamente a ideia de que o estrangeiro vem ao Brasil para “abocanhar” riquezas. Em sua perspectiva, o investidor externo colabora na criação de riqueza que antes não existia, e argumenta que, na prática, a ideologia nacionalista serve apenas para proteger indústrias ineficientes e criar reservas de mercado, prejudicando o consumidor e o desenvolvimento nacional. A gravidade desse fenômeno é ilustrada através de uma comparação com pragas naturais:

NÃO sei qual dos dois maior dano causa ao Brasil: se a saúva ou se o “nacionalismo” entre aspas. A saúva opera no setor agrícola dizimando a produção, enquanto o “nacionalismo” se incumbe especialmente de frear o progresso no setor industrial e no setor dos serviços, corroendo-lhes a produtividade e a eficiência. A diferença entre os dois fatores de retardamento está em que na saúva não se pode, “malgré tout”, deixar de admirar o empenho e a arte de formiga, ao passo que no “nacionalismo” o que não se pode deixar de reconhecer é a burrice. (O Globo, 07/02/1966)

Gudin, contudo, distingue vários tipos de nacionalistas, que, apesar do efeito idêntico no prejuízo que causam à nação, teriam motivações diferentes. O primeiro grupo é o que ele chama de “nacionalismo obscurantista”, focado na defesa dos recursos naturais. Este grupo recusa a exportação de minérios ou a sua exploração por estrangeiros sob o slogan de que “o minério é nosso”. Gudin classifica como “jacobinismo” a ideia de que a exportação de recursos naturais constitui espoliação. Para ele, manter o minério no subsolo enquanto o país carece de divisas é um ato de ignorância, citando exemplos como Venezuela, Canadá e Austrália, que enriqueceram através da exportação de seus recursos. Em um texto de 1981, Gudin ataca as raízes culturais desse tipo de nacionalismo, argumentando que ele se baseia em uma falsa premissa histórica sobre a civilização brasileira:

Se essa mentalidade xenófoba fosse produto de uma elaboração teórica, poder-se-ia considerar seus partidários como adeptos de uma inversão do sentido de nossa civilização. Sentido Oeste para Leste, isto é, das fraldas dos Andes para o Litoral, em vez do Leste para Oeste, isto é, do Litoral para o hinterland, como acontece. Se nós do Brasil tivéssemos tido, tal como o Peru, uma civilização primitiva como a dos Incas, a tese indígena poderia fazer sentido. Mas o Brasil, como admiravelmente escreve Buckle em sua “History of Civilization of England” (2º Capítulo, 1º Volume), não teve, como o México e o Peru, civilização primitiva alguma. (O Globo, 17/08/1981)

A segunda categoria identificada por Gudin é a do “nacionalismo monopolista”, protagonizada pelos industriais brasileiros. Gudin denuncia que os empresários ineficientes utilizam a bandeira nacionalista não por patriotismo, mas para garantir reservas de mercado. Eles exigiriam tarifas alfandegárias proibitivas e barreiras à entrada de empresas estrangeiras para evitar a concorrência e manter preços altos para o consumidor brasileiro. Em artigo de 1971, ainda afirma que o “perigo do capital estrangeiro colonizador” é um fantasma usado para encobrir manobras monopolísticas, citando casos como o dos lanifícios e da “American Can”, nos quais industriais alegavam que o mercado já estava abastecido apenas para impedir a entrada de competidores mais eficientes (Globo, 17/05/1971).

Uma terceira vertente é o nacionalismo militar e burocrático. Gudin critica a visão de certos setores militares que, obcecados pela “segurança nacional”, defendem que o Estado deva produzir insumos básicos, desde aço até barrilha, em nome de uma autossuficiência estratégica desnecessária para um país que não estava em guerra.

Por fim, Gudin ataca o nacionalismo de esquerda, frequentemente associado à figura de Leonel Brizola. Ele ridiculariza a tese de que a remessa de lucros sangra a economia nacional. Em **A Equação Brizzola** (O Globo, 01/07/1963), Gudin procura demonstrar que o reinvestimento e a geração de empregos e impostos superam largamente os valores remetidos ao exterior. Para ele, receber capitais estrangeiros não representa submissão, mas inteligência, uma vez que acelera um desenvolvimento que a poupança interna não consegue financiar sozinha.

Essa visão estende-se ao cenário internacional, onde Gudin vê o nacionalismo como um obstáculo à paz e à integração do Ocidente. Ele contrasta frequentemente a postura de Charles de Gaulle, cujo “nacionalismo abjeto” retirou a França da OTAN, com a de Willy Brandt, elogiado por declarar na ONU que o sonho de realizar o destino de um povo através do nacionalismo desenfreado havia se dissipado. A conclusão de Gudin é taxativa: “Só no dia em que o Nacionalismo for varrido da mente dos homens, poderá haver paz” (O Globo, 05/11/1973).

IMATURIDADE POLÍTICA

Os comentários de Eugênio Gudín sobre a política brasileira nos seus escritos para O Globo vão além do contexto imediato, buscando explicar as raízes estruturais da formação histórica e cultural do país, pois segundo o autor o populismo e o caudilhismo eram duas tendências congêntas nossas. Estas tendências seriam consequências do pouco espaço para a gestão local e o autogoverno nas colônias ibéricas, em contraste com as colônias britânicas que permitiram aos Estados Unidos educar civicamente a sua população. Como resultado desta falta de tradição de autogoverno entre nós, os povos latino-americanos teriam se tornado imaturos e inexperientes na gestão da coisa pública, consequentemente incapazes para a democracia.

Por isso também seria um erro quaisquer tentativas de importar instituições políticas dos países desenvolvidos, sem antes preparar a formação do “elemento humano” e a cultura cívica que sustentam tais instituições. Isto levava o autor a expressar um grande ceticismo para com os formalismos jurídicos e institucionais, que ele cria ser uma tendência generalizada na tradição bacharelesca brasileira:

A história da América Latina demonstra o erro profundo e pernicioso dos que acreditam que as instituições políticas, sobretudo as da República e da Democracia representativa têm o dom de conferir, como um talismã, aos que as adotam, as virtudes e a sabedoria necessárias a seu funcionamento. A ilusão de tomar as coisas pelo seu nome é um erro velho, e quase sempre fatal. As instituições são o que os homens delas fazem. Em um trabalho publicado no ano passado, em que se fazia a comparação dos Estados Unidos de 1900 com o Brasil de 1960, destacava-se o fato de que naquele país a percentagem da população em idade escolar frequentando as escolas em 1900 era de 72%, contra 24% apenas no Brasil de 1960. (O Globo, 03/09/1965)

Dessa leitura decorria a convicção de que a democracia representativa exigia uma maturidade cívica e educacional que a população brasileira ainda não possuía. Gudín entendia que a extensão do sufrágio e a participação política de massas, sem a devida preparação educacional, levavam inevitavelmente à demagogia e à instabilidade. Ele chegava a argumentar em certos textos que os governos oligárquicos anteriores a 1930 e o próprio regime imperial eram preferíveis pois funcionavam de maneira mais estável e

eficaz do que a democracia inaugurada pela Constituição de 1946, precisamente porque não tentavam operar uma democracia em um país despreparado.

Para Gudin, a instabilidade política e o caos econômico entre 1946 e 1964 eram os custos do aprendizado democrático em uma sociedade imatura. Em um artigo de 1959, ao comentar a eleição para vereador do rinoceronte “Cacareco” do zoológico de São Paulo, ele caracterizou a conturbação nacional como o preço necessário para essa defasagem entre a forma política e a realidade social:

Expliquei-lhes [a economistas estrangeiros] que o problema era muito mais político do que econômico e que esse sofrimento era o preço, terrivelmente elevado, que se paga pela aprendizagem da democracia, quando o nível de educação política ainda estava longe de se coadunar com a prática desse regime ... Todos sabemos que até 1930 não havia eleições. O regime era oligárquico e muitas vezes funcionou para o bem do País. Mas não podia durar ... Os governos oligárquicos cometeram a grave falta, a meu ver também imputável a Oliveira Salazar em Portugal, de não se preocuparem suficientemente com o grande problema da educação para o exercício da democracia, que não podia e não pode deixar de vir. (O Globo, 19/10/1959)

Gudin defendia que, em estágios elementares de educação política, arranjos menos democráticos, como as oligarquias da Primeira República, poderiam ser funcionalmente superiores na manutenção da ordem e na seleção de quadros dirigentes competentes. Ele via na “política dos governadores” e na cooptação das elites estaduais um mecanismo de estabilização que, embora algo fraudulento quanto ao princípio representativo, pelo menos evitava a desagregação social promovida pela competição demagógica. Em 1962, ao refletir sobre a evolução política nacional, ele reiterou essa preferência pragmática pela ordem oligárquica frente à desordem democrática:

O único recurso de que podem lançar mão os países cujo grau de educação política ainda é elementar é o do “arremedo de democracia”, tal como existia e funcionou em nossa Primeira República. Na realidade, eram oligarquias estaduais cujos membros se renovavam por cooptação ... Vem então o período de “aprendizagem de democracia”, pelo qual têm os países que pagar um preço extremamente elevado, tanto pela incapacidade do eleitorado para escolher como dos eleitos para governar. É esse preço que nós do Brasil estamos pagando desde 1946, início do verdadeiro regime democrático. (O Globo, 09/07/1962)

Para o economista, a tentativa de implantar a democracia em um país com 50% de analfabetos resultava no esmagamento da classe média e cobrava um preço talvez

insuportável para a nação (O Globo, 04/09/1959). A precariedade do Congresso brasileiro, segundo ele, seria uma constante derivada dessa imaturidade, onde o eleitorado, despreparado, não realiza escolhas baseadas em decisão esclarecida, mas movidas por interesses pessoais ou promessas de emprego (O Globo, 30/12/1959).

Décadas mais tarde, no final de sua vida, Gudin ainda alegaria que a Península Ibérica encontrava-se “dois séculos atrasada na marcha da civilização” no momento das independências das colônias, o que legou à região um déficit cultural e institucional ainda não sanado no tardar do século vinte (O Globo, 16/11/1981).

OUTROS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

O mesmo diagnóstico feito do Brasil Gudin também aplica aos outros países latino-americanos em seus escritos. Apesar de alegar rejeitar tratar a região como um bloco homogêneo, em particular quanto a aspectos econômicos, do ponto de vista político e cultural ele descreve a região como tendo uma “frágil democracia”, expressão que ele adotara do embaixador norte-americano Lincoln Gordon. Ele pondera este juízo, contudo, contrapondo os países que adotam políticas econômicas mais ortodoxas e receptivas ao capital estrangeiro, em contraste com aqueles que sucumbem ao nacionalismo, à demagogia ou ao comunismo.

Além da herança colonial, Gudin propõe uma distinção estrutural baseada na composição demográfica das nações latino-americanas. No artigo **O problema das populações autóctones** (O Globo, 03/03/1975), ele diferencia os países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Chile) dos demais. Segundo ele, essas nações tiveram a vantagem de ocupar territórios de clima temperado com escassa população indígena, o que facilitou a imigração europeia e um desenvolvimento semelhante ao norte-americano. Em contraste, no México e nos países andinos como Peru e Bolívia, a existência de grandes populações nativas impôs à “minoridade de origem europeia” a complexa tarefa de assimilação cultural e elevação do nível de vida dessas populações, o que Gudin considera um “enorme encargo” e um obstáculo ao desenvolvimento acelerado.

A Argentina ocupa um lugar central nos escritos de Gudin como um estudo de caso sobre os perigos da demagogia. Ele a descreve como o país mais bem dotado pela natureza e

pela imigração europeia na região (O Globo, 24/03/1972), que, no entanto, desperdiçou seu potencial. Gudin atribui a decadência argentina ao regime de Juan Perón, a quem classifica como “quase encarnação do demônio” e “caudilho e demagogo”, acusando-o de destruir a economia de uma nação que, na década de 1920, era rica e culta (O Globo, 23/12/1963). A figura de Perón serve frequentemente de comparativo para suas críticas a João Goulart no Brasil.

Ao comentar a queda do presidente Arturo Illia e a ascensão do General Onganía em 1966, ele argumenta que, mesmo com altos índices de alfabetização, o sufrágio universal direto na Argentina falhou ao produzir governos fracos. Ele interpreta a intervenção militar daquele ano como uma consequência inevitável para a restauração da ordem (O Globo, 11/07/1966) e elogia o governo militar subsequente por sua abertura ao capital estrangeiro e combate à inflação (O Globo, 15/01/1968).

Uma curiosidade é que no artigo de 1966 sobre o golpe daquele ano na Argentina, Gudin declara que também vários países europeus não estariam preparados para um pleno regime democrático: “Seria grave erro — e essa é a LIÇÃO DA ARGENTINA — procurar voltar desde já ao pleno regime da Constituição de 1946, para o qual ainda não temos a necessária educação política, como não tem a Argentina, nem a Espanha, nem Portugal, nem talvez a França” (O Globo, 11/07/1966). As ditaduras franquista e salazarista eram notórias, mas Gudin, presciente, já parecia notar que algo ia mal na república francesa, dois anos antes dos “événements” de 1968.

O México é outro exemplo utilizado por Gudin para ilustrar a necessidade de primazia da estabilidade política sobre a democracia eleitoral. Embora reconheça que o sistema mexicano não é democrático, ele elogia sua funcionalidade. Gudin aprova o mecanismo de sucessão presidencial do PRI, onde o sucessor é escolhido pela cúpula partidária, argumentando que esse sistema de cooptação funciona melhor em países sem educação política adequada do que uma democracia aberta que poderia levar ao caos (O Globo, 29/08/1966).

O Chile recebe também atenção especial de Gudin, que critica tanto a democracia cristã quanto a esquerda socialista. Ele ataca o presidente Eduardo Frei por suas propostas de reformas estruturais, considerando-o um “fantasista ingênuo” que preparou o caminho

para o comunismo, comparando-o a Kerensky (O Globo, 19/07/1965 e 24/09/1973). Gudin condena veementemente o governo de Salvador Allende, ridicularizando a expropriação das empresas de cobre americanas e descrevendo o governo da Unidade Popular como uma “república de opereta” (O Globo, 08/11/1971). Após a queda de Allende, Gudin interpreta a intervenção militar de 1973 não como uma busca por poder, mas como uma reação institucional necessária diante do caos econômico e da inflação (O Globo, 24/09/1973).

Em relação aos outros países, as avaliações de Gudin seguem a mesma lógica de alinhamento com a ortodoxia econômica e a ordem política. Em suma, a visão de Gudin sobre a América Latina reforça suas teses sobre o Brasil: a região é marcada pela imaturidade política e propensão ao caudilhismo, sendo incapaz, na sua visão, de exercer a democracia plena sem riscos de desordem.

POPULISMO

Gudin entende o populismo (frequentemente tratado por ele como sinônimo de demagogia, caudilhismo e peleguismo) como uma prática política perniciosa que sacrifica os interesses reais e de longo prazo da nação em favor de ganhos eleitorais imediatos, baseados na ilusão das massas incultas. O autor não chega a definir o termo conceitualmente, mas o descreve e ataca pragmaticamente através da observação da conduta de líderes políticos, principalmente João Goulart (a quem ele se refere explicitamente como “chefe-populista” e “líder populista n.º 1”) e, em menor grau, Juscelino Kubitschek.

O populismo constitui assim uma prática política que subverte a racionalidade administrativa e o verdadeiro interesse nacional em favor de ganhos eleitorais imediatos, prática esta que se sustentaria na exploração da ignorância de massas incultas e na promessa de benefícios econômicos insustentáveis.

A crítica econômica de Gudin ao populismo centra-se na tentativa de distribuir riqueza que não foi produzida, já que uma de suas medidas mais frequentes seria a concessão de aumentos salariais desproporcionais à produtividade e à capacidade do país, visando apenas o ganho político imediato junto a determinadas classes. Em 26/10/1962, no artigo **O Problema Brasileiro Não é Financeiro; é Político**, Gudin afirma que as emissões

de papel-moeda decorrem de um fato político: o Presidente obriga o povo a pagar bilhões para sustentar seu “baluarte de forças políticas”, o “peleguismo”, composto por sindicatos de transportes e previdência social. Ele ainda descreve a campanha política populista (no caso do PTB e PSD) não como a transmissão de uma ideologia, mas como o apoio e exaltação de “reivindicações populares de qualquer natureza”, prometendo vida mais barata e maiores ordenados sem base real (O Globo, 20/06/1962). Gudin argumenta ainda que o aumento de salários por decreto, desvinculado de aumentos na produtividade, funciona como uma ferramenta de ilusão: o governo concede dinheiro com uma mão, enquanto a inflação retira o poder de compra com a outra. Ele classifica essa dinâmica como uma “orgia salarial” utilizada para comprar apoio político, mas que resulta na desorganização da economia (O Globo, 28/06/1965) e, invariavelmente, em inflação e empobrecimento real disfarçado de benefícios sociais, formando um “regime de preços mentirosos”.

Gudin entende que o líder populista, para encobrir sua incapacidade administrativa e os efeitos nefastos de sua política inflacionária, inventa culpados externos ou internos para canalizar a revolta popular, citando Roberto Campos quando diz que “a única indústria realmente organizada no Brasil é a dos bodes expiatórios”, quando o governo de Goulart tentava responsabilizar a remessa de lucros, a falta de monopólios públicos ou a constituição pelas desgraças do povo (O Globo, 14/08/1962).

O populismo é descrito assim como um regime que ignora as leis econômicas básicas e a ordem jurídica para manter o poder através da agitação política e da divisão social. São frequentes suas acusações a Leonel Brizola e João Goulart de que estariam criando uma dicotomia artificial entre a “pátria dos oprimidos” e a “pátria dos privilegiados” (O Globo, 17/02/1964). Esse discurso seria uma tática caudilhesca para angariar votos, apelando para a “ordem emocional” em detrimento da razão.

A estrutura de apoio ao populismo seria um sistema de compra de lealdades: o governo de Goulart despendia bilhões para cobrir déficits de autarquias, como ferrovias e portos, não com o objetivo de melhorar o serviço público, mas para sustentar a “orgia salarial” que garantia a fidelidade de líderes sindicais (“pelegos”) e a disponibilidade de massas de manobra para greves de caráter político.

Gudin associa ainda o populismo ao estilo de liderança latino-americano do “caudilho”, cujo foco reside no poder pessoal e não na administração pública impessoal. Referindo-se tanto a Goulart quanto a Juan Perón, Gudín declara que o caudilho é alguém para quem “a manobra política personalista preocupa muito mais do que os problemas nacionais”, tornando o poder um fim em si mesmo (O Globo, 23/07/1962). Em contraste com o estadista, que deve ter a coragem de impor sacrifícios necessários, o populista é caracterizado pela falta de coragem moral para dizer “não” às demandas das massas (O Globo, 09/10/1961).

Diante da vulnerabilidade das massas à retórica populista, Gudín chega a justificar a suspensão de mecanismos democráticos como um mal necessário para a preservação da nação. Em certo momento, ele argumenta que, na disputa entre o demagogo e o “homem de bem”, o primeiro leva imensa vantagem dada a dificuldade de convencer o público de que a salvação nacional pode residir no sacrifício e não em facilidades aparentes:

É difícil ao homem de bem e patriota convencer as massas de que a salvação e a felicidade da Nação estão por vezes no sacrifício e no esforço e não nas facilidades, nas concessões e nas vantagens aparentes. Na contenda, que Macaulay tão bem descreveu há mais de um século, do demagogo com o homem de bem, leva o primeiro imensa vantagem sobre o segundo.

Não é fácil por exemplo convencer a opinião pública, mesmo a semi-esclarecida, que é talvez a maioria, de que é por vezes necessário suspender em parte o funcionamento do regime democrático para o fim precípua de salvar a vida democrática. São inúmeros os exemplos. Quaisquer que sejam, por exemplo, as restrições que se façam a De Gaulle, é inegável que ele salvou a democracia francesa do caos, suspendendo, em parte, o seu pleno exercício. Poucas são, ainda hoje, as nações cujas instituições já atingiram um grau de estabilidade e de solidez que lhes assegura a imunidade contra as grandes crises políticas. E nenhuma das nações latino-americanas pode pretender inscrever-se no rol dessas democracias consolidadas. (O Globo, 25/03/1966)

OS MILITARES E O PODER MODERADOR

Para se contrapor ao populismo que tanto marcava a política brasileira, Gudín argumentava que era necessário fazer uma adaptação ao nosso “modelo constitucional” que tornasse a democracia adequada ao contexto brasileiro. Foi com base neste argumento que o autor passou a argumentar, já no final dos anos 1950 durante o governo JK, pela

necessidade de intervenções militares na política nacional, que deveriam atuar como um poder moderador e assim preservar a estabilidade e ordem institucional brasileira.

A tese dos militares como Poder Moderador constitui um dos elementos centrais da teoria política desenvolvida por Gudin para lidar com a instabilidade política brasileira, sendo o principal recurso visado pelo autor para filtrar a imaturidade do eleitorado.

Cabe aqui um breve comentário sobre o debate em torno da ideia de poder moderador para contextualizar Gudin. A origem dessa concepção provém do pensamento liberal francês, de Benjamin Constant e François Guizot, e da experiência do Império brasileiro (1822-1889). A defesa de um Poder Moderador, longe de ser um arcaísmo absolutista de conservadores monarquistas, foi uma tese muito importante no pensamento liberal oitocentista, e mesmo o do início do século XX, incluso de Eugênio Gudin. O argumento inicialmente formado por Benjamin Constant foi recebido com simpatia pelo liberalismo posterior e incorporado à Constituição brasileira de 1824. Sua tese era que a clássica doutrina da separação tripartite de poderes, tal como formulada por Montesquieu, não seria suficiente para impedir o surgimento de crises políticas e de despotismos. Por isso, Constant argumentava pela necessidade de um quarto poder, de natureza neutra, desenhado especificamente para funcionar como mecanismo supervisor e pacificador em momentos de crise institucional. Constant sustentava que a falha na maioria das constituições residia na ausência desse poder neutro, o que levava à concentração da autoridade suprema em um dos poderes “ativos” (geralmente o executivo), resultando inevitavelmente no despotismo. Dado que em qualquer Estado os poderes legislativo, executivo e judiciário entram em conflito, o poder neutro deveria existir acima deles, não para governar, mas para evitar a anarquia ou a tirania, protegendo a estabilidade política e os direitos.

Esta tese liberal foi incorporada explicitamente no regime constitucional imperial brasileiro do século dezenove, mas também sobreviveu à promulgação da república. Instaurou-se na virada do século entre nós um debate sobre quem herdaria essa função num regime republicano. Alexandre Ismael Rota, em **O Poder Moderador na Primeira República** (2022), mostra como parte significativa do liberalismo constitucional (como Ruy Barbosa) projetou esse papel sobre o poder judiciário, especificamente o Supremo

Tribunal Federal, na expectativa de que este atuasse como um árbitro neutro. Houve também tentativas de reintrodução formal do conceito, como no anteprojeto constitucional elaborado por Borges de Medeiros na década de 1930 (ver Lynch, **O Poder Moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933**, 2010).

Houve ainda quem atribuísse aos militares tal papel de poder moderador no período republicano. José Osvaldo de Meira Penna em seu livro **A Psicologia do Subdesenvolvimento** (1972, p. 203) a descreve como “a tese de Jackson de Figueiredo”, que estaria sendo “esposada recentemente por Gilberto Freyre, Eugênio Gudin e J. Camilo de Oliveira Torres”. A influência intelectual mais direta sobre a leitura que Gudin faz desse instituto provavelmente provém de João Camilo de Oliveira Torres. Em sua obra **A Democracia Coroada** (1954), Torres argumentava que durante a vigência da constituição de 1824 o Imperador, de fato, desempenhava essa função de equilíbrio indispensável, agindo não como um soberano de direito divino, mas como um delegado da soberania nacional. Por isso, para ele o império funcionava na prática como uma “democracia” (ou melhor, diríamos, como uma república) com um chefe de Estado neutro.

A afinidade intelectual entre Gudin e Torres era recíproca e explícita. Em alguns textos Gudin utilizava a obra de Torres para fundamentar historicamente a sua defesa das Forças Armadas como as herdeiras funcionais desse poder no regime republicano. Diz Gudin, as forças armadas “são, no meu fraco entender (e muito mais do que eu, no de Joaquim Nabuco, no de historiadores como João Camilo de Oliveira Torres e outros), os herdeiros do Poder Moderador que a Constituição de 1824 conferira ao Imperador” (O Globo, 21/02/1972). Este é um dos raros momentos em que Gudin se refere a intelectuais nacionais para interpretar o Brasil. Por sua vez, Torres, em **Razão e Destino da Revolução** (1964), invocava a autoridade de Gudin para defender ainda que a função moderadora não deveria ser apenas um corretivo excepcional para crises agudas, mas um elemento permanente de estabilização institucional diante da volatilidade da política partidária:

Precisamos, portanto, de um poder moderador – não apenas para as horas das decisões últimas, mas para todos os dias. O raciocínio do Prof. Eugênio Gudin é válido, para os grandes momentos, para as horas trágicas – mas e o dia a dia do governo? Muitos dos políticos brasileiros mais em evidência seriam ótimos

primeiros-ministros, com um poder moderador forte. São homens capazes, enérgicos, empreendedores: mas, entregues a si mesmos, são levados pela própria imaginação, pela própria ambição e terminarão mal. O bom andamento da coisa pública exige que, no Estado, haja um poder de movimento, o executivo, poder de iniciativa e ação, e um poder de estabilização, ajustamento, moderação – de equilíbrio, enfim. (Torres, **Razão e Destino da Revolução**, p. 12–13)

De qualquer modo, Gudin argumentava que não bastava importar modelos constitucionais anglo-saxões (como o inglês ou o norte-americano) sem realizar um “processo de adaptação” à realidade local. Isto já teria sido feito no Império, segundo ele, estabelecendo a figura do Imperador como tal poder moderador, como revisor e mediador constitucional, que deveria pairar acima dos partidos políticos:

A Monarquia deixara dois preciosos legados. Um, o exemplo de uma Constituição de modelar sabedoria política, com a instituição do “Poder Moderador”, criação do grande pensador francês Benjamin Constant, que considerava o “pouvoir royal” plainando acima das paixões humanas, como uma força neutra, exógena e indispensável ao Sistema dos Três Poderes, quando de seus conflitos ou entrechoques. Foi esse o instrumento das revoluções pacíficas realizadas pela sabedoria do Imperador (CPDOC, eug-pi-gudin-1974-00-00-1, p. 5)

A admiração do autor pela estabilidade imperial estendia-se ainda à Primeira República, pois, embora reconhecesse que aquele período não se caracterizava por uma democracia plena (na verdade, justamente por não a ser), Gudin elogiava o sistema oligárquico que teria garantido a ordem e produzido estadistas de qualidade. Ele descrevia o funcionamento daquele regime não como uma falha, mas como um arranjo pragmático no qual as oligarquias estaduais, através de acordos e cooptação, desempenhavam um papel fundamental de estabilização que evitava a desagregação social.

Os autores da Constituição Republicana de 1891 não compreenderam que Constituição é um diploma que há de ser feito sob medida, para cada povo, em cada tempo. A Constituição Americana, que lhe serviu de modelo, fora feita para um país de características sociais e políticas inteiramente diversas. Em nosso país era inexequível. Não na forma, mas na essência.

“Chassez le naturel; il revient au galop”. Os costumes políticos reinantes não tardaram em moldar a estrutura funcional do sistema em uma oligarquia, que apesar de todos os defeitos, teve, a seu crédito duas grandes virtudes. Levou quase invariavelmente ao Governo da Nação o que de melhor havia em seu meio político. Nunca um caudilho subiu à presidência da República. Firmou um padrão de honestidade dos presidentes da República, inexcedido em qualquer da América Latina. As oligarquias estaduais país procuravam, por seu lado, e em seu

próprio interesse, mandar ao Congresso da República homens de elite, capazes de as prestigiar. Não havia eleições, dizia Gilberto Amado; mas havia representação. (CPDOC, eug-pi-gudin-1974-00-00-1)

O maior problema político de meados do século vinte, especificamente o iniciado com a Constituição de 1946, decorria de uma degradação dos padrões de moralidade pública e governança provocado pela introdução do sufrágio de massas em um país com baixos níveis de educação cívica. O resultado disso teria sido não o aprimoramento institucional, mas a ascensão da demagogia, da corrupção e na captura do Estado pelo populismo.

São muitos os seus textos nos quais ele contrasta essa decadência com a estatura moral dos líderes da virada do século. Por exemplo, num discurso seu de 1956 para a formatura de economistas, Gudin evoca uma imagem de uma velha elite política guiada pela virtude cívica e pela honra pessoal, e a usa como contraste com o que ele vê como declínio da política contemporânea:

Na época da vida em que se forjam e se estruturam o caráter e a mentalidade da geração ascendente, no fim da fase colegial, no período universitário e na entrada no cenário da vida ativa, os parâmetros da minha e da vossa formação foram muito diferentes. Na fase formativa de minha mocidade, o Brasil era governado por homens do teor moral e cívico de Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Pena, homens que, na célebre imagem de Ruy, se poderiam chamar varões de Plutarco. Quem ousaria naquela época levantar a mais leve suspeita sobre a integridade moral desses homens? Quem poderia admitir à hipótese de exigir uma declaração de posses e bens, a fim de verificar se no fim do período o presidente havia provado? Porque ninguém ousaria jogar à face da Nação o nome de um candidato à presidência da República que pudesse sequer ser suspeitado. (CPDOC, eug-pi-gudin-1956-00-00-1).

Na sua compreensão, a extensão do sufrágio e o fortalecimento da política de massas após 1945 não trouxeram “verdadeira democracia”, ao menos não uma madura e plena, mas um ambiente caótico onde a competência administrativa era sacrificada em nome do eleitoralismo. A incapacidade dos políticos profissionais de gerir a crise e de resistir às pressões inflacionárias criava, em sua visão, a necessidade premente de restaurar o “dispositivo moderador” que havia desaparecido formalmente com o fim do Império, mas que continuava sendo um imperativo sociológico.

Por isso, com o fim do regime monárquico e a instauração da República em 1889, Eugênio Gudín sustentava que a necessidade sociológica de um mecanismo de estabilização política não havia desaparecido. Alinhado a outros intelectuais, como Gilberto Freyre em **Ordem e Progresso** (1959), que tendiam a justificar nosso histórico de intervenções militares, Gudín defendia a tese de que o Poder Moderador, formalmente extinto na Constituição de 1891, havia de fato migrado para as Forças Armadas. Para Gudín, essa transferência não era uma usurpação, mas uma contingência necessária para corrigir os vícios do sistema político partidário e garantir a sobrevivência das instituições em uma nação caracterizada pela imaturidade cívica.

De modo geral, o autor argumentava que as intervenções militares ao longo da história republicana não deveriam ser interpretadas necessariamente como atos ditatoriais, mas como correções legítimas em momentos de crise institucional, pois, ao contrário dos políticos profissionais movidos por interesses eleitorais ou partidários, os militares possuíam uma educação cívica diferenciada que lhes conferia um espírito republicano superior. Em artigo de 1962, ao discutir o papel das Forças Armadas, ele explicita essa distinção: “O fato de que a formação militar se processa, fora do torvelinho das paixões e dos interesses, em escolas e ambiente de civismo e de educação do caráter” as credenciaria a exercer esse poder arbitral (O Globo, 12/11/1962). Tratar-se-ia de um elemento constitutivo do “modelo constitucional” brasileiro, ainda que muitas vezes operasse como uma lei não escrita. Gudín insistia na necessidade de adaptar as instituições políticas à realidade cultural do país, criticando a importação acrítica de modelos anglo-saxões sem a devida correspondência no tecido social local.

Nesse sentido, a intervenção militar funcionaria como um mecanismo de defesa contra o caudilhismo e a demagogia, fenômenos recorrentes na política latino-americana devido à ausência de uma tradição sólida de autogoverno. Em particular, como veremos a seguir, a figura do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco é frequentemente evocada por Gudín como o exemplo ideal desse exercício do Poder Moderador: um militar que intervém para sanear a política e a economia, mas mantém o compromisso com a transitoriedade do poder e a impessoalidade da administração.

DEFESA DA DITADURA MILITAR

Como já deve estar claro, a atuação de Eugênio Gudin no cenário político que culminou no golpe civil-militar de 1964 não foi a de um observador passivo ou meramente acadêmico. O economista figurou na imprensa como uma das vozes mais veementes e constantes a conclamar por uma intervenção militar durante a gestão de João Goulart. Para liberais como Gudin, a ordem constitucional não estava sendo ameaçada pelos militares, mas sim pelo próprio Goulart. Em sua visão, aquele governo constituía o verdadeiro elemento subversivo, pois suas políticas contrariavam o que ele considerava serem as leis econômicas fundamentais e o ordenamento moral do Ocidente. O golpe de 1964, portanto, foi encarado como uma medida corretiva e defensiva, necessária para reajustar um sistema político que, sob a vigência de uma democracia, caminhava para sua dissolução.

Gudin publicou muitos textos desde o início do governo Goulart conclamando os militares a assumirem sua responsabilidade republicana e interromper aquele que ele considerava um “governo de ocupação”. Alguns desses textos foram reunidos no livro **Pregação Revolucionária** (1969).

Mas seu ativismo ultrapassou as fronteiras nacionais, pois além de seus escritos na imprensa brasileira, ele também atuou internacionalmente para legitimar a necessidade de uma intervenção no Brasil perante audiências estrangeiras, explicando a peculiaridade das instituições políticas latino-americanas e a inadequação dos modelos democráticos puros para a região. Um exemplo significativo desse esforço foi a palestra intitulada **Les vicissitudes de la démocratie en Amérique Latine**, ministrada em Paris em 1964, na qual contextualizou a crise brasileira dentro de um quadro de imaturidade institucional endêmica ao continente (ver CPDOC, eug-pi-gudin-1964-10-12).

OS ATOS INSTITUCIONAIS

Após o golpe, a consolidação do regime autoritário através da edição de Atos Institucionais (AIs) não gerou em Gudin qualquer oposição. Ao contrário, ele demonstrou uma postura de apoio pragmático e explícito a esses instrumentos de exceção, pois os encarava não como fins em si mesmos, nem como o estabelecimento de uma ditadura por

vocação totalitária, mas como ferramentas necessárias, ainda que amargas, para corrigir os vícios estruturais da política brasileira, combater a inflação e permitir a racionalização da administração pública, algo que, em sua análise, a classe política tradicional e as limitações constitucionais impediam.

Embora mencione menos o AI-1 nominalmente, Gudin defendeu desde o início o poder discricionário da “Revolução de 1964” para sanear a máquina pública. Ele criticava o apego ao formalismo jurídico que, em nome da legalidade, impedia a realização das reformas saneadoras urgentes. Em novembro de 1965, argumentou que o Ato Institucional havia criado um “poder constituinte” exercido conjuntamente pelo Executivo e Legislativo, conferindo validade e legitimidade ao governo para implementar verdadeiras “reformas de base” (em um sentido liberal e fiscal, oposto às reformas populistas pregadas pela esquerda) sem os entraves burocráticos da Constituição de 1946 (O Globo, 08/11/1965).

A posição de Gudin tornou-se ainda mais incisiva na defesa do AI-2, editado em outubro de 1965, pois ele via esse endurecimento como uma correção de rumo imperativa face aos erros da “democracia desenfreada” e a vitória nas eleições estaduais de 1965 por lideranças políticas ligadas ao antigo regime (os “carcomidos” do varguismo e do janguismo, dizia ele), algo interpretado como um sinal de que o país não estava preparado para a normalidade democrática. Por isso mesmo ele chegou a reivindicar uma presciência sobre a necessidade de endurecimento, afirmando explicitamente que o AI-2 foi uma medida “que eu aliás, na minha insignificância, já recomendei anteriormente” (O Globo, 11/07/1966).

Ele conceituou o regime instaurado pelo AI-2 como uma “semiditadura”, um estágio necessário de transição em que as Forças Armadas exerciam uma tutela para evitar o retorno ao populismo e à desordem. Em janeiro de 1966, elogiou o Ministro da Justiça, Juraci Magalhães, pela condução do processo, afirmando que o ato “revigorou as energias cadentes do espírito revolucionário”, abrindo perspectivas para uma estabilidade política mais duradoura através da extinção dos antigos partidos e da implementação de eleições indiretas (O Globo, 31/01/1966).

Quando o regime endureceu ainda mais com a edição do AI-5 em dezembro de 1968, Gudin não o repudiou. Em vez disso, interpretou o ato como um “desafio” e uma oportunidade para o governo realizar a reconstrução administrativa que o Congresso e a política tradicional impediam. Em seu artigo **Autodesafio ao Governo**, ele relativizou a suspensão de garantias constitucionais como um meio para um fim administrativo superior: “Executar essa imensa tarefa (de reconstrução) sem os plenos poderes do Ato n.º 5 seria difícil. Mas utilizar esse Ato e não realizá-la seria lamentável” (O Globo, 03/01/1969). Sua expectativa era que os poderes ditatoriais fossem usados não apenas para a repressão política, mas fundamentalmente para o saneamento econômico: combater o desperdício, demitir funcionários ociosos e reduzir a despesa pública.

Gudin celebrou quando o governo utilizou o AI-5 para tais fins econômicos. Poucos dias após a edição do ato, elogiou a rapidez do Ministro da Fazenda Delfim Netto em usar os novos poderes para reduzir a cota de impostos transferida aos municípios e para aposentar funcionários públicos considerados desnecessários, classificando essas ações como uma “resposta rápida do Governo ao Desafio” (O Globo, 06/01/1969). Na sua leitura, a crise institucional de 1968, marcada pela agitação estudantil e parlamentar, provou que mesmo a Constituição de 1967, embora superior à anterior, “ainda superestimava nossa capacidade política”, forçando o presidente Costa e Silva a “abrir um hiato de duração limitada” na normalidade legal (O Globo, 07/04/1969).

No entanto, o apoio aos poderes de exceção não era irrestrito. Gudin alertava que tais instrumentos deveriam ser manuseados com “cuidado, prudência e parcimônia”, no campo econômico, para não se transformarem em armas de perseguição ao lucro legítimo ou de asfixia da iniciativa privada sob o pretexto de combater abusos (O Globo, 10/02/1969). A repressão deveria atacar o Estado ineficiente e a subversão, não o mercado.

Em última instância, a legitimidade dos Atos Institucionais derivava da sua teoria sobre o “Poder Moderador”, pois ele via essas medidas não como atos de tirania arbitrária, mas como o exercício legítimo da função moderadora pelas Forças Armadas (O Globo, 22/11/1965). Assim, dada a imaturidade política do eleitorado e dos líderes civis, cabia

aos militares intervir periodicamente, com poderes excepcionais, para sanear as finanças e reordenar o Estado, impedindo a “comunização” ou a falência nacional.

Contudo, por outro lado, essa intervenção deveria ser temporária. Já na década de 1970, Gudin passaria a criticar a institucionalização do arbítrio e a duração excessiva dos atos de exceção; por isso chegou a sugerir a criação de um “Conselho de Emergência” ou “Conselho de Estado” que pudesse lidar com crises de forma mais institucionalizada, sem a necessidade de rupturas constantes ou ditadura permanente (O Globo, 02/07/1973 e 12/07/1976).

A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS ELEIÇÕES INDIRETAS

Para além dos atos institucionais, a promulgação da Constituição de 1967 foi recebida por Eugênio Gudin com grande entusiasmo, sendo classificada por ele como um marco de “realismo político” e “racionalidade administrativa”, superior a todas as experiências constitucionais anteriores do país, especialmente em comparação com a de 1946. Para o economista, o novo texto representava um esforço de adaptação das leis à realidade do subdesenvolvimento político nacional, abandonando o idealismo jurídico em favor de um pragmatismo realista e necessário.

Em seus escritos para a imprensa, Gudin defendeu que aquele era a primeira tentativa eficaz, desde a Proclamação da República, de estabelecer normas compatíveis com o grau de educação do povo brasileiro. Em abril de 1969, ao fazer um balanço sobre as instituições, ele afirmou categoricamente que a Constituição de 1967 era a melhor que o Brasil já tivera, justificando sua posição pela viabilidade de sua aplicação: “Acima de todos talvez, a promulgação em 24 de janeiro de 1967 de uma Constituição que é a melhor que o Brasil já teve, como País independente, porque é, a meu ver, a única que não é utópica e que tem possibilidades de ser cumprida e respeitada” (O Globo, 07/04/1969).

A crítica central de Gudin à constituição anterior, de 1946, residia no que ele considerava ser uma permissividade institucional para a exploração demagógica da nação. Segundo ele, a Constituição de 1967 buscava corrigir essa falha eliminando promessas irrealizáveis, como a garantia de “existência digna a todos por decreto”, as quais ele classificava como incongruências. Em vez disso, o novo texto constitucional ofereceria uma

estrutura “exequível”, alinhada à limitada capacidade política da população e à necessidade de ordem.

O apoio de Gudin baseava-se, fundamentalmente, nos mecanismos que fortaleciam o Poder Executivo em detrimento do Legislativo, limitando a capacidade deste último de desorganizar as finanças públicas. Entre as medidas mais celebradas por ele estavam o fim do voto direto para os cargos executivos e as restrições impostas ao Congresso, como a proibição de aumentar despesas em projetos do Executivo e a imposição de prazos fatais para a votação de matérias, o que impedia manobras protelatórias. Gudin via nessas restrições o encerramento da “cornucópia de favores” e do clientelismo eleitoral sustentado pelo Tesouro Nacional (O Globo, 19/12/1966 e 29/09/1969).

Num dos artigos discutindo as reformas promovidas pela nova constituição (O Globo, 20/02/1967), Gudin defendia a atribuição de poderes legislativos ao Presidente da República, como a expedição de decretos-leis em matérias de finanças e segurança nacional. Ele considerava esse instrumento “conveniente” para permitir a ação rápida do Estado em casos de urgência, como no combate a surtos inflacionários.

Curiosamente neste artigo também achou boa a extinção do Conselho Nacional de Economia, para o qual tinha sido convidado participar anos antes, pois faltava “compostura política dos governos que faziam do Conselho um refúgio dos chamados leguleios em férias” (idem).

Outro ponto destacado por Gudin como um avanço fundamental foi o disciplinamento das relações de trabalho. Ele elogiou enfaticamente o artigo que proibia greves nos serviços públicos e atividades essenciais, pois, na sua visão, a ausência de tal dispositivo no regime anterior funcionava como uma “porta aberta para a subversão e a baderna”, permitindo que lideranças sindicais paralisassem o país (idem).

Apesar do apoio geral, a adesão de Gudin ao texto não foi isenta de críticas pontuais, já que em alguns casos ele apontou falhas remanescentes, especialmente no campo econômico, criticando o fato de a Constituição não ter impedido explicitamente a criação de novas empresas estatais e autarquias, o que permitiria a continuidade do “paraíso dos coronéis” na administração pública. Também condenou emendas inseridas pelo

Congresso, como a limitação à produção de bens supérfluos, classificando-a de “incongruência ridícula” (idem).

Entretanto, a avaliação final de Gudin sobre o período revela um pessimismo estrutural quanto à política brasileira, pois, apesar de tanto ter elogiado a Constituição de 1967 pelo seu “realismo”, ele acreditava que ela acabou por se mostrar insuficiente diante da crise de 1968 que levou à edição do AI-5. Em uma revisão autocrítica, Gudin admitiu que aquele texto constitucional, apesar de pragmático, fora ainda “otimista demais”, pois “ainda superestimava nossa capacidade política”, de modo a não ter sanado a necessidade de endurecimento do regime pelos novos atos de exceção (O Globo, 29/09/1969).

O estabelecimento do voto indireto pela nova constituição de 1967 também foi muito elogiado por Gudin. Na verdade, ele gostou tanto da ideia que a partir de então passou a também defendê-lo como outra adaptação necessária ao nosso “modelo constitucional”, juntamente à doutrina do poder moderador. Para Gudin, o sufrágio universal direto não constituía um direito natural inalienável, mas sim um instrumento cuja eficácia dependia estritamente do nível educacional e cívico da sociedade, de modo que, dada a precariedade da nossa educação popular, ele associava o voto direto e irrestrito não à liberdade, mas à ascensão da demagogia, ao descontrole inflacionário e à seleção de maus governantes. O argumento central de Gudin era o velho argumento antidemocrático já presente em Platão:

Há, além do muito mais, um argumento de senso comum em favor da eleição indireta. É o da necessidade de delegar a outros, mais preparados, as tarefas humanas que exigem especiais conhecimentos, experiência e sabedoria. Se temos uma pessoa enferma delegamos a um médico o tratamento; se queremos fazer uma estrada ou uma ponte chamamos um engenheiro; se queremos organizar o ensino recorremos a um grupo dos maiores mestres. Entretanto, quando se trata da tarefa, muito mais delicada, de escolher um homem com os extraordinários predicados necessários à difícil missão de Presidente da República, julgamos que ela pode ser entregue ao homem da rua, que em sua grande maioria é, por culpa nossa e de nossos antepassados, lamentavelmente despreparado. Despreparado para escolher, como para resistir às pressões da demagogia, da corrupção e da emoção. (O Globo, 19/12/1966)

Essa incompetência técnica do eleitorado resultava na vulnerabilidade ao “voto emocional”. Em 1967, ele afirmou que a eleição direta entregava a decisão a uma maioria que

era “presa fácil da demagogia e da emoção”. A consequência econômica desse processo político era desastrosa: candidatos sérios e austeros, dispostos a aplicar os remédios amargos necessários ao combate à inflação, seriam inevitavelmente derrotados por demagogos que prometiam facilidades impossíveis. Décadas mais tarde, Gudin sintetizaria essa visão citando Bilac Pinto: “A Democracia de sufrágio universal não resiste ao embate conjugado da Demagogia, do voto emocional e da pobreza” (O Globo, 30/04/1984).

A solução defendida por Gudin para mitigar os riscos da demagogia era a instituição de “filtros” no processo de escolha dos governantes. Por isso, apoiou entusiasticamente o Artigo 74 da Constituição de 1967, que instituía o pleito indireto para a presidência, classificando essa mudança como uma das medidas “sabiamente incluídas” no projeto da revolução de 1964 (O Globo, 19/12/1966).

Para validar sua tese, Gudin recorria frequentemente à história política do Brasil, comparando a estabilidade dos regimes anteriores com o caos do período democrático recente. Ele notava que na Primeira República, onde as eleições eram, na prática, controladas ou indiretas pela cooptação entre as elites, os presidentes terminavam seus mandatos e garantiam a ordem. Em contraste, no curto período de “eleições verdadeiras” e diretas, o país testemunhou quatro presidentes que não completaram seus mandatos ou foram depostos: Vargas, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart. A conclusão de Gudin era taxativa: “Tal foi o resultado do regime das eleições verdadeiras” (O Globo, 23/08/1965).

Mas Gudin buscava respaldo para essa posição também no pensamento internacional, citando favoravelmente o liberal espanhol Salvador de Madariaga, para quem a eleição direta presidencial constituía “a mais desastrosa caricatura da democracia”. O economista elogiava o sistema político do México sob o PRI, onde o sucessor era escolhido pela cúpula partidária (o sistema do “tapado” ou “encapuzado”), e argumentava que esse modelo de cooptação funcionava melhor em países carentes de educação política do que a democracia aberta (O Globo, 29/08/1966).

Cabe notar, contudo, uma hesitação inicial de Gudin quanto à implementação imediata do voto indireto. Em agosto de 1965, ele expressou receio de que, se a eleição fosse

realizada indiretamente por aquele Congresso específico (ainda composto por muitos quadros da era pré-1964), haveria o risco de corrupção e de “combinações entre os grandes eleitores” (O Globo, 30/08/1965). No entanto, com a consolidação do regime militar e a escolha do Marechal Costa e Silva, essa ressalva desapareceu. Em 1967, Gudin concluiu que “a eleição indireta... não fora, como poderia ter sido, mal inspirada”, reafirmando sua convicção de que o retorno ao voto direto teria sido uma alternativa pior (O Globo, 03/04/1967).

OS DITADORES

Nos artigos de jornal publicados ao longo das décadas seguintes, a análise do economista sobre os diversos governos militares reflete uma clara distinção valorativa entre a primeira gestão e as subsequentes, pois ele não tratava a ditadura como um bloco monolítico; ao contrário, avaliava individualmente cada presidente militar sob critérios estritos de competência administrativa, compromisso com a austeridade econômica e eficácia no combate à inflação. Nessa hierarquia, a figura de Castelo Branco emerge, em seus textos, como um paradigma de estadista inigualável.

Gudin nutria profunda admiração por Castelo Branco, descrevendo-o como um “Varão de Plutarco”, um homem de estatura moral e cívica excepcional, capaz de tomar decisões impopulares em nome do interesse nacional. Para ele, o marechal não liderou uma simples revolução, mas sim uma “providência imperativa” necessária para evitar o caos iminente gerado pelo governo de Goulart. Gudin destacava a “heroica tarefa de retificação” realizada por Castelo, que teria enfrentado a desorganização econômica herdada com coragem e sem concessões demagógicas.

A competência da equipe econômica de Castelo Branco, composta por nomes próximos de Gudin, como Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, foi consistentemente elogiada pelo economista, pois ele atribuía a esse grupo o sucesso inicial no combate à inflação e na restauração da ordem financeira, obtidos sem “exigir sacrifícios excessivos”, mas com a firmeza necessária.

Além disso, Gudin valorizava o compromisso de Castelo com a institucionalidade, considerando a Constituição de 1967 legado direto daquele governo e uma “obra de

sabedoria política”. Sua recusa em prolongar o próprio mandato foi interpretada por Gudin como um sinal de respeito à tradição republicana ideal de intervenções militares: corretivas e temporárias (O Globo, 24/07/1972 e 17/10/1977).

A transição para os governos posteriores marcou, na visão de Gudin, um declínio qualitativo. Sobre Costa e Silva, suas referências são menos pessoais e frequentemente ligadas ao desempenho econômico geral do período, que tido por ele como de continuidade na recuperação, mas já com os primeiros sinais de desvio da austeridade anterior. Por sua vez a gestão de Emílio Garrastazu Médici recebeu de Gudin uma avaliação ambivalente: por um lado o economista aplaudiu os resultados do “milagre econômico”, reconhecendo que o governo conseguiu “descontrair os horizontes do Brasil” e acumular reservas cambiais expressivas, por outro criticou o estilo de propaganda oficial, classificando o uso de termos ufanistas como um “insulto de demagogia”. Do ponto de vista estrutural, Gudin apontou erros estratégicos graves, como o abandono do transporte ferroviário em favor do rodoviário, e, mais criticamente, observou que o crescimento acelerado daquele período foi obtido à custa de alguma tolerância com a estabilidade monetária, gerando uma inflação reprimida que se tornaria um fardo para o sucessor (O Globo, 12/04/1971, 25/11/1974 e 18/07/1977).

Ernesto Geisel foi alvo das críticas mais severas de Gudin no campo da política econômica, embora o economista reconhecesse nele patriotismo e competência intelectual. A principal divergência residiu na resposta à crise do petróleo de 1973, pois Gudin condenou veementemente o que chamou de “teimosia” do presidente em manter o crescimento a qualquer custo – política que, segundo ele, viria a levar ao endividamento externo e à explosão inflacionária do final da década. Além disso, Gudin viu no governo Geisel um motor do “gigantismo estatal”, criticando a expansão descontrolada de empresas como a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce à margem do controle fiscal. Politicamente, embora tenha reconhecido o esforço de distensão, descreveu Geisel como um “autocrata” centralizador, que reduziu seus ministros à condição de meros assessores e afastou vozes divergentes e competentes como as de Roberto Campos e Delfim Netto (O Globo, 16/08/1976 e 19/03/1979).

Finalmente, a avaliação sobre João Baptista Figueiredo reflete a decepção de Gudín com o rumo final do regime. Inicialmente, o economista manifestou uma “esperança cautelosa”, elogiando o compromisso verbal do novo presidente com a privatização e o equilíbrio entre ordem e liberdade (O Globo, 06/03/1978). Contudo, essa expectativa se frustrou com o tempo, pois anos mais tarde Gudín passou a descrever Figueiredo como um homem bem-intencionado e de “coração aberto”, mas politicamente despreparado e movido por um “idealismo hereditário” que o cegava para a realidade econômica. Como veremos ao tratar da redemocratização, sua principal crítica era à prioridade dada por Figueiredo à abertura política em detrimento do combate à inflação. O economista também considerava a Lei Salarial do período desastrosa e via no descontrole dos gastos públicos uma consequência da tentativa de agradar ao eleitorado num processo de redemocratização que ele considerava prematuro e arriscado (O Globo, 05/05/1980 e 08/12/1980). Ao fazer o balanço final do ciclo militar num de seus textos (O Globo, 04/03/1985), Gudín classificou o governo Figueiredo como “apenas medíocre”, mas com o mérito de encerrar o período de exceção.

A CAMPANHA CONTRA A ESTATIZAÇÃO

Na década de 1970, o pensamento de Eugênio Gudín desempenhou um papel central na articulação da chamada “campanha contra a estatização”, movimento político e ideológico que ganhou força a partir de 1974 no contexto das reformas do governo Ernesto Geisel, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que foi a resposta governamental aos desafios impostos pela crise internacional do petróleo, desencadeada pelo embargo dos países árabes e pela subsequente quadruplicação dos preços do barril. Para Gudín, a atitude da OPEP configurava um ato de “pirataria” e “agressão econômica” de nações incivilizadas contra o Ocidente – mas a resposta interna do governo brasileiro, baseada na expansão de investimentos estatais, era igualmente condenável.

O marco inicial dessa campanha é frequentemente situado no discurso proferido por Gudín ao receber o título de “Homem de Visão”, no final de 1974, conferido pela revista Visão, uma publicação então recentemente adquirida por Henry Maksoud e transformada em veículo de propaganda neoliberal no país. No seu discurso (ver CPDOC, eug-pi-gudin-1974-00-00-1), Gudín alegava que o governo padecia de um “hermetismo” e

seria bom “abrir o diálogo”, até porque o próprio Geisel reconhecia em seu discurso de posse a necessidade de promover um “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo e estimulando uma maior participação das elites”, ao mesmo tempo que pudesse preservar a ordem e estabilidade.

No centro do discurso de Eugênio Gudín também estava a sua leitura da crise internacional do petróleo, evento que serviu de gatilho para a mudança de orientação econômica do governo Geisel. Gudín interpretou a ação do cartel da OPEP não como um mero reajuste de preços de mercado ou uma reivindicação geopolítica legítima, mas através de um prisma civilizacional. Em seus artigos na imprensa, ele classificou a atitude dos países produtores como atos de “pirataria” e de “agressão econômica” perpetrados por nações de “precária civilização, sem noção de ética internacional”, contra o mundo civilizado (O Globo, 28/10/1974). Anos mais tarde, ele ainda lamentaria que a “Civilização Ocidental”, historicamente baseada no carvão gerido por potências responsáveis, tivesse se tornado refém de um “acidente geológico” que colocou o petróleo sob o controle de “árabes e fanáticos”, contrastando a segurança da era anterior com a chantagem no presente (O Globo, 10/12/1979).

Após descrever o momento atormentado da economia mundial e a dificuldade de balancear as políticas de desenvolvimento com o equilíbrio monetário, Gudín conclui o discurso de agradecimento ao prêmio Homem de Visão de 1974 com uma “observação” sobre a “abrangente estatização da economia nacional”, que tornava nosso país o capitalismo “mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas”. Por isso perigávamos cair “na hipótese assinalada por von Mises em seu livro ‘Omnipotent Government’ em que a quase onipotência econômica conduz à onipotência política”.

Seu diagnóstico era, porém, ambivalente, pois reconhecia o civismo dos generais que impedia os efeitos mais negativos dessa estatização:

Depois de Castelo Branco tivemos nos últimos 7 anos Governos chefiados por militares patriotas e dedicados, mas com pouca propensão ao diálogo e mais afeitos ao Governo hermético. Prosseguiram, com grande proveito para o país, a obra de restauração econômica. O que se deve, em grande parte, ao fator “tranquilidade” de que gozavam esses Governos, em contraste com a “agitação”

inseparável da plena Democracia, mesmo em países de bem mais alta educação política do que a nossa, como a França, a Itália e a Inglaterra. ...

Os Governos autoritários que temos tido desde a Revolução têm podido ser quase imunes aos vícios das empresas estatais nos regimes democráticos – ingerência política, empreguismo, ineficiência sem sanções. Salvo o excessivo empreguismo militar, sobretudo nas empresas estatais, cada vez mais numerosas, o que é incompatível com o exercício do Poder Moderador e com o plano em que se devem situar as Forças Armadas no conjunto nacional. (CPDOC, eug-pi-gudin-1974-00-00-1, pp. 15-16)

Não há nada de propriamente extraordinário neste discurso de Gudin, ao menos nada divergente dos seus escritos semanais para O Globo. Porém, nesse momento, suas críticas de longa data ao estatismo (que ele já dirigia contra a Petrobrás e outras entidades desde os anos 1950) ganharam uma ressonância inédita junto ao empresariado e à imprensa.

O ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, em entrevista ao CPDOC (em D'Araujo e Castro, **Tempos Modernos, João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento**, 2004, p. 176), atribui ao discurso de Gudin o papel de catalisador para a adesão de boa parte do empresariado ao movimento, transformando críticas dispersas em uma demanda política organizada pela redução do papel do Estado na economia. Um exemplo desta campanha se deu no jornal O Estado de São Paulo, que publicou em fevereiro de 1975 uma série de matérias intituladas **Os Caminhos da Estatização**, acusando o governo de estar ocupando vários setores da economia, como o bancário, mineração, siderurgia, comunicações, transportes e mesmo fertilizantes. Num dos artigos o jornal indagou Gudin e Bulhões sobre o que vinha ocorrendo:

Para o professor Eugênio Gudin, por exemplo, a causa principal da estatização da economia brasileira é a existência de “um regime político de governo forte, adotado a partir de 1964, em que o decreto-lei passou a ser um fácil instrumento de reforma política, administrativa e social. “Os governos” – acrescenta o ex-ministro da Fazenda – “podem legislar à vontade, ouvindo quem quiser ouvir e se quiser ouvir, sem encontrar limites efetivos à sua ação.

— Resumindo: a pena está leve. É só escrever e surge a lei. Como consequência dessa facilidade de fazer livremente leis, o governo passou a proceder a uma hipertrofia do poder estatal em setores de importância, criando condições para o aparecimento do que podemos chamar de um “nacionalismo branco”. É, no fundo, o manifesto desejo do Estado de aumentar cada vez mais o seu poder e exercer o comando sobre o setor econômico.

O Professor Octávio Gouvea de Bulhões, em vários pronunciamentos, acentuou a absorção de importantes parcelas da poupança pública pelo Estado, principalmente por meio dos fundos, mas, intimamente, não está convencido de que se trata de uma política definida, de uma ação deliberada ou uma filosofia de governo. Tanto ele como muitos outros economistas admitem mais uma ausência de uma política definida do que a existência de uma consciente linha estatizante. (O Estado de São Paulo, 28/02/1975, p. 13)

Apesar de Gudin neste trecho responsabilizar os decretos-leis, ele partilhava a opinião de Bulhões sobre aquele não ser um processo intencional do governo, mas sim o resultado de certa inércia administrativa há muito instalada.

A historiografia por isso tem buscado explicar por que críticas antigas de liberais como Gudin adquiriram tal tração política naquele momento específico. Alguns estudos, como Bresser-Pereira em **Pactos Políticos** (1985), responsabilizam diretamente a desaceleração econômica devido à crise do petróleo, outros procuram mais propriamente alguma medida específica do governo, como a adoção do II PND ou, como o faz Adriano Codato em **A Burguesia contra o Estado?** (1995), a eliminação de diversos conselhos administrativos e outros canais tradicionais de representação corporativa que permitiam ao empresariado influenciar a formulação de políticas públicas.

Independente da razão precisa para a campanha, a sua repercussão teve efeitos profundos, pois nos anos seguintes se consolidou certa insatisfação empresarial com o regime. Também é muito debatido na literatura a relação entre o movimento antiestatizante e o posterior movimento pela abertura política e redemocratização. Há ao menos uma convergência discursiva: o argumento de que o Estado estava excessivamente fechado e centralizado, prejudicando a “iniciativa privada” ou a “sociedade civil”, serviu de ponte para questionamentos mais amplos sobre o regime militar. A campanha contra a estatização inadvertidamente acabou por preparar o terreno para a “campanha pela democratização” ao estabelecer um vocabulário sobre a necessidade de ter um Estado mais “aberto”, mesmo que isso significasse coisas muito diferentes para empresários e oposição política.

Qualquer que seja a relação entre as duas campanhas, a pressão exercida pela campanha contra a estatização em meados da década de 1970 forçou o governo militar a uma reação institucional. Reconhecendo o desgaste junto à sua base de apoio empresarial,

a administração federal começou a esboçar uma política oficial de “desestatização”. Há no arquivo pessoal de Gudin no CPDOC uma pasta (eug-cor-1976-03-23) com documentos relativos a um grupo de trabalho composto por empresários montado com tal fim (não nos é claro, contudo, qual o efeito prático de tal grupo).

Publicamente, Gudin acompanhou esses movimentos com um misto de incentivo e impaciência pedagógica. Em **A desestatização proposta pelo Governo** (O Globo, 3/05/1976), ele elogiou a iniciativa de Veloso de convocar as entidades de classe para apresentarem sugestões concretas sobre como reverter o avanço estatal. Contudo, Gudin mostrou-se implacável com o que considerava ser a falta de visão do próprio empresariado: criticou duramente a Federação do Comércio de São Paulo, que havia reagido com ceticismo à proposta governamental alegando falta de capital privado para adquirir as estatais. Para Gudin, esse argumento era falacioso: a transferência de ativos não exigiria necessariamente desembolso de dinheiro à vista, podendo ser realizada através de mecanismos como arrendamentos ou pagamentos parcelados com os lucros futuros das próprias empresas (O Globo, 03/05/1976).

Apesar dos esforços discursivos, a implementação da desestatização enfrentou obstáculos estruturais internos ao aparelho estatal. Gudin apontava a resistência do que chamava de “segundo escalão” (a burocracia estatal intermediária) e a dinâmica própria dos “Leviatãs” como a Petrobrás e o Vale do Rio Doce, que continuavam a se expandir e a criar subsidiárias à revelia das diretrizes ministeriais de contenção. Em abril de 1976, Gudin já manifestava frustração com a cautela excessiva do ministro Reis Veloso, contrastando-a com a facilidade com que privatizações haviam sido conduzidas no passado (O Globo, 19/04/1976).

No final da década, o tom de Gudin tornou-se mais grave quanto ao diagnóstico do tamanho do Estado, embora mantivesse a esperança na liderança política. Em 1978, comentou com otimismo as declarações de João Baptista Figueiredo, que prometia “privatizar todas as empresas estatais que pudermos”. Gudin observou que Figueiredo assumia um compromisso com a privatização de uma forma que nenhum outro governante fizera desde Castelo Branco (O Globo, 06/03/1978).

Entretanto, a realidade econômica continuava a divergir dessas expectativas. Já em 1980, Gudin afirmava que, à exceção do primeiro governo militar, a “Revolução” havia “resolvido socializar o Brasil”. Ele citava a existência de mais de 200 empresas estatais responsáveis por metade do Produto Nacional Bruto (O Globo, 24/03/1980). Para ilustrar a gravidade da situação perante a opinião pública, recorria a análises estrangeiras, citando o New York Times, que classificava o capitalismo brasileiro como o mais controlado pelo Estado em todo o mundo, excetuando-se apenas os regimes comunistas (O Globo, 08/11/1980, 08/06/1981).

Na visão de Gudin, o problema das estatais ultrapassava a ineficiência microeconômica e se tornava a raiz da desestabilização macroeconômica do país. Na década de 1980, ele identificou os “déficits gigantescos” das empresas públicas como o principal motor da inflação brasileira, superando até mesmo o impacto dos choques do petróleo (O Globo, 25/02/1980, 18/08/1980). Nesse contexto, ele ofereceu apoio entusiástico à proposta de Marcos Vianna, então presidente do BNDE, de vender estatais para grandes conglomerados privados nacionais considerados idôneos, como os grupos Antunes, Camargo Corrêa e Moreira Salles. Rebatendo novamente as teses sobre a falta de capital privado, Gudin insistia que tais vendas poderiam ser feitas a prazo (O Globo, 18/08/1980, 27/07/1981).

REDEMOCRATIZAÇÃO

É fundamental notar que, apesar da insistência em suas críticas ao “estatismo”, Eugênio Gudin manteve-se como um apoiador do regime até o final de sua vida. Suas críticas, assim como as de outros neoliberais brasileiros à época, não devem ser interpretadas como uma ruptura com a ditadura ou como atos de oposição ao regime. Para utilizar os termos de Albert Hirschman em **Exit, Voice, and Loyalty** (1970), a atitude de Gudin não foi de “exit” (saída ou ruptura com o regime), mas sim de “voice” (protesto visando melhorias): eram demandas por correção de rumos feitas por um leal apoiador que buscava reorientar o governo para o que ele considerava serem os princípios econômicos corretos a serem seguidos, sem jamais questionar a legitimidade do regime em si.

Nos anos finais de sua vida, Eugênio Gudín manteve uma postura consistentemente céptica e crítica em relação ao processo de abertura política conduzido pelo governo Figueiredo, pois, para o economista, a redemocratização que se desenhava no final da década de 1970 e início dos anos 1980 era extemporânea e incompatível com a realidade cultural do país. Mais grave ainda, Gudín considerava que a “obsessão” pela abertura era prejudicial ao saneamento da economia, uma vez que a política eleitoral impedia a aplicação dos remédios amargos necessários para combater a inflação e a crise da dívida.

Gudín sustentava que a liberdade política deveria ser uma consequência do desenvolvimento, e não sua causa. Já em 1973, ele argumentava que “não se poderia ter democracia verdadeira onde há miséria” e que o desenvolvimento econômico e a educação deveriam necessariamente preceder a abertura política total (O Globo, 02/07/1973). Sua crítica central ao governo Figueiredo residia no fato de o presidente priorizar a reforma política sobre a econômica num momento de grave crise financeira.

O argumento de Gudín era de que a estabilidade econômica exigia medidas impopulares (como cortes de gastos públicos e recessão controlada) que eram inviáveis num ambiente de competição eleitoral. Ele citava o então Ministro do Planejamento, Delfim Netto, para corroborar a tese de que era impossível combater a inflação via recessão “no instante em que se está fazendo uma abertura política” (O Globo, 24/03/1980). Em sua visão, Figueiredo deveria “cuidar mais do problema da inflação do que das tramas eleitorais” (O Globo, 19/09/1983). Essa prioridade concedida à abertura política resultou, segundo Gudín, em concessões demagógicas, exemplificadas pela Nova Lei Salarial que estipulava reajustes semestrais, um desastre inflacionário feito apenas para agradar o eleitorado (O Globo, 05/05/1980 e 26/07/1982). Para ele, a democratização aspirada pelo governo havia se degenerado em “apenas uma agitação regional das mais danosas”, caracterizada por generosidade salarial insustentável e grandes obras públicas (O Globo, 08/12/1980). Ele ainda afirmava que a democracia na América Latina era uma “planta frágil” e que o Brasil, carente de homogeneidade cultural, não tinha preparo para exercê-la (O Globo, 08/03/1982). A tentativa de instaurar o regime em tais condições resultaria no que ele chamou de uma “democracia prematura”, descrita como um “produto híbrido da Demagogia e da Estupidez” (O Globo, 07/07/1980). Essa imaturidade se refletia na formação dos partidos políticos da época, os quais Gudín criticava por não

serem agremiações de ideias ou princípios, mas meros agrupamentos em torno de “chefes políticos” e interesses pessoais (O Globo, 14/01/1980 e 03/08/1981).

Acrescente-se a isso os fortes ataques em seus textos na década de 1980 aos reclames por políticas de bem-estar social, que, dada a expansão demográfica brasileira, Gudin via como mais uma ameaça ao desenvolvimento do país:

No Brasil, os problemas do “welfare” foram agravados por mais de um século de escravidão e pelo incrível descaso dos governos diante do colossal surto da taxa de natalidade.

A taxa de natalidade, que nos países civilizados ficou abaixo de um por mil atinge, entre nós, o recorde mundial de 2,15 por mil. É uma avalanche de miseráveis, famintos e maltrapilhos que tentam penetrar nos núcleos urbanos já civilizados. Acresce a ojeriza da população mestiça e negra pelo trabalho e o pendor de todos para viverem às custas dos outros. “Vive à custa dos outros, sempre que puderes, e à tua quando não houver outro jeito”. ...

O caso de nosso “welfare” tem, ainda por cima, duas agravantes: a) a do político que troca votos por benefícios; b) o da ausência de recursos econômicos e financeiros para socorrer miseráveis e favelados, e o do esbanjamento dos intermediários.

O Presidente Figueiredo adotou como “carro-chefe” de seu pacote, a implantação da democracia, sem dizer, nem mesmo pensar, na origem dos recursos que tal implantação exige, a não ser a de esfolar o setor ativo, mas já tão exausto, da Nação. (O Globo, 02/05/1983)

Por tudo isso, no contexto da sucessão presidencial e da campanha das “Diretas Já”, Gudin posicionou-se firmemente contra o voto direto. Argumentava que, num país com baixos níveis de educação política, a eleição direta para a Presidência constituía a “mais desastrosa caricatura da democracia”, favorecendo a ascensão de demagogos e aventureiros (O Globo, 28/11/1983). Em contrapartida, defendia a manutenção das eleições indiretas (via Senado ou Colégio Eleitoral), funcionando como um mecanismo de “filtro” necessário para decantar o eleitorado e evitar escolhas baseadas puramente no apelo emocional (O Globo, 30/04/1984). Ele na verdade já havia alertado em 1982 sobre a necessidade de “marchar para uma forma de Governo Representativo” através da “triagem do eleitorado”, para livrá-lo dos elementos “inaptos e menos responsáveis” (O Globo, 13/09/1982). Para garantir a ordem durante esse processo, Gudin acreditava que a abertura só seria viável se mantivesse a supervisão das Forças Armadas. Eis que, em plenos anos 1980, ele reiterava a sua tese de que os militares exerciam o papel de “poder

moderador” necessário para evitar o caos e a subversão típicos da política latino-americana. A transição, portanto, exigia um “perfeito entrosamento entre o Presidente da República e as Forças Armadas” e a preservação da “incolumidade do prestígio militar” (O Globo, 25/05/1981).

Nas eleições indiretas de 1985, Gudin manifestou seu apoio a Aureliano Chaves, vice-presidente de Figueiredo, contra as candidaturas da oposição e do próprio partido governista (refiro-me à candidatura de Paulo Maluf pelo PDS, antigo ARENA), que Gudin considerava inadequadas. Sua justificativa sintetizava sua visão elitista e civilizatória da política:

A campanha de seus competidores rumo para o plano da comparsaria e interesses pessoais; a de Aureliano para o plano dos interesses do Brasil. A campanha de Aureliano vai visar a civilização, a cultura, a prosperidade, relevando a segundo plano as favelas, as promessas, o carnaval, os interesses e a pagodeira. (O Globo, 13/02/1984)

5. CONCLUSÃO

Eugênio Gudín não deve ser compreendido apenas como economista liberal, monetarista ortodoxo ou fundador da ciência econômica brasileira, como ainda infelizmente é comumente apresentado pela literatura secundária, mas também como um pensador e intérprete do Brasil, cujo projeto intelectual articulou economia, civilização, autoridade, desenvolvimento e tutela política. Ao longo do trabalho, argumentamos que seu liberalismo não foi um resíduo anacrônico do século XIX (como às vezes Celso Furtado tenta argumentar), nem uma ideia estrangeira fora do lugar (à la Roberto Schwarz), mas uma forma especificamente brasileira, mesmo que desterrada em sua própria terra, de neoliberalismo de primeira geração, profundamente enraizada nas disputas nacionais sobre desenvolvimento, democracia, inflação, Estado e povo.

Por um lado, Gudín se insere plenamente naquilo que Carlos Fico chamou de “utopia autoritária brasileira”: a crença de que os grandes males nacionais, como corrupção e comunismo, indisciplina e indolência, poderiam ser sanados por uma intervenção pedagógica do Estado sobre o povo. Mas ele também se insere, com igual precisão, na tradição neoliberal internacional de primeira geração. Seus ataques ao socialismo, ao planejamento, à redistribuição, ao nacionalismo econômico e à expansão dos direitos sociais, bem como sua defesa de uma ordem internacional hierárquica, da civilização ocidental e da blindagem institucional do mercado, aproximam-no de Hayek, Mises, Röpke, Lippmann e tantos outros membros do movimento neoliberal transnacional. Seu objetivo era, pois, construir uma “Great Society” tropical.

Do mesmo modo o liberalismo de Gudín não pode ser descrito como defesa simples do *laissez-faire*. Seu projeto declarado era o de um liberalismo policiado, no qual o Estado deveria ser forte o bastante para proteger o mercado, sem atuar como produtor direto. Mas deveria ainda fomentar suas condições de possibilidade: moeda estável, infraestrutura, capital humano, modernização agrícola, ordem social. A liberdade que Gudín defendia era, antes de tudo, uma liberdade civilizada – e, para ele, civilizar o Brasil significava discipliná-lo.

Ao longo da tese, argumentamos que o conceito de civilização organiza todo esse pensamento, pois era, ao mesmo tempo, diagnóstico, norma e programa. Por meio dele, Gudin pôde apresentar o capitalismo como culminação do progresso humano, a inflação como patologia moral da sociedade, a pobreza como carência de produtividade, o atraso brasileiro como déficit de formação humana e a democracia como ameaça. E, diferentemente de autores que procuraram valorizar alguma originalidade brasileira, Gudin via o país como fronteira incompleta da civilização ocidental. O Brasil lhe aparecia como um grande sertão castigado pela herança ibérica, pela fragilidade sanitária e educacional da população, pela baixa produtividade, pela inexperiência de autogoverno e pela demagogia.

Por outro lado, muito há de ser feito para desfazer a visão do neoliberalismo demasiadamente centrada no Ocidente, pois, assim como o liberalismo de forma mais geral, também o neoliberalismo se manifestou de diferentes formas nos mais diversos cantos do mundo, demandando de seus proponentes o enfrentamento de desafios singulares e a correspondente adaptação ideológica que muitos neoliberais ocidentais não enfrentaram. Quanto a isso, Gudin aqui no Brasil teve seu trabalho facilitado, por ter podido acreditar não existir uma “civilização brasileira” com tradição digna e própria a demandar ajustes aos princípios liberais e modernos. Em contraste, como apresentam Plehwe e Slobodian em **Market Civilizations** (2022), neoliberais de outras partes do mundo tiveram que argumentar haver uma sinergia profunda entre os tais princípios liberais modernos e as heranças milenares de seus respectivos países, como o islã ou o budismo. Há ainda que se desenvolver um estudo comparado sobre como as diferentes histórias coloniais afetaram as doutrinas neoliberais mundo afora.

Mas Gudin foi neoliberal antes que o neoliberalismo se tornasse uma palavra associada às reformas dos anos 1980 e 1990. É preciso por isso também questionar a cronologia habitual do neoliberalismo no Brasil e mostrar que ele não foi uma novidade importada tardiamente, mas uma corrente atuante no interior da própria formação do Brasil contemporâneo. Tal neoliberalismo já estava presente, mesmo que de forma relativamente pouco organizada, nas décadas centrais do século, em figuras como Eugênio Gudin, Octávio Bulhões, Paulo Ayres Filho, Henry Maksoud e outros atores de uma forma ou outra conectados às redes transnacionais da Sociedade Mont Pèlerin.

As mutações posteriores do neoliberalismo brasileiro não anulam essa herança, embora a tenham transformado, já que a incorporação das teorias da Escola de Chicago, da economia do capital humano, da inovação induzida e da análise econômica das instituições permitiu substituir a linguagem explicitamente civilizacional e culturalista de Gudin por um vocabulário mais formalizado e aparentemente universalista. Onde Gudin via populações incultas e indolentes, autores como Theodore Schultz passaram a falar de agentes racionais, pobres, mas eficientes, limitados por escassez de tecnologia e capital humano. A mudança é teoricamente significativa, mas, em termos de política pública, muitas continuidades permaneceram: prioridade à produtividade econômica, estabilidade monetária, abertura comercial, crítica à redistribuição, à reforma agrária, preferência por intervenções estatais que construam mercados em vez de confrontar o regime de propriedade. Um caso típico é a independência do Banco Central, que continua na ordem do dia ainda hoje, quase um século depois de Gudin ter começado a propô-lo.

Para finalizar, há certo tom amargo e frustrado em neoliberais como Gudin, dado que o país nunca seguiu à risca o rumo que tanto desejavam. Em plena vaga neoliberal dos anos 1990, Roberto Campos, sempre muito lúcido e eloquente, expressou muito bem este sentimento:

Quanto Gudin completou 100 anos fui visitá-lo. Sugeri que escrevesse um livro: Meus primeiros cem anos. “Não, respondeu ele, o livro que escreverei se chama: A amante que me enganou”. E acrescentou: “a amante que mais amei se chama ‘Brasil’ e foi a que mais me corneou...” É a sensação que temos todos os velhos economistas da minha geração: “o país nos traiu” ... Mas há um grande vazio na minha paisagem. Foram-se os mestres que tanto serviram o país e que nunca receberam o reconhecimento das multidões. (Campos, **Reflexões do Crepúsculo**, 1991, p. 66)

Esperamos que nosso trabalho contribua para sanar esta injustiça histórica. Por outro lado, reconhecer sua centralidade não significa apenas lembrar um personagem esquecido. Significa compreender também que uma parte decisiva da modernização conservadora nacional foi formulada em linguagem neoliberal e que o neoliberalismo é parte integrante da identidade nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Eugênio Gudín: a expressão do pensamento liberal no Brasil entre o imediato pós-guerra e o final da década de 50**. 1998. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ABRAMOVEY, Ricardo. Progresso técnico: a indústria é o caminho? **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, p. 233–246, 1985.
- ABREU, Marcelo de Paiva (ORG.). **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- ABREU, Marcelo de Paiva; SOUZA, Pedro Carvalho Loureiro De. “Palatable Foreign Control”: British money doctors and central banking in South America, 1924-1935. **Textos para discussão**, Textos para discussão. [S. l.], Textos para discussão, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/rio/texdis/597.html>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- ADLY, Amr. **Cleft capitalism: the social origins of failed market making in Egypt**. Stanford: Stanford University Press, 2020.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 76, p. 49–86, 2009. DOI: [10.1590/S0102-64452009000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003).
- ALVES, Eliseu. Pesquisa agrícola como instrumento de política. *Em*: 1980, Brasília. **Anais [...]. Em**: 5. REUNIÃO DOS DIRIGENTES DA EMBRAPA. Brasília
- ALVES, Eliseu. Educação, Pesquisa e Assistência Técnica. *Em*: YEGANIAN TZ, Levon (org.). **Pesquisa agropecuária: perspectiva histórica e desenvolvimento institucional: Eliseu Roberto de Andrade Alves e outros**. Brasília: Embrapa, 1985. a.
- ALVES, Eliseu. Transformação da agricultura tradicional. *Em*: SOUZA, Luis Gomes; JANUÁRIO, Mariza da Costa (org.). **Coletânea de trabalhos publicados: Eliseu Roberto de Andrade Alves e outros**. Brasília: Embrapa, 1985. b. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1068513>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- ALVES, Eliseu. Embrapa: um caso bem-sucedido de inovação institucional. Brasília, p. 65–73, 2010.
- ALVES, Eliseu; PASTORE, José; PASTORE, Affonso. **Coletânea de Trabalhos sobre a Embrapa (1977)**. Brasília: Embrapa, 1977.
- ALVES, Eliseu; PASTORE, José; PASTORE, Affonso. **Coletânea de Trabalhos sobre a Embrapa (1980)**. Brasília: Embrapa, 1980.
- ALVES, Eliseu; SCHUH, George Edward. **O desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. *Agência Pública*, 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 12 maio. 2026.

- ANDERSON, Benedict R. O'G. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London, New York: Verso, 2006.
- ARANZADI DEL CERRO, Javier. **Liberalism against liberalism: theoretical analysis of the works of Ludwig von Mises and Gary Becker**. New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Fundo Instituto do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: BR RJANRIO QL. Rio de Janeiro Disponível em: https://sian.an.gov.br/sian-nex/consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em: 14 maio. 2026.
- ARRIGHI, Giovanni; KAINDL, Christina (ORG.). **Kapitalismus reloaded: Kontroversen zu Imperialismus, Empire und Hegemonie**. Hamburg: VSA-Verl, 2007.
- AUDIER, Serge. **Le socialisme libéral**. Paris: La Découverte, 2006.
- AUDIER, Serge. **Néolibéralisme(s)**. Paris: Grasset, 2012.
- AUDIER, Serge. **Les théories de la République**. Paris: la Découverte, 2015. a.
- AUDIER, Serge. **Penser le “néolibéralisme” : le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme**. Latresne: Le Bord de l'eau, 2015. b.
- BACON, Mattew et al. Money Doctors from the 1800s to the Present. **Studies in Applied Economics**, [S. l.], n. 223, 2022.
- BAILEY, Norman A. The Colombian “Black Hand”: A Case Study of Neoliberalism in Latin America. **The Review of Politics**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 445–464, 1965. DOI: [10.1017/S0034670500005726](https://doi.org/10.1017/S0034670500005726).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História da SUMOC**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp?frame=1>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- BARTEL, Fritz. **The triumph of broken promises: the end of the Cold War and the rise of neoliberalism**. Cambridge, Massachusetts London, England: Harvard University Press, 2022. DOI: [10.4159/9780674275805](https://doi.org/10.4159/9780674275805).
- BEBNOWSKI, David. **Die Alternative für Deutschland: Aufstieg und gesellschaftliche Repräsentanz einer rechten populistischen Partei**. Wiesbaden: Springer VS, 2015.
- BEBNOWSKI, David. Murray Rothbard's Populist Blueprint: Paleo-Libertarianism and the Ascent of the Political Right. **JAAAS: Journal of the Austrian Association for American Studies**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 35–53, 2024. DOI: [10.47060/JAAAS.V6I1.209](https://doi.org/10.47060/JAAAS.V6I1.209).
- BEBNOWSKI, David; SLOBODIAN, Quinn. Murray Rothbard: Der Vordenker des neuen Rechtspopulismus. **Die Zeit**, Hamburg, 2024. Disponível em: <https://www.zeit.de/kultur/2024-09/murray-rothbard-palaeo-koalition-javier-mi-lei-oekonomie/komplettansicht>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- BECK, Naomi. **Hayek and the evolution of capitalism**. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

- BECKER, Gary S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 70, n. 5, Part 2, p. 9–49, 1962. DOI: [10.1086/258724](https://doi.org/10.1086/258724).
- BECKER, Gary S. **The economic approach to human behavior**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1978.
- BECKER, Gary S. **The Economic Way of Looking at Life**. Chicago: Coase-Sandor Institute for Law & Economics, 1993. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1509&context=law_and_economics.
- BECKER, Gary S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed., [reprint] ed. Chicago, Ill.: The Univ. of Chicago Press, 2008.
- BECKER, Gary S. **Treatise on the Family**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- BECKER, Gary S.; ELÍAS, Julio Jorge. Introducing Incentives in the Market for Live and Cadaveric Organ Donations. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 3–24, 2007. DOI: [10.1257/jep.21.3.3](https://doi.org/10.1257/jep.21.3.3).
- BECKER, Gary S.; POSNER, Richard A. **Uncommon sense: economic insights, from marriage to terrorism**. Repr ed. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2010.
- BECKERT, Jens. The exhausted futures of neoliberalism: from promissory legitimacy to social anomy. **Journal of Cultural Economy**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 318–330, 2020. DOI: [10.1080/17530350.2019.1574867](https://doi.org/10.1080/17530350.2019.1574867).
- BEL, Germà. Against the Mainstream: Nazi Privatization in 1930s Germany. **SSRN Electronic Journal**, [S. l.], 2006. DOI: [10.2139/ssrn.895247](https://doi.org/10.2139/ssrn.895247). Disponível em: <http://www.ssrn.com/abstract=895247>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- BELL, Duncan. What Is Liberalism? **Political Theory**, [S. l.], v. 42, n. 6, p. 682–715, 2014. DOI: [10.1177/0090591714535103](https://doi.org/10.1177/0090591714535103).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga De Mello; COUTINHO, Renata (ORG.). **Desenvolvimento Capitalista No Brasil: V.i**. Campinas: Unicamp, 1998.
- BHOLAT, David. Hayek's 'Great Society': on civilization and its savages. **Journal of Political Ideologies**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 175–188, 2010. DOI: [10.1080/13569317.2010.482376](https://doi.org/10.1080/13569317.2010.482376).
- BIDERMAN, Ciro; CAMPOS, Roberto de Oliveira; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. 1a ed ed. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIEBRICHER, Thomas. Neoliberalism and Democracy. **Constellations**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 255–266, 2015. DOI: [10.1111/1467-8675.12157](https://doi.org/10.1111/1467-8675.12157).
- BIEBRICHER, Thomas. **The political theory of neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2018.
- BIEBRICHER, Thomas. The revolution will not be theorized: Neoliberal thought and the problem of transition. **Constellations**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 506–519, 2024. DOI: [10.1111/1467-8675.12713](https://doi.org/10.1111/1467-8675.12713).

- BIEBRICHER, Thomas; BONEFELD, Werner; NEDERGAARD, Peter (ORG.). **The Oxford handbook of ordoliberalism**. Oxford: Oxford university press, 2022.
- BIEBRICHER, Thomas; VOGELMANN, Frieder (ORG.). **The birth of austerity: German ordoliberalism and contemporary neoliberalism**. London, New York: Rowman & Littlefield International, Ltd, 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (ORG.). **Cinquenta Anos De Pensamento Na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 41, p. 91–110, 2001. DOI: [10.1590/S0103-40142001000100009](https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100009).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), 1988. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16111>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; BOIANOVSKY, Mauro; COUTINHO, Mauricio Chalfin (ORG.). **A history of Brazilian economic thought: from colonial times through the early 21st century**. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023.
- BLUNDELL, John (ORG.). **Waging the war of ideas**. Fourth edition ed. London: Institute of Economic Affairs, 2015.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto; MORRESI, Sergio. Las derechas argentinas en el siglo XX: ensayo sobre su vínculo con la democracia. **Iberoamérica global**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 17–48, 2011.
- BOIANOVSKY, Mauro. The Brazilian Connection in Milton Friedman's 1967 Presidential Address and 1976 Nobel Lecture. **History of Political Economy**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 367–396, 2020.
- BONEFELD, Werner. Freedom and the Strong State: On German Ordoliberalism. **New Political Economy**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 633–656, 2012. DOI: [10.1080/13563467.2012.656082](https://doi.org/10.1080/13563467.2012.656082).
- BONEFELD, Werner. **A critical theory of economic compulsion: wealth, suffering, negation**. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023.
- BORGES, Maria Angélica. **Eugenio Gudín: Capitalismo E Neoliberalismo**. São Paulo: Educ, 1996.
- BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudín: As Controvérsias do Neoliberalismo Caboclo. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 466–479, 2000. DOI: [10.1590/0101-31572000-1421](https://doi.org/10.1590/0101-31572000-1421).
- BORGES, Maria Angélica. Bresser-Pereira & Eugênio Gudín: pensamento e ação a partir da análise econômica. Em: JOSÉ MARCIO REGO; LILIAN FURQUIM; YOSHIKI NAKANO (eds.). **Em Busca do Novo: o Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-pereira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=2aQqWJgAAAAJ&citation_for_view=2aQqWJgAAAAJ:Se3iqnhoufwC. Acesso em: 11 maio. 2026.

- BORGES, Maria Angélica; BOCCHI, João Ildebrando. Capitalismo naturalista e modo de produção capitalista. **Verinotio**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 24–24, 2019.
- BORTONE, Elaine De Almeida. Os ipesianos no poder (1964-1967). **História Unisinos**, [S. l.], v. 27, n. 02, p. 318–331, 2023. DOI: [10.4013/hist.2023.272.08](https://doi.org/10.4013/hist.2023.272.08).
- BOTTICELLI, Sebastián. El miedo al totalitarismo en los albores del discurso neoliberal. **Question/Cuestión**, [S. l.], v. 1, n. 49, p. 16–32, 2016.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231–269, 2005.
- BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 maio. 2026.
- BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. **O Conservadorismo em Construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966)**. 2008. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone books, 2015.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies". **Critical Times**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 60–79, 2018. DOI: [10.1215/26410478-1.1.60](https://doi.org/10.1215/26410478-1.1.60).
- BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ORG.). **Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. 5: Pro - Soz.** Stuttgart: E. Klett-J. G. Cotta, 1984. v. 5
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ORG.). **Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. 3: H - Me.** Unveränderte Nachdruck der 1. Auflage ed. Stuttgart: Klett-Cotta, 1995.
- BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (ORG.). **Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. 7: Verw - Z.** Unveränd. Nachdr. der 1. Aufl ed. Ort nicht ermittelbar: Verlag nicht ermittelbar, 1997. v. 7
- BULHÕES, Octavio Gouvêa De. Economia e Nacionalismo. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 91–117, 1952.
- BÜREN, María Paula De. **Contraofensiva neoliberal: la Escuela Austríaca de Economía en el centro estratégico de la disputa**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20200824052712/Contraofensiva-neoliberal.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

- BURGIN, Angus. **The great persuasion: reinventing free markets since the Depression**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2012.
- BURROW, J. W. **Whigs and liberals: continuity and change in English political thought**. Oxford, New York: Clarendon Press ; Oxford University Press, 1988.
- CAHILL, Damien; COOPER, Melinda; KONINGS, Martijn; PRIMROSE, David (ORG.). **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. London: SAGE, 2018. DOI: [10.4135/9781526416001](https://doi.org/10.4135/9781526416001). Disponível em: <https://sk.sagepub.com/reference/the-sage-handbook-of-neoliberalism>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- CALDWELL, Bruce. **Mont Pèlerin 1947: Transcripts of the Founding Meeting of the Mont Pèlerin Society**. Chicago: Hoover Institution Press, 2022.
- CALLISON, William; MANFREDI, Zachary. **Mutant neoliberalism: market rule and political rupture**. New York: Fordham university press, 2020.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Reflections on Latin American Development**. Austin: University of Texas Press, 1967.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio de História Econômica e Sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1976.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Reflexões do Crepúsculo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa: memórias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira; ALMEIDA, Paulo Roberto De. **A Constituição contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988**. São Paulo: LVM, 2018.
- CANNONE, Helio. Entre a crítica do iberismo e a adesão ao desenvolvimentismo: a interpretação da história pelos liberais da República de 1946. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 876–900, 2023. DOI: [10.1590/2237-101x02405413](https://doi.org/10.1590/2237-101x02405413).
- CARDOSO, Fernando Henrique. O Papel dos Empresários no Processo de Transição: o Caso Brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9–27, 1983.
- CARNEIRO, Paulo Berredo (ORG.). **Eugênio Gudin Visto por seus Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- CARVALHO, Julio Cesar Pereira De. Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro. **Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, [S. l.], v. 8, n. 15, 2021. DOI: [10.62782/2318-9657.2020.382](https://doi.org/10.62782/2318-9657.2020.382). Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/382>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda De. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 471–498, 2011. DOI: [10.1590/S0104-59702011000200010](https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000200010).
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa**

- (1980-2014). 2016. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- CÊPEDA, Vera Alves. O Pensamento Político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. **e-l@atina**, Buenos Aires, v. 3, n. 9, 2004. a.
- CÊPEDA, Vera Alves. **Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrial no Brasil – limites e impasses**. 2004b. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CÊPEDA, Vera Alves. Celso Furtado e a Interpretação do Subdesenvolvimento. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, 2005.
- CÊPEDA, Vera Alves. Entre a Economia e a Política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, p. 1–128, 2012.
- CHAFUEN, Alejandro. **Raíces cristianas de la economía de libre mercado**. Santiago: Fundación para el Progreso, 2013. Disponível em: https://fppchile.org/wp-content/uploads/2014/09/Raices_Cristianas_de_la_Economia_de_Libre_Mercado.pdf.
- CHALOUB, Jorge. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. 2015. Tese de Doutorado - Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados**, [S. l.], v. 61, n. 4, p. 385–428, 2018. DOI: [10.1590/001152582018163](https://doi.org/10.1590/001152582018163).
- CHALOUB, Jorge. O Brasil dos Bacharéis: um discurso liberal udenista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], n. 107, p. 263–304, 2019. DOI: [10.1590/0102-263304/107](https://doi.org/10.1590/0102-263304/107).
- CHALOUB, Jorge. **Interpretações contemporâneas do Brasil**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.
- CHALOUB, Jorge; CANNONE, Helio. Para além do antagonismo: desenvolvimentismo e liberalismo no Brasil da República de 1946. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 38, p. e258433, 2022. DOI: [10.1590/0103-3352.2022.38.258433](https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.258433).
- CHALOUB, Jorge; LYNCH, Christian. O pensamento político-constitucional da República de 1988: um balanço preliminar (1988-2017). Em: HOLLANDA, Cristina Buarque; VEIGA, Luciana Fernandes; OSWALDO, Amaral (org.). **A Constituição de 1988 Trinta Anos Depois**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- CHAMPS, Emmanuelle De. **Enlightenment and utility: Bentham in French, Bentham in France**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CODATO, Adriano Nervo. A Burguesia Contra o Estado? Crise Política, Ação de Classe e os Rumos da Transição. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 04–05, p. 55–87, 1995. DOI: [10.5380/rsocp.v0i04-05.39361](https://doi.org/10.5380/rsocp.v0i04-05.39361).
- COELHO, Fernando Mendes. **O Pensamento de Friedrich Hayek no Brasil: uma investigação sobre neoliberalismo, autoritarismo, desigualdade e injustiça social**

- (1946-1994). 2023. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- COHEN, R. S.; SCHNELLE, Thomas; FLECK, Ludwik (ORG.). **Cognition and fact: materials on Ludwik Fleck**. Dordrecht, Boston: D. Reidel Pub. Co. ; Sold and distributed in the U.S.A. and Canada by Kluwer Academic Publishers, 1986.
- COLFFIELD, Carol. Liberais Clássicos no Ministério da Fazenda: Visões sobre a política econômica de Eugênio Gudin em jornais brasileiros (Agosto, 1954-Abril, 1955). **História e Economia**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 80–97, 2022.
- COLLIER, David (ORG.). **The New Authoritarianism in Latin America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.
- CONDE, Mauro Lucio Leitão. **Ludwik Fleck. Estilos de Pensamento na Ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- COOPER, Melinda. The Alt-Right: Neoliberalism, Libertarianism and the Fascist Temptation. **Theory, Culture & Society**, [S. l.], v. 38, n. 6, p. 29–50, 2021. DOI: [10.1177/0263276421999446](https://doi.org/10.1177/0263276421999446).
- COOPER, Melinda. **Counterrevolution: extravagance and austerity in public finance**. New York: Zone Books, 2024.
- COOPER, Melinda; MABIE, Ben. **Family Matters**. **Viewpoint Magazine**, 2018. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2018/03/19/family-matters/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- CORNELISSEN, Lars. Neoliberalism and the racialized critique of democracy. **Constellations**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 348–360, 2020. DOI: [10.1111/1467-8675.12518](https://doi.org/10.1111/1467-8675.12518).
- CORNELISSEN, Lars. **Ten Theses on Race and Neoliberalism**. **Blog of the APA**, 2022. Disponível em: <https://blog.apaonline.org/2022/01/10/ten-theses-on-race-and-neoliberalism/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- CORNELISSEN, Lars. **Neoliberalism and race**. Stanford: Stanford University Press, 2025. a.
- CORNELISSEN, Lars. Neoliberal imperialism. **Politics**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 185–201, 2025. b. DOI: [10.1177/02633957231164035](https://doi.org/10.1177/02633957231164035).
- CORNELISSEN, Lars; IBLED, Carla. Between neoliberalism and fascism: Louis Rougier, race, and the ends of neoliberal ideology. **Distinktion: Journal of Social Theory**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 7–28, 2026. DOI: [10.1080/1600910X.2025.2483768](https://doi.org/10.1080/1600910X.2025.2483768).
- CORSI, Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2006. DOI: [10.29182/hehe.v9i2.108](https://doi.org/10.29182/hehe.v9i2.108). Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/108>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- COUTINHO, Luciano G. Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 68–89, 1981. DOI: [10.1590/0101-31571981-1077](https://doi.org/10.1590/0101-31571981-1077).
- COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 162–175, 1983. DOI: [10.1177/03058298830120020701](https://doi.org/10.1177/03058298830120020701).
- CPDOC, FGV-RJArquivo Clemente Mariani. . Rio de Janeiro Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/casa-acervo>. Acesso em: 14 maio. 2026a.
- CPDOC, FGV-RJArquivo Eugênio Gudin. . Rio de Janeiro Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/casa-acervo>. Acesso em: 14 maio. 2026b.
- CPDOC, FGV-RJArquivo Paulo Ayres Filho. . Rio de Janeiro Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/casa-acervo>. Acesso em: 14 maio. 2026c.
- CRAIG, David. Republicanism versus liberalism: towards a pre-history. **Intellectual History Review**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 101–130, 2023. DOI: [10.1080/17496977.2022.2148324](https://doi.org/10.1080/17496977.2022.2148324).
- CRANSTON, Maurice. Ideology | Nature, History, & Significance. *Em*: **Britannica**., 2026.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Tempos Modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- D'ARAUJO, Maria; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (ORG.). **Visões Do Golpe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DAVIDSON, James Dale; REES-MOGG, William. **The sovereign individual: mastering the transition to the information age**. New York: Touchstone, 1999.
- DAVIES, William. Neoliberalism: A Bibliographic Review. **Theory, Culture & Society**, [S. l.], v. 31, n. 7–8, p. 309–317, 2014. DOI: [10.1177/0263276414546383](https://doi.org/10.1177/0263276414546383).
- DAVIES, William. The New Neoliberalism. **New Left Review**, [S. l.], n. 101, p. 121–134, 2016.
- DAVIES, William; CHAKRABORTTY, Aditya. **The limits of neoliberalism: authority, sovereignty and the logic of competition**. Revised edition ed. Los Angeles, London: SAGE, 2017.
- DAVIES, William. **The Road from Mont Pelerin to Silicon Valley. Political Economy Research Centre**, 2022. Disponível em: https://www.goldperc.uk/project_posts/the-road-from-mont-pelerin-to-silicon-valley/. Acesso em: 11 maio. 2026.
- DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 1–25, 1992. DOI: [10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x).
- DIETER PLEHWE. **Javier Milei und die Hayek-Gesellschaft**. 2024. Disponível em: <https://www.rosalux.de/news/id/52217/javier-milei-und-die-hayek-gesellschaft>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- DIGESTO ECONÔMICO. **Eugênio Gudin, 100 anos**. , 1986.

- DJUROVIC, Camila Alvarez. **Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964)**. 2021. Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: [10.11606/D.8.2021.tde-23062021-195541](https://doi.org/10.11606/D.8.2021.tde-23062021-195541). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-23062021-195541/>. Acesso em: 1 out. 2021.
- DOERING-MANTEUFFEL, Anselm; LEONHARD, Jörn (ORG.). **Liberalismus im 20. Jahrhundert**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015.
- DOHERTY, Brian. **Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American libertarian movement**. New York: PublicAffairs, 2008.
- DOWNS, Anthony; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira; CARVALHO, Michiko Shiro De. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- DREIFUSS, René Armand. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DUARTE, Jorge. **Prosa com Eliseu**. Brasília: Embrapa, 2018.
- DYZENHAUS, David; POOLE, Thomas M. **Law, liberty and state: Oakeshott, Hayek and Schmitt on the rule of law**. Cambridge: Cambridge university press, 2015.
- EBENSTEIN, Lanny. **The Indispensable Milton Friedman: Essays on Politics and Economics**. Washington: Regnery Publishing, Incorporated, An Eagle Publishing Company, 2012.
- EDITORS, Historia Mundum. **Brazilian Economy in the Café Filho Administration**. 2024. Disponível em: <https://historiamundum.com/brazilian-economy-cafe-filho>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- EDLER, Flavio Coelho. Opilação, hipoemia ou ancilostomíase?* A sociologia de uma descoberta científica. *Em*: 2004, **Anais [...]**. [s.l: s.n.] Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:158431621>.
- EGLOFF, Rainer (ORG.). **Tatsache - Denkstil - Kontroverse: Auseinandersetzungen mit Ludwik Fleck**. 1. Aufl ed. Zürich: Collegium Helveticum, 2005.
- ERICKSON, Paul; KLEIN, Judy L.; DASTON, Lorraine; LEMOV, Rebecca M.; STURM, Thomas; GORDIN, Michael D. **How reason almost lost its mind: the strange career of Cold War rationality**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2013.
- FARIA, Ivan Gambus. **Revisitando Eugênio Gudín na década de 50: uma investigação sobre seu aperfeiçoamento acadêmico a partir de materiais de arquivo, da Revista Brasileira de Economia e dos Princípios de Economia Monetária**. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47320>. Acesso em: 11 maio. 2026.

- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa No Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FESER, Edward. **Hayek's Tragic Capitalism**. 2019. Disponível em: <https://claremontreviewofbooks.com/hayeks-tragic-capitalism/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- FICO, Carlos. **Utopia Autoritária Brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje**. São Paulo: Crítica, 2025.
- FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. Eliseu Alves e a moderna agricultura do Brasil. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 28–28, 2022.
- FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira; GASQUES, José Garcia (ORG.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.
- FILHO, Marcelo Lourenço; MARCONDES, Renato Leite. Pensando o Banco Central antes de 1964: As ideias de Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 79, n. 4, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/90239>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- FINLAYSON, Alan. Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. **Theory, Culture & Society**, [S. l.], v. 38, n. 6, p. 167–190, 2021. DOI: [10.1177/02632764211036731](https://doi.org/10.1177/02632764211036731).
- FLANDREAU, Marc. Crises and Punishment : Moral Hazard and the pre-1914 international financial architecture. *Em*: HAL 2003a, London. **Anais [...]**. *Em*: DISCUSSION PAPER NO. 3742. London: Centre for Economic Policy Research, 2003.
- FLANDREAU, Marc (ORG.). **Money doctors: the experience of international financial advising 1850-2000**. London: Routledge, 2003. b.
- FLECK, Amaro De Oliveira. Autodeterminação como opressão: liberdade e ordem espontânea em F. A. Hayek. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 443–460, 2023. DOI: [10.5007/1677-2954.2023.e94968](https://doi.org/10.5007/1677-2954.2023.e94968).
- FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.
- FONSECA, Francisco César Pinto. **A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987)**. 1994. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Em*: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.
- FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Moral Views of Market Society. **Annual Review of Sociology**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 285–311, 2007. DOI: [10.1146/annurev.soc.33.040406.131642](https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131642).
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1798-1979)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

- FREEDEN, Michael. **Liberal languages: ideological imaginations and twentieth-century progressive thought**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2005.
- FREEDEN, Michael; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; LEONHARD, Jörn (ORG.). **In search of European liberalisms: concepts, languages, ideologies**. First edition ed. New York: Berghahn Books, 2019.
- FRIEDMAN, Milton. Neo-Liberalism and its Prospects. **Farmand**, [S. l.], p. 89–93, 1951.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. The Tide in the Affairs of Men. **The Freeman**, Irvington-on-Hudson, v. 39, n. 4, 1989.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D.; APPELBAUM, Binyamin. **Capitalism and freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.
- FRIEDRICH, Carl J. The Political Thought of Neo-Liberalism. **American Political Science Review**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 509–525, 1955. DOI: [10.2307/1951819](https://doi.org/10.2307/1951819).
- FUHRMANN, Uwe. **Illusions of Decontrol. Phenomenal World**, 2023. Disponível em: <https://www.phenomenalworld.org/analysis/illusions-of-decontrol/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica Do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.
- GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State**. London: Macmillan Education UK, 1988. DOI: [10.1007/978-1-349-19438-4](https://doi.org/10.1007/978-1-349-19438-4). Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-19438-4>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- GAMBLE, Andrew. **Hayek: the iron cage of liberty**. 1. publ ed. Cambridge: Polity Press, 1996.
- GAMBLE, Andrew. **Can the welfare state survive?** Cambridge, England: Polity, 2016.
- GEENENS, Raf; ROSENBLATT, Helena (ORG.). **French liberalism from Montesquieu to the present day**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- GEORGE, Susan. How to Win the War of Ideas: Lessons from the Gramscian Right. **Dissent Magazine**, New York, 1997. Disponível em: <https://dissentmagazine.org/article/how-to-win-the-war-of-ideas-lessons-from-the-gramscian-right/>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- GERSTLE, Gary. **The rise and fall of the neoliberal order: America and the world in the free market era**. New York: Oxford University Press, 2022.
- GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. **A Influência de Roberto Campos na Economia Brasileira (1945-2001)**. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GOODMAN, John C.; MAROTZ-BADEN, Ramona (ORG.). **Fighting the war of ideas in Latin America**. Dallas, Tex: National Center for Policy Analysis, 1990.
- GORDON, Lincoln. Libertarianism at Bay. **The American Economic Review**, [S. l.], v. 39, n. 5, 1949. DOI: [10.2307/1810502](https://doi.org/10.2307/1810502). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1810502>.

- GORGULHO, Silvestre. **José Pastore conta a história da Embrapa que ninguém contou**. 2025. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/jose-pastore-counta-a-historia-da-embrapa-que-ninguem-contou.html>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- GRAZIANO, Xico. **A Embrapa pede socorro**. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/a-embrapa-pede-socorro/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- GREEN, E. H. H. Thatcherism: An Historical Perspective. **Transactions of the Royal Historical Society**, [S. l.], v. 9, p. 17–42, 1999. DOI: [10.2307/3679391](https://doi.org/10.2307/3679391).
- GREGG, Samuel. **A Classical Liberal's Guide to Civilization-Building – Samuel Gregg. Law & Liberty**, 2024. Disponível em: <https://lawliberty.org/a-classical-liberals-guide-to-civilization-building/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 143–159, 2004. DOI: [10.1590/S0102-69092004000100009](https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100009).
- GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- GUDIN, Eugênio. **Capitalismo e sua Evolução**. Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1936.
- GUDIN, Eugênio. **Para um Mundo Melhor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.
- GUDIN, Eugênio. **Ensaio sobre problemas brasileiros da atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- GUDIN, Eugênio. Octavio Gouveia de Bulhões - Orientação e Controle da Economia. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 117–122, 1947.
- GUDIN, Eugênio. Le problème de l'équilibre économique international et les tendances actuelles du Fonds monétaire international. **Politique étrangère**, [S. l.], v. 17, n. 6, p. 461–470, 1952. a. DOI: [10.3406/polit.1952.2666](https://doi.org/10.3406/polit.1952.2666).
- GUDIN, Eugênio. O Caso das Nações Subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 47–77, 1952. b.
- GUDIN, Eugênio. **Princípios de Economia Monetária**. 3. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1954. a. v. 1
- GUDIN, Eugênio. Produtividade. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 9–70, 1954. b.
- GUDIN, Eugênio. **Situação Econômico-Financeira do Brasil**. Rio de Janeiro. CPDOC eug-3, , 1955.
- GUDIN, Eugênio. **Inflação, Crédito e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: AGIR, 1956. a.
- GUDIN, Eugênio. A Formação do Economista. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 53–70, 1956. b.

- GUDIN, Eugênio. Orientação e Programação de Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 27–59, 1956. c.
- GUDIN, Eugênio. Três Livros sobre Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 67–77, 1958.
- GUDIN, Eugênio. A Conferência de Elsinore. **Revista Brasileira de Economia - RBE**, [S. l.], v. 13, n. 4, 1959. a. Disponível em: <https://ideas.repec.org//a/fgv/epgrbe/v13y1959i4a1852.html>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- GUDIN, Eugênio. **Inflação, Importação e Exportação**. Rio de Janeiro: AGIR, 1959. b.
- GUDIN, Eugênio. **A Rendição da Guarda e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: AGIR, 1962.
- GUDIN, Eugênio. Injustiças, Distorções e Dano Social da Inflação. **Telebrasil Noticiário**, Rio de Janeiro, v. Ano IV, n. 33, p. 2–8, 1963.
- GUDIN, Eugênio. **Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos, 1958-1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- GUDIN, Eugênio. Perspectivas da inflação brasileira. *Em*: 1967, Recife. **Anais [...]**. Recife: Banco Nacional do Norte, 1967.
- GUDIN, Eugênio. Os Problemas Econômicos do Brasil. **Digesto Econômico**, São Paulo, v. 28, n. 202, 1968. a.
- GUDIN, Eugênio. Os Principais Obstáculos ao Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 26–37, 1968. b.
- GUDIN, Eugênio. **Antilucro, Grande Erro**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1969. a.
- GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1969. b.
- GUDIN, Eugênio. **Pregação Revolucionária**. Rio de Janeiro: APEC, 1969. c.
- GUDIN, Eugênio. **O Desafio aos Alicerces da Civilização**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- GUDIN, Eugênio. Notas sobre a Economia Brasileira desde a Proclamação da República até Nossos Dias. **Revista Brasileira de Economia**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 85–108, 1972.
- GUDIN, Eugênio. **O Pensamento de Eugênio Gudin**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978. a.
- GUDIN, Eugênio. **Reflexões e Comentários**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. b.
- GUDIN, Eugênio. **Eugênio Gudin (depoimento, 1979-1980)**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV-RJ, 1980.
- GUDIN, Eugênio. **Suspensão Imediata da Criação de Novas Empresas do Estado**. CPDOC eug-pi-gudin-0000-00-00/16, , [s.d.].
- GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. **A Controvérsia do Planejamento Econômico**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010.

- GUIZOT, François. **De la démocratie en France (janvier 1849)**. Bruxelles: Wouters frères, 1849. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k945810>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- HAAS, Peter. **Epistemic Communities, Constructivism, and International Environmental Politics**. London New York: Routledge, 2016.
- HAIDAR, Victoria. La polémica liberal con los desarrollismos: un análisis del pensamiento de Álvaro Alsogaray y de Federico Pinedo entre 1958 y 1973. **Nuevo mundo mundos nuevos**, [S. l.], 2015. DOI: [10.4000/nuevomundo.68478](https://doi.org/10.4000/nuevomundo.68478). Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/68478>. Acesso em: 26 set. 2021.
- HAIDAR, Victoria. ¿Cumplimiento escrupuloso de la ley? Las interpretaciones liberales de la “legalidad” (Argentina, 1955-1973). **POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 129–169, 2016. a.
- HAIDAR, Victoria. The Liberalism and the matter of the “free men”. An analysis of its problematization in the Argentinean liberal camp between 1955 and 1973. **Espiral (Guadalajara)**, [S. l.], v. 23, n. 66, p. 41–75, 2016. b.
- HAIDAR, Victoria. Batallando por la reactivación del liberalismo en la Argentina: la revista Ideas sobre la Libertad entre 1958 y 1976. **Sociohistórica**, [S. l.], n. 40, p. 033, 2017. DOI: [10.24215/18521606e033](https://doi.org/10.24215/18521606e033).
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYAMI, Yujirō; RUTTAN, Vernon W. **Induced Innovation and Agricultural Development**. [S. l.], , 1971. DOI: [10.22004/AG.ECON.13967](https://doi.org/10.22004/AG.ECON.13967). Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/13967>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- HAYAMI, Yūjirō; RUTTAN, Vernon W. **Agricultural Development: An International Perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- HAYEK, Friedrich. **The Road to Serfdom**. Chicago: University of Chicago Press, 1944.
- HAYEK, Friedrich. The Use of Knowledge in Society. **The American Economic Review**, [S. l.], v. XXXV, n. 4, p. 519–30, 1945.
- HAYEK, Friedrich. **Individualism and economic order**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1948.
- HAYEK, Friedrich. The Rebirth of Liberalism. **The Freeman**, Irvington-on-Hudson, v. 2, n. 22, p. 729–31, 1952.
- HAYEK, Friedrich. The New Nations and the Problem of Power. **The Listener**, [S. l.], v. LXIV, n. 1650, 1960.
- HAYEK, Friedrich. **The Defense of Our Civilization Against Intellectual Error**. , 1968. Disponível em: <https://fee.org/articles/the-defense-of-our-civilization-against-intellectual-error/>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- HAYEK, Friedrich. **The Constitution of liberty**. London: Routledge and K. Paul, 1976.
- HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Globo, 1977.

- HAYEK, Friedrich. **Studies in philosophy, politics and economics**. Repr ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- HAYEK, Friedrich. **Direito, Legislação e Liberdade: a miragem da justiça social**. São Paulo: Visão, 1985. a. v. 2
- HAYEK, Friedrich. **Direito, Legislação e Liberdade: a ordem política de um povo livre**. São Paulo: Visão, 1985. b. v. 3
- HAYEK, Friedrich. **Direito, Legislação e Liberdade: normas e ordem**. São Paulo: Visão, 1985. c. v. 1
- HAYEK, Friedrich. **The fatal conceit: the errors of socialism**. London, New York: Routledge, 1988.
- HAYEK, Friedrich. **New studies in philosophy, politics, economics and the history of ideas**. Reprint ed. London: Routledge, 1990.
- HAYEK, Friedrich; HAMOWY, Ronald; HAYEK, Friedrich A. Von. **The constitution of liberty: the definitive edition**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- HIRSCHMAN, Albert O. Exit, Voice, and the State. **World Politics**, Baltimore, v. 31, n. 1, p. 90–107, 1978. DOI: [10.2307/2009968](https://doi.org/10.2307/2009968).
- HIRSCHMAN, Albert O. **The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy**. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert O. **As Paixões E Os Interesses: Argumentos Politicos Para O Capitalismo Antes De Seu Triunfo**. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1997.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Exit, voice, and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and states**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2004.
- HIRSCHMAN, Albert O. **The essential Hirschman**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 1992. . Acesso em: 28 set. 2021.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. (ORG.). **The Invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S. l.], v. 16, n. suppl 1, p. 313–331, 2009. DOI: [10.1590/S0104-59702009000500015](https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500015).
- HORTA, José Luiz Borges. **Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma Ontoteleologia do Estado do Brasil**. 2021. Tese de Titularidade - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=GeL_W3AAAAAJ&citation_for_view=GeL_W3AAAAAJ:L8Ckcad2t8MC. Acesso em: 11 maio. 2026.
- INNSET, Ola. **Reinventing liberalism: the politics, philosophy and economics of early neoliberalism (1920-1947)**. Cham: Springer, 2020.

- JÄGER, Anton; ZAMORA, Daniel. **Welfare for markets: a global history of basic income**. Chicago: The University of Chicago Press, 2023.
- JONES, Ben (ORG.). Reimagining God's Kingdom: Engels and Müntzer. *Em: Apocalypse without God: Apocalyptic Thought, Ideal Politics, and the Limits of Utopian Hope*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. a. p. 119–142. DOI: [10.1017/9781009037037.007](https://doi.org/10.1017/9781009037037.007). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/apocalypse-without-god/reimagining-gods-kingdom-engels-and-muntzer/8C32ED29EA47749E97B8B91DC0CAF37F>. Acesso em: 15 set. 2023.
- JONES, Ben. **Apocalypse without God: Apocalyptic Thought, Ideal Politics, and the Limits of Utopian Hope**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. b. DOI: [10.1017/9781009037037](https://doi.org/10.1017/9781009037037). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781009037037/type/book>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- JONES, Daniel Stedman. **Masters of the universe: Hayek, Friedman, and the birth of neoliberal politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.
- KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de Laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil**. 2017. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LATTANZI, José Renato. Eugênio Gudín, um liberal entre os liberais. *Intellèctus*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellèctus/article/view/27547>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu et la question néolibérale**. Paris: La Découverte, 2018.
- LAVE, Rebecca; MIROWSKI, Philip; RANDALLS, Samuel. Introduction: STS and Neoliberal Science. *Social Studies of Science*, [S. l.], v. 40, n. 5, p. 659–675, 2010. DOI: [10.1177/0306312710378549](https://doi.org/10.1177/0306312710378549).
- LEACH, Robert F. Thatcherism, Liberalism, and Tory Collectivism. *Politics*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 9–14, 1983. DOI: [10.1111/j.1467-9256.1983.tb00149.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.1983.tb00149.x).
- LEESON, Robert. **The eclipse of Keynesianism: The political economy of the Chicago counter-revolution**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.
- LEONHARD, Jörn. **Liberalismus: zur historischen Semantik eines europäischen Deutungsmusters**. München: R. Oldenbourg, 2001.
- LESSA, Carlos. **A Estratégia de Desenvolvimento: sonho e fracasso**. Brasília: FUNCEP, 1988.
- LI, Chengchen; ZHU, Yimin. Research on the Atlas Network and Argentina's Economic Policy: The Logic Behind Milei Government's Reform Bill. *Journal of international economy and global governance*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 4, 2025. DOI: [10.12414/ji-egg.250449](https://doi.org/10.12414/ji-egg.250449).

- LIMA, Neilaine Ramos Rocha De. **A Economia Política Clássica no Brasil: o pensamento inovador de Eugênio Gudín**. 2008. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.
- LIMA, Neilaine Ramos Rocha De. Celso Furtado X Eugênio Gudín: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história. *[S. l.]*, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150938>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 313–332, 2000. DOI: [10.1590/S1413-81232000000200007](https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200007).
- LINDENBERG, Adolpho. **O Mercado Livre numa Sociedade Cristã**. Porto: Livraria Civilização, 1999.
- LINDENBERG, Adolpho. **Os católicos e a economia de mercado: oposição ou colaboração? : considerações do bom senso**. São Paulo: LTr, 2002.
- LINDENBERG, Adolpho. **Uma Visão Cristã da Economia de Mercado**. Rio de Janeiro: Armada, 2017.
- LIPPMANN, Walter. **An Enquiry in the Principles of the Good Society**. Boston: Little, Brown and Company, 1938.
- LÓPEZ-CASTELLANO, Fernando; LIZÁRRAGA, Carmen; MANZANERA-RUIZ, Roser. **Neoliberalism and Unequal Development: Alternatives and Transitions in Europe, Latin America and Sub-Saharan Africa**. 1. ed. London: Routledge, 2022. DOI: [10.4324/9781003153306](https://doi.org/10.4324/9781003153306). Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003153306>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. The Alliance For or Against Progress? US–Brazilian Financial Relations in the Early 1960s. **Journal of Latin American Studies**, *[S. l.]*, v. 46, n. 2, p. 323–351, 2014. DOI: [10.1017/S0022216X14000029](https://doi.org/10.1017/S0022216X14000029).
- LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria**, *[S. l.]*, v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1156>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O poder moderador na constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933 : um estudo de direito comparado. **Revista de informação legislativa**, *[S. l.]*, v. 47, n. 188, p. 93–111, 2010.
- MACEDO, Ubiratan Borges (ORG.). **Avaliação Crítica da Social-Democracia**. São Paulo: Instituto Tancredo Neves, 1992.
- MACGILVRAY, Eric. **The invention of market freedom**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2011.
- MACIEL, Marco. **Liberalismo e Justiça Social**. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987.

- MACIEL, Marco; BORNHAUSEN, Jorge; KRAUSE, Gustavo; MAIA, Cesar; ROCHA, Vilmar. **Desafios ao Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Massao Ohno, 1997.
- MACIEL, Marco Cicero Noce de Paulo. **Metamorfoses do estado brasileiro do II PND ao governo FHC**. 1999. Tese - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285623>. Acesso em: 2 out. 2021.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Itambé, 1961.
- MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1970.
- MAKSoud, Henry. **A Revolução que Precisa ser Feita**. São Paulo: Visão, 1980.
- MAKSoud, Henry. **Ensaio Sobre a Liberdade**. São Paulo: Visão, 1981.
- MAKSoud, Henry. **Os Poderes do Governo**. São Paulo: Visão, 1984. a.
- MAKSoud, Henry (ORG.). **Um Legislativo sem Partidarismo**. São Paulo: Visão, 1984. b.
- MAKSoud, Henry. **Mistérios da Inflação**. São Paulo: Visão, 1986.
- MAKSoud, Henry. **Proposta de Constituição para o Brasil**. São Paulo: Visão, 1988.
- MANIN, Bernard. The metamorphoses of representative government. **Economy and Society**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 133–171, 1994. DOI: [10.1080/03085149400000001](https://doi.org/10.1080/03085149400000001).
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1997.
- MANNHEIM, Karl. **Essays on sociology and social psychology**. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.
- MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. Repr ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- MANNHEIM, Karl. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Pantianos Classics, 2015.
- MANNHEIM, Karl; WIRTH, Louis; SHILS, Edward. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os economistas**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1997.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O Sistema Tributário na Proposta de Henry Maksoud**. [S. l.], , 2013. Disponível em: https://www.gandramartins.adv.br/project/ives-gandra/public/uploads/2013/02/25/fe04ef8artigo_0795.pdf.
- MAZLISH, Bruce. **Civilization and its contents**. Orig. print ed. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- MCGANN, James G. (ORG.). **Think tanks & civil societies: catalysts for ideas and action**. 4. ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2009.

- MEDEIROS, Borges De. **O poder moderador na República Presidencial**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- MEEK, Ronald. **Social Science and the Ignoble Savage**. [s.l.] : Cambridge University Press, 1976.
- MERQUIOR, José. **O Argumento Liberal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- MERQUIOR, José. **Liberalismo Antigo e Moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antônio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **O Liberalismo Social: uma visão histórica**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.
- MILLER, Eugene F. **Hayek's the constitutions of liberty: an account of its argument**. London: Inst. of Economic Affairs, 2010.
- MIROWSKI, Philip (ORG.). **Natural images in economic thought: "markets read in tooth and claw"**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.
- MIROWSKI, Philip. **Science-mart: privatizing American science**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crisis go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown**. London, New York: Verso, 2013.
- MISES, Ludwig Von. **Human action: a treatise on economics**. Scholar's ed. ed. Auburn, Ala: Ludwig Von Mises Institute, 1998.
- MISES, Ludwig Von. **Theory and history: an interpretation of social and economic evolution**. Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 2007.
- MISES, Ludwig Von. **O cálculo econômico sob o socialismo**. [s.l.] : Imb, 2011.
- MISES, Ludwig Von. **Economic Calculation in the Socialist Commonwealth**. Alburn: Mises Institute, 1990.
- MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 40–56, 2016. DOI: [10.5216/reo-este.v2i1.41412](https://doi.org/10.5216/reo-este.v2i1.41412).
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um "outro" geográfico. **Terra Brasilis**, [S. l.], v. 4–5, 2003. DOI: [10.4000/terrabrasilis.341](https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341). Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- MOREIRA, Fernanda Teixeira. **O Partido do Empresariado: o IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso na década de 1960**. 2019. Tese de Doutorado - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.
- MORETON, Bethany. Our Lady of Mont Pelerin: The "Navarra School" of Catholic Neoliberalism. **Capitalism: A Journal of History and Economics**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 88–153, 2021. DOI: [10.1353/cap.2021.0003](https://doi.org/10.1353/cap.2021.0003).
- MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional ; Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008.

- MORRESI, Sergio; VICENTE, Martín. El enemigo íntimo: usos liberal-conservadores del totalitarismo en la Argentina entre dos peronismos (1955-1973). **Quinto Sol**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1–24, 2017.
- MULDER, Nicholas. The Neoliberal Transition in Intellectual and Economic History. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 84, n. 3, p. 559–583, 2023. DOI: [10.1353/jhi.2023.a901494](https://doi.org/10.1353/jhi.2023.a901494).
- NÁLLIM, Jorge. Redes transnacionales, antiperonismo y Guerra Fría. **Prismas, Revista de historia intelectual**, [S. l.], n. 16, p. 121–141, 2012.
- NERY, João Elias. Páginas de cultura, resistência e submissão: livros na revista Visão (1968-1978). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, p. 283–297, 2007.
- NICHOLAS, Ralph W. Social and Political Movements. **Annual Review of Anthropology**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 63–84, 1973. DOI: [10.1146/annurev.an.02.100173.000431](https://doi.org/10.1146/annurev.an.02.100173.000431).
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NORTH, Gary. **The Moral Dimension of FEE.**, 1996. Disponível em: <https://fee.org/articles/the-moral-dimension-of-fee/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- NYLEN, William R. Selling Neoliberalism: Brazil's Instituto Liberal. **Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 301–311, 1993. DOI: [10.1017/S0022216X00004661](https://doi.org/10.1017/S0022216X00004661).
- O GLOBO, Acervo Digital. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>.
- ODISIO, Juan; ROUGIER, Marcelo. Swimming against the (Developmentalist) mainstream: the liberal economists in Argentina between 1955 and 1976. **PSL Quarterly Review**, [S. l.], v. 72, n. 289, p. 92–115, 2019.
- OFFER, Avner; SÖDERBERG, Gabriel. **The Nobel factor: the prize in economics, social democracy, and the market turn**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.
- OFFNER, Amy C. **Sorting out the mixed economy: the rise and fall of welfare and developmental states in the Americas**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2019.
- OLIVEIRA, Semí Cavalcante De. Eugênio Gudín e Roberto Simonsen – uma Polêmica Histórica. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 4, n. 7, 2011.
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. Friedrich Hayek e os Liberais Brasileiros na Transição Democrática. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 194–216, 2014. DOI: [10.28998/rchv15n10.2014.0011](https://doi.org/10.28998/rchv15n10.2014.0011).
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O Papel dos Intelectuais e Think Tanks na Propagação do Liberalismo Econômico na Segunda Metade do Século XX**. 2018. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. O criador e a criatura: Friedrich Hayek e a rede transnacional de think tanks na América Latina. **História Unisinos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 191–203, 2021. DOI: [10.4013/hist.2021.252.01](https://doi.org/10.4013/hist.2021.252.01).
- ORAIN, Arnaud. **Le monde confisqué : essai sur le capitalisme de la finitude (XVIe-XXIe siècle)**. Paris: Flammarion, 2025.
- OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: Oversold? - Finance & Development, June 2016. **Finance & Development**, [S. l.], v. 53, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/osttry.htm>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- PAIM, Antônio. **A Agenda Teórica dos Liberais Brasileiros**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.
- PAIVA, Ruy Miller. **A Agricultura no Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, 1979.
- PALEN, Marc-William. **Pax economica: left-wing visions of a free trade world**. Oxford: Princeton University Press, 2024. DOI: [10.1515/9780691205137](https://doi.org/10.1515/9780691205137).
- PASOUR, Ernest C. Theodore W. Schultz – Ideological Profiles of the Economics Laureates. **Econ Journal Watch**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2013.
- PASTORE, José; ALVES, Eliseu. A Reforma do sistema brasileiro de pesquisa agrícola. Em: CONTADOR, Cláudio Roberto (org.). **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: Ipea, 1975. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12323>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- PECK, Jamie. Remaking laissez-faire. **Progress in Human Geography**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 3–43, 2008. DOI: [10.1177/0309132507084816](https://doi.org/10.1177/0309132507084816).
- PENNA, José Osvaldo de Meira. **A Psicologia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- PEREIRA, Douglas De Freitas. Henry Maksoud e a recepção de Hayek no Brasil: demarcação e a proposta de uma constituição neoliberal*. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. e271215, 2024. DOI: [10.1590/1982-3533.2024v33n2.271215](https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n2.271215).
- PEREIRA, Luis Bresser. **Pactos Políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PESSOA, Samuel. **O subdesenvolvimento brasileiro segundo Eugênio Gudin**. **Revista Inteligência**, 2023. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/o-subdesenvolvimento-brasileiro-segundo-eugenio-gudin/>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- PHILLIPS-FEIN, Kim. **Invisible Hands: the Businessmen's Crusade Against the New Deal**. 1st ed ed. Erscheinungsort nicht ermittelbar: W. W. Norton & Company, Incorporated, 2010.
- PINHEIRO, Jackson Gomes. Mídia paulista e política: cobertura do Jornal O Estado de São Paulo a acontecimentos marcantes do Segundo Governo Vargas. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/26378>. Acesso em: 27 abr. 2023.

- PLEHWE, Dieter. Think tank networks and the knowledge–interest nexus: the case of climate change. **Critical Policy Studies**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 101–115, 2014. DOI: [10.1080/19460171.2014.883859](https://doi.org/10.1080/19460171.2014.883859).
- PLEHWE, Dieter. Social networks of influence in Europe - and beyond. *Em*: EUROPEAN ALTERNATIVES; BÜLLESBACH, Daphne; CILLERO, Marta; STOLZ, Lukas (org.). **X-Texte zu Kultur und Gesellschaft**. 1. ed. Bielefeld, Germany: transcript Verlag, 2017. a. p. 147–157. DOI: [10.14361/9783839439548-026](https://doi.org/10.14361/9783839439548-026). Disponível em: <https://www.transcript-open.de/doi/10.14361/9783839439548-026>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- PLEHWE, Dieter. **Neoliberal Think Tanks and the Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2017. b. v. 1 DOI: [10.1093/acprof:oso/9780190676681.003.0011](https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190676681.003.0011). Disponível em: <https://academic.oup.com/book/12140/chapter/161547875>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- PLEHWE, Dieter. Neoliberal Thought Collectives: Integrating Social Science and Intellectual History. *Em*: CAHILL, Damien; COOPER, Melinda; KONINGS, Martijn; PRIMROSE, David (eds.). **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications Ltd, 2018. p. 85–97. DOI: [10.4135/9781526416001.n8](https://doi.org/10.4135/9781526416001.n8). Disponível em: <https://sk.sagepub.com/reference/the-sage-handbook-of-neoliberalism/i987.xml>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- PLEHWE, Dieter. Revisiting and Revising World-Wide Neoliberalism. *Em*: GIESEN, Klaus-Gerd (org.). **Ideologies in World Politics**. Staat – Souveränität – Nation Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2020. p. 103–124. DOI: [10.1007/978-3-658-30512-3_7](https://doi.org/10.1007/978-3-658-30512-3_7). Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-658-30512-3_7. Acesso em: 11 maio. 2026.
- PLEHWE, Dieter. Interplays of economic and knowledge power. Neoliberal think tank networks and the return and universalization of entrepreneurship. *Em*: LANDRY, Julien (org.). **Critical Perspectives on Think Tanks**. [s.l.] : Edward Elgar Publishing, 2021. DOI: [10.4337/9781789909234.00016](https://doi.org/10.4337/9781789909234.00016). Disponível em: <https://elgaronline.com/view/edcoll/9781789909227/9781789909227.00016.xml>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- PLEHWE, Dieter. Reluctant transformers or reconsidering opposition to climate change mitigation? German think tanks between environmentalism and neoliberalism. **Globalizations**, [S. l.], v. 20, n. 8, p. 1277–1295, 2023. DOI: [10.1080/14747731.2022.2038358](https://doi.org/10.1080/14747731.2022.2038358).
- PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**, [S. l.], n. 245, p. 70, 2013. a.
- PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. The “Pink Tide” and Neoliberal Civil Society Formation: Think Tank Networks in Latin America. **State of Nature**, [S. l.], p. 23, 2013. b.
- PLEHWE, Dieter; FISCHER, Karin. Continuity and Variety of Neoliberalism: Reconsidering Latin America's Pink Tide. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as**

Américas, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 166–202, 2019. DOI: [10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.23902](https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.23902).

PLEHWE, Dieter; MIROWSKI, Philip (ORG.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (ORG.). **Nine lives of neoliberalism**. London, New York: Verso, 2020.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernard. Neoliberais Denkkollektive und ihr Denkstil. *Em*: CHRISTINA KAINDL; CHRISTOPH LIEBER; OLIVER NACHTWEY; RAINER RILLING; TOBIAS TEN BRINK (org.). **Kapitalismus reloaded. Kontroversen zu Imperialismus, Empire und Hegemonie**. Hamburg: VSA-Verlag, 2007.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard. Buena Vista Neoliberal? Eine klassentheoretische und organisationszentrierte Einführung in die transnationale Welt neoliberaler Ideen. *Em*: GIESEN, Klaus-Gerd (org.). **Ideologien in der Weltpolitik**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 49–88. DOI: [10.1007/978-3-322-87372-9_3](https://doi.org/10.1007/978-3-322-87372-9_3). Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-322-87372-9_3. Acesso em: 28 set. 2021.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard; NEUNHÖFFER, Gisela (ORG.). **Neoliberal hegemony: a global critique**. London, New York: Routledge, 2006.

POETTINGER, Monika. Otto Neurath's War Economics. *Em*: 2014, **Anais [...]**. . *Em*: XIII CONVEGNO AISPE "GLI ECONOMISTI E LA GUERRA". [s.l: s.n.] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269517957_Otto_Neurath's_War_Economics. Acesso em: 11 maio. 2026.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POSNER, Richard. Dewey and Democracy: A Critique. **Transactional Viewpoints**, [S. l.], v. 1, p. 1, 2002.

POSNER, Richard. Hayek, the Mind, and Spontaneous Order: A Critique. **Transactional Viewpoints**, [S. l.], v. 2, p. 1, 2003.

POSNER, Richard. Hayek, Law, and Cognition. **New York University Journal of Law and Liberty**, New York, v. 1, n. 0, p. 147–166, 2005.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1949.

RAMIREZ, Hernán. Empresários e Política no Brasil: o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. **Diálogos**, [S. l.], v. 13, p. 209–240, 2009.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro (ORG.). **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2013. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/468>.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. La influencia alemana en el pensamiento y las políticas económicas brasileñas: desde mediados de los cincuenta a los setenta. *Em*: ADLAF: GRUPO DE TRABAJO RELACIONES INTERNACIONALES 2020, **Anais [...]**. . *Em*: LATINOAMÉRICA EN EL NUEVO CONTEXTO INTERNACIONAL. [s.l: s.n.] Disponível

em: https://www.academia.edu/44776859/La_influencia_alemana_en_el_pensamiento_y_las_pol%C3%ADticas_econ%C3%B3micas_brasile%C3%B1as_desde_medios_de_los_cincuenta_a_los_setenta.

RAMOS, Diogo. A Guerra Neoliberal de Ideias. *Peri*, [S. l.], v. 08, n. 01, p. 62–80, 2016.

RANGEL, Arthur Nadú. **O poder moderador no Estado brasileiro e artigos complementares**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

REINHOUDT, Jurgen; AUDIER, Serge. **The Walter Lippmann Colloquium: the birth of neo-liberalism**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

ROCHA, Camila. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 95–120, 2017. a.

ROCHA, Camila. O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **Millcayac - Revista Digital de Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 95–120, 2017. b.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2019. PhD Thesis - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Vilmar. **O Liberalismo Social: uma visão doutrinária**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. O I Congresso Brasileiro de Economia e o Imposto sobre Lucros Extraordinários. *Em*: 2011, Curitiba. **Anais [...]. Em: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 10ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**. Curitiba

RÖPKE, Wilhelm. **Civitas Humana: a humane order of society**. London: William Hodge and Company, 1948.

ROSANVALLON, Pierre. **Le Libéralisme économique: histoire de l'idée de marché**. Paris: Éd. du Seuil, 1989.

ROTA, Alexandre Ismael. O Poder Moderador na Primeira República do Brasil. *Em*: VAS-CONCELOS, Adaylson Wagner Sousa De (ed.). **Direito: Ideias, práticas, instituições e agentes jurídicos 2**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 1–14. DOI: [10.22533/at.ed.1582325051](https://doi.org/10.22533/at.ed.1582325051). Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/direito-ideias-praticas-instituicoes-e-agentes-juridicos-2>. Acesso em: 11 maio. 2026.

ROTHBARD, Murray. Right-Wing Populism: a strategy for the paleo movement. **Rothbard-Rockwell Report**, [S. l.], p. 5–14, 1992.

ROTONDI, Claudia. Medical Doctor, Economist and Statistician: A Strategic Alliance for Healthcare and Development in the Italian Directorate General for Statistics (1861-1898). **OEconomia**, [S. l.], v. 8–3, p. 313–343, 2018. DOI: [10.4000/oeconomia.3465](https://doi.org/10.4000/oeconomia.3465).

SADY, Wojciech. Ludwik Fleck. *Em*: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2025.

- SCALÉRCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo De. **Eugenio Gudín: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro**. Rio de Janeiro: Insight, 2012.
- SCHULTZ, Theodor. New Evidence on Farmer Responses to Economic Opportunities From the Early Agrarian History of Western Europe. *Em*: WHARTON, Clifton (org.). **Subsistence Agriculture and Economic Development**. New York: Routledge, 1969.
- SCHULTZ, Theodore W. **Economic Crises in World Agriculture**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1965.
- SCHULTZ, Theodore W. Institutions and the Rising Economic Value of Man. **American Journal of Agricultural Economics**, [S. l.], v. 50, n. 5, p. 1113–1122, 1968.
- SCHULTZ, Theodore W. Human Capital: Policy Issues and Research Opportunities. **NBER Chapters**, [S. l.], p. 1–84, 1972.
- SCHULTZ, Theodore W. Nobel Lecture: The Economics of Being Poor. **Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 88, n. 4, p. 639–651, 1980.
- SCHULTZ, Theodore W. **Transforming traditional agriculture**. Repr ed. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- SIEKMAN, Philip. When Executives Turned Revolutionaries. **Fortune**, [S. l.], v. LXX, n. 3, p. 147–221, 1964.
- SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1969.
- SIMONSEN, Mário Henrique. **Ensaio sobre Economia e Política Econômica: 1964-1969**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2002**. 7. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1977.
- SIMONSEN, Roberto. **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943.
- SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e Outros Ensaio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.
- SLOBODIAN, Quinn. Anti-'68ers and the Racist-Libertarian Alliance: How a Schism among Austrian School Neoliberals Helped Spawn the Alt Right. **Cultural Politics**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 372–386, 2019.
- SLOBODIAN, Quinn. Hayeks Bastarde. **Republik**, [S. l.], 2021. a. Disponível em: <https://www.republik.ch/2021/07/30/hayeks-bastarde>. Acesso em: 12 maio. 2026.
- SLOBODIAN, Quinn. The Backlash Against Neoliberal Globalization from Above: Elite Origins of the Crisis of the New Constitutionalism. **Theory, Culture & Society**, [S. l.], v. 38, n. 6, p. 51–69, 2021. b. DOI: [10.1177/0263276421999440](https://doi.org/10.1177/0263276421999440).

- SLOBODIAN, Quinn. **Crack-Up Capitalism: Market Radicals and the Dream of a World Without Democracy**. New York: Metropolitan Books, 2023.
- SLOBODIAN, Quinn. **Hayek's bastards: race, gold, IQ, and the capitalism of the far right**. New York: Zone Books, 2025.
- SLOBODIAN, Quinn; PLEHWE, Dieter (ORG.). **Market civilizations: neoliberals East and South**. New York: Zone Books, 2022.
- SOTELO, María Eugenia Romero. La divulgación de las ideas neoliberales en México: el Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas, A.C. (1953). **Economía UNAM**, [S. l.], v. 21, n. 61, p. 202–235, 2024.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião De. Retratos da nação: os “tipos antropológicos” do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 645–669, 2012. DOI: [10.1590/S1981-81222012000300003](https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300003).
- SPRINGER, Simon; BIRCH, Kean; MACLEAVY, Julie (ORG.). **The handbook of neoliberalism**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2016.
- STREECK, Wolfgang. The Return of the Repressed. **New Left Review**, [S. l.], v. 2, n. 104, p. 5–18, 2017. DOI: [10.64590/eej](https://doi.org/10.64590/eej).
- TADepALLI, Karthik. **Reevaluating the revolution that fed the world**. 2026a. Disponível em: <https://blog.karthiktadepalli.com/p/revisiting-the-revolution-that-fed>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- TADepALLI, Karthik. **The science policy behind Brazil's agricultural triumph**. 2026b. Disponível em: <https://blog.karthiktadepalli.com/p/embrapa>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- TAFFET, Jeffrey F. **Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York: Routledge, 2007.
- TAX, Sol. **Penny capitalism: a Guatemalan Indian economy**. New York: Octagon Books, 1972.
- THIEL, Peter. **Competition Is for Losers**. 2014. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/peter-thiel-competition-is-for-losers-1410535536>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **Razão e Destino da Revolução**. Petrópolis: Vozes, 1964.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada**. Brasília: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021.
- TURNER, Rachel S. The ‘rebirth of liberalism’: The origins of neo-liberal ideology. **Journal of Political Ideologies**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 67–83, 2007. DOI: [10.1080/13569310601095614](https://doi.org/10.1080/13569310601095614).
- TZOUVALA, Ntina. **Capitalism as civilisation: a history of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

- UEBEL, Thomas E.; COHEN, Robert S. (ORG.). **Otto Neurath Economic Writings Selections 1904–1945**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2005. DOI: [10.1007/1-4020-2274-3](https://doi.org/10.1007/1-4020-2274-3).
- VAIL, Mark I. Between One-Nation Toryism and Neoliberalism: The Dilemmas of British Conservatism and Britain's Evolving Place in Europe: Between One-Nation Toryism and neoliberalism. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 106–122, 2015. DOI: [10.1111/jcms.12206](https://doi.org/10.1111/jcms.12206).
- VAN HORN, Robert; KLAES, Matthias. Chicago neoliberalism versus Cowles planning: Perspectives on patents and public goods in Cold War Economic Thought. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 302–321, 2011. DOI: [10.1002/jhbs.20512](https://doi.org/10.1002/jhbs.20512).
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Brasil: a solução positiva**. São Paulo: Abril-Tec, 1978.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Último Trem para Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4. ed. rev ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Univ. Federal de Minas Gerais, 1999.
- VIDAL, Camila Feix; LOPEZ, Jahde; BRUM, Luan. The Power of Ideas: The Fórum da Liberdade, 1988-2018. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 55–79, 2020. DOI: [10.1590/s0102-8529.2019420100003](https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019420100003).
- WAHRLICH, Vivian; ANJOS, Luiz Antonio Dos. Aspectos históricos e metodológicos da medição e estimativa da taxa metabólica basal: uma revisão da literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 801–817, 2001. DOI: [10.1590/S0102-311X2001000400015](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000400015).
- WALLACE, Anthony F. C. Revitalization Movements. **American Anthropologist**, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 264–81, 1956.
- WALLACE-WELLS, Benjamin. The Long Afterlife of Libertarianism. **The New Yorker**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2023/06/05/the-individualists-radicals-reactionaries-and-the-struggle-for-the-soul-of-libertarianism-book-review-matt-zwolinski-john-tomasi>. Acesso em: 11 maio. 2026.
- WALPEN, Bernhard. Von Igel und Hasen oder: Ein Blick auf den Neoliberalismus. **UTOPIE kreativ**, Berlin, v. 121, p. 1066–79, 2000.
- WALPEN, Bernhard. **Die offenen Feinde und ihre Gesellschaft: eine hegemonietheoretische Studie zur Mont Pèlerin Society**. Hamburg: VSA-Verl, 2004.
- WEAVER, Richard M.; KIMBALL, Roger; III, Ted J. Smith. **Ideas Have Consequences: Expanded Edition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- WEBER, Isabella. **How China escaped shock therapy: the market reform debate**. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021. DOI: [10.4324/9780429490125](https://doi.org/10.4324/9780429490125).
- WHYTE, Jessica. **The morals of the market: human rights and the rise of neoliberalism**. London, New York: Verso, 2019.

WILKINSON, Paul F. **Social movement**. London: Macmillan, 1971.

WOLLOCH, Nathaniel. **Moderate and radical liberalism: the Enlightenment sources of liberal thought**. Leiden, Boston: Brill, 2022.

ZEVIN, Alexander. **Liberalism at large: the world according to the Economist**. London, New York: Verso Books, 2019.

ZWOLINSKI, Matt; TOMASI, John. **The individualists: radicals, reactionaries, and the struggle for the soul of libertarianism**. First Edition ed. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2023.